

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**

**Doutorado em Educação**

**CESAR AUGUSTO EUGENIO**

**A INFÂNCIA E SUA EDUCAÇÃO NAS TRAMAS DE UMA  
HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ (1870 -1920)**

Itatiba

2018

**CESAR AUGUSTO EUGENIO – R.A. 002201501088**

**A INFÂNCIA E SUA EDUCAÇÃO NAS TRAMAS DE UMA  
HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ (1870 -1920)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para a Defesa de Doutorado em Educação.

**Área de Concentração:** Educação, Sociedade e Processos Formativos

**Orientador:** Profa. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva

Itatiba

2018

372.3 Eugenio, Cesar Augusto.  
E88i A infância e sua educação nas tramas de uma história do município de Taubaté (1870-1920) / Cesar Augusto Eugenio. – Itatiba, 2018.  
269 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.  
Orientação de: Luzia Batista de Oliveira Silva.

1. Infância. 2. Escola. 3. Taubaté. 4. Indústria. 5. Tutela.  
6. Orfanato. 7. Criança. I. Silva, Luzia Batista de Oliveira. II. Título.



**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**EM EDUCAÇÃO**

Cesar Augusto Eugenio defendeu a tese “A INFÂNCIA E SUA EDUCAÇÃO NAS TRAMAS DE UMA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ (1870-1920)” aprovado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 14 de dezembro de 2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva  
**Orientadora e Presidente**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antonio Gilberto Balbino  
**Examinador**

(participação por videoconferência)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alex Sander da Silva  
**Examinador**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria de Fátima Guimarães  
**Examinadora**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Cleonice Aparecida de Souza  
**Examinadora**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Nilo Agostini  
**Examinador**

*À Camila, esposa, amante e amiga.  
Ao Daniel, filho inefável, sorriso  
confortante, minha eternidade.  
À Júlia, filha linda, flor rara, pedra  
preciosa.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram com o meu processo formativo e me possibilitaram, às vezes, mesmo sem saber, as condições físicas, intelectuais, emocionais e espirituais para a realização desse trabalho.

À minha Família, esposa e filhos.

À Nazareth, minha mãezinha, viva em meu coração.

A João, meu querido pai e Maria, minha madrastra, com carinho.

Aos irmãos Zé, Nega, Lê e Ju, eu sei que sempre acreditaram em mim.

À CAPES pela bolsa de estudos que viabilizou a produção dessa pesquisa.

À Universidade de Taubaté, instituição onde trabalho, em especial à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pela confiança e apoio.

A Irmã Elza Maria Pianta, diretora do Lar Santa Verônica, Irmã Maria Flávia da Santíssima Trindade, as colaboradoras da instituição, Leni de Oliveira e Juliana de Oliveira pelo carinho e respeito.

A todos os funcionários da Divisão de Museus do Município de Taubaté.

À minha querida Orientadora Profa. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva por me ensinar muito mais do que imagina, por ser uma intelectual absurdamente iluminada.

Ao Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior, autor espetacular, meu eterno respeito e admiração.

À Professora Dra. Vivian Batista da Silva, minha orientadora de mestrado, profissional brilhante.

Aos amigos de doutorado Paulo, Gláucia, Emerson, Gilberto e todos os outros que tive o prazer de conviver durante o inesquecível período de aprendizado. Valeu pessoal!

Ao Professor Dr. Adriel Gonçalves Oliveira da Universidade Claretiana de Rio Claro pela amizade e trocas de experiências.

A todo corpo docente da Universidade São Francisco do Programa de Pós-Graduação em Educação pela evidente competência e compromisso.

Aos funcionários da Universidade São Francisco pela gentileza nas ações e palavras. Sempre me senti muito acolhido.

À Marli Zei, responsável pelo Museu da Imigração Italiana de Quiririm, sempre disponível.

Aos membros da Banca Examinadora, meu apreço e reverência.

*A história de nossa infância não é psicologicamente datada. As datas são respostas a posteriori; vêm dos outros, de outro lugar, de um tempo diverso daquele que se viveu. Pertencem exatamente ao tempo em que se conta”.*  
[BACHELARD, 2009, p. 100]

## RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida no PPGSSE – USF, na linha de pesquisa: *Educação, Sociedade e Processos Formativos* e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Elegeu-se a infância como objeto de pesquisa, colocando-a no centro do debate numa perspectiva histórica enviesada na esteira das reflexões dos teóricos da Escola de Frankfurt, a saber, Walter Benjamin e Theodor Adorno. Ousou-se construir um conceito de infância multifacetado que se materializa nas crianças que ocuparam os mais diversos espaços na urbe taubateana. O objetivo geral pautou-se nos processos educativos do município de Taubaté de modo a responder o seguinte problema de investigação: como se davam os processos educativos da infância nas tramas de uma história do município valeparaibano de Taubaté entre os anos de 1870 a 1920? O recorte histórico teve como justificativa, por um lado, as preocupações em torno das mobilizações e prováveis conflitos em decorrência da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e, por outro, pela significativa metamorfose da paisagem originalmente frugal da cidade de Taubaté por conta da intensificação da industrialização na localidade. No entanto, deu-se ênfase à dinâmica que se instaurou na transição entre os séculos XIX-XX, trazendo à tona as implicações do ideário republicano na formatação de políticas que objetivavam intensificar os debates sobre a educação no município e o processo de urbanização. Metodologicamente, a pesquisa foi norteada por um estudo fundamentalmente histórico em diálogo com a filosofia e a educação, de natureza exploratória, confeccionada por meio de recursos bibliográficos e documentais, em fontes diversas, impressas e digitais. Foi possível verificar que a infância de Taubaté, presente nas crianças de rua, abandonadas, tuteladas, institucionalizadas, escolarizadas, imigrantes, viveu num contexto, contraditoriamente ao discurso modernizante e promissor do ideário republicano, difundido desde o último quartel do século XIX, especialmente, no caso taubateano, com a instauração e o fortalecimento da indústria, apostando-se na educação pública consolidada no grupo escolar soerguido em 1902, excludente e perverso, ora por universalizar um modelo de infância destituída de sua materialidade, ora por desclassificar a infância como uma atividade legiferante de sua câmara municipal.

**Palavras-chave:** Infância. Escola. Taubaté. Indústria. Tutela. Orfanato. Criança.

## ABSTRACT

The research was developed in PPGSSE-USF, in the research line: *Education, Society and Formative Processes*, which counted on Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) support – Finance Code 001. It was elected the childhood as the research object putting it in the center of the debate in a historical perspective towards the theoretical reflections line from Frankfurt school as Walter Benjamin and Theodor Adorno. It was pursuit to construct a concept of a multifaceted childhood that gets materialized in children that occupies the most diverse spaces in downtown Taubaté. The general goal was concerned to educative processes of Taubaté city, in order to answer the following investigation problem: How was it like the educative processes during the childhood in the plots of a history of the city Taubaté in Paraíba Valley between the years of 1870 and 1920. The historical cut had as a justifying, in one hand, by the worries around the mobilizations and probable conflicts in result of the law of *Ventre Livre* from 1871 and, by the other hand, because of the significative metamorphosis of scenery originally frugal of Taubaté city due to the intensification of industrialization in the place. Otherwise, it was given emphasis to the dynamic that was established in the transition between the centuries XIX and XX, bringing into light the implication of politics that had as goal to intensifying the debates about the education in the city and the process of urbanization. Methodologically, the research was oriented by the study basically with the dialogue with the philosophy and the education, of exploratory nature, done by the bibliographic sources and documents, from diversified printed and digital ones. It was possible to verify that the childhood of Taubaté that was present in children of the street, abandoned, tutored, institutionalizes, educated, immigrants, lived in a context, opposite from the modern and the promisor discourse of republican ideal, diffused since the last quarter of XIX century, specially in Taubaté case, with the instauration and the strengthening of industry, betting on the public education based in scholar group founded in 1902, excluded and cruel, or because of universalizing a model of a destitute childhood from its maternity, or because of not to classifying the childhood as a legislated activity of its municipal câmara.

**Keywords:** Childhood, School, Taubaté, Industry, Tutelage, Orphaned, Child.

## LISTA DE IMAGENS

**Imagem 1** – Netos na festa do vô Zé Bento (25/08/1978) – a partir da esquerda: Érica, Ana Paula, Maísa com Shirlei no colo, Mirian, Elizabeth (blusa amarela), Rosário (acima da Maísa), Cesar, Júlio (atrás de mim), Valéria, Vovô, Emerson, Zé (meu irmão), Cássia e Eduardo – Acervo pessoal de Célia Maria Tenório (tia). Fotografia originalmente impressa, 10x15cm, digitalizada e editada para esse trabalho – p. 46.

**Imagem 2** – Concepção artística da Vila de Taubaté nos seus primeiros tempos. Arte de Paulo Camilher Florençano – Acervo Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté (DMPAH). Domínio público. Acesso a documento digitalizado. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho. – p. 90.

**Imagem 3** – Taubaté representada por Jean Baptiste Debret (1827) – *Almanaque Urupês* Disponível: <http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/textos/a-historia-de-taubate-por-emilio-costa/>; Acessado: 06/10/2016. Domínio público. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 91.

**Imagem 4** – Planta de Taubaté – Arnaud Julien Pallière (1821) – *Coleção - Imagens Período Colonial - São Paulo*. Disponível: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-sao-paulo/667/>; Acessado: 20/02/2017. Domínio público. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 93.

**Imagem 5** – Praça da Matriz – Catedral de São Francisco Xavier – atual Praça Dom Epaminondas. Acervo Museu de Imagem e Som de Taubaté (MISTAU) cedida por José Moacir Cursino. Disponível: <https://i.pinimg.com/originals/0d/50/07/0d50074c83d095244992026f2ce37e14.jpg>. Acessado: 10/01/2018. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 105.

**Imagem 6** – Rua Dr. Falcão Filho, conhecida como Rua das Palmeiras – 1896. Atualmente, Rua Conselheiro Moreira de Barros (TOLEDO, 2017). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 107.

**Imagem 7** – Prédio onde funcionava a Câmara Municipal e Prefeitura de Taubaté – Imagem cedida pela Companhia do Sol Produções. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 108.

**Imagem 8** – Igreja do Rosário – anexo Palácio Episcopal – década de 1910. Acervo DMPAH – TOLEDO, 2017. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 111.

**Imagem 9** – Igreja de Santa Terezinha nos dias atuais – Acervo Patrimônio Espiritual – Disponível: <https://patrimonioespirtual.org/2017/04/09/santuاريو-de-santa-terezinha-taubate-sao-paulo/>. Acessado: 5/01/2018. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 112.

**Imagem 10** – Anúncios – *Jornal de Taubaté*, n. 1447, 8/06/1902) – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01447.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01447.pdf). Acessado: 13/02/2008. Nessa

fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 121.

**Imagem 11** – Uma banda executa números à frente do Cine Odeon, em 1918. Na foto, os edifícios da Câmara Municipal, do Externato São José e residência do Coronel José Benedito Marcondes de Mattos – Imagem cedida pela Companhia do Sol Produções. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 126.

**Imagem 12** – Gasômetro da Companhia de Gás e Óleos Minerais de Taubaté (1888). Foto de 1904 – Imagem cedida pela Companhia do Sol. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 129.

**Imagem 13** – Cervejaria União, mais tarde, destilaria União, fundada por Terenzo Amadei, em 1887. Foto de 1904 – Imagem cedida pela Companhia do Sol. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 130.

**Imagem 14** – Companhia Fabril de Juta Taubaté fundada em 1930 – publicada pelo Projeto TVI. Disponível: <http://projetotvi.blogspot.com/2010/09/cti-e-corozita.html>. Acessado: 10/04/2018. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 132.

**Imagem 15** – Vista aérea da CTI – fotografia década de 1940 – imagem cedida pelo Jornal *O Lince*. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 133.

**Imagem 16** – Corporação Musical da CTI formada exclusivamente por funcionários – Foto de 04/05/1921 – 30º aniversário de fundação da Companhia Taubaté Industrial – Imagem cedida pela Companhia do Sol. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 135.

**Imagem 17** – Fundação da Fábrica de Botões Corozita em 1935 por Gino Lanfranchi – imagem disponibilizada pela Corozita. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 139.

**Imagem 18** – O risonho e robusto Antonio Carlos, de nove meses de idade, filho do sr. Carlos de Mattos – Revista *A Cigarra* 25/05/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 146.

**Imagem 19** – Família do meu pai – Dionísio de Faria – 1955 – As crianças da direita para a esquerda: meu pai João com 12 anos, meus tios, Antônio César, Pedro, Manoel, José Roberto e Maria no colo; os adultos: vó Toninho e vó Maria – Acervo pessoal de Felícia Faria (tia). Fotografia originalmente impressa, 15x10cm, digitalizada e editada para esse trabalho – p. 148.

**Imagem 20** – L’image de la famille modèle (1500) – RICHÈ, Pierre; ALEXANDRE-BIDON, 1994, p. 15. Escultura – Museu Nacional de Paris. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da peça. Tamanho editado para esse trabalho – p. 151.

**Imagem 21** – Crianças brincando na rua – década de 1920 em Taubaté – Acervo pessoal do Professor Renato Soares. Fotografia impressa, 8x13cm, digitalizada e editada para esse trabalho. – p. 157.

**Imagem 22** – O galante menino Olavo, de três anos de idade, filho do dr. Francisco da Cunha Nogueira – Revista *A Cigarra* 25/05/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho. – p. 161.

**Imagem 23** – Oficiais da alfaiataria, reunidos na residência do Sr. José Lopes Filho (Nhonhô Tristão) – 1808 – Imagem cedida pela Companhia do Sol Produções. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 166.

**Imagem 24** – Os internados recebendo instrução militar da nossa Força Pública, executam exercícios de box e gymnastica. Revista *A Cigarra*, 06/03/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 168.

**Imagem 25** – Aspectos internos das novas oficinas do importante estabelecimento. Revista *A Cigarra*, 06/03/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia – p. 169.

**Imagem 26** – Sala de Aula do Instituto Disciplinar de São Paulo (SANTOS, 2017). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho – p. 172.

**Imagem 27** – Órfãs do orfanato Santa Verônica – Acervo Lar Santa Verônica. Fotografia digitalizada sem informações sobre o tamanho original – p. 174.

**Imagem 28** – Livro de Matrículas n. 1 – 1919 – Acervo Lar Santa Verônica. Objeto digitalizado e editado para esse trabalho – p. 175.

**Imagem 29** – Cópia datilografada da Ata de fundação do Orphanato Santa Verônica – Acervo Lar Santa Verônica. Tamanho sulfite A4 - 21 x 29,7cm. Objeto digitalizado e editado para esse trabalho – p. 177.

**Imagem 30** – Livro de Registro financeiro – 1935 – Acervo Lar Santa Verônica. Objeto digitalizado e editado para esse trabalho – p. 179.

**Imagem 31** – Escola Normal da Praça – São Paulo (CORRÊA, 1991). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia – p. 200.

**Imagem 32** – Turma feminina – Aula de Costura – Álbum da Escola Normal da Capital e Anexas (1908). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia – p. 206.

**Imagem 33** – Grupo Escolar de Taubaté (CORRÊA, 1991). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia – p. 215.

## **LISTA DE TABELAS**

### **TABELA 1:**

Taxa de mortalidade infantil, segundo as regiões do Brasil, de 1930 a 1990 (p. 50)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 UMA POÉTICA AUTOBIOGRÁFICA: INFÂNCIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO .....</b>	<b>43</b>
<b>1.1 Entre medos e perdas, as vozes de um infante .....</b>	<b>44</b>
<b>1.2 Entre preces e paixões, a juventude missionária .....</b>	<b>73</b>
<b>1.3 Entre risos e prantos, ser docente, ser pai, de volta à infância .....</b>	<b>82</b>
<b>2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE TAUBATÉ .....</b>	<b>86</b>
<b>2.1 Cultura e política do café em Taubaté .....</b>	<b>98</b>
<b>2.2 Urbanização e progresso na terra do café .....</b>	<b>104</b>
<b>2.3 Industrialização na urbe taubateana .....</b>	<b>127</b>
<b>3 UMA INFÂNCIA, MUITAS FACES .....</b>	<b>141</b>
<b>3.1 Crianças enjeitadas, crianças vagando na rua .....</b>	<b>153</b>
<b>3.2 Infância institucionalizada .....</b>	<b>163</b>
<b>3.3 Pequenos tutelados .....</b>	<b>180</b>
<b>4 ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA TAUBATEANA .....</b>	<b>185</b>
<b>4.1 Escola pública em Taubaté e a criação do Grupo Escolar Dr. Lopes Chaves..</b>	<b>204</b>
<b>4.2 Iniciativas católicas e protestantes para além do projeto republicano de educação .....</b>	<b>216</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>222</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>232</b>
<b>APÊNDICE TEMÁTICO DE REFERÊNCIAS TEÓRICAS .....</b>	<b>252</b>

## INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, ao direcionarmos os holofotes da pesquisa e discussão histórico-filosófica para a infância, colocando-a no centro do debate, numa perspectiva crítica, lançamo-nos no desafio de nos sensibilizarmos com cada criança que ganhou vida nessas páginas.

Esse exercício não seria possível se não contestássemos a herança de pensadores, filósofos, historiadores que elaboraram seus tratados com base numa concepção universalizante de modo a tratar de uma infância – e assim fizeram com outros temas como política, ética, amor, humanidade, entre tantos – por vezes, desprovida de materialidade, talvez descontextualizada, abstrata, ou ainda, ora diluída nas malhas dos atos oficiais do Estado, ora oriunda das classes abastadas e apresentadas como modelos.

Ciente e consciente da necessária postura então descrita é que nos propusemos a investigar, enviesado na esteira frankfurtiana<sup>1</sup>, como se deu a infância e sua educação no município valeparaibano paulista de Taubaté e, assim, tentar escrever uma história em meio a tantas outras histórias possíveis. Para tanto, atentarmo-nos às mais variadas fontes, dos documentos oficiais (atas de câmara, leis e decretos federais, estaduais e municipais) aos arquivos institucionais e pessoais, visitando, sistematicamente às mídias contemporâneas do período recortado para esse trabalho, tornou-se imprescindível.

No processo de construção dessa pesquisa reunimos e dialogamos com diversos autores, Walter Benjamin<sup>2</sup>, por exemplo, que contribuíram, direta e indiretamente, para sensibilizar nosso olhar e acrisolar nossa percepção de modo a permitir que conseguíssemos enxergar e sentir o que, até então, achávamos não ser possível saber e saborear. Com a mente e sentidos polidos e refinados pudemos elaborar uma postura analítica e habilidade

---

<sup>1</sup> A esteira a que nos referimos acima se trata da Escola de Frankfurt, onde um grupo de pensadores europeus se dedicou a elaborar uma teoria crítica sobre a sociedade, inspirado, inicialmente, pelo marxismo. Tal movimento nasceu a partir da produção intelectual de Walter Benjamin e Theodor Adorno. Estão, ainda, entre os principais autores Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Eric Fromm e Jürgen Habermas.

<sup>2</sup> Walter Benjamin, pioneiro do movimento que se convencionou chamar de Escola de Frankfurt, nasceu em Berlim e faleceu na fronteira franco-espanhola, quando, na tentativa de fugir do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, suicidou-se. Manteve relações com Adorno e Horkheimer por conta dos ensaios que vendia para a revista do *Institut für Sozialforschung* dirigida por eles. Foram esses autores que continuaram as reflexões benjaminianas, corrente filosófica que se convencionou chamar de teoria crítica.

hermenêutica de base crítico-frankfurtiana nos permitindo à degustação das aventuras dionisíacas de Nietzsche<sup>3</sup> e aos devaneios de Bachelard<sup>4</sup>.

Se ousarmos problematizar quaisquer temas é fundamental que tenhamos clareza de quais pilares sustentarão nosso edifício, tanto no concreto epistemológico quanto nos devaneios que compõem os pântanos mais profundos das subjetividades dos homens da pena, agentes cartoriais, oficiais da letra que, no exercício legiferante, deliberaram caminhos, no manuseio dos tipos configuraram paradigmas, na atividade eclesiástica difundiram dogmas e padronizaram comportamentos, mas, também, na atitude revolucionária subverteram padrões e contestaram desigualdades naturalizadas e instituições consolidadas.

Foi com essa postura que arriscamos a pensar, indagar, questionar, apreciar e inferir sobre uma infância taubateana multifacetada, confinada e institucionalizada pelas iniciativas confessionais católicas, esquecida pelo legislativo, escolarizada, imigrante, abraçada por um modelo de família notadamente nuclear e tradicionalmente cristã, uma infância concretizada nas crianças eternizadas nas fotografias que conseguimos ter acesso e selecionamos para esse trabalho.

Nosso objeto de estudo é, então, a infância do município de Taubaté, cidade situada no Vale do Paraíba paulista. Percebemo-nos obrigados a definir um recorte histórico significativo, afinal, não poderíamos tratar dessa infância descolada do chão da cidade, da poeira das instituições, das paredes das indústrias, dos bancos escolares. O recorte histórico, no entanto, não é rigoroso ao ponto de se gerar raias e cercas históricas dissociadas, tresloucadas, mas, pelo contrário, pelo olhar de Elias (1993), os períodos delimitados se flexibilizam e se ajustam segundo critérios que nos ajudam a entender certas dinâmicas e ritmos, certas regularidades da urbe taubateana.

Nesse sentido, elegemos o período 1870-1920 o que se justifica, por um lado, pelas preocupações em torno das mobilizações e prováveis conflitos em decorrência da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e, por outro, pela significativa metamorfose da paisagem originalmente frugal da cidade de Taubaté por conta da intensificação da industrialização na localidade.

---

<sup>3</sup> Friedrich Wilhelm Nietzsche nasceu em Röcken perto de Lutzen a 15 de outubro de 1844. Estudou Filologia clássica em Bona e em Leipzig; foi professor de Filologia na universidade suíça da Basileia. Porém, a maior parte de suas obras escreveu fora da cátedra. Morreu no dia 25 de agosto de 1900. *Assim falou Zaratustra* está entre suas grandes obras.

<sup>4</sup> Gaston Bachelard, francês, nasceu em 1884 na cidade de Bar-sur-Aube e morreu em Paris no ano de 1962. Foi professor nas universidades de Dijon e Sorbonne. Apesar de, inicialmente, ter se licenciado em Matemática, muito contribuiu com as humanidades pelas suas publicações, tais como, *A Poética do Devaneio*, utilizada nesse trabalho.

No entanto, daremos maior atenção à transição Império-República de modo a identificar, dentro de certos limites, possíveis contradições entre as promessas republicanas, sobretudo, no tocante às concepções tidas como modernas na época, tais como, a universalização da educação pública, a atividade legiferante da Câmara taubateana e uma dinâmica cidadina excludente, principalmente em se tratando da criança pobre. É dentro desse contexto que nos propusemos a investigar e analisar a infância em diferentes espaços – lar, comércio, indústria, escola, ruas e praças – e suas relações, aproximações e distanciamentos com os processos educativos formais, semiformais e informais disponibilizados no período.

Vale registrar que a problemática do trabalho escravo e os entraves e desdobramentos do abolicionismo na cidade não serão tratados de forma exclusiva por entendermos que, dessa maneira, ampliaríamos em demasia os diâmetros do objeto de pesquisa, ora definido, ocasionando o risco de nossa lente não conseguir abarcar divisas tão largas.

O município de Taubaté, cidade que fica no Vale do Paraíba paulista, atualmente conta pouco mais de 300 mil habitantes<sup>5</sup>, sedia importante polo industrial com multinacionais e empresas que prestam serviços terceirizados. É tida como cidade universitária pela tradicional Universidade de Taubaté, que comemora seus 40 anos como universidade, mas existe na cidade, desde 1956, como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Alguns sujeitos que ali nasceram ou lançaram suas raízes, como José Bento Monteiro Lobato<sup>6</sup> (1882-1948) e Amácio Mazzaropi<sup>7</sup> (1912-1981), tiveram destaque no âmbito nacional e internacional.

O historiador Antônio Carlos Argôllo Andrade publicou no jornal *O Lince* (nº 46, julho / agosto 2012) um artigo intitulado *Taubaté na História Nacional – Resumo Histórico* enumerando datas, dados e curiosidades do município numa perspectiva linear e evolutiva, desde sua fundação até os anos de 1940, quando apresentou registros sobre a participação dos

<sup>5</sup> Dados retirados do site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/panorama>. Acesso: 15/02/2018.

<sup>6</sup> José Bento Monteiro Lobato nasceu em Taubaté no dia 18 de abril de 1882 e morreu na cidade de São Paulo em 4 de julho de 1948. É reconhecido nacional e internacionalmente como um dos mais importantes autores de literatura infantil, apesar de não ter se dedicado apenas a este estilo literário. Estudou Direito na Faculdade do Largo São Francisco em São Paulo. Esteve vinculado direta e indiretamente à política. De posições vanguardistas teve estreita relação com Anísio Teixeira, educador signatário dos dois Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova (1932 e 1959). Foi promotor, jornalista, tradutor, editor e, principalmente, autor. Dentre suas principais obras destacamos: *Urupês* (1918), *Reinações de Narizinho* (1931), *Aritmética da Emília* (1935), *O Pica-Pau Amarelo* (1939). Disponível: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/literatura-infantil/monteiro-lobato>. Acesso: 25 de março de 2016.

<sup>7</sup> Amácio Mazzaropi nasceu em São Paulo no dia 9 de abril de 1912, mas ainda menino mudou-se para Taubaté onde cresceu e consolidou sua carreira de ator e, principalmente, de cineasta fundando a Pam Filmes, Produções Amácio Mazzaropi em 1958 após ter trabalhado na rádio Tupi, ter montado, em 1940, o Circo Teatro Mazzaropi e criado a Companhia Teatro de Emergência, participado de programas de televisão e feito oito filmes pela Vera Cruz. Dentre os seus mais renomados trabalhos está o personagem inspirado no Jeca Tatu, caipira que marcou sua carreira e muito lhe rendeu prêmios e ganhos financeiros. Morreu em São Paulo no dia 13 de junho de 1981. Disponível: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/obras-literarias/mazzaropi>. Acesso: 25 de março de 2016.

jovens taubateanos na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial<sup>8</sup> e outras informações generalistas como as que selecionamos a seguir.

A fundação de Taubaté nos remete ao século XVII, por volta de 1640, pelo bandeirante Jaques Félix, adquirindo sua provisão e reconhecimento como vila em 1645, sob o nome São Francisco das Chagas de Taubaté. Sua emancipação se deu em 1842 quando seu nome foi reduzido à Taubaté, mantendo seu santo protetor, São Francisco das Chagas, no altar da Igreja Catedral que fica na praça central da cidade.

O município lançou suas influências no cenário nacional por conta da amplitude e visibilidade das suas lavouras de café durante o século XIX. Sediou em 1906 o evento que ficou conhecido como “Convênio de Taubaté” no qual reuniu os presidentes das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que conseguiram o apoio irrevogável do governo federal para assegurar o equilíbrio do café no mercado, a fim de garantir os preços aceitáveis e minimizar possíveis prejuízos da aristocracia rural cafeicultora. Basicamente, a atitude do governo foi o de comprar – com dinheiro público – o excesso do produto para evitar seu barateamento.

Do ponto de vista do desenvolvimento industrial, a Companhia Taubaté Industrial, fundada em 1891 por Félix Guisard, otimizou relações sociais que, por sua vez, levou para o cenário urbano, a dinâmica promissora até então vinda das lavouras de café. A burguesia taubateana também podia ser vista ora em franca disputa pelo poder local e estadual, ora pela constituição de alianças políticas que satisfizessem interesses de sua heterogênea elite.

No campo da educação foi fundado em 1902 seu primeiro grupo escolar que, em condições similares aos muitos grupos instituídos em outras cidades paulistas, funcionou em prédio próprio, soerguido em edificação memorável, na região central do município atendendo, prioritariamente, sua população urbana, oriunda de classe média e elitizada. Atualmente, aloja atividades específicas ligadas à Secretaria Municipal de Educação.

Outras instituições emergiram, vinculadas à Igreja, na tentativa de contribuir com o processo de escolarização, fundamentando seu objetivo fundacional nos valores cristãos como é o caso do Instituto Diocesano de Educação Santo Antônio, fundado em 1910 e o Lar Santa Verônica, fundado em 1919, que acolhiam a infância pobre, órfã e desamparada.

A decisão de trazer autores que comungam de concepções diferentes da postura crítica que imprimimos em nossa pesquisa se deu de forma consciente e proposital por entender que os mesmos possuíam informações valiosas que, uma vez acisoladas dos assombros

---

<sup>8</sup> Disponível: <http://www.jornalonline.com.br/2012/ago/historia/4619-taubate-na-historia-nacional-resumo-historico>. Acesso: 22/03/2015.

epifânicos da perspectiva memorialista, linear e evolucionista, poderiam nos ser úteis no sentido de ampliar as pistas e rastros a serem potencialmente perseguidos.

É possível verificar por meio da atividade jornalística nos primórdios do período republicano e, em Taubaté não fora diferente, o pouco espaço que se destinava ao debate acerca da pobreza e desigualdade social, moradores da zona rural ou periférica das cidades, negros ex-escravos. Conseqüentemente, a infância inserida nesse contexto excludente, quando lembrada, era secundarizada dentro de um discurso que se ocupava em exaltar a caridade dos cidadãos ou instituições cristãs ou nos elogios pelo sucesso da intervenção policial e jurídica no combate à vadiagem e ao crime.

Existem também, atualmente, diversos estudos de pesquisadores de outras áreas como Economia, Sociologia e, ainda aqueles elaborados pelo viés da História Social que muito contribuíram com nosso trabalho. Dentre algumas dessas obras de estudiosos da região utilizadas em nossa pesquisa, temos: *Pobreza e Conflito* (SOTO, 2001); *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento* (COSTA, 2005); *Indústrias Têxteis na periferia – Origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba* (RICCI, 2006); *Elites regionais e escola pública primária* (EUGENIO e CASTILHO, 2016).

É a partir da leitura atenta às fontes supraditas e pelas reflexões expostas até agora que formatamos nosso problema de pesquisa: Como se davam os processos educativos da infância nas tramas de uma história do município valeparaibano de Taubaté entre os anos de 1870 a 1920?

A título de hipótese, parece-nos razoável admitir que a educação da infância taubateana, entre os anos de 1870 a 1920, deu-se formalmente nas escolas públicas, mesmo que isoladas e/ou no grupo escolar, nas escolas confessionais cristãs, católicas e protestante (houve somente uma no período estudado), nas outras unidades de ensino oriundas da iniciativa privada; de maneira semiformal nos orfanatos, indústrias, oficinas; e, informalmente, em outros espaços sociais onde as infâncias cruzadas e multifacetadas se encontravam em meio às relações pelas quais se difundiam valores desenvolvimentistas laico-republicanos e cristãos que ora se complementavam, ora se disputavam dentro de um processo aberto e inconclusivo.

Sistematicamente temos o seguinte objetivo geral:

- Analisar os processos educativos da infância nas tramas de uma história do município valeparaibano de Taubaté entre os anos de 1870 e 1920.

Os desdobramentos do exposto acima, configurados como nossos objetivos específicos, podem ser assim apresentados:

- Caracterizar o processo de urbanização da cidade de Taubaté, principalmente após a proclamação da república, quando se acelera o processo industrial;
- Discutir sobre o processo de industrialização na cidade e a manutenção do diálogo com a elite cafeeira no município até os anos de 1920, ano-limite de nossa pesquisa, quando a cidade ganha novas configurações urbanas.
- Identificar a infância taubateana e sua educação em suas várias facetas – abandonada, tutelada, institucionalizada, escolarizada, desde a promulgação da lei do Ventre Livre até o ano de 1920;
- Analisar as iniciativas públicas e confessionais / privadas para a educação da infância taubateana durante o período de 1870-1920.

Sim, temos mais um objetivo. A infância como objeto de estudo é nosso elemento motivador, sustentáculo e monumento de modo a nos mobilizar e otimizar esforços inimagináveis. Parte das exigências para composição da documentação a ser analisada no processo de seleção para o Programa *Stricto Sensu* em Educação, Sociedade e Processos Formativos da Universidade São Francisco, foi a confecção de um memorial, tarefa, a meu ver, extremamente desafiadora.

Em meio ao exercício da elaboração desse memorial percebi que havia muito que entender, pensar, refletir, estudar sobre minha infância. Foi assim que me coloquei como objeto de minha própria consciência na busca de encontrar conceitos suficientes que pusessem minha infância em diálogo com a infância cruzada de Taubaté. Mesmo em se tratando de períodos muito distintos, compartilhar minhas angústias, medos e desejos de ser aceito, de ter uma família, ser respeitado, lembrado, foram suficientes para inserir numa pesquisa sobre infância, uma poética de minha infância.

Do ponto de vista metodológico, levando-se em conta o exposto até o momento, é possível afirmar que nossa pesquisa consiste num estudo fundamentalmente histórico em diálogo com a filosofia e a educação, de natureza exploratória, confeccionada por meio de recursos bibliográficos e documentais, em fontes diversas, impressas e digitais que, didaticamente, seguiu o plano de trabalho descrito abaixo:

1. Rastreamento, sistematização e análise das seguintes fontes primárias:

- Atas da Câmara Municipal de Taubaté – disponíveis em arquivo pessoal;
- Periódicos – Museu Histórico de Taubaté;

- Arquivos escolares, prioritariamente, os livros de matrícula – Museu Histórico de Taubaté;
- Legislação provincial / estadual pertinente à educação da infância em Taubaté.

2. Leitura, fichamento e análise de pesquisas, devidamente sistematizadas e publicadas por autores que se empenharam nos estudos históricos, econômicos e sociológicos da região do Vale do Paraíba paulista, principalmente, de Taubaté, sobretudo, aqueles que abordam temas como desenvolvimento industrial e processos de urbanização do município.

Do ponto de vista conceitual, nos limites desse trabalho, ao se falar de educação, da maneira como foi utilizada em nossa hipótese, decidimos categorizá-la como formal, semiformal e informal.

Educação formal é a dinâmica formativa intencional, planejada, alinhada politicamente, prevista numa estrutura curricular, esta, por sua vez, concebida como um conjunto de saberes tidos como úteis e necessários aos interesses e expectativas de um povo, Estado, em determinados momentos históricos, que atravessa mentes e corações, motiva sensibilidades específicas, habilidades projetadas e condicionadas, transforma edifícios em escolas num processo dialético onde produz – e é produzida – um modelo de cultura a que podemos chamar de cultura escolar.

O que é cultura escolar? A fim de evitarmos dubiedade na forma pela qual estamos a utilizar tal conceito, apresentamos como o concebemos: trata-se de uma rotina própria das escolas composta de filas, mecanismos para se garantir a disciplina individual e coletiva, utilização de uniforme, averiguação da presença por meio de chamadas, recreios e intervalos programados entre as aulas, avaliações, festas, desfiles e exposições que interferiram (e interferem) na dinâmica cidadina, no uso do tempo, modificaram costumes e incrementaram novas e inovadoras experiências inter e extra escolares. Nas palavras de Julia (2001, p. 10), cultura escolar é:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas

sociedades, modos que concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização.

E, para além dos limites da escola, encontramos outro modelo de educação, anterior aos processos formais de escolarização: a educação informal se dá de forma difusa e mais ampla, no entanto, não menos planejada ou prevista uma vez que não acontece como fenômeno isolado, desarticulado, autônomo, não obstante sua espontaneidade latente, mas, pelo contrário, participa do emaranhado de relações interpessoais e interinstitucionais, comunga e reforça os valores vigentes (ou os repudia em alguns casos), visa à disciplina e a obediência.

A infância de Taubaté, presente nas crianças de rua, abandonadas, tuteladas, institucionalizadas, escolarizadas, imigrantes, viveu num contexto onde, contraditoriamente, o discurso modernizante e promissor do ideário republicano, difundido desde o último quartel do século XIX, e que, no caso taubateano se deu pela instauração e fortalecimento da indústria e aposta na educação pública consolidada no grupo escolar soerguido em 1902, fazia-se excludente e perverso, ora por universalizar um modelo de infância destituída de sua materialidade, ora por desclassificar a infância da atividade legiferante de sua câmara municipal.

O grupo escolar, acima mencionado, foi a materialização do projeto republicano de educação moderna. Consistiu na prática de reunião de escolas isoladas sob a mesma direção, com salas homogêneas, padrões curriculares definidos, sistema de avaliação, implantação de calendário e tempo escolar específicos.

O Brasil, colocando-se lado a lado de países como a Alemanha, protagonizado pelo estado de São Paulo, participou dessa tendência que transcendia às intenções modernizantes do Partido Republicano Paulista. Dessa forma, passou a projetar e edificar edifícios pensados à luz do movimento médico-higienista, do positivismo, das discussões pedagógicas que sinalizavam para a necessidade de se existir prédio-escola desde os tempos imperiais, além de incrementar dispositivos mais precisos de vigilância e controle que vão da figura do diretor até o inspetor escolar.

Em meio à paradoxal excludência real de uma república que se fazia, formalmente, democrática e inclusiva, outro modelo de educação da infância ganhou força em meio à lógica institucional das indústrias, oficinas, orfanatos masculinos e femininos que atuavam como alternativas entre a rua e a família, entre o formal e o informal. A esse mecanismo, acolhedor e disciplinador, chamamos de educação semiformal por entender que tenha sido menos difuso

e espontâneo como a informal, uma vez que possuía evidentes práticas de disciplina e inculcação de valores de uma sociedade, majoritariamente cristã, que acreditava na força educativa do trabalho, mas, não tão preso ao currículo e aos saberes tipicamente escolares, como no caso da educação formal.

Em relação ao nosso referencial teórico, optamos em organizá-lo em três grandes eixos temáticos, por acreditar que sejam conceitos fundamentais em nossa pesquisa:

- **História:** justifica-se pela necessidade de situar o leitor da maneira pela qual o pesquisador lança seu olhar para as fontes que teve disponível na elaboração do trabalho;
- **Infância:** ponto nevrálgico, afinal, os debates acerca da infância são a mola propulsora dessa pesquisa; é nesse espaço que o leitor terá o primeiro acesso aos autores que se tornaram pilares e, por isso, dão sustentação ao conceito de infância que utilizamos.
- **Ideário Republicano:** nesse espaço vamos situar a educação em meio às promessas republicanas, os processos de industrialização e urbanização otimizado pelo discurso modernizador e desenvolvimentista.

Diante do exposto, vamos esclarecer a seguir, cada um desses eixos a fim de que transpareça nossa postura analítica e aporte teórico que balizaram a sistematização dessa pesquisa, o cuidado com as fontes a que tivemos acesso e sustentaram o edifício conceitual ora construído.

### ➤ **História**

Escrever uma História da escola, da infância, de Taubaté, da indústria, do operário, do sertanejo entre outros inúmeros temas que poderíamos exaustivamente elencar, significa assumirmos que as versões que resultarem do esforço do historiador são tentativas de decifrar a obscuridade de um pretérito imperfeito que não espera ser desvelado, como se houvesse uma névoa de mentiras a qual deixa nebulosa uma estrutura de verdades inabaláveis.

Mas é certo que o passado existe, está lá, e nele muitas coisas silenciadas, escondidas, esquecidas; vozes enforcadas, guilhotinadas, esquartejadas, sequestradas e sumidas nas

ditaduras, queimadas pela Inquisição. Vozes que poderiam narrar experiências, mudar a história, transformar o presente.

Muitos são os documentos que precisam ser lidos, interpretados, articulados com a realidade social de um determinado período, cientes que fazemos história a partir do presente em que vivemos, das nossas necessidades, nossos medos e angústias, àquelas aflições que nos lançam na solidão dos que perguntam, na procissão dos sem-respostas.

Nosso labor é conceituar uma história que contrarie e combata a certeza linear e evolucionista, dogmática, teo e teleológica, disseminadora da crença no progresso, história dos vencedores, das grandes batalhas, dos feitos políticos, das ideologias que transformam sujeitos comuns numa grande massa, mesmo que, às vezes, chamada de povo, proletários, classes subalternas, multidão, todos esses sem rostos e sem nomes dos inúmeros vencidos, aleijados, doentes e moribundos, sofredores, trabalhadores, batalhadores, pessoas que têm uma história, mesmo que ela lhes seja negada.

Porque o “progresso” é um conceito sem significado ou pior, quando imputado como um atributo ao passado (e essas atribuições podem ser denunciadas, com razão, como “historicistas”), que só pode adquirir significado a partir de uma posição no presente, uma posição de valor em busca de sua própria genealogia. Essas genealogias existem, nas evidências: houve homens e mulheres de honra, coragem e “previsão”, e houve momentos históricos informados por essas qualidades. Mas, apesar da autoridade de Goldmann, devemos defender não que a “realidade histórica se modifica de época para época, com as modificações na hierarquia de valores”, mas que o “significado” que atribuímos a tal realidade se modifica dessa maneira. (THOMPSON, 1981, p. 53)

Mas, também, não queremos fazer uma história dos vencidos, pois entendemos que dessa forma, reduziríamos o poder da lupa às agruras dos sofredores. A história crítica, cujo aporte teórico vincula-se à produção da Escola de Frankfurt, admite e se preocupa com, pelas palavras de Mate (2011, p.174) “uma construção da história que transcenda vencidos e vencedores”. Dessa forma, não há uma história, mas histórias possíveis entre tantas possíveis. Algumas escritas se transformaram em documentos de *barbárie* enquanto outras foram, também por conta da *barbárie* instaurada, silenciadas e inoportunizadas suas impressões, expressões, símbolos e monumentos e, ainda, todo seu exercício hermenêutico de um fragmento de realidade.

A Escola de Frankfurt, da qual vieram autores tais como Benjamim, Adorno, Marcuse, Horkheimer, de certa forma, quebra ou diminui o impacto do paradigma da boa e nobre produção europeia. Tais autores procuraram romper com os marxistas que mantêm em suas

reflexões uma perspectiva evolucionista: escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo, comunismo. Walter Benjamin, por exemplo, ao fazer uma verdadeira filosofia da história opta pela fundamentação trazida pelo materialismo dialético; logo, mantém o conflito de classes como motor da sociedade, critica o historicismo, vincula-se ao romantismo alemão; é transparente quanto à postura revolucionária, apregoa a mudança e se aproxima de Nietzsche ao acreditar que a catástrofe pode ser positiva enquanto possibilidade do novo: é possível mudar. Esta outra maneira de se produzir história – tanto a de matriz francesa ou alemã e mais tarde protagonizada pelos ingleses – prioriza o interesse pela cultura popular, a vida cotidiana, o debate onde a História Tradicional, aquela dos historicistas, é apenas parte da história.

Não há verdades inabaláveis, mas há mentiras escandalosas: não há como negar o holocausto – durante a Segunda Guerra Mundial (que nem foi tão mundial assim!) – mas seria um exagero dizer que o mundo se voltou contra a Alemanha como se houvesse, de um lado ou de outro, uma homogeneidade tão sólida que uniformizasse as ações de todos os sujeitos daquele período. O que queremos dizer é que aconteceram muitas coisas que nós ainda não sabemos: até que ponto Hitler comandava seu exército e este era fiel às suas ordens? Quais eram os interesses dos Países Aliados? O que pensavam os soldados – alemães, americanos, japoneses, russos, franceses, poloneses, brasileiros etc. – sobre as mais mirabolantes estratégias militares?

O passado não é um tempo abstrato, inventado, desarticulado do presente. E, também, não é o lugar do tudo ou do nada. Segundo Bosi (2003, p. 53): “Mas, a rigor, a apreensão plena do tempo passado é impossível, como o é a apreensão de toda a alteridade”. Ou ainda, conforme nos alerta De Certeau (1988), não existe um passado dado que nos salta aos olhos, puro, intacto, harmonioso, um quadro passível de se reviver as experiências em sua totalidade.

Benjamin (1994, p. 224) afirma: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi de fato’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. O historiador é aquele que mais se ocupa com o passado, que não foi construído e nem produzido por historiadores ou pela história.

Segundo Mate (2011, p.179):

Quem faz a história não é aquele que a conta, mas quem a conta é que decide o que aconteceu realmente, isto é, quem a conta é que acaba fazendo história. Habitualmente o que escreve é o vencedor ou alguém em seu nome, logrando assim duas vitórias: a que obteve fisicamente contra seu inimigo e a que está obtendo agora, ao narrá-la a partir do seu ponto de vista.

Paul Veyne (1983) afirma que não voltaremos no tempo, mas faremos história a partir do presente. É necessário identificar a possibilidade de se fazer história com sujeitos – sim, as crianças também são sujeitos – homens e mulheres de carne e osso, com famílias, parentes, filhos e filhas nascidos e criados dentro de condições determinantes e determinadas pela dinâmica de um tempo e lugar. Todos têm história, todos os aspectos da vida humana têm história. No entanto, alerta-nos Paul Veyne (1983, p. 44; p. 46):

[...] A História não estuda o homem no tempo; estuda os materiais humanos subsumidos nos conceitos. Certamente estes materiais comportam a temporalidade, já que são humanos: a História não estuda verdades eternas. [...] A História não é ciência do concreto; uma batalha, um rei, já são abstrações; uma sociedade também – não se pode fotografá-la da mesma forma que se fotografa uma paisagem.

Outro autor que nos ajuda no aprofundamento das reflexões acerca da história é o inglês Edward Palmer Thompson, ao estudar como os costumes se manifestaram na cultura dos trabalhadores no século XVIII e parte do XIX, afirma no prefácio de sua obra *Costumes em Comum* (2005, p. 19):

A lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, na Inglaterra do século XVIII, ela não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um. Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, *rebelde*. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os “livres mercados” não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor.

Pensemos o episódio de 15 de novembro de 1889 no Brasil: *Proclamação da República*. O que mudou na vida das pessoas que, há gerações, cultivavam sua agricultura de subsistência nos recônditos mais longínquos do país? Quanto tempo o ideário republicano demorou para atingi-las? A promulgação de uma Constituição parece não harmonizar uma Nação. É lógico que essa legislação fará alterações nos mais diferentes níveis do relacionamento humano de um determinado povo, mas as pessoas não se tornam, necessariamente, diferentes por causa de uma nova lei e esta não atinge a totalidade de uma população com a mesma intensidade. De acordo com Veyne (1982, p. 154):

E isso se explica: é no poder político que se oculta a explicação para a gladiatura e para sua supressão, e não no humanitarismo ou na religião.

Entretanto, é preciso buscá-la na parte imersa do iceberg ‘político’, pois foi lá que algo mudou, que tornou inimaginável a gladiatura em Bizâncio ou na Idade Média. É preciso desviar-se de ‘a’ política, para distinguir uma forma rara, um bibelô político de época cujos arabescos inesperados constituem a chave do enigma. Dito de outra maneira, é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela; pois é por isso que existe o que chamei acima, usando uma expressão popular, de ‘parte oculta do iceberg’: porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos.

A ponta do *iceberg* é apenas o sinal de que algo existe e pode ser investigado. É bom lembrar que a história não se ocupa de coisas imaginárias. Quando se envereda pelos romances, fábulas, *rough music* com a intensão de averiguar facetas históricas que se escondem nas narrativas sobre a vida em comunidades, sociedades, o faz pela prática humana que a construiu, o sentido dado por um determinado povo em situações muito específicas, num dado momento da história. *Rough Music*, de acordo com Thompson (2005, p. 353):

[...] é o termo que tem sido comumente usado na Inglaterra, desde o final do século XVII, para detonar uma cacofonia rude, com ou sem ritual mais elaborado, empregado em geral para dirigir zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitam certas normas da comunidade.

Descobrir, pois, seu *continuum* que, no sentido benjaminiano, tem a ver com aquilo que nivela o todo (SARLO, 2013), sem a esclerose do mito de origem e sem a fragilidade do anacronismo, é tarefa imprescindível, afinal, o enfraquecimento de algumas práticas, esquecimento de ritos, silenciamento de canções, não acontecem por deliberações individuais, mas, pela síntese das motivações subjetivas e objetivas, individuais e coletivas.

Em se tratando da memória coletiva, apoiando-nos em Halbwachs<sup>9</sup> (1990), as pedras da cidade que compõem a materialidade das praças, ruas e casas, igrejas e fóruns, delegacias e escolas, não só favorecem a manutenção das lembranças dos grupos que, bravamente, tentam resistir às mudanças, como forma de preservação da própria identidade enquanto sujeitos úteis, vivos e atuantes, mas também, dão a esses mesmos grupos, condições para sua resistência. A demolição de casas, ruas e praças destrói e faz desaparecer costumes, hábitos individuais e coletivos e, na mesma proporção, a resistência dos mesmos.

---

<sup>9</sup> Maurice Halbwachs (1877-1945) nasceu em Reims, França, no dia 11 de março de 1877. Estudou na École Normale Supérieure de Paris, onde foi aluno do filósofo Henri Bergson. Formado em Filosofia, Letras e Ciências Políticas e Econômicas. Em 1944 obteve a cátedra de Psicologia Social no Collège de France. De ideologia socialista, nesse mesmo ano, foi preso pelas tropas alemãs, após a ocupação nazista de Paris. Meses mais tarde, foi levado para o campo de concentração de Buchenwald, onde foi assassinado.

De tempo em tempo, o esquecimento desse ou daquele acontecimento, motivado pela ausência de motivos para que sejam lembrados, não se dá somente no Seu Zé que não mais possui o banco na calçada de sua venda que sentava no final do expediente; o esquecimento é expressão de um coletivo que abandonara o hábito de se encontrar no final do dia pela falta dos bancos da praça demolida para a construção de um shopping. O acontecimento esquecido reúne em torno de si valores apreciados e comungados por determinados grupos. O esquecimento é sinal claro e evidente do abandono, do afastamento de tudo o que não tem mais importância na vida atual.

Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. Certamente, os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito tempo e até este momento, e porque os vínculos que o ligavam ao lugar se tornaram mais claros, no momento em que iam se romper. (HALBWACHS, 1990, p. 133)

Daí a importância da História e do historiador terem se aproximado cada vez mais de outros campos do conhecimento como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia (em destaque, a Psicologia Social), a Religião, a Antropologia, na tentativa de ampliar a noção de conhecimento histórico.

Muitos dos principais historiadores culturais do final do século XX – por exemplo, Emmanuel Le Roy Ladurie e Daniel Roche na França, Natalie Davis e Lynn Hunt nos Estados Unidos, Carlo Ginzburg na Itália, Hans Medick na Alemanha – originalmente se definiam como historiadores sociais e admiradores de Marx, quando não marxistas propriamente. Do final da década de 1960 em diante, eles voltaram-se para a antropologia em busca de uma maneira alternativa de vincular cultura e sociedade, uma forma que não reduzisse a primeira a um reflexo da segunda ou a uma superestrutura, como o glacê do bolo. (BURKE, 2005, p. 56)

Peter Burke (2005) vai chamar de virada antropológica esse movimento de aproximação e aproveitamento do método de pesquisa da Antropologia. Por exemplo, quando analisa os escritos de Geertz sobre as brigas de galo e a maneira do antropólogo olhar a realidade, estende a reflexão para o historiador que precisa aprimorar sua concepção de cultura, entendendo-a de forma dinâmica e não como um movimento linear e evolutivo transmitido de geração para geração como se fosse um bloco histórico compacto e imutável.

Silva (2005) mesmo afirmando sobre uma resistência atual por parte da história que desnaturaliza a interdisciplinaridade com as ciências humanas não deixa dúvidas que “[...] A *nouvelle histoire* redescobre o sujeito, o evento, a política, o direito, a biografia, e seu discurso incorpora noções de incerteza, negociação, consciência e estratégia” (SILVA, 2005, p. 160).

Foi Thompson (1981, p. 49) quem teorizou o que chamou de lógica histórica de modo a garantir o estatuto epistemológico da História, objeto de nosso estudo:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador durante todo tempo. (A história não é, penso eu, a única a quebrar seus próprios juramentos). É, porém, dizer que esta lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo; e que três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa. É dizer que essa lógica que constituiu o tribunal de recursos final da disciplina: não – por favor, notem – a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira.

O historiador não deverá medir esforços em promover um debate que contemple a dinâmica constitutiva de uma determinada época e, por isso, estar atento às mais diversas versões de um momento, acontecimento, episódio.

O historiador precisa perguntar-se: Como se constituem estas versões? Quais critérios foram (ou são) usados para lembrar-se de algumas coisas e esquecer-se de outras? O historiador não pode escrever a partir de sua imaginação, dos seus sonhos, dos seus desejos.

O historiador escreve a partir de documentos e dos monumentos, dos rastros da história, segundo o que afirma De Certeau (1988, p. 30):

Em história, tudo começa com o gesto de *selecionar*, de reunir, e, dessa forma, transformar em ‘documentos’ determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto. Esse gesto consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em física. Forma a ‘coleção’. (...) Longe de aceitar os ‘dados’, ele os constitui.

O historiador faz perguntas aos documentos históricos. Toda pergunta é existencial, psicanalítica, contemporânea, afinal, vivemos num presente que nos oprime o tempo todo e é este presente que nos faz olhar para o passado de uma certa maneira curiosa, indagadora e, sobretudo, desconfiada. Não como um *contador de causas*, termo muito comum em Minas Gerais para identificar àquelas pessoas que contam histórias fabulosas, quase sempre, extemporâneas, sem testemunhas, vivenciadas por elas mesmas, por alguém da família ou vizinho próximo.

Mas, o historiador é um pesquisador que vai aos arquivos, seleciona, recorta, interpreta, produz algo novo sobre o passado, sobre as demolições, os grupos desfeitos, os incêndios, sobre como as crianças brincavam, brigavam e se perdoavam, sobre a forma que a infância era vista e tratada nos documentos que teve acesso.

A explicação histórica não pode tratar de absolutos e nem pode apresentar causas suficientes, o que irrita muito algumas almas simples e impacientes. Elas supõem que, como a explicação histórica não pode ser Tudo e, portanto Nada, apenas uma narração fenomenológica consecutiva. É um engano tolo. A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneira particular e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma ‘lei’, nem são os ‘efeitos’ de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo. E assim por diante. E muito mais. Nosso conhecimento pode não satisfazer a alguns filósofos, mas é bastante para nos manter ocupados. (THOMPSON, 1981, p. 61)

A cultura é dinâmica; não há como passar de uma geração para outra geração um bloco histórico compacto e imutável. Tudo é feito a partir do presente em que vivemos, a

partir do que temos atualmente. Aqui está o risco constante do anacronismo, da apropriação indevida, da interpretação extemporânea, onde as ideias ficam fora de lugar. Não há uma verdade absoluta a ser desvelada. Há fatos que precisam ser concatenados, confrontados, discutidos, postos à prova, testados. Porém, não se julga o fato em si mesmo, mas faz-se uma análise com vistas a relacioná-lo com as mais diversas dimensões e esferas que compõem esta ou aquela sociedade.

De que cultura estamos falando? A cultura é uma realização humana. Os animais não produzem cultura. É o homem que constrói sua cultura na medida em que humaniza suas relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

De acordo com o pensamento de Williams (1992, p. 206-207), cultura é “um sistema de significações realizado”,

Pois um sistema de significações é inerente a qualquer sistema econômico, a qualquer sistema político, a qualquer sistema geracional e, de modo mais geral, a qualquer sistema social. Contudo, ele pode, também, distinguir-se, na prática, como um sistema em si mesmo: por exemplo, da maneira mais evidente, como uma língua; ou como um sistema de pensamento ou de consciência, ou para utilizar aquele difícil termo alternativo, uma ideologia; e, ainda, como um conjunto de obras de arte e de pensamento particularmente significativo. Ademais, tudo isso existe não só como instituições e obras, e não só como sistemas, mas também como práticas ativas e estados de espírito.

A pesquisa histórica se dá pela análise da documentação e está na cultura desse ou daquele povo, como tais documentos são guardados, arquivados, cuidados, mantidos, manuseados, enaltecidos ou esquecidos. Estes documentos podem ser oficiais (do governo, do Estado) – leis, decretos, pronunciamentos. Outros, no entanto, por não serem concebidos como documentos seriam descartados por não serem vistos como importantes, significativos, julgados como incapazes e insuficientes de se oferecer uma leitura científica sobre determinado fato, episódio. Nesse sentido, a imprensa alternativa, e não somente a macro mídia, aquela apoiada pelo Estado, pode ser uma fonte privilegiada de informações de um cotidiano gerado e interpretado à luz de sujeitos que nem sempre participavam das camadas mais favorecidas de uma sociedade.

Mas, não só aos periódicos os olhares atentos de um historiador devem estar se ocupando. O historiador poderá enxergar nas cartas, fotos, presentes, livros de catecismo, homenagens, medalhas, guardados como lembrança ou *esquecidos* no fundo de um baú, fontes históricas preciosas e, num esforço de desnaturalizá-los, assumir a postura de um

sujeito que interroga e seleciona documentos, buscando entender como as mudanças se processaram, evidenciar outras possibilidades.

Podemos, por exemplo, contar a história dos quilombos, a partir de uma perspectiva da cultura branca, ordeira, concebendo-os como espaços que abrigavam marginais que deveriam ser, devidamente, trazidos à civilização, ou pela ótica dos negros, como “experiências de liberdade” que estes proporcionaram a diversas gerações de quilombolas.

Qual história seria a verdadeira? Podemos contar a história de garotos preguiçosos que eram devolvidos aos juízes por não colaborarem com pequenas ocupações que lhes eram destinadas, pelos olhos dos tutores. Mas, podemos fazer a história da exploração do trabalho infantil, isso a partir dos mesmos documentos.

Conforme aponta Antônio Viñao (2004, p. 340): “[...] A realidade transborda, por sua complexidade, a toda tentativa de classificação exaustiva e fechada, em especial quando se querem estabelecer taxionomias válidas para qualquer época e lugar”. As relações sociais estão em constantes mudanças e a complexidade dessas relações podem nos conduzir ao colapso da falta de lógica pela nebulosidade produzida aos revirarmos os baús velhos. Porém, também sabemos que somente revirando tais baús é que poderemos vislumbrar novos horizontes.

### ➤ **Infância**

Todos têm história, todos os aspectos da vida humana têm história. A infância rica, nobre, burguesa, católica têm história da mesma forma que a pobre, órfã, tutelada, marginalizada, negra, em meio ao complexo de influências que, dialeticamente, constitui a dinâmica da realidade, também têm história.

Os conceitos estão sempre prontos para categorizar, selecionar, formatar, direcionar, dar sentido e significado às coisas de modo a satisfazer aos anseios dos que buscam, lutam, pesquisam e não se cansam em procurar entender, minimamente, a lógica – se é que ela exista – das forças que, devidamente articuladas, dentro de certas condições, que possa produzir explicações suficientemente razoáveis. Sendo assim, os conceitos não são as coisas.

A expressão “órfão”, por exemplo, pode indicar, num primeiro momento, uma pessoa, independente da idade ou classe social que tenha perdido seus pais. Mas, órfãos têm história.

De acordo com as reflexões de Bastos e Kuhlmann Jr. (2009) o conceito de órfão sofreu alterações do ponto de vista legal, mas também, culturalmente.

Juridicamente, a situação de orfandade é atribuída aos filhos que perderam os pais por falecimento de ambos ou de um deles. O que se verifica nos autos é o uso do termo de forma generalizada para identificar filhos de famílias sem recurso. Órfão passou a designar não só os menores que perdiam os pais por falecimento, mas também os que pertenciam a famílias desvalidas. (BASTOS, KUHLMANN Jr., 2009, p. 51)

Vale considerar, ainda na esteira destes autores, que povoava o imaginário popular na transição dos séculos XIX-XX, o que, no Brasil corresponde aos anos iniciais do período republicano, a imediata relação entre pobreza e marginalidade e esta no sentido mais pejorativo, bandido, ladrão, como sendo aquele sujeito que tem maiores propensões à vida transgressora, por falta de condições de comprar se rouba. Nesse discurso, não se levava em conta a desigualdade social como artefato da própria sociedade capitalista, não exclusiva, mas inerente aos seus modos de produção e relações de poder que lhes são peculiares.

Muitos autores se debruçaram sobre a questão da infância, principalmente nos últimos quarenta anos (KUHLMANN Jr., 2014), aprimorando o debate a respeito do seu conceito e lugar na história, entendendo-a como um campo de pesquisa, ainda pouco explorado, mas com variáveis múltiplas, de modo que é possível identificarmos trabalhos que problematizaram o trabalho infantil, infância desvalida, abandonada, presente nos autos de tutela, infância nos reformatórios e/ou centros de recuperação, infância na escola, nos Grupos Escolares, nos Parques Infantis, e ainda, a criança negra, imigrante entre outros.

Paralelo aos temas / problemas de pesquisa apontados acima, o que nos parece nodal é indagar sobre o próprio conceito de infância. Qual é a “idade da infância”? Entre os anos de 1960 e 1980, de acordo com Franco Cambi (2010) a história da infância se consolidou como uma área de pesquisa. Vale considerar, no entanto, que se trata de um objeto complexo que desafia o pesquisador quanto ao refinamento de sua consciência metodológica e temática, bem como a seleção / utilização de fontes.

É preciso levar em conta que existem características muito próprias desta fase / estágio de nossas vidas. A infância é um problema de pesquisa específico em qualquer época (CAMBI, 2010). Quando e como o homem identificou a infância e passou a destinar esforços e cuidados de iniciativa particular ou coletiva, de origem privada ou pública, a fim de garantir as mínimas condições de vida que satisfizessem as necessidades que lhes são peculiares?

A autora Ludmilla Jordanova (1990) nos alerta quanto aos problemas de interpretação histórica, ou seja, em muitos casos os historiadores e demais cientistas incorriam em erro metodológico por desconhecer a infância ou generalizá-la indevidamente a partir de seus preconceitos e lugares comuns constituídos com base no presente. É esta mesma autora que evidencia que a infância como objeto de estudo foi colocado ao lado de outros objetos negligenciados, como o escravo, a mulher. Parece-nos que não havia espaço em meio às grandes guerras para pensar, discutir e produzir pesquisas sobre infância, mesmo que ela estivesse presente de forma direta e indiretamente.

Dentre os autores que inovaram na investigação científica sobre a infância de forma a provocar reflexões intensas que serviram para alavancar importantes pesquisas na área, foi o francês Philippe Ariès, sobretudo por conta de suas conclusões em *História social da criança e da família*, originalmente lançado em 1960 e em português em 1971. Para Ariès, o conceito e o sentimento de infância teriam se desenvolvido somente na modernidade e que o período medieval desconhecia a criança em suas peculiaridades, sendo vista como um adulto em miniatura, um adulto incompleto e imperfeito.

Em se tratando das classes menos abastadas, tal dinâmica pensada por Ariès, adentrou ao século XIX. Assim, ele defende que a nobreza e alta burguesia teriam descoberto a infância e destinado a ela cuidados específicos muito antes da grande massa de pobres, servos, plebeus existentes na Idade Média. Nesse sentido, o autor afirma que a existência de roupas, brinquedos e cuidados próprios para as crianças foram descobertos e incrementados na modernidade, principalmente a partir da transição entre os séculos XVII-XVIII e que, durante o período medieval, apesar de extremamente alto o índice de mortalidade de crianças naquela época, as famílias se mostravam indiferentes, uma vez que eram sempre numerosas e um filho, facilmente, substituiria o outro.

Este autor tem razão em fazer tais afirmações? Uma das fontes que analisou foram as obras de arte. Quais obras escolheu ou teve acesso? Jordanova (1990) nos leva a refletir sobre a questão da arte: o artista pode reproduzir apenas o que lhe foi pago para fazer e nem sempre sua obra é garantia da expressão de uma realidade social mais ampla a ponto de ser referência de um período inteiro. Além do mais, ainda discutindo sobre a questão da arte, na esteira das reflexões da autora então citada, devemos tratar com ceticismo ou, pelo menos, com cuidado, as formas desavisadas de se olhar um quadro e afirmarmos que ele possa representar isso ou aquilo. A autora mostra que os quadros podem ser a expressão do desejo de uma ou de várias

famílias. É provável que houvesse idealizações de fragmentos da sociedade ou representações de classes específicas nas obras de arte selecionadas por Ariès.

Mas, se de um lado, as generalizações acerca do lugar da criança na história induzem a erros de interpretação histórica, conforme reflete Jordanova (1990), de outro lado, é preciso criticar a ideia de que as crianças têm um mundo próprio, um mundo privado, desvinculado das condições sócio-históricas nas quais estão inseridas suas famílias e demais membros de uma dada sociedade. Discutir o lugar da infância na história é estar consciente das transformações históricas, dentre as quais, as crianças, bem como seus pais, participam de determinados padrões de sociabilidade e, isto, Ariès conseguiu demonstrar em seus estudos.

Talvez pudéssemos encerrar esse assunto, afinal, Ariès, uma vez que entendeu a criança dentro de certas condições históricas, concebeu a infância com propriedade, utilizou-se de fontes relativamente representativas do período estudado, logo suas apreciações são conclusivas. No entanto, autores como Colin Heywood<sup>10</sup> em sua obra *Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente*, publicado no Brasil em 2004, afirmava ser necessário colocar em xeque a produção de Ariès, discutir seu método, fontes e, conseqüentemente, suas conclusões.

Não se pode desqualificar os estudos já existentes certos de que eles se tornaram pontos de partida para se obter uma visão mais ampla do que até então fora produzido dentro de uma área de conhecimento (CAMBI, 2010). É nessa direção que Heywood (2004) ganha espaço e importância nos debates acerca da infância ao assegurar que existem concepções de infância, exatamente assim, no plural, ou seja, para ele, nunca se ignorou a existência da criança, ou seja, não se pode falar de uma ausência de sentimento em relação a ela, pois existem concepções e sentimentos produzidos de diferentes formas de acordo com cada tempo e lugar. Este autor identificou, por exemplo, que houve debates sobre o desejo de se ter filhos e os cuidados quanto à alimentação e vestuário em diferentes épocas e lugares. Fica-nos evidente sua crítica ao francês Ariès.

Se, de um lado, seria um exagero afirmar que à infância pobre eram reservadas todas as mazelas e todos os sortilégios à infância abastada, de outro lado, não se pode negar as consideráveis diferenças entre ambas em se tratando da relação que se estabelecia com a sua família, amigos, o mundo do trabalho, igreja, escola.

---

<sup>10</sup> Colin Heywood, historiador inglês que problematiza em vários pontos as conclusões do francês Philippe Ariès acerca do conceito de infância, contestando a ideia de que a infância fora compreendida na Modernidade sendo desconhecida e ignorada no período medieval.

É preciso estar atento a diversos fatores em cada período histórico a ser estudado, apesar de que algumas tendências permanecem em períodos distintos, por exemplo, sempre foi maior a presença das crianças pobres brincando na rua do que as ricas, assim também no ambiente de trabalho onde as mais pobres acompanhavam mais precocemente seus pais nas lavouras e oficinas do que o filho de um marquês estivesse compartilhando dos compromissos burocráticos do pai em seu escritório.

Aprofundando um pouco mais sobre a questão da existência ou ausência do sentimento de infância, e paralelo a este, a questão da violência contra a criança, que segundo Cambi (2010) é, ao lado do “trabalho” e “controle social”, porta de entrada para o estudo da história de longa duração, temos na obra de Pierre Richè e Danièle Alexandre-Bidon, *L'enfance au Moyen Age*, publicado em 1994, a forte presença da infância representada de formas bem diferentes.

Por meio de um amplo trabalho iconográfico os autores Richè e Alexandre-Bidon (1994), demonstram a existência de conflituosas concepções de infância: ora violentada, ora cuidada e protegida, maléfica e angelical, abandonada e acolhida.

Por exemplo, ao mesmo tempo em que aparecem ilustrações que representam uma infância originariamente má, figuras de criancinhas com chifres no berço ou sendo conduzidas pelo próprio demônio, temos uma bela escultura sob o título “*A imagem da família modelo*”, do ano de 1500, que demonstra a criança tocando (ou acariciando) a cabeça de seu pai que a olha com ares de afeto, enquanto sua mãe está com um livro nas mãos, provavelmente a bíblia. Se, como já falamos, as obras de arte podem representar interesses particulares e que nem sempre dizem por si mesmas, também é fato que, afirmar sobre uma violência generalizada contra a criança pela ausência de sentimento ou clara concepção de infância no período medieval é incorrer em erro.

É preciso pensar que, em se tratando de Idade Média, não é somente a criança que morre por falta de cuidado. O período medieval é todo ele carente de condições materiais que visassem tratar das doenças e das formas como evitá-las. A dor, o sofrimento e as guerras estavam presentes no cotidiano do homem medieval.

Escavações arqueológicas em terras europeias descobriam objetos que poderiam ter sido brinquedos, como uma cerâmica de uma criança em seu cavalo do século XIII. Por este viés podemos ver que, em qualquer época, os brinquedos revelam aquilo que a sociedade como um todo produz, ou seja, há uma dimensão social no brinquedo, mas também no livro,

nas casas, ruas, igrejas etc. A criança em seu cavalo do século XIII, o carrinho no século XX, os jogos eletrônicos do século XXI, revelam a concepção de infância de cada época e lugar.

Em relação ao trabalho infantil o problema não é menor. É fato que Cambi (2010) nos mostra o quanto, também em diferentes épocas, mas focalizando os séculos XVIII e XIX, em meio ao processo de industrialização, as crianças foram exploradas brutalmente. Jordanova (1990) também nos mostra como as crianças sofreram nas indústrias.

Mesmo tendo clareza desta inegável situação e condição degradante a qual a criança fora submetida não podemos admitir a ideia de que o ser humano está em pleno processo de evolução, de modo que existem hoje pessoas melhores e mais desenvolvidas e que a infância é atualmente mais protegida porque somos mais avançados. É a mesma Jordanova (1990) que nos ajuda a pensar sobre a questão do trabalho: nem tudo que consideramos degradante hoje era visto assim em outros tempos. Por exemplo, uma criança poderia se sentir muito bem exercendo determinadas funções que seus irmãos mais velhos já se incumbiam pelo fato de se parecer com seu pai ou lhe dar atributos de adulto e, desta forma, receberia vantagens em relação aos pequenos que não trabalhavam. Resumindo esta questão, podemos apenas afirmar que aquilo que hoje é visto como “trabalho infantil” pode não o ser em outras épocas.

Outro trabalho muito interessante é o *Pricing the Priceless Child* de Viviana Zelizer publicado em 1985. Em comemoração aos 25 anos de seu lançamento o *The Journal of the History of Childhood and Youth* fez uma edição especial onde vários autores, Cook, Fazz, Katz e a própria Zelizer atualizam as discussões da obra em questão. Cook (2012), por exemplo, percebe a profundidade dos estudos de Zelizer ao afirmar sobre sua atualidade, apesar de escrito há um quarto de século.

As profundas transformações vividas pelas sociedades durante o século XX desenvolveu um conceito de infância “economicamente útil, mas emocionalmente inestimável”, bem diferente da visão de utilidade do século XIX e, por que não dizer, em tempos ainda mais remotos. Fazz (2012) afirma que a importância da obra de Zelizer está no fato de trazer de volta os debates sobre a infância numa dimensão social, profundamente vinculada aos condicionantes histórico-sociais. Katz (2012) sustenta que a sacralização da infância se encerra na sociedade do consumo.

Muito ainda poderia ser falado, apreciado, debatido em meio a tanta riqueza de informações. No entanto, concluímos que a infância / criança, aqui trabalhado como sinônimos sem o cuidado de recortá-la devidamente, como campo de pesquisa, ainda está em franca expansão. Porém, é necessário que os cientistas sociais, historiadores, filósofos e

demais profissionais que desejam desenvolver seus estudos nesta área se disponham a ampliar seu olhar e refinar sua capacidade e consciência metodológica.

### ➤ **Ideário republicano**

Principalmente, mas não somente, ao se proclamar a república, houve larga propaganda acerca dos investimentos em educação a fim de se difundir a imagem de um país que caminhava rumo ao progresso. Se, de um lado, pela escola se divulgava a ideia iluminista de propagação da instrução, o que já se fazia desde o início do século XIX, por outro lado, difundia-se o valor do escolarizado em detrimento às iniciativas populares. Escolarizar a infância poderia significar escolarizar, paulatinamente, uma sociedade inteira.

Para a concepção liberal, então propalada entre os políticos e intelectuais paulistas nos derradeiros anos monárquicos, a atividade educativa institucionalizada seria o veículo privilegiado para “a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime” (SOUZA, 1998, p. 27-28).

Esta escola, tal conhecemos, tem sua origem, aqui no Brasil, nos primeiros anos de empreendedorismo republicano fazendo parte do conjunto de transformações que vai vivenciar a sociedade brasileira daquela época:

1. O progresso econômico (a partir da segunda metade do século XIX) que se consolidou, principalmente, pelo gradativo e intenso cultivo do café na região sudeste o qual incentivou, por sua vez, a urbanização e lançou bases à industrialização;
2. Este processo, combinado aos avanços da medicina – vemos, neste período, sanitaristas combatendo as epidemias, por exemplo;
3. Modernização do Estado, por influência Iluminista e Positivista, na tentativa de romper com o passado Imperial, pretérito de trevas, assim divulgado nas festividades que ovacionam a República.

Tais elementos fomentaram as condições para construção dos grupos escolares públicos, primeiro em São Paulo, impulsionados pelo poder político do Partido Republicano Paulista. Sem demora, espalharam-se para outros estados e passaram a representar um dos maiores esforços do novo estado brasileiro à edificação de uma sociedade moderna que pudesse ser inserida no Concerto das Nações.

Kuhlmann Jr. (2001b) utilizava a expressão “Concerto das Nações” ao se referir às grandes exposições internacionais onde se reuniam o que de mais avançado existia nos países tidos como centrais, países que tinham a oferecer inovações que, acreditava-se, elevariam o mundo a patamares inauditos de civilização. Afirma, ainda, que tais Exposições muito contribuíram para se impor concepções modelares de educação, saúde, trabalho e, principalmente, de sociedade moderna:

As Exposições foram um palco para a representação de espetáculos de crença acrítica no progresso, na técnica e na ciência. Na sua arquitetura e organização, na sua idealização modelar e utópica da vida social, expressaram-se as tendências e conflitos existentes na sociedade de seu tempo. Segundo Benjamin, elas edificaram o cosmos da mercadoria e inauguraram uma fantasmagoria: lá as pessoas entravam para deixar-se dissipar, abandonadas às manipulações e desfrutando da alienação de si e dos demais. (KUHLMANN Jr. 2001b, p. 11)

Houve 17 Exposições Internacionais: 1851- Londres; 1855- Paris; 1862- Londres; 1867- Paris; 1873- Viena; 1876- Filadélfia; 1878- Paris; 1882- Buenos Aires; 1883- Antuérpia; 1889- Paris; 1893- Chicago; 1900- Paris; 1904- Luisiana; 1906- Milão; 1910- Bruxelas; 1915- São Francisco; 1922- Rio de Janeiro.

É dos países tidos como civilizados e mais desenvolvidos, no tocante à tecnologia materializada nas indústrias, que se importou uma sociedade modelar, legalista que tinha no capitalismo a grande aposta para, em nome das liberdades individuais apregoadas pelo discurso liberal, escudar-se dos efeitos do Antigo Regime e alavancar processos europeizados e europeizantes que pudessem tornar o país – e em Taubaté não fora diferente – moderno e, por isso, atento aos processos que pudessem conduzi-lo à “Ordem e Progresso”.

Tão logo fora proclamada a República em 1889, o Estado brasileiro se tornou laico pela separação oficial com a Igreja Católica. No entanto, tal separação jamais enfraqueceu o poder político da Instituição Católica uma vez que se manteve presente na gestão pública, direta ou indiretamente, desde os menores vilarejos aos grandes centros, como São Paulo e a capital, Rio de Janeiro.

Pelo exposto podemos afirmar que, não obstante a laicidade legal, a cultura cristã perpassou, no caso brasileiro, as bases intelectual e moral que serviram de sustentáculo para as decisões e encaminhamentos dos poderes executivo, legislativo e judiciário por todo o país.

Mas não somente a Igreja Católica dominava a intelectualidade brasileira. De acordo com o estudo de Barata (1999, p. 19), a erudição em nosso país se constituía em meio a

avanços e retrocessos, de complementariedades e disputas de grupos claramente definidos, social e ideologicamente:

A ‘ilustração brasileira’, descrita por Roque Spencer Maciel de Barros, estrutura-se a partir do confronto entre três matrizes de pensamento, considerada por ele como ‘mentalidades’ específicas que marcaram a intelectualidade do final do século XIX e início do XX: a mentalidade católico-conservadora, a liberal e a cientificista.

Os liberais defendiam a liberdade de consciência e a individualidade, os cientificistas, supervalorizando a ciência, faziam apologia ao positivismo de Comte e os conservadores católicos se organizavam em torno da “(...) negação da liberdade de consciência e de cultos, na defesa da Maçonaria como a melhor das formas de governo, na defesa da cidadania como um privilégio dos católicos e na negação da educação laica” (BARATA, 1999, p. 21).

É ainda o mesmo autor que afirma ter sido a Maçonaria que esteve atuante nos momentos mais cruciais e nas decisões fundamentais do corpo político brasileiros em todos os escalões. Defende, ainda, que:

Contrariando a historiografia consagrada, a Maçonaria brasileira conheceu, no final do século XIX e início do século XX, um expressivo crescimento, seguido por um processo gradativo de ‘nacionalização’ e de ‘federalização’. Diferenciando-se de algumas instituições, como a Igreja Católica e o Exército, que, na época, iniciavam seus processos de institucionalização, a Maçonaria possuía uma estrutura organizacional bem fundamentada, substrato para sua importante atuação política. (BARATA, 1999, p.149)

Parte inerente do ideário republicano é a instituição da democracia e, intrínseco a ela, o direito de se votar eliminando o voto censitário que ocorreu durante todo período Imperial que, no discurso dos republicanistas, era um dos mecanismos excludentes, por isso, inadmissível no novo regime.

No entanto, vale o registro de que o sufrágio era, inicialmente, restrito ao público masculino alfabetizado. No Brasil, as mulheres adquiriram o direito ao voto somente no período getulista, podendo exercer mais livremente a partir de 1946; o sufrágio universal e irrestrito, incluindo analfabetos homens e mulheres, somente veio com a Constituição de 1988, vigente na atualidade.

No contexto da Primeira República, como se convencionou chamar o período que se estendeu da Proclamação em 1889 até 1930, o início da Era Vargas, ampliou-se o interesse e discurso acerca da difusão dos processos que permitiam o acesso às primeiras letras, postura

atrelada à habilitação de homens em eleitores, mesmo que tal preocupação não seja exclusividade da república, certos de que durante o período imperial também havia o discurso de base iluminista e ações que, dentro de certos limites, também buscavam combater as trevas da ignorância.

As restrições do voto ao analfabeto, contidas na Constituição de 1891 excluindo do sistema representativo os trabalhadores rurais e quase a totalidade do operariado urbano, eram consideradas menos discriminatórias que o voto censitário, baseado na renda, porque fundadas em noções como “cultura”, “educação”, ligadas à ascensão da burguesia. Dentro desse quadro democrático representativo, o “coronelismo” – mecanismo de controle político exercido por chefes locais que se valia de repressão e de paternalismo – passará a desempenhar um papel importante no processo político, fornecendo a articulação fundamental para a política das classes dominantes tradicionais. Essas passarão a controlar globalmente o sistema político através das oligarquias regionais e da “política dos governadores”. (PINHEIRO, 2004, p. 32-33)

Para além dos debates acerca da representatividade política dos coronéis, sua presença na gestão pública ocupando cargos ou indicando quem os deveria ocupá-los, mas, por outro lado, não nos permitindo nos cegar diante do poder que estes exerceram no cenário político em diversos níveis, como foi o caso dos Rodrigues Alves no Vale do Paraíba e, mais precisamente, os Félix Guisard em Taubaté, é fato que, tão logo se proclamou a república, houve sérios e diferenciados incrementos na política educacional, de forma pioneira e modelar pelo estado de São Paulo.

Tal política educacional alavancou um processo inédito que se consolidou na criação e expansão dos Grupos Escolares, prédios planejados desde sua concepção arquitetônica até execução e inauguração triunfal que modificou os centros urbanos e a própria concepção de educação, passando a ser mais racional e menos personificada na pessoa do professor-escola, mesmo que a substituição absoluta das escolas isoladas com único professor nunca houvera, arrastando-se até a atualidade em localidades mais remotas.

Mesmo diante de investimentos nunca vistos na área educacional, tanto na difusão das primeiras letras como na formação dos professores pela reforma e expansão das Escolas Normais, num quadro de exaustão política, tais esforços não conseguiram universalizar o acesso à educação. Faltaram muitas escolas e professores.

O tempo da escola, bem como sua função social, não foram apropriados sem resistência. A classe média urbana se empenhou em disputar e ocupar as vagas dos bancos escolares ao lado dos membros das classes mais abastadas, em detrimento da grande maioria

da população brasileira que morava na zona rural. A escola no centro da cidade foi, muito lentamente, tornando-se mais acessível e democrática, questão que daremos maior atenção no capítulo 4 desse trabalho.

Liberalismo, ideias ilustradas, cientificismo e positivismo, conservadorismo católico, maçonaria, coronelismo, urbanização, industrialização, imigração, anarquismo são expressões, conceitos, posturas, movimentos que impulsionaram e compuseram um quadro de lutas e disputas profundas que caracterizaram o que se convencionou chamar de Primeira República ou República Velha. Somado ao abolicionismo, fortalecido no último quartel do século XIX, formatamos o ideário republicano.

Acreditando ter exposto os eixos temáticos, bem como, esclarecido nosso referencial teórico, metodologia e objetivos, apresentamos, a seguir, o trabalho desenvolvido nessas bases que foi dividido em quatro capítulos.

No primeiro, sob o título *“Uma poética autobiográfica: infância, memória e esquecimento”*, num exercício singular de construção e sistematização de minhas memórias, apresento reflexões, numa perspectiva conceitual, acerca da infância de modo a analisar a minha infância enquanto experiência vivida e experiência absorvida da narrativa de todos os que a compuseram direta ou indiretamente.

O segundo capítulo, *“Processo de urbanização da cidade de Taubaté”*, é o espaço dedicado à análise das condições sócio-históricas em que se deram as relações que construíram a materialidade experimentada pela infância taubateana. É nessa parte que nos desafiamos a escrever uma possível história de Taubaté dentro do recorte histórico que estabelecemos para essa pesquisa.

No terceiro capítulo, investigamos por meio das diversas vozes que se levantaram no complexo processo de se conceituar e compreender a infância, como se materializou a infância taubateana na criança tutelada, institucionalizada nos orfanatos e abrigos, nas escolas públicas e de iniciativa privada, na tentativa de analisar a infância cruzada e multifacetada no seio do município de Taubaté, sob o título *“Uma infância, muitas faces”*.

Por fim, no quarto capítulo, *“Escolarização da infância taubateana”*, pesquisamos as iniciativas públicas que estimularam a construção de escolas na cidade e a participação de outras iniciativas que visaram a fundação de estabelecimentos de educação formal e sistemática com vistas à criação de dispositivos que conduzissem algumas, dentre tantas, crianças aos bancos escolares. Uma infância escolarizada que foi alvo de investimentos das

provisões destinadas para a educação pública, construção de escolas, o que correspondia a uma tendência que transcendia, e muito, os limites de Taubaté.

## 1 UMA POÉTICA AUTOBIOGRÁFICA: INFÂNCIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Este trabalho foi me apresentado como um desafio maior do que tudo que fiz: aulas, entrevistas, mestrado e doutorado se mostraram pequenos perto da necessidade de justificar minhas escolhas e pensar sobre minhas memórias, entender sua construção de modo que minha história tenha lógica, ou seja, buscar o que foi razoável em meio ao que não tem lógica e nem foi razoável, foi realmente heroico.

Motivado pelo meu objeto de pesquisa, a infância, percebi que era possível, num esforço conceitual, vislumbrar lembranças infantis, não apenas como um sujeito que tem saudade e gostaria de reviver, como se fosse possível em sua energia e inteireza, experiências pueris e aventuras fabulosas, mas como um pesquisador que se permite colocar como objeto de sua própria consciência a fim de buscar proximidades, algum ponto de unidade com as crianças que também foram pobres, sofreram com a orfandade materna precoce, trabalharam em situações de risco e insalubridade 9 horas por dia aos 13 anos de idade.

Como anunciei na Introdução desse trabalho, desejei colocar minha infância em diálogo com as infâncias cruzadas e multifacetadas de Taubaté. Tenho consciência que não há uma *highway* livre de obstáculos entre presente e passado, porém, angústias, medos, vontades, frustrações, obrigações, desejos de ser aceito, de se ter uma família, são elementos presentes em diferentes épocas, e mesmo que, de diferentes maneiras, com maior ou menor intensidade, justificam minha poética autobiográfica ter seu espaço nessa pesquisa.

É bem verdade que não é a primeira vez que escrevo um memorial, meu memorial – a experiência pioneira foi na adolescência, dentro do seminário –, o que em nada alivia o peso de confeccioná-lo no alto dos meus 47 anos. É muito provável que se não fosse parte das exigências para o ingresso no Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Linha- *Educação, Sociedade e Processos Formativos*, da Universidade São Francisco, Itatiba/SP, não me dedicaria a tal esforço novamente. No entanto, resolvi, sobretudo, pelas razões supramencionadas, com algumas modificações, manter esse registro tão caro nesse espaço que deliberei privilegiado para o mesmo.

Pois bem, a leitura aqui disponível pode ser mais confusa do que esclarecedora em alguns momentos, precisaria de mais tempo – nunca saberemos quanto tempo temos, quanto tempo é realmente necessário – para apurar determinadas questões, deixá-las menos

impactantes, menos extensas, menos infantis... Há sempre o medo de nos mostrarmos para nós mesmos e para os outros de uma forma em que não estamos acostumados a nos ver e sermos vistos. Talvez, porque, o costume nos cegue e nos conforte, talvez, porque, fomos treinados a nos ver mais produtivos, interessados, intelectuais. Talvez, nem sei bem o quê.

Optei em dividir em partes o descortinar do *continuum* de minha vida; as fases são realmente distintas e representam decisões que alteraram radicalmente o rumo das coisas e foram responsáveis em produzir acontecimentos bons e ruins, de crescimento e de retrocesso, de ganhos e perdas, mas, acima de tudo, de se produzir vida.

### 1.1 Entre medos e perdas, as vozes de um infante

O passado não é um tempo abstrato, inventado, desarticulado do presente. E, também, não é o lugar do tudo ou do nada, entre os extremos existe um infinito de oportunidades o que torna qualquer tipo de polarização absolutamente desnecessária, ou mesmo, absurda. Nossa memória é uma estranha síntese de luzes e trevas, cosmos e caos, sons e silêncio, paz e guerra. E, nossa relação com o passado se dá em meio a reminiscências nem sempre entendidas, esperadas, amadas no presente.

É verdade que há coisas que não consigo me lembrar! O que é a memória? Vale à pena diante de uma concepção tão ampla e complexa sobre a memória, iniciar nossas reflexões acerca dessa questão, reproduzindo a forma tradicional e enciclopédica:

Memória (psicologia), processo de armazenamento e recuperação de informações no cérebro, básico no aprendizado e no pensamento. A perda de memória (esquecimento) tem quatro explicações tradicionais: os vestígios mnemônicos vão se apagando de modo natural ao longo do tempo; a memória vai se distorcendo progressivamente e modificando com o tempo; o novo aprendizado interfere e substitui o antigo (inibição retroativa) e a repressão de certas experiências negativas causa o esquecimento. Em geral, as recordações são menos claras e detalhadas que as percepções, mas, às vezes, uma imagem lembrada é completa em cada detalhe. Este fenômeno, conhecido como "memória eidética", é próprio das crianças, que são capazes de reconstruir uma imagem com todos os detalhes. (*Enciclopédia Encarta*, 2001. Verbete "Memória")

Olhando para isso quase me senti um computador, um *pen drive* ou um *hd externo*. Armazenar lembranças é diferente de lembrar. A memória não é espaço neutro, mas, pelo contrário, um lugar de disputas (BRAGA, 2004).

Lembrar ou esquecer não são fatos aleatórios. Aquilo que é esquecido por uma pessoa, ou por um povo, também diz – e, talvez, seja o que mais diga – sobre nós mesmos, sobre o que fomos, sobre o que somos ou acreditamos ser.

O que é esquecido compõe uma narrativa, produz identidade. Somos o que falamos e o que calamos. Somos canção e quietude, presença e ausência, algo que se mostra, algo que se esconde. Somos as expressões da nossa consciência, mas também da não-consciência, lucidez, loucura, coragem e medo e, para além das polarizações imediatas, mais um infinito de vieses, dentre os quais o desejo, a vontade, tesão, enfim, inúmeras necessidades como a dor, fome, sono, e tantas outras carências que mostramos e ocultamos o tempo todo.

Segundo Braga (2004, p. 596):

(...) o esquecimento não pode ser considerado somente um problema biológico (mesmo nos indivíduos que tenham sofrido lesões, nas demências, síndromes etc.). O esquecimento está ligado, é claro, ao trabalho cerebral, mas refere-se a processos nos níveis consciente e inconsciente, a um trabalho de linguagem, às atividades do dia-a-dia, às interações, à história, enfim. Quem esquece não é um organismo, um cérebro. Quem esquece é uma pessoa.

Talvez não seja possível simplesmente me lembrar de minha infância em sua totalidade, sempre somos alienados a algo, a percepção e apreensão absolutas de tudo o que vivemos é uma grande ilusão.

De acordo com Bosi (2003, p. 53): “Mas, a rigor, a apreensão plena do tempo passado é impossível, como o é a apreensão de toda a alteridade”. Ou ainda, conforme nos alerta De Certeau (1988), não existe um passado dado que nos salta aos olhos, puro, intacto, harmonioso, um quadro passível de se reviver as experiências em sua plenitude. Vemos em parte, temos impressões e mais acreditamos do que aprendemos. Se vivemos em meio a fragmentos de realidade, lembramo-nos de cacos, destroços a serem construídos no presente.

Maurice Halbwachs (1990) imbuído em estudar a memória enquanto fenômeno coletivo superando sua condição tradicionalmente arquivística, onde acreditava-se podermos deliberar, conscientemente, o que se guardar e o que se resgatar de suas gavetas, as informações que desejássemos no presente, em sua obra *A memória coletiva*, originalmente publicada na França em 1950, concebeu tipos de memória tão complexas quanto à própria

complexidade humana. É nessa obra que o estudioso francês distinguiu, com leveza, o que chamou de memória autobiográfica e memória histórica:

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas, a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob a forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 1990, p. 55)

Tomemos por exemplo o jantar de família em comemoração aos 60 anos do meu avô materno José Rodrigues Tenório, o Zé Bento, ainda quando era pequeno, tinha apenas 6 anos, evento que, extraordinariamente – apenas uma vez na história de minha família materna que isso aconteceu –, reuniu a todos os membros da família que, naquela época, já era bastante numerosa, com exceção do meu pai que chegou no dia seguinte, pois estava trabalhando. Esse evento aconteceu no dia 25 de agosto de 1978, teve um horário de início e término, as pessoas – avós, primos, tios, irmãos, genros, noras, netos e alguns amigos – estiveram lá.



**Imagem 1** – Netos na festa do vô Zé Bento (25/08/1978) – a partir da esquerda: Érica, Ana Paula, Maísa com Shirlei no colo, Mirian, Elizabeth (blusa amarela), Rosário (acima da Maísa), Cesar, Júlio (atrás de mim), Valéria, Vovô, Emerson, Zé (meu irmão), Cássia e Eduardo – Acervo pessoal de Célia Maria Tenório (tia). Fotografia originalmente impressa, 10x15cm, digitalizada e editada para esse trabalho.

Estávamos em pleno Regime Militar. Muitos empenhados numa luta coerente e consistente e pela liberdade e democracia. Luta que teve como primeira conquista, um ano após a festa do meu avô, no dia 28 de agosto de 1979, a promulgação pelo presidente João Batista Figueiredo, a Lei da Anistia, como ficou conhecida a lei nº 6.683.

Por vezes, como pensava Halbwachs (1990), os episódios nacionais podem contribuir para as lembranças individuais, outras vezes, no entanto, por nos dizerem muito pouco do que éramos e fazíamos, esvaziam-se de sentido e são facilmente esquecidos ou, quando lembrados, tornam-se fragmentos lançados na imensidão do universo da memória, cheia de buracos negros e infinitos encadeamentos que se deslocam de tempo em tempo e, nem sempre conseguimos compreender sua lógica mutante. Assim, o que nos lembramos participa de algo maior, mas nem sempre esse episódio maior participa do que nos lembramos.

O jantar do vovô Zé Bento realmente aconteceu. Este episódio não é fruto da minha imaginação. Porém, à luta de manter a vida viva, somam-se as inúmeras batalhas para se descobrir os limites, se acaso existam, entre a lembrança e a imaginação.

Muito daquilo que acreditamos nos lembrar podem ser resultado de desejos preservados ao longo do tempo. Por exemplo, toda vez que penso em mamãe me lembro da comida gostosa, do arroz com batata, da carne moída com chuchu. No entanto, apesar de ser difícil assumir a possibilidade de mamãe não ter sido uma exímia cozinheira, é possível que tais lembranças mais me confundam do que revelem a qualidade da comida feita por mamãe, simplesmente pelo fato de eternizar o desejo de estar perto dela e imobilizar a imagem da mãe perfeita na lembrança da comida.

A esse tipo de memória, Halbwachs (1990) chamou de lembranças simuladas, ou seja, parte daquilo que lembramos são simulações que servem para completar a lembrança e iluminar a escuridão, o vazio, o incerto. Não significa que aquilo que acho estar certo realmente esteja e o que acho simular seja a simulação em si. Trata-se de um processo de autopreservação ou de manutenção da lógica histórica pela qual nos conhecemos e nos identificamos.

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que não teremos nada a suprimir nem acrescentar, e que nunca haverá nada de menos nem de mais para compreender. Porém, se encontrássemos alguém que dela tivesse participado ou a tivesse assistido, que a evoque e a relate: após tê-lo ouvido, não teremos mais certeza do que antes que não poderíamos nos enganar sobre a ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do evento; porque é impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos. (HALBWACHS, 1990, p. 75)

Mas, em se tratando do esforço, deste ou daquele partícipe em desvelar os mistérios do jantar ou da festa de vovô, será inútil, uma vez que diversas versões para o mesmo acontecimento irão aparecer, muitas impressões, avaliações, questionamentos virão à tona; dúvidas quanto a gestos e palavras lembradas por uns e nem percebidas por outros e, ainda, mágoas, ressentimentos, alegrias, saudades, mas nenhuma verdade absoluta a não ser que a festa aconteceu. Como as pessoas chegaram e se abraçaram, cumprimentaram-se, olharam-se, desejaram-se, selecionaram-se, nós nunca saberemos.

Ecléa Bosi (2006, p. 420) nos ajuda a compreender esta questão:

Será a memória individual mais fiel que a social? Sim, enquanto a percepção original obrigar o sujeito a conter distorções em certos limites porque ele viu o fenômeno. Mas o quando, o como, entram na órbita de outras motivações. Se a memória grupal pode sofrer os preconceitos e tendências do grupo, sempre é possível um confronto e uma correção dos relatos individuais e a história salva-se de espelhar apenas os interesses e distorções de cada um. A memória pode percorrer um longo caminho de volta, remando contra a corrente do tempo. Ela corre perigo de se desviar quando encontra obstáculos, correntes que se cruzam no percurso. São as mudanças, os deslocamentos dos grupos, a perda de um meio estável em que as lembranças pudessem ser retomadas sempre pelos que as viveram.

O fato contado é sempre uma interpretação particular – como já salientamos ao longo do trabalho – “mesmo quando somos testemunhas oculares” (BOSI, 2006, p. 463) e, as ferramentas “raramente expressam as intenções dos atores envolvidos” (MIDDLETON e BROWN, 2006, p. 91). É assim que ganha sentido o trabalho do historiador.

Muitas outras questões poderíamos elaborar sem nunca obtermos respostas que nos oferecessem uma verdade que nos satisfizesse. Afinal, nunca teremos acesso a uma verdade absoluta para dar conta de narrar (GAGNEBIN, 2005) fidedignamente tudo o que aconteceu num determinado momento da história de uma cidade, de um país, de um povo ou do jantar na casa de vovô, ou ainda, sobre qualquer outro episódio da minha vida.

Não sei e não saberei se o que lembro é a verdade. Aqui temos uma questão que ultrapassa o debate acerca da memória e nos remete para um problema de natureza filosófica. Sobre esta questão busco o apoio do filósofo alemão Nietzsche (1996a) que nos instiga ao polemizar sobre a possibilidade de existir uma verdade isenta, neutra, gerada a partir de uma prenhez ultramundana.

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após

longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (NIETZSCHE, 1996a, p. 57)

Pois bem, admitindo não existir a verdade, resta-nos perguntar: o que sei de mim? Ou a melhor pergunta seria: o que acredito saber sobre mim? Ou ainda: o que estou convencido que sei sobre mim? Por fim, o quanto estou satisfeito do que penso ser razoável sobre mim? Tais questões se aplicam perfeitamente à pesquisa histórica, afinal, o que escrevemos de outras épocas e povos são sempre um pouco de mim.

A vida dos sujeitos não pode ser amarrada como uma colcha de retalhos que, sem muita lógica, transforma-se de acordo com as habilidades do artesão numa bela peça. Não quero buscar “belas peças”, nós não buscamos por “belas peças, muito menos queremos “amarrar pedaços de vida”. Segundo Bosi em *Memória e Sociedade* (2006, p. 408): “Há fatos que não tiveram ressonância coletiva e se imprimiram apenas em nossa subjetividade. E há fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiram profundamente em nós”.

Sou filho de João Eugenio Netto e Nazareth Tenório Eugenio. Ambos de uma cidadezinha do sul do estado de Minas Gerais chamada Cachoeira de Minas. Casaram-se no dia 22 de maio de 1965. Até onde sei, toda minha família (avós, bisavós e tataravós maternos e paternos) é cachoeirense, aliás, primos casados entre si.

Por conta do serviço de saúde, público ou privado, ser extremamente carente naquela cidade (por que não dizer em todo Brasil), aliás, Cachoeira conquistou seu hospital há pouco tempo, mamãe optou em realizar o parto em Pouso Alegre (34 quilômetros de distância), o que aconteceu no dia 17 de setembro de 1971, conforme consta em minha certidão de nascimento.

Somos seis filhos: Maria Regina, José Antônio, eu, Cláudia Patrícia, Alessandra Aparecida e Juliano Aparecido. Minha primeira irmã faleceu ainda muito bebê engrossando o alto índice de mortalidade infantil nos anos sessenta, conforme poderemos ver na Tabela 1 a seguir. Conta papai que Maria Regina foi levada pela pneumonia. Os dois últimos irmãos, os mais novos, são do segundo casamento de papai uma vez que o mesmo ficara viúvo em setembro de 1982, casando-se em abril de 1983. Sobre mamãe e seu falecimento ainda muito jovem, voltaremos a falar mais à frente.

Ano	Taxa de mortalidade infantil (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1930	162,4	193,3	193,2	153,0	121,0	146,0
1935	152,7	170,0	188,0	145,0	120,0	133,0
1940	150,0	166,0	187,0	140,0	118,0	133,0
1945	144,0	156,0	185,0	130,0	113,0	123,0
1950	135,0	145,4	175,0	122,0	109,0	119,0
1955	128,2	127,5	169,6	108,0	94,7	114,0
1960	124,0	122,9	164,1	110,0	96,0	115,0
1965	116,0	111,3	153,5	96,0	84,0	99,0
1970	115,0	104,3	146,4	96,2	81,9	89,7
1975	100,0	94,0	128,0	86,0	72,0	77,0
1980	82,8	79,4	117,6	57,0	58,9	69,6
1985	62,9	60,8	93,6	42,6	39,5	47,1
1990	48,3	44,6	74,3	33,6	27,4	31,2

**Fonte:** Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil / IBGE, Departamento da População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Os números se referem às crianças nascidas vivas e que vieram a falecer antes de completar o primeiro ano de vida e sua contagem é feita a cada mil nascimentos. No caso em destaque, 110 crianças morreram em mil nascidas vivas na região Sudeste antes de completar um ano. A região Nordeste é a que apresenta maior taxa de mortalidade infantil e a região Sul a menor. O Brasil chegou em 1990 com 48,3. Muito acima dessa marca, a região Nordeste nesse ano atinge 74,3 e a região Sul se mantém com a menor taxa com 27,4. O Sudeste apresenta a taxa de 33,6 em 1990, muito abaixo dos 110 de 1960, porém, abaixo do Sul com 27,4 e do Centro-Oeste que apresentou 31,2 em 1990.

Do lado de pai temos vovô Antônio Dionísio de Faria e vovó Maria Eugênia da Costa casados no dia 21 de abril de 1942. Constituíram a típica família caipira da zona rural. Possuíam uma fazenda em dimensões modestas, plantavam arroz e mandioca prioritariamente, criavam porcos e vacas leiteiras, além de manterem galinhas no terreiro, farto pomar com limoeiros, laranjeiras e outras frutas para uso da casa. O terreno era cortado por um córrego de água cristalina que vinha da serra, água da mina mesmo, sempre geladinha. Era uma casa grande, chão de assoalho (que me enchia de medo quando rangia, principalmente ao anoitecer), seleiro embaixo da casa, janelões, sem luz elétrica, latrina fora

<sup>11</sup> O documento está disponível para download em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6685.pdf>. Acessado 15/12/2017.

de casa, quarto de banho, despensa, quatro quartos, duas salas e uma cozinha enorme com fogão a lenha (não havia fogão a gás).

Lembro-me de ir lá, bem pequeno, quando quase todos os meus tios e tias eram solteiros. Quanta gente em casa! É certo que havia famílias muito mais numerosas. Vovô sempre contava de um parente que tivera 20 filhos. A família toda era: meu pai o primogênito, José Roberto, Antônio César, Manuel, Pedro (estes já casados), Brás, Joaquim e as mulheres, Maria, Felícia e Helena, todos ainda vivos. Houve o Dario que não conheci, acometido de paralisia infantil, teve uma vida frágil vindo a falecer com 7 anos em 1954. Houve, também, Benedito, nascido em 1962, teve uma vida curta de 10 ou 11 dias apenas sendo levado pelo “mal de sete dias”, provavelmente resultado de alguma infecção. A última, uma menina, nasceu morta em 3 de janeiro de 1968, nem foi registrada com nome.

Acordava-se muito cedo com o galo cantando, aliás, o relógio da sala que tanto nos assustava com suas badaladas, era mais observado aos domingos, a fim de que não se perdesse o horário da missa que acontecia na matriz de São João Batista, no centro da cidade. A relação com o tempo era muito diferente da que tenho nos dias de hoje. Tudo acontecia dentro de uma cadência muito peculiar.

Thompson, historiador inglês, em sua obra *Costumes em Comum* (1998), sobretudo, no capítulo chamado “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, ao tratar da introdução do relógio na sociedade inglesa, principalmente no tocante ao controle do proletariado e às transformações sociais advindas desse fenômeno, afirma que a medição do tempo antes da indústria se vinculava à organização das tarefas domésticas dentro de cada família. Em outra passagem, mostra que o uso do relógio poderia estar atrelado muito mais aos processos de reconhecimento social, de *status*, do que com preocupações voltadas ao horário propriamente dito.

Guardando e respeitando as diferenças de tempo e lugar, percebemos proximidades incríveis com a sociedade inglesa descrita por Thompson (1998) uma vez que os ritmos naturais, as estações do ano, as fases da lua, eram extremamente significativas e respeitadas para aquele mundo rural mineiro dos anos setenta em que pude experimentar, muito mais do que o horário ditado pelo relógio de pulso ou o da sala que acompanhava os badalos do relógio da Igreja Matriz.

Voltando à rotina diária, quando a casa ia acordando, vovó, como num passe de mágica, estava na cozinha com o café pronto, bolo, pão, tudo feito no fogão à lenha que também tinha a função de manter a casa aquecida.

Somente muito mais tarde é que ouvi falar sobre “patriarcalismo” e fui entender os bastidores dessa mágica. Então, após o café, meus tios, já com as tarefas pré-determinadas, distribuía-se entre a lavoura e os cuidados com os animais, a criação como se falava e minhas tias se ocupavam dos serviços domésticos. O almoço era preparado a partir da farta despensa recheada de queijos, doces, chouriços, linguiças, latas com carne acondicionada na gordura, alho etc. Quando estávamos lá, vovó costumava matar algum frango que estava solto no terreiro. Lembro-me muito bem de que as aves se aglomeravam quando o milho era aleatoriamente distribuído, acompanhado por aquele “diálogo” com vovó que os chamava de uma forma que não saberia reproduzir aqui, uma espécie de “tiii, ti, ti, ti, ti”.

Morar na roça era resolver, diariamente, a complexa equação “carência X fartura”. Ao mesmo tempo em que podíamos ver a despensa farta, animais, leite etc., havia poucas oportunidades para se estudar, sem contar o precário acesso a médicos e remédios, tudo era distante, sem luz, sem carro.

Darcy Ribeiro em sua obra *O povo brasileiro* (1995), ao refletir sobre o caipira e sua vida anterior às novas formas de produção impostas pela dinâmica capitalista, antes das roças virarem empresas credenciadas às cooperativas a fim de se manterem produtivas e garantirem sua subsistência, quando não engolidas pelas grandes fazendas e latifúndios, descreve com clareza este *modus vivendi* dentro dos bairros.

Para essas populações rarefeitas, que, via de regra, só contavam com o convívio diário com os membros da família, assumem importância crucial certas instituições solidárias que permitem dar e obter colaboração de outros núcleos nos empreendimentos que exigem maior concentração de esforços. A principal delas é o mutirão, que institucionaliza o auxílio mútuo e a ação conjugada pela reunião dos moradores de toda uma vizinhança para a execução das tarefas mais pesadas, que excediam as possibilidades dos grupos familiares. [...] Sempre que a tarefa interessava imediatamente a um dos moradores, cumpria a este prover alimentação e, ao fim dos trabalhos, oferecer uma festa com música e pinga. Assim, o mutirão se faz não só uma forma de associação para o trabalho, mas também uma oportunidade de lazer festivo, ensejando uma convivência amena. (RIBEIRO, 1995, p. 384-385)

O bairro em questão no caso de vovô era o Ribeirão. Ali ele tinha identidade e sentimento de pertencimento. Quando indagado de quem eu era neto, respondia sem dúvida, “do Toninho Dionísio do Ribeirão”.

Darcy Ribeiro (1995, p. 384) também se ateve a conceituar bairro, a princípio como “naçãozinha”, ou seja, “grupos de convívio unificados pela base territorial e que se assentam,

pelo sentimento de localidade que os identifica e os opõe a outros bairros, e pela participação em formas coletivas de trabalho e de lazer”.

Onde eu e meu irmão estávamos enquanto a dinâmica diária acontecia? Brincando, ah, como brincávamos do que podia e do que não podia. Dentre as brincadeiras sem brinquedo, uma das grandes aventuras era a corrida de limões córrego abaixo. Era, simplesmente, fantástico ver os limõezinhos descendo naquele fiozinho de água com suas margens estreitinhas, por vezes, não dava três palmos adultos. Vale registrar que é dessa mina que saía toda água para beber, cozinhar e lavar roupas. Procurar tesouro, ou pedras preciosas era outra brincadeira inefável, nadar no ribeirão, às vezes, acontecia sob severas restrições. À noite, jogar dominó após o jantar sob a luz de lamparinas, o lampião ficava onde estivessem mais pessoas, normalmente onde vovô estivesse, é claro, era a ocupação principal.

Fomos algumas vezes ao Ribeirão, nós quatro, papai, mamãe, Totonho (meu irmão) e eu, mas, dificilmente ficávamos para dormir. Após o falecimento de mamãe, visitei outras vezes meus avós e tios. Ainda hoje vou ao encontro de vovó.

Somos, eu e meu irmão mais velho, por parte de pai, os primeiros netos. Vimos os tios se casarem e todos os outros netos, nossos primos, nascerem. Isso nos dava a impressão de possuímos algum *status* dentro da família. Realmente me sentia muito querido por vovô e vovó. Tínhamos liberdade para brincar em vários espaços, acompanhar os tios nos cuidados com os porcos, no ordenho das vacas, para levar almoço aos que estavam na lavoura.

Mas, o quarto do vovô era o limite. Lá não se podia entrar, o que nos causava grande curiosidade. Certa vez, fomos, eu e meu irmão chamados por vovô ao seu quarto. Ele deu a cada um uma nota de cem cruzeiros e nos falou sobre a importância de se ganhar dinheiro honestamente e de se poupar. Sei que papai abriu uma poupança na antiga Minas Caixa (banco estatal que não mais existe desde o início dos anos de 1990), mas precisou usá-la pouco tempo depois.

Com tristeza lembro-me de quando vovô foi morar na cidade. O Toninho do Ribeirão já não mais estava lá. Parte de sua identidade se esfacelara e se entregou, falecendo em 1998. Vovó (definitivamente, as mulheres são mais fortes), ao contrário do que muitos diziam na época, “não vai suportar a ausência do Toninho”, está viva, lúcida, no alto dos seus 94 anos. Mora em Santa Rita do Sapucaí, uma cidade do sul de Minas Gerais, com Maria, uma das filhas.

Pelo lado de mamãe uma realidade muito diferente. Uma família urbana. Uma casa com luz elétrica, água encanada, televisão e telefone. Vovô tinha carro, uma Kombi que

carregava tudo e a todos sem cinto de segurança. Nem por isso a vida era mais fácil; a carência urbana é diferente da carência rural. José Rodrigues Tenório, vovô, era maestro; compositor de mais de uma centena de canções, dentre as quais podemos destacar os hinos da cidade de Cachoeira de Minas e do seu Centenário; hoje, a sede da banda que regia leva seu nome, além da APAE e de uma rua de Cachoeira de Minas.

Conhecido como Zé Bento, vovô era comerciante também, é de lá, da venda como se dizia na época, que se tirava o sustento da enorme família que constituiu. Do primeiro casamento do qual ficou viúvo da vovó Josefa tiveram nove filhos: Horácio, João, José, Jésus, Bartolomeu, Nazareth (minha mãe), Maria Aparecida e Antônia. Conta-se que houve o Eduardo que falecera ainda criança. Do segundo casamento, com vovó Celina, ainda viva no alto dos seus 91 anos, adora vôlei e torce para o Taubaté, UFC e futebol, torcedora do Atlético Mineiro: Ana Maria, Hugo, Paulo, Olga e Célia.

Diferente do que relatamos da família do lado paterno, havia muitos primos de nossa idade que se encontravam, principalmente, nas festas de Natal e Ano Novo. Costumava-se fazer “amigo invisível”. Todos nós dormíamos lá na casa, afinal, vovô dizia, “os meus dormem comigo, fechando a porta, dá-se um jeito”. Vovô sempre “dava um jeito”. Sempre socorreu e acolheu os filhos e netos com muita dignidade e retidão. Lembro-me de que precisávamos fazer fila na venda na hora do café da tarde para pegar cada um seu pão ou um docinho de sobremesa do almoço.

Vários netos, por motivos diferentes, moraram com vovô e vovó. Fico a pensar no desafio de alimentar filhos e netos com uma venda, aquele mercadinho de interior que vendia de tudo: arroz, feijão disponíveis na quantidade desejada, além do pão, doce, pinga e o frango vivo, pego no galinheiro, amarrado e pesado na hora. Peguei muitos frangos. Isso eu detestava, morria de medo. Ainda hoje tenho uma repulsa irreparável de aves, da pena, da penugem. Precisava segurá-las para cortar as asas; era uma prática muito comum quando se prendia em galinheiros na zona urbana. Cortavam-se as pontas das penas de uma das asas daí, em desequilíbrio, não conseguiam voar. Muito diferente das aves livres da roça do vovô Toninho que iam e vinham, escolhiam suas árvores para dormir, seus cantos para fazer os ninhos.

Também ajudei na venda, sentia-me valorizado ao atender corretamente e receber um elogio de vovô. Admirava a inteligência dele: ferramentas organizadíssimas, balanças calibradas. O fubá era feito ali mesmo no moinho criado por ele; as gaiolas também eram fabricadas lá; também montei muitas gaiolas.

O trabalho fazia parte da vida, era naturalizado em nosso meio. Vovô é quem dava a medida e distribuía o peso, dificuldades e riscos de acordo com a idade e nível de compreensão da tarefa. Não víamos o trabalho como um problema ou um castigo, pois acontecia num clima de colaboração e cumplicidade.

Não se trata de um “trabalho infantil” como se costumou chamar aquele tipo de atividade que afeta a dignidade da criança e prejudica seu desenvolvimento físico e intelectual e a impede, na maioria das vezes, de ter acesso aos bancos escolares; não se trata da exploração de um tipo específico de mão-de-obra mais barata e facilmente acessível e vulnerável, mas de um processo educativo onde se acreditava piamente que a formação humana seria deficiente sem a experiência do trabalho.

Heywood (2004) nos alerta sobre os riscos de se generalizar a questão do trabalho infantil englobando quaisquer atividades a que crianças venham desempenhar mesmo nos espaços domésticos, sobretudo se, anacronicamente, avaliarmos determinadas ocupações a partir de uma ótica viciada pelo presente.

Ao discutirmos a história do trabalho infantil, é difícil evitar a influência de nossas próprias experiências em uma sociedade moderna e burocratizada. A tentação é perguntar com que idade as crianças começaram a trabalhar, como se isso representasse o mesmo que começar a estudar hoje em dia, ou se elas estavam empregadas ou desempregadas, da forma como a maioria dos adultos iria se considerar atualmente. As respostas provavelmente serão enganosas, a menos que se leve em consideração a natureza peculiar do trabalho infantil do passado. A entrada das crianças na força de trabalho era espalhada por muitos anos, segundo as circunstâncias pessoais e a disponibilidade de trabalho em cada localidade. Algumas tinham emprego em tempo integral fora de casa, mas a maioria provavelmente trabalhava em uma unidade familiar, sem receber, ou assumia pequenas tarefas, como cuidar de irmãos, liberando os adultos para o trabalho produtivo. (HEYWOOD, 2004, p. 162-163)

Sim, trabalhávamos. Nosso dia era cheio de atividades. Não faltavam brincadeiras, embora, naquele contexto, fazer gaiolas era divertido, como era divertido servir aos fregueses, Cuidar da horta se tornava uma brincadeira, pois o espaço entre os canteiros eram as estradas e meu irmão caprichava nos túneis e ribanceiras. A força dos costumes não permitia que nos sentíssemos explorados, ameaçados, subjugados por fazer o que fazíamos, mesmo quando se tratava de algo que não gostássemos tanto como pegar as galinhas no galinheiro e enxugar louças.

Thompson (2005) afirma que os costumes têm força social, ora conservadora, ora transformadora; nem sempre é possível defini-los como populares ou eruditos, pois se

mostram, na maioria das vezes, como síntese; sua dinâmica está dialeticamente associada, na perspectiva do historiador inglês, às mudanças no mundo do trabalho, ou seja, aos modos de produção; por essa base marxista, é possível afirmarmos que as estruturas sociais que formam, de/formam e re/formam os costumes e estão processualmente abertas, ora endossadas, ora desafiadas se localizam em meio aos avanços e retrocessos que contrastam com uma linearidade imaginária e equivocada.

Dois pontos, em especial, gostaria de destacar em relação ao meu avô materno: o primeiro, no mundo da música, sua maestria na regência da banda no coreto da praça central – era lindo ver a população parada, assistindo e aplaudindo – e o espetáculo que oferecia com sua flauta doce, de vez em quando, normalmente ao entardecer, na venda, inicialmente para os fregueses, mas, após a primeira música, outros tantos transeuntes paravam para ouvi-lo. Tive a alegria de ver vovô sendo aplaudido várias vezes. O segundo ponto, no exercício de sua atividade comercial, não permitia que as pessoas se embriagassem na venda; a cachaça vendida não poderia passar da segunda dose. Poucos ousavam transgredir a norma. Ouvi, algumas vezes vovô dizer: “Se quiserem se embebedar estão no recinto errado”.

Vovô ficou viúvo. Vovó Josefa, a mãe de minha mãe, falecera ainda jovem. Minha mãe tinha apenas 9 anos e minhas tias mais jovens, Maria Aparecida e Antônia, 7 e 5 anos respectivamente. Sobre vovó Celina, madrasta de mamãe, bom, ela criou a todos. Não se casara com vovô tão jovem como era o costume da época, afinal, já tinha quase 30 anos.

Vovó estudou em “Colégio de Freira”, era (ainda é) uma mulher inteligente, diferenciada; em meio a tantas outras possibilidades e alternativas, sua rebeldia se mostrou conservadora ao se casar com um viúvo, endividado e cheio de filhos. Às vezes, quando este assunto aparece dentro da família, é interessante como as pessoas ficam tentando encontrar uma lógica justificadora para tudo: vovó gostava de música e vovô era maestro, inteligente, falava bem etc, ou seja, sempre há uma tentativa de se criar explicações para aquilo que não se entende ou não se admite.

Ao se tentar explicar tudo, ao se tentar criar razões para se justificar decisões, imprime-se uma lógica objetivada que desqualifica o sujeito em sua condição existencial mais profunda e original como afirma Sartre (2002, p. 678) ao defender que “aquilo que me acontece é meu”.

Se para tudo o que se fizer existir algo exterior a mim que me explique e me defina, deixo de ser eu mesmo e torno uma coisa, desfigurado da categoria de sujeito. Nesse sentido, Sartre é ainda mais radical, pois defende que até mesmo o sofrimento é uma escolha.

Vejamos esse fragmento retirado da obra *O Ser e o Nada* (2002), no capítulo chamado “Liberdade e Responsabilidade”:

Não serei quem determina o coeficiente de adversidade das coisas e até sua imprevisibilidade ao decidir por mim mesmo? Assim, não há acidentes em uma vida, uma ocorrência comum que irrompe subitamente e me carrega não provém de fora; se sou mobilizado em uma guerra, esta guerra é minha guerra, é feita à minha imagem e eu a mereço. Mereço-a, primeiro, porque sempre poderia livrar-me dela pelo suicídio ou pela deserção; esses possíveis últimos são os que devem estar sempre presentes a nós quando se trata de enfrentar uma situação. Por ter deixado de livrar-me dela, eu a escolhi, pode ser por fraqueza, por covardia frente à opinião pública, porque prefiro certos valores ao valor da própria recusa de entrar na guerra (a estima dos meus parentes, a honra de minha família etc.). (SARTRE, 2002, p. 678-679)

Vovó escolheu se casar, ter filhos e abraçar o patriarcalismo. Não me lembro de vovó ter se sentado à mesa para almoçar conosco. Depois de tudo arrumado, rigorosamente dentro do horário e de certos padrões (cada um tinha seu lugar à mesa que, a rigor, demonstrava as preferências de vovô), ia para a venda enquanto vovô almoçava com filhos e netos, retirava-se para a sesta e a casa se calava por, pelo menos, 30 minutos. Algum dos filhos maiores substituía vovó na venda para almoçar, gerenciar a limpeza da cozinha e garantir o silêncio dentro de casa.

Não sabemos em que medida vovó participava das decisões do “Zé Bento” ou simplesmente “Zé” como ela o chamava. Não sabemos o quanto sofreu com a morte de vovô. Não sabemos o quanto se felicitou ao cuidar dos netos nas urgências e tragédias dos filhos do primeiro casamento de vovô. Hoje quando a visito (e o faço com menor frequência do que gostaria), enxergo uma sensibilidade naqueles olhos envelhecidos que sempre me acolheram e agora abraçam meus filhos. Vejo-a, mesmo em meio à fragilidade física imposta pela idade, como alguém que não se sujeitou, mas foi sujeito. Na mesma casa de tantos anos, mora com minha tia, a filha mais nova, Célia, que também quase morrera de pneumonia na ocasião do falecimento de minha irmã, Maria Regina.

Tão logo papai e mamãe se casaram no dia 22 de maio de 1965, vovô Zé Bento chamara papai para firmar sociedade numa fecularia. Morando “ali mesmo”, nasceram Maria Regina, José Antônio (“José” do lado materno e “Antônio” do lado paterno) e eu, Cesar Augusto, por causa do imperador de Roma, contava mamãe que me chamava nos momentos de calma de “meu imperadorzinho”. Ficamos lá em Cachoeira de Minas até o ano de 1973.

Papai, então, foi para São José dos Campos, cidade do Vale do Paraíba Paulista que abrigara significativo polo industrial com multinacionais como a General Motors, Kodak,

Nestlé entre outras. O que se falava na época é que “todo mineiro esperto deixava a roça e ia fazer a vida no Vale do Paraíba ou em São Paulo, talvez no Rio de Janeiro”. Deixar a roça, Cachoeira de Minas se tornou a meta de papai. Meta compartilhada entre tantos outros mineiros, nordestinos, nortistas que migraram louca e bravamente em busca de algo melhor. A cidade era vista como mais desenvolvida do que a roça. O lugar dos sonhos. O lugar de realizações irrealizáveis se não se abandonasse, decididamente, os confins de Cachoeira de Minas. Deixar para trás histórias pra se fazer história.

Estávamos em pleno Regime Militar e participávamos do “milagre econômico”.

Em linhas gerais, a intervenção do Estado na economia abrangeu: gestão da força de trabalho, aumento de sua capacidade extrativa ou de exação tributária, dispêndio de vultuosos investimentos em infraestrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais que, no limite, redundaram em corrupção e negociatas, endividamento interno e externo. [...] Com efeito, após um período de ajuste (1965-1967), tem início, a partir de 1968, um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como ‘milagre econômico’. Segundo dados citados por Comblin (1978:92), ‘de 1968 a 1975, o Produto Nacional Bruto (PNB) teve um crescimento anual médio de 9%. Entre 1968 e 1974, a população brasileira passou de 86 para 105 milhões de habitantes. Mas o PNB passou de 40 a 78 bilhões de dólares. A produção de energia elétrica aumentou de 38 para 72 bilhões de KWh. A produção de aço passou de 4,4 para 7,5 milhões de toneladas. As exportações cresceram de 1855 para 12500 milhões de dólares. A produção de automóveis de 279000 para 858000 unidades. (GERMANO, 2005, p. 72, 73)

Dentro daquele contexto o emprego iria aparecer, essa era expectativa, de todo tipo e em todo lugar. E, lá estava papai na porta da General Motors (GM), a multinacional responsável pela produção dos carros da Chevrolet, grande potência norte-americana aqui no Brasil.

Papai nos conta que muita gente ia para os portões das fábricas e esperava, esperava, esperava, às vezes, dias. Até que o guarda chamava a alguns em meio à multidão para fazer “ficha”; não se entregava um currículo, a “ficha” era o currículo. Nessa ficha o candidato deveria informar seus dados pessoais além de escolaridade. Papai tinha cursado até a Admissão. Resolveu parar por não gostar da escola.

Não eram poucos os analfabetos dentre os admitidos. A GM junto com as outras multinacionais, Volkswagen, Mercedes Benz, Ford, Fiat etc., e as empreiteiras responsáveis pela construção de viadutos, abertura de estradas etc., promoveram incontáveis vagas de emprego.

O que estava por trás desse “país do futuro”, desse “Brasil dos sonhos”? As palavras de Germano (2005, p. 70) são esclarecedoras:

Trata-se de um regime em que a função de domínio prevaleceu e foi exercida mediante o desenvolvimento de uma brutal repressão política que violou, seguidamente, os direitos individuais e coletivos. Assim, entre 1964 e 1979 foram efetuadas 1.565 intervenções em sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Por outro lado, ao fim do Governo Geisel, ‘a estatística do Regime Militar de 1964 registrava aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do Decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa de três centenas. A tortura e a morte nas masmorras da Ditadura tornaram-se rotineiras nesses anos de chumbo da nossa história.

Willington Germano (2005) se utilizou das informações contidas no Projeto “Brasil Nunca Mais” da Arquidiocese de São Paulo de 1985. Trata-se de um arquivo com 6891 páginas divididas em 12 volumes. Em se tratando da base teórica desse autor, um dos pilares é o marxista italiano Antônio Gramsci.

Ao explicar sobre os processos resultantes na constituição da hegemonia, Gramsci (2002), em seu *Cadernos do Cárcere*, explica que um grupo exerce supremacia em relação aos demais se conseguir garantir mecanismos de domínio e de direção intelectual e moral. O domínio se dá pela promulgação de leis e, inclusive e sempre que se julgar necessário, pelo uso da força legitimada pelo Estado.

Germano (2005) percebe que, guardando as diferenças da Itália de Mussolini vivenciada e criticada por Gramsci, há aproximações extraordinárias com a Ditadura que ocorreu no Brasil. A promulgação em 1968 do Decreto 477<sup>12</sup>, o Ato Institucional nº 5, é um exemplo do modelo de Estado descrito por Gramsci, aquela instância superiora que exerce domínio e direção. Optamos em manter a ortografia original dos artigos que selecionamos e apresentamos a seguir:

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

<sup>12</sup> Decreto 477 que fora publicado no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 1969. Encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacao-original-1-pe.html>. Acessado: 12/08/2017.

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se fôr estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

Para além do rigor explícito em cada artigo ou parágrafo, Papai afirma ainda hoje que o Regime Militar fora um período bom. Como ele se manteve eleitor em Cachoeira de Minas, eu perguntei como ficaram as eleições durante o período e a resposta foi imediata: só ganhavam os candidatos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e não se ouvia falar de grandes problemas nem em Cachoeira nem em São José dos Campos. Em relação às greves, papai sempre fugiu delas e via os sindicatos como algo interessante, necessário, mas, perigoso e, por isso, deveria guardar certa distância.

Desde o ano de 1965, por força do Ato Institucional nº 2, extinguiu-se o multipartidarismo e se implantou o bipartidarismo passando a existirem a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação, de apoio ao Regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que fazia cautelosa oposição aos militares. Todos os outros e, principalmente, o Partido Comunista do Brasil fundado em 1924, fora lançado nas malhas da ilegalidade.

Papai não era culpado por temer aos sindicatos e desconhecer os horrores da Ditadura Militar que, atualmente, insistem em dizer que foi um período glorioso... Que pena! Meu pai fazia parte da maioria da população que não tinha acesso à informação e estava longe dos grandes centros onde os movimentos oposicionistas aconteciam sistematicamente, com uma

agenda de protestos, panfletagem, assembleias, passeatas, apoio às greves, mobilizações que atuavam no plano ideológico com produção e distribuição de periódicos.

Dentre tais movimentos que praticavam uma oposição sistemática e consciente, havia os mais radicais que se organizaram como milícias e atuaram na clandestinidade e aderiram à guerrilha armada. Dentre tais esquerdistas que atuavam no combate à Ditadura por meio da luta armada podemos destacar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Papai não participou de nenhum movimento, partido ou sindicato. Em um mês em São José dos Campos papai tinha sido chamado pela GM e, em mais alguns dias, todos (mamãe, meu irmão e eu) deixávamos Cachoeira de Minas para morar na cidade do emprego, do sonho, da prosperidade que demorou a chegar. Foram três casas na mesma rua sem calçamento e poucos moradores. Naquela época, muitos terrenos vazios, mato, um bar na esquina, açougue. O ponto de ônibus era distante, andava-se muito quando precisava ir ao centro, às vezes, à missa de domingo, ao Parque Santos Dumont, circo e, uma vez, assistir ao show do cantor Ângelo Máximo que mamãe adorava. No entanto, os passeios não eram muito frequentes.

Num desses domingos, quando voltávamos do centro, muito provavelmente da missa de domingo, um homem havia sido esfaqueado na rua de casa, em frente ao bar; “a faca ainda está no seu peito”, disse meu irmão. Passamos apressadamente e entramos em casa. Começava a partir desse fato, ter contato com a violência e a entender que o ser humano é *sapiens* e *demens* (BOFF, 1999, 2008, 2010; MORIN, 2001), ou seja, ao mesmo tempo em que somos dotados de inteligência, racionalidade e sabedoria que nos impulsionam para o crescimento, manutenção da vida e relações virtuosas, possuímos impulsos destrutivos, egoístas que nos conduzem à consolidação de ciclos viciosos que nos conduzem à morte.

Na primeira casa em que moramos, lembro-me de dormir num berço de madeira e ainda escapulir um xixi de vez em quando... Frio, muito frio! Este frio traumático vai me acompanhar por muito tempo. Como ainda sofro com esse frio. Ah, em contrapartida, o mama de leite com café quentinho e o velocípede de ferro em que brincávamos naquele quintal de terra vermelha são lembranças saborosas. Ainda era muito pequeno, mas consigo ter a clara imagem da casa de tijolos sem laje e reboque.

A segunda casa: foi uma aventura levar os móveis e todas as coisas pela rua, fomos e voltamos várias vezes. Nunca perguntei ao meu pai o motivo da mudança. Era uma casa repartida com um guarda-roupa. Sendo assim, morávamos numa parte da casa e na outra o

dono da casa. Nessa casa recordo-me da caxumba e da fralda que mamãe amarrava apertando as ínguas para que não “descessem”; assim ela dizia, “cuidado meu coelhinho”. O chá mate quentinho com bolacha água e sal à noite para dormir e a macarronada com carne moída e queijo ralado por cima acompanhado de Coca-Cola, somente aos domingos, são lembranças saborosas.

Não há dúvidas de que nos lembramos, mais facilmente, daquilo que nos provocou uma atitude afetiva ou daquilo que nos afetou, positiva ou negativamente, aguçou nossa sensibilidade gerando uma unidade de memória. Mas, não é tão simples assim, pois há um exercício defensivo que seleciona o que deve ou não ser lembrado dentro da complexa relação de prazer e dor, sendo estes elementos subjetivamente concebidos.

De acordo com Bruner (1997, p. 56):

Quaisquer ‘tendências conflitantes’ propensas a prejudicar a estabilidade individual ou a ameaçar a vida social também tendem a desestabilizar a organização da memória. É como se a unidade de afeto (em contraste com o ‘conflito’) fosse uma condição para a esquematização econômica da memória.

A nossa unidade de memória é, dessa forma, forjada em meio a uma multiplicidade típica da realidade em que vivemos. Não há uma lógica pronta e acabada a ser descoberta, mas, pelo contrário, inferimos, concluímos, executamos uma operação lógica, atribuímos logicidade a fim de não enlouquecermos ou nos compreendermos como normais.

Sendo assim, mesmo que pareça razoável afirmar que, como não tínhamos televisão, mamãe gostava de ouvir rádio e ler fotonovela, afinal, era a materialidade disponível naquele momento, não posso afirmar, com toda certeza que, por conta da Telefunken em preto e branco, mamãe optara, naturalmente pelas novelas da rede globo abandonando a leitura. Mesmo que haja tendências claras de comportamento, há, também, decisão. É por isso que não nos diluímos numa massa amorfa *ad eternum*. É por isso que há resistências, é assim que existimos como sujeitos que se lançam no mundo e assumem o risco de viver.

Como ser de relações que somos, mamãe desejou consolidar amizades, mesmo que poucas, até onde me lembro. De Aristóteles que afirmava que o homem é um animal político, ou seja, um ser que se humaniza nas relações que estabelece na *pólis* e, como cidadão é um ser que decide, delibera, até Sartre que atribui ao “outro” a condição para nos conhecermos, mesmo que dentro de certos limites, não são poucos os autores que apostam no trânsito que

estabelecemos até o outro como elemento nodal para a formação de nossa identidade, esta como metamorfose, conforme nos aponta Ciampa (1995).

Havia duas moças que moravam na casa da frente à nossa. Não sei se formavam um casal, hoje penso que sim. Eram muito amorosas e acolhedoras. Mudaram-se, não sei para onde. Mamãe entristeceu-se com a ausência delas e eu também. Ganhei delas, na noite em que arrumavam a mudança, um boneco de pano, um maestro, que guardei até pouco tempo. Lembro-me das coisas desmontadas e caixas por todo lado. Aprendi que as pessoas vêm e vão e não temos controle sobre elas, sobre a vida; o controle é mais um elemento, entre tantos, das ilusões que cultivamos a fim de acreditarmos que somos mais fortes do que realmente somos. É difícil nos admitirmos fracos, impotentes, descartáveis, substituíveis.

E dentro dessa falta de controle nos vemos em meio a outro desafio: o dono da casa onde morávamos resolveu se casar e iria ocupar todo o imóvel. Não sei em que condições se travou um acordo com papai, mas, rapidamente, ergueu-se uma edícula de blocos no fundo do terreno, também sem reboco, um quarto e cozinha, banheiro do lado de fora, laje sem telhado, chovia “mais dentro do que fora”, mamãe reclamava, chão de cimento grosso, ainda como contra piso, que mamãe esfregava para deixar limpo. Essa foi a terceira casa.

Foi nessa casa em que olhava o leite para não derramar no fogão, ficava em cima da cadeira para isso. Esperava, ansiosamente, o final do ano, pois a GM oferecia, com um pequeno desconto no salário dos funcionários, presentes aos seus filhos no Natal. Foi morando lá que chegou a televisão, mas não tínhamos muito que assistir. Papai comprou uma vitrola daquelas que fechadas se parecem com uma maleta e a caixa de som é a própria tampa e, com ela, o *long play* da dupla caipira Lourenço e Lourival (que gosto até hoje) e os *compact disc* dos cantores Márcio José, Evaldo Braga, Célio Roberto, Nilton César.

Nessa casa, lembro-me de colocar minha mão nos vãos da parede de blocos e olhar, por esses vãos, os sapos enormes que apareciam. A hora de dormir obedecia a um ritual: mamãe afastava a mesa e armava nossa caminha de mola onde dormíamos juntos, eu e meu irmão, agarrados um ao pé do outro. Papai sempre trabalhou à noite e nunca esteve nesses momentos.

Certa vez, havia alguém no banheiro que era no lado de fora, a porta que só trancava por dentro, estava fechada. Dentre outras coisas que mamãe poderia fazer naquele mundo sem telefone em casa, muito menos celular, ela nos recolheu em sua cama e trancou a porta da cozinha e do quarto. Em meio ao clima de tensão e medo tivemos o conforto do colo de

mamãe que pedia para que ficássemos em silêncio, daí adormecemos. No outro dia, logo que papai chegara do trabalho, o banheiro já estava aberto.

São momentos como esse que nos ajudam a refletir que não somos isso ou aquilo absolutamente, mas nos tornamos isso ou aquilo na relação dialética de tudo com tudo. Eliminar as polarizações excludentes foi se tornando algo muito presente e motivador em minha caminhada. Descobri que entre os extremos existe um infinito de oportunidades onde se pode alavancar uma série de atitudes e posturas mais maduras e conscientes. Daí, aprendemos a somar mais do que subtrair, a incluir em detrimento à exclusão indiscriminada e preconceituosa.

O período que moramos nessa casa é primoroso em minha memória. Mamãe ficara grávida de minha irmã Cláudia Patrícia. Foi uma experiência muito interessante acompanhar a barriga crescendo, a montagem do berço no quarto apertadinho, as roupinhas e o nascimento exatamente no dia de meu aniversário, aliás, na única festa que tive com bolo e bexiga, em casa mesmo, mamãe passou mal e precisou ser levada ao hospital para os procedimentos do parto. Lembro-me ainda, em outra ocasião de manifestar o desejo de mamar no peito de mamãe, mas não ter coragem de fazê-lo toda vez que ela me oferecia.

Na mesma casa onde moravam as moças que me deram o boneco maestro mudou-se outra família: pai, que não me lembro ao certo do nome, Jair, talvez, a mãe, Dona Dora e Edilene, da minha idade. Logo mamãe fez amizade e passamos a frequentar a casa deles. Minha primeira namoradinha e experiência pré-sexual; depois que descobrimos que era interessante e prazeroso conferir nossas diferenças não paramos mais. Foram muitas vezes que mamãe nos pegava nus no banheiro, no quarto, no quintal. Para nossa tristeza, a família também fora embora e a promessa que voltariam em meu aniversário não se cumpriu. Nunca mais nos vimos.

Estamos no ano de 1978. Meu irmão com apenas 10 anos passou a trabalhar no açougue que ficava ao lado de nossa casa. Trabalhava mesmo! Chegou a ficar sozinho: cortava a carne, pesava, embrulhava e recebia. Ele nos conta que o pagamento, em dinheiro, era entregue, às vezes, pelo muro. Já naquela época ele se mostrava generoso e sempre comprava algum presentinho para todos. Recordo-me de ganhar uma régua vermelha que quebrei no braço dele numa briga.

Foi nesse ano que meu pai descobriu a CECAP em Taubaté. Trata-se de um bairro proletário que, na mesma lógica dos bairros operários ingleses, fora construído distante do centro. A construção da CECAP fazia parte do Plano Nacional de Habitação que foi gerido

pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)<sup>13</sup> criado pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986, ao ser transferido para a Caixa Econômica Federal e regulado pelo Banco Central.

A Caixa Estadual de Casas para o Povo, CECAP como ficou conhecida, foi uma autarquia que se consolidou como parte da política habitacional durante os anos de 1970 e extinta em 1980. O CECAP (atualmente chamado no “masculino” por se popularizar como “o Parque Cecap”) em que moramos ainda existe e passou a ser conhecida como “CECAP 1” uma vez que a mesma região foi contemplada por outras políticas habitacionais geridas por outras agências como é o caso do Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) que construiu, em momentos diferentes, vários residenciais que passaram a ser chamados de CECAP 2, 3, 4 e 5.

Para informações mais precisas sobre esse tema, recomendamos a pesquisa de Fernando Atique e Michele Aparecida Siqueira Dias intitulada “*A Caixa Estadual de Casas para o Povo - CECAP - e o interior paulista: a atuação de uma autarquia governamental na construção de conjuntos habitacionais*”.

Papelada feita, financiamento em 30 anos aprovado. Era só mudar. A mudança aconteceu no início de 1979. Papai estivera antes para capinar o quintal, na verdade um espaço na frente da casa adequado para se transformar em garagem, o que aconteceu muito tempo depois.

Era um sobrado grande em relação às casas que tínhamos morado – em visita recente descobri que não é tão grande assim –, com três quartos e banheiro em cima e cozinha e sala embaixo. Os poucos móveis foram trazidos pelo meu tio. Eu e meu irmão chegamos a jogar bola na sala. Estávamos no céu! Além de uma casa bacana, ainda podíamos brincar na rua ou na pracinha; mesmo dormindo junto com meu irmão na cama de casal usada por mamãe e papai na casa anterior, tínhamos nosso quarto. Ainda não havia portão nem luz na rua. Mas, estávamos felizes. Foi uma nova etapa em nossa vida.

Faltavam energia e água constantemente. Lembro-me de irmos à bica buscar água que deveria servir para tudo: banho, lavar louça e roupa, beber e cozinhar. Havia filas imensas para pegar água. As pessoas conversavam, reclamavam, conheciam-se. Assim era o CECAP de 1979. Por conta da falta de água, tornou-se normal a pia ficar transbordando de louças a serem lavadas. Certa vez mamãe me pediu que esquentasse o mama para minha irmã. Pois bem, ao chegar na cozinha e não encontrar alguma caneca que servisse para o sucesso da

---

<sup>13</sup> Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>. Acessado: 11/01/2018.

empreitada, sem titubear, acendi o fogo com o *magiclick* e coloquei a mamadeira de vidro diretamente no fogo. Alguns segundos depois ela explodiu. Mamãe, apesar de sempre muito brava, percebeu a inocência do ato e perdoou a ignorância daquele baixinho de 7 anos apenas.

Houve uma onda de assaltos, inclusive a mão armada. Meu irmão foi assaltado voltando da escola... Bom, ele não tinha nada, seu amigo perdeu seu relógio *orient*. Roubaram a bicicleta do vizinho. Roupas do varal e botijões de gás deixados do lado de fora, também, não eram poupados. Não ouvimos falar de casas arrombadas, mas é provável que tenham acontecido algumas invasões naquela CECAP esquecida, escura, distante de tudo. Muitos espinhos em meio às flores perfumadas dos carinhos de mamãe.

Desde São José dos Campos via meu irmão ir à escola. Achava lindo. Queria ler como ele. Tive uma rápida e traumática passagem pela pré-escola: detestava o uniforme com aquela bermuda de elásticos nas pernas e a professora que impedia e censurava quaisquer originalidades criativas, tudo deveria ser dentro das linhas, do ritmo, da cadência, do tempo, com pouca ou nenhuma sensibilidade à infância que lhe fora confiada.

Quando olho para determinadas atitudes daquela professora, tais como, as mais diversas repreensões severas que sofríamos, fico a pensar sobre a formação que recebera, as suas orientações pedagógicas, o acompanhamento e supervisão dos seus trabalhos, afinal, não podemos listar culpados destituídos dos inúmeros elementos que compunham o contexto em que estavam inseridos.

Ela não pecava sozinha, havia um sistema que permitia e favorecia o erro. Era ainda muito recente que o Ministério da Educação havia absorvido a pré-escola. Mesmo que a Educação Infantil tivera algum destaque nos Planos Nacionais de Desenvolvimento certamente, a transição da lógica assistencialista para a perspectiva pedagógica demandava tempo, planejamento, mão-de-obra, adequação dos espaços, enfim, investimento. Essa professora vivia em meio a um período de transição, dentre tantos que marcaram a história da educação brasileira.

Muito havia de ser feito para se efetivar a ampliação da rede de escolas e creches que pudessem acolher aquela infância dos anos de 1970 e articular a pré-escola às primeiras séries do 1º grau o que, no imaginário desenvolvimentista do Regime Militar, poderia contribuir para diminuir os altos índices de reprovação e evasão registrados até então no primário.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2005) considerando os dados oficiais do Ministério da Educação, é possível verificar um salto de 460 mil matrículas na pré-escola no ano de 1972

para 6 milhões quase três décadas depois, ou seja, foram precisos mais de trinta anos para registrarmos avanços significativos nesse segmento / nível de educação:

Os dados oficiais do Ministério da Educação para 1972 indicam 460 mil matrículas na pré-escola. Em 1984, são quase 2 milhões e 500 mil; em 1997, 4 milhões e 292 mil. Somando-se as crianças em creche e em classes de alfabetização, os dados de 1997 totalizam em pouco mais de 6 milhões de matrículas”. (KUHLMANN Jr., 2005, p. 191)

A oferta da Educação Infantil naquela época, segunda metade da década de 1970, ainda não era tão ampla apesar de não serem novas as propostas acerca desse tema. As políticas de saúde e educacionais materializadas no último quartel do século XX, que demonstravam ampla e amadurecida compreensão sobre as necessidades específicas da infância, não surgiram de uma originalidade genial e atemporal, mas foram resultado de amplo debate que nos remetem a meados do século XIX (FARIA FILHO, 2003).

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o atendimento a crianças de 0 a 6 anos foi incluído no capítulo sobre educação passando a ser de responsabilidade dos sistemas educacionais; tal posição foi reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90 e, sobretudo pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, alterada pela Lei nº 12.796/13. Anteriormente, parte vinculava-se relativamente aos sistemas de educação no tocante ao atendimento a crianças de 4 a 6 anos; a gestão das instituições que prestavam atendimento às crianças de 0 a 3 anos estava nas mãos dos órgãos de saúde.

Em 1952 o Departamento Nacional da Criança (DNCR) em uma de suas publicações demonstra com clareza sua preocupação com a constituição de espaços educativos que fossem devidamente preparados para receber os pequenos e comportar uma infância, com a atenção que merece, dentro de um contexto pedagogicamente fundamentado.

O texto defendia a existência, nas creches, de material apropriado para a educação das crianças: caixa de areia, quadros-negros, bolas, blocos de madeira, bonecas, lápis, tesouras, livros, papel, quadros, roupas de bonecas, pastas de modelos, livros de pano, pratos para bonecas, brinquedos de animais, ‘puzzles’, carrinhos de bonecas, material de costura, caixinhas, cubos, embutíveis, pianos, etc. A recreação é outro ponto fundamental: pela atividade lúdica, pelo exercício das atividades espontâneas, a criança entra em contato com o ambiente e se torna mais objetiva e conservadora; aprende a manipular os objetos, desenvolve o equilíbrio e a habilidade neuromuscular. (KUHLMANN Jr., 2005, p. 188)

Atualmente compreende-se por “Educação Infantil” todo processo pedagógico oferecido às crianças de 0 a 5 anos, independente se instituição pública ou privada, sob responsabilidade dos Departamentos e/ou Secretarias Municipais de Educação que, obrigatoriamente, devem seguir as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil publicadas no ano de 2010 pelo Ministério da Educação, além de ser contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional, LDB 9394/96, alterada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que, por sua vez, em seu artigo 29 prescreve: “ação da família e da comunidade”.

Em Taubaté entrei na 1ª série e meu irmão na 5ª série. Estávamos no ano de 1979. Vale o registro que, por força da Lei 5692/71 o primário e ginásio, bem como, a Admissão foram condensados no 1º grau com oito séries ampliando, assim, a Educação Básica de 4 para 8 anos; é a mesma lei que instituiu o 2º grau Técnico e o Propedêutico ou Colegial.

O Brasil se igualava à Mauritânia e somente o Laos apresentava uma taxa inferior, 3 anos. assim sendo, ficava atrás de países como a República da África Central (8), Congo Brazzaville (10), Gabão (10), Mali (11) etc., sem falar na União Soviética, Estados Unidos, Canadá e outros que atingem até 16 anos de escolaridade obrigatória”. Difundir o nível secundário propedêutico e técnico também era objetivo da lei. (GERMANO, 2005, p. 167-168)

Acabava, também, a divisão entre Clássico e Científico instituída pela Reforma Capanema de 1942. Gustavo Capanema foi ministro da Educação do período que ficou conhecido como Era Vargas durante o Estado Novo. A reforma educacional implementada pelas suas Leis Orgânicas de 1942 consolidou o Primário e o Ginásio como dois momentos independentes afastados pela Admissão. Capanema priorizou o Ensino Industrial público e estabeleceu a parceria público-privada na criação do Sistema “S” com o pioneiro SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e a posterior versão voltada para o comércio, SENAC.

Numa perspectiva nacionalista, Gustavo Capanema regularizou o Ensino Agrícola e fortaleceu a Escola do Comércio criada pelo seu antecessor, Francisco Campos. O mencionado “Clássico” e “Científico” se referem ao segmento de ensino secundário obrigatório para prosseguimento nos estudos em nível superior; enquanto no primeiro de priorizavam os estudos da área de humanas, no segundo, dava-se especial atenção a exatas e biológicas. O estudante deveria escolher um ou outro de acordo com a faculdade que pretendia cursar.

Nem Capanema, nem 1º grau me interessavam. A cada dia a escola se tornava mais chata. Fico a pensar: será que é só no meu caso que a escola foi tão frustrante? Por que as aulas não me preenchiam? Por que queria sempre mais do que me fora oferecido? Será que sempre fui um adultinho antes da hora?

Levava tudo muito a sério desde muito cedo. Interessante como que “infância” e “maturidade” parecem não combinar, parecem estar distantes. No meu caso, precisei descobrir a síntese que me equilibrasse entre a vontade de ser criança e os compromissos de gente grande que chegaram precocemente.

No final de 1980, mamãe já apresentava sinais de uma doença que a levou cedo demais. Iniciara-se uma maratona de dor, sofrimento, separações e saudade, muita saudade. No meio do ano de 1981 eu e meus irmãos fomos morar em Cachoeira de Minas na casa de meu avô Zé Bento. Mamãe e papai ficaram em Taubaté para os tratamentos. Nova escola, professores, amigos, inimigos, ritmos, cultura, cama, quarto e frio, sempre muito frio.

É verdade que morar ali parecia, por um lado, a realização de um sonho, afinal, dentre as mais antigas memórias que carrego, uma das mais saborosas era quando começavam os preparativos para viajar de São José dos Campos para Cachoeira. Ajudava fielmente em tudo, estava sempre junto, era um processo transcendental, mágico. Por fim, mamãe me colocava sentado na mala para conseguir fechá-la. Quando papai chegava do trabalho, ainda de madrugada, éramos acordados, arrumados, alimentados para a grande aventura.

Naquele tempo era tudo mais difícil. Íamos para o ponto de ônibus. Lembro-me de andar bastante. Daí, chegando à rodoviária de São José dos Campos, papai comprava as passagens para Paraisópolis, cidade maior, 27 quilômetros de distância de Cachoeira. A estrada, as curvas, a serra, passávamos mal, eu e meu irmão, todas as vezes. Tinha o túnel que nos dava alguns segundos de fascínio (até hoje meus filhos adoram). A torcida é que não chovesse, pois, pelo contrário não haveria ônibus de Paraisópolis à Cachoeira e a viagem ficaria, pelo menos, de quatro a cinco horas mais longa.

Por outro lado, morar ali em Cachoeira de Minas sem mamãe era chorar de saudade e lamentar sua falta, principalmente, na hora de dormir. Tive que me ocupar em cuidar de minha irmã em vários momentos do dia, principalmente sendo um contador de infinitas historinhas para dormir. Não tenho certeza, mamãe vinha quinzenalmente aos finais de semana. Voltava para os tratamentos. Assim foi 1981. No final desse ano, papai conseguiu alugar um apartamento em São José dos Campos e para lá mudamos no início de 1982. Estávamos todos juntos novamente.

Grandes perdas ocorreram em 1982. Estarei me esforçando em enumerar algumas dessas perdas. Acredito que tenha sido, emocionalmente, o ano mais terrível de minha pequena vida. Uma vez que meu pai não encontrara escola próxima de casa para meu irmão durante o dia, ele voltou a morar com meu avô em Cachoeira de Minas. Havia vaga somente à noite e mamãe achava o lugar perigoso, a escola distante, caminho ermo, enfim, condições desfavoráveis a ponto de se decidir que meu irmão iria continuar seus estudos longe de mim. Isso foi no final das férias. Nunca mais voltei a morar com ele. Essa foi a primeira perda.

Para Nietzsche a história pode ser lida, entendida e categorizada como sendo monumental, arqueológica e crítica. Em relação à primeira, a monumental, ao que nos interessa nesse momento, usamos das palavras do historiador da Filosofia, Nicola Abbagnano (2000, p. 167), para explicar seu significado.

Que os grandes momentos da luta dos indivíduos formem uma só cadeia, que as manifestações mais altas da humanidade se unam através dos milênios, que o que existe de mais elevado no passado possa ainda reviver e avultar [...]. Em virtude desse tipo de história, o homem ativo, o lutador, encontra no passado os mestres, os exemplos, os consoladores de que tem necessidade e que o presente lhe nega.

Assim nascem os monumentos, exemplos de vitória, força, superação, energia. Meu irmão, José Antônio, Totonho, Zé, meu monumento, meu ídolo, que, no sentido nietzschiano, tornou-se meu mestre, consolador, exemplo, a energia que me fez e me faz levantar e continuar a caminhada.

Sem meu irmão, nova escola e todo processo de adaptação outra vez. Definitivamente precisei lutar contra meus medos e timidez. Precisei crescer. Não tinha mais meu irmãozão, estava sozinho naquele mundo onde tudo era muito diferente. Mamãe piorava a cada dia, mas éramos iludidos que as coisas estavam bem. Papai precisava levá-la ao hospital para os tratamentos. Eu ficava cuidando de minha irmãzinha. Era uma criança de 10 anos cuidando de outra de 3 anos. Tive muito medo. Não desejei ser a criança-adulto que fazia mama, levava ao banheiro, zelava para que tudo estivesse em ordem quando mamãe chegasse cansada do hospital.

Não desejei, mas me tornei a criança-adulto elogiada por muitos pela responsabilidade e capacidade de me manter como aluno nota dez. Estava na 4ª série. Descobri que é uma brutalidade uma criança se tornar adulta ainda sendo criança. Talvez seja por isso que me esforço em manter acordado o menino que vive em mim. Sei que esse menino não é o “Cesar-

menino”, “Cesar-criança”, mas, apenas um menino anônimo como arquétipo da infância que acredito ser infantil, originariamente infantil.

Ao meditar sobre a criança que fomos, para além de toda história de família, após haver ultrapassado a zona de pesares, após haver dispersado todas as miragens da nostalgia, atingimos uma infância anônima, puro foco de vida, vida primeira, vida humana. E essa vida está em nós – sublinhemo-la ainda uma vez –, permanece em nós. Um sonho nos conduz até ela. A lembrança só faz reabrir a porta do sonho. O arquétipo está ali, imutável, imóvel sob a memória, imóvel sob os sonhos. E, quando se faz reviver, pelos sonhos, o poder de arquétipo da infância, todos os grandes arquétipos das potências paternas, das potências maternas retomam a sua ação. O pai está ali, também imóvel. A mãe está ali, também ela, imóvel. Ambos escapam ao tempo. Ambos vivem conosco num outro tempo. E tudo muda: o fogo de outrora é outro fogo, diverso do fogo de hoje. Tudo o que acolhe a infância tem uma virtude de origem. E os arquétipos permanecerão sempre como origens de imagens poderosas. (BACHELARD, 2009, p. 120)

No meio do ano de 1982 teve Copa do Mundo. Da Copa anterior, a de 1978, lembro-me, apenas, de não ter entendido o motivo do Brasil não ter sido campeão. Adorava assistir aos jogos. O “Cesar-menino-criança-que-cuidava-da-irmãzinha” adorava jogar bola, brincar sozinho com as mãos e bolinhas de gude transformando-as em jogadores num estádio cheio que chutavam belas bolas e vibravam ao marcar os gols que sempre definiam algum campeonato.

Durante muito tempo ficaria ruborizado se alguém comentasse que eu, até próximo dos 13 anos, brincava com as mãos, afinal, o “Cesar-menino” sempre foi tido, e havia expectativa nesse sentido, como um “Cesar-adulto-responsável”. Mas, frustrando algumas expectativas desejei ter e me esforcei para adquirir o álbum de figurinhas, conhecia os jogadores, jogava bafo. Tornei-me um torcedor. Parecia que estávamos bem. Por vezes até me esquecia de que mamãe estava doente. O “Cesar-criança”, embalado pela emoção da Copa chorou quando a seleção perdeu da Itália por três a dois.

Da mesma forma que tive a estranha sensação de ter sido derrotado na Copa, não demorou em vir a notícia: voltaríamos para Cachoeira de Minas, mamãe iria fazer tratamento em Pouso Alegre. Em meio à perda da escola e dos novos amigos, sentia-me feliz. Mas, as coisas não ocorreram conforme o anunciado. Fiquei com minha irmã na casa de minha tia, mas mamãe voltara para São José dos Campos. A esse conjunto de acontecimentos considero ser minha segunda perda.

Foi morando nessa casa que passava parte do dia na loja de minha tia. Cuidava de tudo: atendia, embrulhava, recebia e dava troco. Estudava, jogava bola, andava de bicicleta,

olhava minha irmã. Até que no dia 4 de setembro quando plantávamos flores que mamãe iria cuidar, dizia minha tia, o telefone toca... Era papai informando que mamãe falecera. Minha terceira perda, a maior de todas. Pois bem, velar mamãe na sala da casa de vovô em Cachoeira de Minas, a mesma casa que morei, a mesma casa que levo meus filhos e somos todos muito bem acolhidos por vovó. Um velório rápido, mamãe precisaria ser enterrada. E isso aconteceu no finalzinho do dia, de noite. Estava lá junto de meu pai. Meu irmão não quis ir até o cemitério. Ficou na casa de vovô.

Ao voltar do cemitério fiquei no quarto escutando os adultos decidindo sobre o futuro dos filhos de mamãe. Uma de minhas tias falou: “agora sem mãe, o que será, talvez um marginal, um bandido ou não será nada”. Disputavam quem assumiria a educação “desse menino”, afinal, “não poderia ficar perdido no mundo”. Não me lembro onde estava papai nesse momento. Não tive forças para me defender, dizer que não seria bandido, apenas chorei muito até dormir.

Agora eu não era mais uma “criança-adulto-responsável-bom aluno”, era também um garoto órfão. Precisava me reinventar, crescer, lutar. Somente muitos anos depois que encontrei na literatura nietzschiana uma maneira inteligível de se lidar com o passado:

Mas, para poder viver, o homem tem também necessidade de romper com o passado, de o aniquilar, para se refazer e se renovar. É para isso que serve a história crítica que arrasta o passado ao tribunal, instrui severamente um júri contra ele e, por fim, o condena. Todo passado é merecedor de condenação porque, nas coisas humanas, a debilidade e a força andam sempre unidas (ABBAGNANO, 2000, p. 168)

Ao romper com o passado após ter sofrido o que precisava sofrer, eu e minha irmã fomos morar em Taubaté com meu pai que se casara de novo no ano de 1983. Apesar de ser a mesma casa que havia morado com mamãe tudo era novo de novo. Morar lá sem mamãe foi algo terrível. Tinha apenas 11 anos e era órfão de mãe. Já tinha assumido isso. Era minha nova identidade.

A vida escolar e minha vida social e afetiva exigiam de mim algo maior, algo que me desafiasse ou assim me sentisse, desafiado. Dentre as narrativas de *um* passado que gosto de me lembrar de vez em quando, precocemente, aos 12 anos, fui catequista (professor de catecismo católico), para ser ou me sentir professor. Eu queria ensinar! Assim, o exercício de ensinar me trouxe *status* dentro da igreja e, por meio dele, pude acrescentar ao “Cesar-criança-adulto-responsável-bom aluno-órfão” o catequista.

Aos 13 anos arrumei meu primeiro emprego. Trabalhava oito ou nove horas por dia numa fabriqueta de artesanato de bambu e cursava a sétima série à noite. Não existia nenhuma segurança onde construíamos cortinas e demais objetos. Trocava gás, mexia com fogo e utilizava de querosene para o processo de limpeza do bambu, manuseava serra elétrica e furadeira. Os acidentes eram constantes. Tornei-me encarregado da produção, admitia e demitia os garotos, ensinava o ofício. Às vezes tenho a impressão de que o magistério ora me perseguia ora eu o perseguia numa estranha relação de amor e ódio, pois não queria me tornar professor, nessa época, pensava em ser psicólogo. Mas, acima de tudo, não era bandido, não era vagabundo como temiam.

Não sei se era cedo demais para uma jornada tão pesada, mas foi o caminho para ter meu dinheiro e poder pagar a entrada do baile, da discoteca, aos finais de semana e minha própria bebida. Apesar de catequista, nunca fui muito cristão, afinal, mesmo fazendo parte do grupo de adolescentes chamado Clubinho, não gostava tanto de ir à igreja, rezar, cantar na missa, fazer leitura nas cerimônias, enfim, ter as obrigações que um fiel costumava ter.

Em meio a tantas contradições, em 1985 passei a me interessar pelo grupo de seminaristas que chegou à paróquia com o novo padre. Distantes da família com um inovador apelo missionário era como eu os via. Percebi que era hora de, definitivamente, tomar as rédeas da minha vida. Sendo assim, o “Cesar-criança-adulto-responsável-bom aluno-órfão-catequista-operário” decidiu ser padre, aliás, mais do que isso, queria ser santo.

Mas, aí começa outra fase da minha vida.

## **1.2 Entre preces e paixões, a juventude missionária**

Fui para o seminário com 14 anos no dia 5 de fevereiro de 1986, iria cursar a 8ª série do 1º grau. Sair de casa não foi tão desafiador para quem se acostumara a arrumar as malas, ir e vir. Fui para o Embaú, um antigo bairro do município de Cachoeira Paulista. Era um seminário pobre que ficava ao lado da igreja bicentenária: casa antiga, janelões velhos, lembro-me de que os carunchos forravam minha cama.

Era o integrante mais jovem daquele grupo de pessoas simples, algumas oriundas da zona rural de cidades da região. Todos eram muito mais velhos e menos escolarizados. Fui reconhecido como o inteligente da casa. Sabia ler bem, falar bem, enfim, era articulado e apaixonado pelo que fazia. Parte do grupo cursava o supletivo para completar o 1º grau e

outra parte o 2º grau. Somente eu estava no ensino regular e dentro da idade. De repente, mas não por acaso, eu estava ensinando “isso e aquilo” para um e para outro, contribuindo nas tarefas. Logo assumi a secretaria da paróquia e fui me tornando cada vez mais confiável aos olhos do padre superior e aos colegas, apesar da pouca idade. Foi uma entrega absoluta àquela nova vida. Enfim, era seminarista. Estava feliz!

Nova escola, novos amigos, novas paixões, isso mesmo, sempre no plural. Para cada paixão, lágrimas, sofrimento, bebedeiras, afinal, queria ser santo e deveria saber lidar com as tentações, conceito muito usado na época. A orientação era que eu me dedicasse ao trabalho, estudo e oração. Em meio a tantas coisas a serem feitas havia o Lar das Crianças, uma instituição fundada pelo Padre João Benevides do Rosário, nosso padre superior e formador, que se ocupava em cuidar da infância pobre e desvalida, órfã e abandonada, principalmente, mas não somente, de Cachoeira Paulista e Cruzeiro. No entanto, havia crianças de cidades mineiras e sul fluminense.

A iniciativa desse padre foi mais uma ao lado de inúmeras outras. Não foram poucas as instituições religiosas, filantrópicas, Organizações Não-governamentais que nasceram nos anos de 1980 na tentativa de dirimir as mazelas sofridas por uma infância, paradoxalmente, sem voz e sem vez num momento em que se admitia sua condição como sujeito de direitos.

Um novo quadro se esboçou na década de 1980. A noção de irregularidade começou a ser duramente questionada na medida em que as informações sobre a problemática da infância e da adolescência passaram a se produzir e a circular com maior intensidade. As estatísticas sociais retratavam uma realidade alarmante. Parcelas expressivas da população infanto-juvenil pertenciam a famílias pobres ou miseráveis. Eram cerca de 30 milhões de “abandonados” ou “marginalizados”, contradizendo a falácia da proporção minoritária dessa população. Como poderia se encontrar em “situação irregular” simplesmente metade da população de 0 a 17 anos? (RIZZINI e PILOTTI, 2014, p. 28)

Naquela época, o Lar já tinha criado, desde sua fundação, mais de quatro dezenas de crianças e outras quarenta moravam no estabelecimento quando cheguei. Fazia parte do carisma da congregação religiosa católica que me tornara membro, tal dedicação à infância. A congregação a que me refiro é a Sociedade Joseleitos de Cristo fundada na cidade de Tucano, sertão da Bahia, em 1950 pelo ex-salesiano Padre José Gumercindo dos Santos.

As ordens religiosas fazem parte da história da Igreja Católica. Inicialmente contemplativas, pregava-se que os monges deveriam “orar e trabalhar”, *ora et labora*, lema da Ordem de São Bento existente até os dias atuais. A partir do clima de Contrarreforma

nasceram as primeiras grandes ordens missionárias que acreditavam ser sua missão a difusão do cristianismo nos recônditos mais distantes do Novo Mundo. Dessas matrizes contemplativas ou missionárias, durante o século XX, muitas congregações nasceram na tentativa de adaptar e atualizar o carisma ao mundo contemporâneo. No caso dos jeseleitos, sua matriz carismática é a ordem criada por Santo Dom Bosco, conhecida como salesianos.

É essa mesma infância, abandona e desvalida, que sempre me atraiu. Vale registrar que “sempre”, conforme percebe Bosi (2006), é uma expressão que nos remete a períodos longínquos, normalmente a lembranças infantis, mas, sobretudo, a um momento, episódio, situação em que conseguimos perceber uma lógica naquilo que acreditamos começar a ser o que nos tornamos. Não se trata aqui de admitirmos uma história linear e evolutiva, o que seria contraditório à base teórica que fundamenta nossa postura exposta até o momento. Trata-se de admitir que no *devir continuum* de nossa vida há certos movimentos que mantêm unidade em meio à multiplicidade.

Concluí minha 8ª série e primeiro ano no seminário. Fui escolhido para ser o orador da turma. Imprimi um tom crítico de alguém que aos 14 anos sabia o que queria. Discursava, em tom de denúncia, pela falta de escolas de 2º grau no bairro, situação que impedia a continuidade dos estudos de muitos que não tinham condições financeiras e tempo disponível para estudar no centro das cidades circunvizinhas do Embaú: Cachoeira Paulista, Piquete ou Cruzeiro. Estávamos no final do ano de 1986.

Apesar da crescente oferta do 1º grau durante o Regime Militar, houve baixa representatividade no grau posterior por conta da falta de investimento do próprio Estado: “em 1982 existiam 198 mil estabelecimentos de 1º grau enquanto o número de estabelecimentos de 2º grau era de pouco mais de 8 mil, isto é, apenas 4,3% do total das escolas de 1º grau” (GERMANO, 2005, p. 188) ocasionando, também, o fracasso da profissionalização pretendida.

Dentre as inúmeras experiências maravilhosas, profundas, inesquecíveis naquele primeiro ano como seminarista, entrar na pequena biblioteca daquele seminário foi, sem dúvida, uma experiência de transcendência! Esse conceito é usado na acepção oferecida por Leonardo Boff<sup>14</sup> em seu livro *Tempo de Transcendência* lançado pela Editora Sextante no ano 2000. Para ele, “transcendência, fundamentalmente, é essa capacidade de romper todos os limites, superar e violar interditos, projetar-se sempre num mais além” (BOFF, 2000, p. 31).

---

<sup>14</sup> Leonardo Boff, teólogo e filósofo brasileiro, ex-frade franciscano que se tornou conhecido por ser um dos principais mentores da Teologia da Libertação, uma doutrina que aproxima de forma inovadora as práticas e rituais católico-cristãos à vida e necessidades reais das pessoas, sobretudo, dos mais oprimidos. Atualmente, tem inúmeras publicações onde dá prioridade às questões que envolvem e articulam ética e ecologia.

Dessa forma, “se a experiência não amplia nossa liberdade, não nos dá mais energia para enfrentar os desafios do cotidiano, comum a todos os mortais, não nos faz mais compassivos, generosos e solidários, podemos seguramente dizer: fizemos uma experiência de pseudo-transcendência” (BOFF, 2000, p. 55).

Foi lá que comecei a me encontrar com a obra de Leonardo Boff e me apaixonar por uma tal Teologia da Libertação. Descobri o quanto era ignorante diante de um universo que se abria para mim. A Igreja Católica por aquela ótica fazia sentido, minhas escolhas faziam sentido. Queria, definitivamente, ser missionário.

A Teologia da Libertação, o primeiro marxismo que conheci, continuava ampliando sua importância em minha vida: padres e freiras morriam pela causa agrária, eram líderes, estavam nas favelas, nas comunidades inseridas. Mas, em meio à complexidade das escolhas, as paixões nos conduzem para outros caminhos. A Teologia da Libertação se tornou maior do que aquela Igreja que vivia.

Assim, alguns autores e suas obras foram entrando e participando da minha vida. Meu compromisso com a fé cristã pregada nas missas, semanas santas não poderia se esgotar no altar e nas procissões. Leonardo Boff foi um desses ícones da Teologia da Libertação que me arrastou de tal maneira que não mais conseguia enxergar a Igreja como antes, uma Igreja perfeita que se esgotava em si mesma, na beleza de suas celebrações, num deus aprisionado aos dogmas. Jesus Cristo deveria libertar, pois era essencialmente libertador. Da obra “*Jesus Cristo Libertador*” de Leonardo Boff, publicada, originalmente, em 1972 tirei uma das reflexões mais profundas que carrego comigo até hoje.

[...] Quem recebeu o peregrino, vestiu o nu, alimentou o faminto e saciou o sedento, escolheu não somente um homem, mas incognitadamente também o próprio Deus. No fundo se quer dizer que a união no amor e a abertura a um tu humano implica na sua última radicalidade uma abertura ao Tu absoluto e divino. Deus está sempre inserido onde quer que haja amor, solidariedade, união e crescimento verdadeiramente humanos. Salva-se não simplesmente aquele que se filiou à confissão cristã, mas aquele que viveu a estrutura crística. Não aquele que professou Senhor! Senhor! E com isso construiu toda uma compreensão do mundo, mas aquele que agiu em conformidade com a realidade crística. Aqui pouco valem os modelos e as etiquetas cristãs. Mas conta a vivência concreta e consequente de uma realidade e de um certo tipo de comportamento que Jesus de Nazaré tematizou, radicalizou e tornou exemplar. Nisso consiste fundamentalmente o Cristianismo. (BOFF, 2009, p. 187)

Os conflitos foram inevitáveis. Achava meu trabalho pastoral pequeno e limitado. Trabalho pastoral é aquele típico do pastor que conduz as ovelhas; os seminaristas eram

divididos entre as capelas rurais que compunham a paróquia e tinham a missão de fazer visitas, celebrações, levar a Eucaristia aos doentes, promover a catequese etc. Mas, falava-se de um Deus distante, abstrato e, por isso, exigia-se pouco do cristão, nenhum compromisso real com o outro, com a infância que sofre. Passei a me incomodar com as canções e orações. Aos poucos desejei substituir aquelas músicas, principalmente do movimento pentecostal católico, a Renovação Carismática, instrumentalmente cativantes, mas, pouco afinadas com a dureza da realidade, por obras-primas tais como o “*Pai nosso dos mártires*”<sup>15</sup> composta pelo padre Cireneu Kuhn.

Pai nosso, dos pobres marginalizados  
 Pai nosso, dos mártires, dos torturados  
 Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida  
 Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida  
 Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão  
 Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão  
 Queremos fazer tua vontade, és o verdadeiro Deus libertador  
 Não vamos seguir as doutrinas corrompidas pelo poder opressor  
 Pedimos-te o pão da vida, o pão da segurança, o pão das multidões  
 O pão que traz humanidade, que constrói o homem em vez de canhões  
 Perdoa-nos quando por medo ficamos calados diante da morte  
 Perdoa e destrói os reinos em que a corrupção é a lei mais forte  
 Protege-nos da crueldade, do esquadrão da morte, dos prevaletidos  
 Pai nosso revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos  
 Pai nosso, revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos  
 Pai nosso, dos pobres marginalizados  
 Pai nosso, dos mártires, dos torturados.

Ficou evidente minha posição e oposição. Defendia que o seminário deveria ser autossustentável e não depender das doações dos pobres que compunham aquela paróquia. Fazia apologia ao trabalho, pois não admitia ser melhor do que os leigos. Gerou-se uma situação insustentável. Radicalizei, fui embora do seminário! No entanto, fiquei no Lar das Crianças, como leigo, contribuindo com os estudos das crianças, secretaria, serviços de motorista, monitor, entre outras tantas funções e incumbências e sendo apoiado, acolhido, amado e respeitado por aquele padre Benevides, outrora meu superior no seminário.

Na escola cursava o Magistério. A docência me perseguia novamente. Meu grupo promoveu o que era para ser o trabalho comum para a composição de nota bimestral, um debate com representantes dos principais presidenciáveis da época. Estávamos no ano de 1989. Uma vez que a direção da escola havia permitido a realização do projeto, partimos a procura dos comitês que se organizaram na cidade – estava em Cachoeira Paulista nessa

<sup>15</sup> Disponível: <https://www.lettras.mus.br/pastoral-da-juventude/1798131/>. Acessado: 22/10/2018.

época – efetivando os convites e divulgando o evento. Foi um sucesso! O representante do Partido dos Trabalhadores superou nossas expectativas e eu saí enriquecido e convencido que estava no caminho certo.

Quando me alistei ainda era seminarista e não admiti ter privilégios uma vez que os estudantes religiosos eram, naquela época, automaticamente dispensados do serviço militar. Arquei com o peso de minha decisão. Tornei-me militar. Vivi um mundo que parecia não ser meu. Conheci novas pessoas, construí boas lembranças. Resolvi enfrentar novos desafios. Estávamos em 1990.

Depois de um 1989 de intenso engajamento na campanha presidencial, debates em sala de aula, conflitos com colegas e professores, desafetos no seminário, foi inevitável desavenças ideológicas nos primeiros dias de milico.

Foi com essa cabeça revolucionária, pelo menos naquele contexto, mesmo Lula não tendo sido eleito (talvez por isso mesmo), que entrei para o serviço militar. Como já enunciado, não demorou muito para que eu colocasse à prova os monumentos adorados pelos amantes do verde-oliva: não consigo suportar a ideia de que Duque de Caxias, Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto sejam heróis e tenham contribuído para o progresso da nação.

O Exército e a Igreja são instituições que necessitam dos monumentos para sobreviver. Ambos, na verdade, são muito parecidos. Impõe-se, insistente e covardemente, por meio de processos doutrinários unilaterais, a bravura modelar de heróis e santos inventados, tirados a *fôrceps* de uma história linear, evolutiva, onde as coisas parecem estar sempre no lugar certo, de forma ordeira e positiva.

Cada vez que falo sobre tais experiências descubro algo novo, tento melhorar algo, esqueço-me de outras coisas. É assim que constatei que a memória é socialmente construída, reconstruída, mutável. O que era esquecido num dado momento de nossa vida talvez seja lembrado, relido, ressignificado em outra fase, em novas condições, em novo contexto, em meio a novas relações. O presente nos propõe desafios que, por sua vez, transformam-se em necessidades a serem satisfeitas e lembranças são trazidas e postas em evidência. Mudam o curso de uma pessoa, família, povo ou nação.

Sempre me questioneei se o que me lembro são minhas lembranças ou foram plantadas pelos monumentos, pela escola, pelos livros, fotografias, os autores que estudei, os professores que tive. Lembrar é uma questão de identidade, lembrar é ter uma história. São as reminiscências que nos dão condições de pensar logicamente nossa vida presente. Todos

somos assombrados pelo medo de nos perdermos em meio ao caos do esquecimento, do vazio dos desmemoriados, das trevas dos que se veem desistoricizados. Le Goff<sup>16</sup> (2003, p. 460) explica que a construção coletiva dos monumentos associada à invenção da fotografia são esforços desmesuráveis do ser humano para a manutenção da memória coletiva.

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida a Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum. O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

Apesar de não ter dificuldades funcionais no exercício militar, sentia que ali não era meu lugar. Voltei para o seminário. Não queria mais ser santo ou padre, queria ser missionário, mudar o mundo, revolucionar as mentes.

A Teologia da Libertação gritava aos meus ouvidos. Chorei com o assassinato do bispo Oscar Romero no altar, um tiro de fuzil no peito. Sua história foi transformada em filme com seu próprio nome. Padre Josimo Tavares e tantos outros perseguidos e mortos por conta dos conflitos de terra na região norte e nordeste.

Conheci Comunidades Inseridas nas favelas do Rio de Janeiro de freiras, totalmente independente economicamente de sua matriz. Trabalhavam para se manterem. Eram professoras, assistentes sociais e, acima de tudo, freiras, religiosas, líderes, pessoas maravilhosas.

Sentia, definitivamente, que o capitalismo com todos seus vícios, a desigualdade social, a miséria deveriam ser denunciadas e combatidas. Não conseguia aceitar o sofrimento como vontade de Deus e, ainda por cima, sendo naturalizado num mundo onde as pessoas eram levadas a acreditar que sempre existiram ricos e pobres e, por isso, não havia motivos para se combater os abismos sociais que separam abastados e carentes. Ainda muito jovem não conseguia admitir a meritocracia por perceber a incomensurável desigualdade de oportunidades.

---

<sup>16</sup> Jacques Le Goff é um historiador que se especializou em Idade Média e muito contribuiu para a pesquisa histórica difundindo o que chamamos de Nova História. Foi diretor da Escola dos Anales. Dentre suas obras podemos destacar *História e Memória*, além das biografias de *São Luís* e *São Francisco de Assis*.

As palavras de Hugo Assmann<sup>17</sup> (1989, p. 174) são precisas, categóricas, francas, esclarecedoras e corajosas:

Quem nos acompanhou até aqui percebeu a nossa insistência no que nos parece uma perversão radical do cristianismo: a fixação do caminho para o amor ao próximo no interesse próprio, mas isto de um modo tal que qualquer outra concepção do amor ao próximo fica radicalmente desvalorizada no plano econômico, sobrando apenas a tolerância para eventuais gestos beneficentes na privacidade dos indivíduos, da vida íntima na família ou em grupos de amizade.

O cristão desconstruiu Cristo e o reconstruiu a sua maneira, a partir de seus interesses dentro de uma cosmovisão burguesa mesquinha e egoísta. Assmann e Boff e demais autores da Teologia da Libertação tentaram libertar Cristo das amarras capitalistas e do capitalismo cristão. Suas palavras ecoavam, e ainda ecoam aos meus ouvidos, como a sabedoria necessária para manter viva a utopia que me mantém vivo: a vida é possível, o amor é possível.

Investi na música e me tornei vocalista de uma banda católica. Fiz shows, emocionei pessoas, entrei em crise novamente. Não suportei perceber que as pessoas a quem pregava realmente acreditavam, tinham fé enquanto eu, contraditoriamente, não conseguia vislumbrar tais maravilhas. Saí do seminário novamente. Assumi meu ateísmo e resolvi para mim mesmo que era, exatamente, a ausência de fé que tanto me atormentava em cada missão, cada show, cada homilia, em cada um dos que me procuravam buscando uma palavra santa, inspirada, divina.

Desejei, profundamente, continuar ajudando, contribuindo, colaborando, acreditando num mundo melhor. Ainda não sabia como. Saí do seminário para ser psicólogo. Como? Sem dinheiro e morando “de favor” na casa de um amigo tudo se tornou ainda mais difícil.

Como estava desempregado e nem tinha horário pra trabalhar em período integral porque precisava fazer estágio que acumulou por conta de meus compromissos no seminário e

---

<sup>17</sup> Hugo Assmann nasceu em Venâncio Aires, RS, aos 22 de julho de 1933, fez seus estudos de Filosofia no Seminário Central de São Leopoldo (1951-1954) e de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, dos Jesuítas (1954-1958). Ordenou-se padre em 1958, em Roma. Sua trajetória intelectual e pastoral o conduziu à condição de um dos precursores da Teologia da Libertação. Foi para a Alemanha por conta do endurecimento gerado pelo Regime Militar no Brasil, principalmente a partir de 1968. Dentre sua vasta produção, destacamos a que elaborou com Franz Hinkelammert, ex-seminarista e economista, escreveu a importante obra “A idolatria do mercado: um ensaio sobre economia e teologia” (publicada pela Vozes, em 1989). Na área da educação, em parceria com Jung Mo Sung lançou “*Competência e Sensibilidade solidária: Educar para a Esperança*”, no ano 2000. Faleceu sexta-feira, 22 de fevereiro de 2008, em São Paulo. Disponível: PUCI, Bruno; OLIVEIRA, Cleiton de; BETTY, Christine. **Hugo Assmann: da Teologia da Libertação à Educação para a Sensibilidade**. Disponível: <http://files.letras.lusitanas.webnode.com/200000130-a4b8ea5b2b/artigo-hugo-assmann.pdf>. Acessado: 13/12/2018.

no orfanato, no Lar das Crianças, passei a fazer trabalhos para alunos de todos os cursos, foi uma espécie de substituição intelectual. Assim, minha vida era a biblioteca das Faculdades Salesianas de Filosofia, Ciências e Letras, hoje, UNISAL, pois precisava estudar muito.

Certo dia eu me encontrei na biblioteca com meu antigo professor de Filosofia do Ensino Médio. Foi quando ele me disse que deixaria duas turmas numa determinada escola por conta de sua entrada no mestrado. Pensei, por que não? Fui, fiz a entrevista, obviamente que estava muito nervoso, ansioso, com medo, foi minha primeira chance real de ter um emprego depois de oito anos no seminário... A propósito, sair do seminário significa ser abandonado, execrado, eliminado. Passei fome, muita fome... Dormir para diminuir a fome, comer uma vez por dia e por aí vai. Meu irmão, meu Zé, meu monumento, é quem pagava minha faculdade. Ter um emprego era colocar minha vida em ordem, mesmo que, ainda em padrões muito limitados.

Fui chamado para assumir duas turmas. Desanimei ao ver o salário que receberia, mas, aceitei. Definitivamente entrei na profissão que até hoje sobrevivo e sustento minha família. Estava em 1995. Tornei-me, acidentalmente, professor. Foi muito estranho quando me deparei, pela primeira vez, com o pedido: “professor, posso ir ao banheiro”? De repente eu era “professor” e tinha poderes para decidir sobre o “xixi daquele aluno”.

Lecionava no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, o CEFAM. Tive a grata satisfação de poder compartilhar experiências maravilhosas e paixões incríveis. O CEFAM foi um projeto de educação que deu certo. Havia um processo seletivo aos candidatos que, uma vez aprovados passavam a estudar em período integral e recebiam um salário mínimo para custear seus estudos. Foi criado por força do Decreto 28.089/88 de 13 de janeiro de 1988. Os professores que ali lecionavam eram selecionados por meio de apresentação de projetos e entrevista, além, é claro, ter vínculo legal com a educação pública estadual. Assim foram: Leila, Helena, Lucelena, Sávio, Guto, Toni, Otávio, Rose, Cristina, Terezinha, Cidinha, Beth, Mércia, Mairce, Ludimila, Paulo, Márcia, Dora... Perdão aos amigos que não me lembro o nome.

Visando o aperfeiçoamento do magistério, como sugere o próprio nome, apostava-se que ao CEFAM deveriam ser garantidas condições diferenciadas para seu funcionamento.

- Recuperação da especificidade da formação do professor das primeiras séries do primeiro grau; especificidade essa ausente das demais Habilitações para o Magistério do Estado de São Paulo, como consequência de uma estrutura curricular desarticulada e inconsistente, que nem forma professores competentes nem prepara para o prosseguimento dos estudos;

- Formação integral do professor da pré-escola do primeiro grau em quatro anos obrigatórios, com o objetivo de evitar que a formação pedagógica se dê apenas em dois anos;
  - Um estágio que integre efetivamente teoria e prática e se realize ao longo de todo curso;
  - Garantia de funcionamento da escola em período integral e de auxílio financeiro à clientela, tornando possível a dedicação completa ao estudo;
  - Carga horária diferenciada aos professores do CEFAM, permitindo-lhes espaços para coordenação de área, elaboração de material instrucional, atividades de estudo, montagem de projetos, preparação de cursos destinados a outros docentes da rede pública, de modo que os CEFAMs funcionem como pólo disseminado, e agente transformador da prática educativa.
- Para tanto, estabeleceram-se as Horas de Trabalho Pedagógico (HTP individual, HTP por área e HTP geral) e as Horas de Enriquecimento Curricular (HEC).
- Recursos didáticos diversificados. (PETRUCI, 1994)

Estive vinculado ao CEFAM de Guaratinguetá, cidade vizinha de Aparecida, durante seis anos. Terminei minha faculdade de Filosofia. Deparei-me com a sensação de ignorância novamente. Senti a necessidade de voltar a estudar. O quê?

Agora vamos adentrar na última parte das minhas lembranças.

### **1.3 Entre risos e prantos, ser docente, ser pai, de volta à infância**

Estudar. Sim, deveria estudar. Queria, e acreditei ser o momento de fazer o mestrado. Busquei a Universidade de São Paulo, a USP. Lá cursei Filosofia Política com o Professor Milton Meira do Nascimento. Realmente aprendi muito, estudei bastante, intensamente. Mas, adoeci e não consegui concluir a disciplina como aluno especial. Sofri muito por isso. Adiei o desejo de ser mestre.

Quis experimentar a Coordenação Pedagógica. Ainda movido pelo espírito missionário fui buscar escolas “difíceis”. Achei que deveria entender dos problemas de aprendizagem e cursei Psicopedagogia na Universidade de Taubaté.

Dentre os bons professores que tive, Mauro Castilho Gonçalves foi marcante. Também ex-seminarista, tinha uma carreira interessante, de conquistas, de leitura, de Teologia da Libertação. Impossível saber que este curso seria a porta de entrada para a docência no Ensino Superior. Professor Mauro se tornou chefe do Departamento de Pedagogia e me convidou para substituí-lo em História da Educação.

Novos desafios, novos ares, afinal, eu tinha que estudar. A Psicopedagogia me deu condições de atuar como coordenador pedagógico (atuei como coordenador durante três anos em duas escolas públicas), mas pouco me acrescentava na docência em nível superior, sobretudo, porque assumi História da Educação e disciplinas afins.

Antes disso, decidi por me casar pela primeira vez. Projetos foram construídos, alguns ousados, vislumbrava-se longevidade. Não aconteceu. Depois de uma coleção de frustrações, resolvemos nos separar. Houve uma criança. Eu e a infância cara a cara. Novos projetos. Mas, descobri que não era minha filha. Tive que experimentar a dor de acreditar que não somos donos de ninguém. Fiz o que estava ao meu alcance naquele momento, 2005, quase oito anos casados, para que as duas tivessem todo suporte para seguir a vida, afinal, estamos vivos, a vida viva, precisávamos continuar e foi o que aconteceu. Continuar, naquele contexto, significava ressignificar e redirecionar, cada um, seus próprios projetos, pois não havia mais nada em comum.

Depois desse primeiro casamento, envelheci, adoeci e não estudei como queria. Tentei voltar aos estudos e fazer o mestrado. Acreditei que fosse o momento. Mas as coisas não acontecem conforme desejamos. Não temos controle sobre a totalidade das coisas. É uma grande ilusão acreditarmos que podemos apreender a lógica da vida e, uma vez acorrentada tal lógica, podermos controlá-la, manipulá-la, alterá-la.

Separei, emagreci (e como fui gordo!) e decidi: vou estudar. Onde? Quando todos meus colegas da UNITAU iam para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo eu queria um lugar onde pudesse pensar algumas coisas diferentes e me sentir um pouco mais livre. Arrisquei a Universidade São Francisco porque, no corpo docente, lá estava o Dr. Moysés Kuhlmann Jr. De repente via a chance de estudar com um autor que admirava. Entrei na USF e descobri grandes intelectuais, pessoas maravilhosas, as quais me referencio com respeito: Vivian Batista da Silva, minha orientadora e Mariângela Salvadori, intelectual fantástica e professora invejável.

O que estudar? O que sempre fez sentido na minha vida. A Igreja, a escola, a religião, a fé que há muito não tenho. Dessas angústias nasceu *“Igreja e escola no processo de modernização de Aparecida”*, minha dissertação de mestrado.

Foi durante esse mestrado que me casei novamente. Dessa vez com Camila. Ganhei uma esposa, amiga e companheira. Atualmente tenho dois lindos filhos: Daniel com 10 anos e Júlia, na ocasião de minha defesa, já terá completado 5 anos.

Daniel nasceu no dia 10 de junho de 2008. Era uma noite gelada, aliás, como fez frio em junho daquele ano. Tinha um filho. Na medida em ia crescendo eu me via nas mais diversas situações. Quando entrou na escola era o mais novo da turminha. Concentrado, bonzinho, ótimo aluno. Mas, também me vi em sua timidez, insegurança, medos. Depois de um período fazendo natação me pediu para mudar para o futebol.

Muito lentamente iniciou sua experiência na escolinha. Um dia pediu para jogar no gol. Assim, outro dia e outra vez e foi ficando. Assim o “Daniel” foi se tornando o “Dani” goleiro. Passamos a investir um pouco mais: *personal* e equipamentos adequados. Hoje “Dani” é goleiro! Nesse ano de 2018 ganhou dois prêmios de melhor goleiro do campeonato.

Cara a cara com a infância novamente. Eu fui goleiro, dos bons! Não tive *personal* nem equipamentos. Não tive oportunidades. Escolhi, em meio a falta de oportunidades, fazer outras coisas que me distanciaram do futebol. Hoje entro no campo junto com ele, mas sem pisar na grama, o espírito está junto. Viajamos juntos, treinos e mais treinos, chuteiras, luvas, meiões, joelheiras e cotoveleiras. Sim, Dani não tem patrocinador ainda. Até quando vai jogar, não sei. Até quando quiser é suficiente. Será jogador profissional, não sei. Quero que seja feliz.

Júlia, minha gatinha grudada, manhosa, brava, decidida, líder, autoritária, carinhosa. Tenho vontade de acreditar que seja a reencarnação de mamãe. Às vezes até brinco com isso. Sendo ou não é minha Júlia.

Crianças, infância, a minha infância, a paixão que me acompanhara e ainda se mantém presente! Durante o mestrado já percebia minhas aflições ao ver as crianças pobres de Aparecida sendo tiradas do centro da cidade por assaltar os romeiros. A polícia era sempre aplaudida nos jornais da época pelo seu bom trabalho. As crianças eram levadas para onde? Acho que nunca terei esta resposta.

É com essa paixão pela infância que resolvi retomar minha vida de estudos. Busquei novamente os ventos da Universidade São Francisco para realizar esse novo projeto de vida: meu doutorado.

É natural que tenhamos expectativas de crescimento quando decidimos estudar, afinal, ninguém deseja estudar para não crescer. Não poderia imaginar o quanto aprendi. Quatro anos vendo meus filhos crescerem, minha Júlia me pedindo, “pai, vem dormir comigo”, Daniel, “pai, joga bola comigo”. Quatro anos de desafios intelectuais incríveis. Como é bom encontrar pessoas tão lindas como minha orientadora, Luzia. Mulher politizada, inteligente, exemplo de pesquisadora, ser humano inefável.

Quatro anos. Envelheci, hoje tenho 47 anos, 24 anos de professor, 15 anos no Ensino Superior. Cresci? Sim, não tenho dúvidas sobre isso. Moro em Taubaté, depois de tantas andanças, desde 2005. Na casa atual, desde 2012. Nesse escritório, nesse computador é que foram geradas cada letra em meio a lágrimas, a vontade de desistir, a sensação de fracasso, ao desejo de abandonar. Nesse escritório, letras e parágrafos nasceram, capítulos foram tomando corpo e as milhares de páginas lidas, estudadas, apropriadas, foram esculpindo esse trabalho.

Decididamente iria aprofundar meus estudos sobre a infância. Minhas referências teóricas me obrigaram buscar crianças reais e combater abstrações generalizantes. Taubaté, onde moro, onde meus filhos nasceram, onde tantas outras crianças nasceram, morreram, cresceram e constituíram famílias. E, com base nesse arrazoado até então apresentado, vimos ser imprescindível configurar uma história entre tantas possíveis do município de Taubaté, pois, é de lá que investigamos, analisamos, discutimos, problematizamos a infância e sua educação.

## 2 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE TAUBATÉ

A cidade de Taubaté, uma cidade que beira seus quatro séculos de fundação, atrai a atenção de inúmeros pesquisadores pelo seu protagonismo ao abrigar no ano de 1906 mobilização dos grandes cafeicultores, principalmente do sudeste brasileiro, a fim de firmar, juntos aos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Jorge Tibiriçá, Francisco Sales e Nilo Peçanha respectivamente, um mecanismo de proteção e intervenção estatal para controlar os prejuízos gerados pela queda do preço do café, sobretudo pelo excesso na produção e consequente distribuição interna e externamente.

Tal compromisso foi assinado pelos três governadores no dia 25 de fevereiro de 1906 e ficou conhecido como Convênio de Taubaté<sup>18</sup>. O documento foi enviado e aprovado pelo Congresso Federal e transformado no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto do mesmo ano.

Estávamos no último ano da primeira gestão do presidente da república Francisco de Paula Rodrigues Alves<sup>19</sup> (1902-1906), oriundo de família produtora de café, natural de Guaratinguetá, cidade histórica do Vale do Paraíba paulista, vizinha de Aparecida, 47Km de Taubaté. Rodrigues Alves (1848-1919) teve extensa carreira política passando por todos os cargos: vereador, deputado provincial e geral, conselheiro do império brasileiro, presidente do estado de São Paulo por três vezes e eleito presidente da república por duas vezes.

No entanto, seria injusto e leviano não ampliar o rol de oportunidades de pesquisa que Taubaté pode proporcionar. O desenvolvimento industrial que, no compasso da modernidade paulistana, materializada na fundação da Fábrica de Bebidas União, Gasômetro, Fábrica de Botões e, talvez, a maior de todas, a Companhia Taubaté Industrial – CTI – por Félix Guisard é outro tema de grande relevância ao lado das lavouras de café. Voltaremos a tratar sobre a industrialização ainda nesse capítulo, no item 2.3 *Industrialização na urbe taubateana*,

Há outras questões voltadas à Literatura, sobretudo a infantil, por conta da produção de Monteiro Lobato. Tem, atraído pesquisadores, a criação, no final do século XIX, do Núcleo Colonial do Quiririm de imigrantes italianos existente até os dias atuais na condição de distrito.

---

<sup>18</sup> Para mais informações, sugerimos a obra: HOLLOWAY, Thomaz. H. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Trad.: Márcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>19</sup> Mais informações, indicamos a verbete “*Alves, Rodrigues*” escrita por Alice Beatriz da Silva Gordo Lang. Disponível: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVES,%20Rodrigues.pdf>. Acessado: 10/11/2017.

Temas voltados à história da educação regional, como o estudo da criação dos grupos escolares, a grande promessa republicana logo no início do século XX, criado em Taubaté nos primeiros anos da república, mas também pelo município abrigar escolas isoladas urbanas e rurais, instituições católicas e, ainda, o Colégio Americano dos cristãos protestantes, têm sido, também, objeto de pesquisa e de publicações.

Percebemos que houve empenho para se resguardar uma história de Taubaté dentre outras tantas possíveis. O primeiro livro, por exemplo, que se tem notícia foi publicado no ano de 1877; trata-se da obra *História do Município de Taubaté* escrita por Francisco de Paula Toledo; foi relançada em 1976 e, atualmente, pelo esforço da equipe do *Almanaque Taubaté* pode ser encontrada, integralmente, em formato digital, aliás, a própria revista *Almanaque Taubaté* apresenta vários números digitalizados e disponíveis em sua plataforma<sup>20</sup>.

Em edição do *Jornal de Taubaté* datada de 13 de setembro de 1901, Emílio Costa, com base nos registros de Francisco de Paula Toledo, lançou uma série de textos sobre a cidade; tais textos foram relidos e apreciados, em 1969, por José Cláudio Alves da Silva, autor das *Efemérides Taubateanas*. O *Almanaque Urupês* se ocupou de reorganizar e relançar tais publicações em edição do dia 12 de dezembro de 2012.

O município conta com a Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico – DMPAH – com acervo significativo disponível à população; A *Coleção Taubateana* reúne inúmeras publicações com os mais variados temas, desde os mais abrangentes até curiosidades da rotina do município perpassando instituições e sujeitos tidos como renomados nascidos na cidade ou que protagonizaram feitos que, pelo prisma dos organizadores, merecem ser memoráveis.

Félix Guisard Filho – primogênito de Félix Guisard, fundador da CTI – também se debruçou na organização e editoração de diversas fontes primárias da cidade: Coleção denominada *Taubaté*, fora organizada em oito volumes, cinco partes, a coleção *Biblioteca Taubateana de Cultura* e, ainda, um estudo bibliográfico do bispo *Dom José da Silva Barros*.

Não há dúvidas de que a forma pela qual as fontes são tratadas e organizadas revelam uma concepção de história diferente da que assumimos para a sistematização dessa pesquisa. Mas, entendemos que anunciar tais obras, mesmo que sejam memorialistas, podem proporcionar ao nosso potencial leitor um leque de oportunidades de leitura e que, por meio de um olhar crítico, enxergar as fragilidades da história dos vencedores, das grandes personalidades, inaugurações, caridades e benevolências da elite, como se, em algum

---

<sup>20</sup> Plataforma do Almanaque Taubaté: <http://almanaquetaubate.com.br>.

momento, o município foi melhor, havia mais harmonia e as coisas estavam em seu devido lugar. Apresentar e utilizar de tais obras é denunciar o caráter excludente da sociedade ali retratada.

Uma vez que infância e criança não tiveram espaço em meio aos ilustres taubateanos, fazendeiros, guerras, fundações, café e indústria nas publicações acima listadas, dentre as que conseguimos ter acesso dentro de certos limites, obtiveram nossa atenção especial as obras a seguir pela proximidade com o objeto que nos mobiliza:

- *Pobreza e conflito: Taubaté 1860-1935* (SOTO, 2000);
- *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento* (COSTA, 2005);
- *Indústrias têxteis na periferia* (RICCI, 2006);
- *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté 1871-1895* (PAPALI, 2003);
- *Cidade, cultura e educação, o projeto de modernização conservadora da Igreja Católica, em Taubaté, em meados do século XX* (GONÇALVES, 2003);
- *Vale de Lágrimas: história da pobreza em Taubaté* (MEIHY, 1981);
- *A laicização do ensino: um debate na imprensa de Taubaté-SP acerca do novo modelo republicano de educação de 1850 a 1900* (SILVA, 2008);
- *Italianos em Taubaté: o Núcleo Colonial do Quiririm* (LORENZO, 2002).

Criada no século XVII, ainda no período colonial, a vila São Francisco das Chagas de Taubaté nasceu em terras doadas pelo capitão-mor sesmeiro Dionísio da Costa, ao bandeirante Jacques Félix, elevada à Vila em 1645 e reconhecida como tal em 1650.

Em 1645 por alvará de 26 de dezembro foi aclamada em vila denominada de São Francisco das Chagas de Taubaté, por provisão de Francisco da Rocha e outros, (*sic*) o denominou de Antônio Barbosa de Aguiar, que era capitão-mor, governador, alcaide-mor e ouvidor da capitania de Itanhaém pela condessa de Vimeiro – D. Marianna de Souza Guerra (da nobre família dos Oliveira Gagos), donatária da capitania de Itanhaém. Posteriormente foi de novo declarada Vila a 5 de dezembro de 1650. (COSTA, *Jornal de Taubaté*, 13/09/1901)<sup>21</sup>.

Em 1901, o Dr. Emílio Costa lançou, no *Jornal de Taubaté* (13/09/1901), uma série de textos sobre a história de Taubaté. Usou como referências documentos que chegaram às suas

---

<sup>21</sup> Disponível: <http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/textos/a-historia-de-taubate-por-emilio-costa/>. Acessado: 06/10/2016.

mãos e os dados estatísticos divulgados por Francisco de Paula Toledo. De acordo com tais registros, Emílio Costa afirma que Taubaté já foi chamada de Itaboaté, Taboaté, Tabaté, Tahubaté.

Conforme aponta o *Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena* (CHIARADIA, 2008), a palavra “Taubaté” carrega em sua etimologia dois termos de origem indígena, mais precisamente do tupi-guarani: “taba” que quer dizer “aldeia” e “ibaté” que significa “alta”, logo, aldeia alta ou elevada, nome significativo, provavelmente adotado por ter que se transpor a serra do Mar ao vir do litoral norte paulista, mais precisamente, de cidades como Ubatuba, Caraguatatuba.

Curiosamente, a altitude da cidade, de acordo com essa publicação de 1901, é de 586.270m, índice bem aproximada à medição atual de 580m divulgada em vários sites<sup>22</sup>, inclusive o da Prefeitura Municipal.

Dentre as representações imagéticas da vila de São Francisco temos a do Professor Paulo Camilher Florençano<sup>23</sup>.

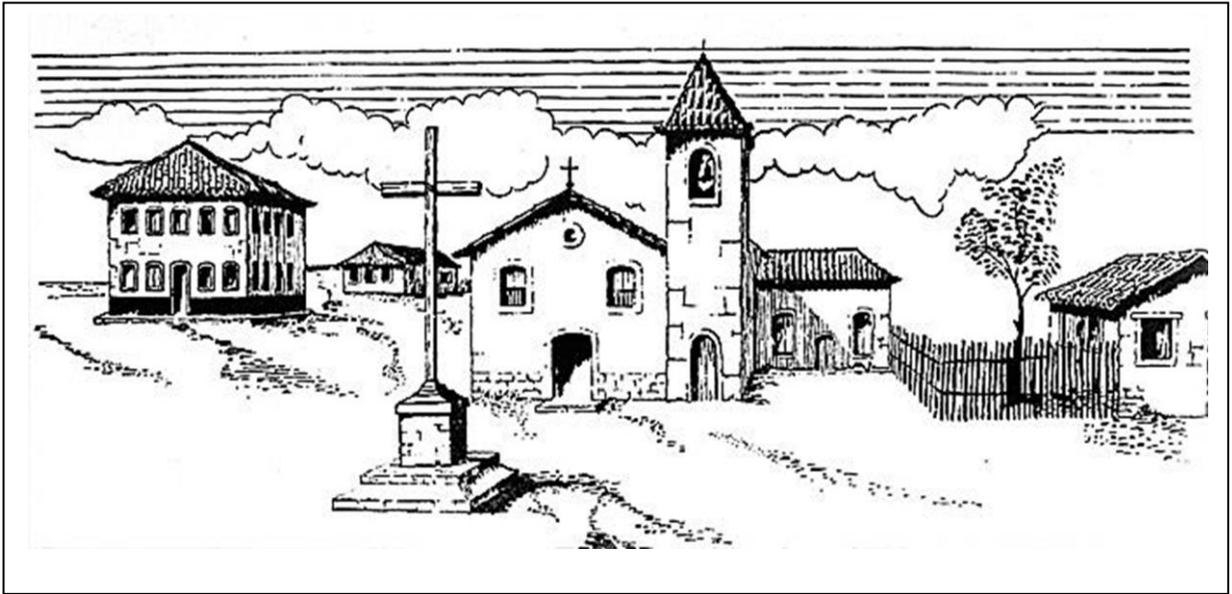
Nela, o autor se empenha em representar um povoado cristão que tem sua capela ao centro muito bem estruturada contendo torre e campanário com sino e, em segundo plano, algumas casas e um casarão, também em destaque, provavelmente, sede da intendência ou outra propriedade oficial.

É uma obra que povoa o imaginário do taubateano. O desejo de se viver num ambiente frugal somado à ideia de harmonia que a tela transmite contribuem para que se mantenha como obra ainda muito apreciada.

Interessante registrar a ausência de pessoas, animais, ausência de vida na tela. Como se o povoado não fosse habitado, sua população é secundarizada nessa representação artística. Não é possível saber ao certo o porquê da opção do artista em priorizar as coisas em detrimento às pessoas. Não saberemos, no entanto, quais valores justificam tal decisão.

<sup>22</sup> Prefeitura Municipal (<https://www.taubate.sp.gov.br/taubate/dados/>). Existem outros sites especializados em coordenadas geográficas que contempla a cidade de Taubaté: [www.cidade-brasil.com.br/municipio-taubate](http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-taubate); [www.topographic-map.com/places/Taubaté-9232295/](http://pt-br.topographic-map.com/places/Taubaté-9232295/); [www.geografos.com.br/cidades-sao-paulo/taubate.php](http://www.geografos.com.br/cidades-sao-paulo/taubate.php); [www.nossosaopaulo.com.br/Reg\\_14/Reg14\\_Taubate](http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_14/Reg14_Taubate); [dateandtime.info/pt/citycoordinates.php?id=3446682](http://dateandtime.info/pt/citycoordinates.php?id=3446682).

<sup>23</sup> Professor Paulo Camilher Florençano (1913-1988) é natural de Taubaté; filho de Nicolau Florençano e Antonieta Camilher Florençano; foi professor, autor de diversas obras (*Nasce uma Metrópole, Álbum de Família, Roteiro de Ubatuba, A Bandeira e O Brasão de Taubaté, Gentil de Camargo – Poesia e Prosa, Cadernos de Cultura, Roteiros das velhas sedes de fazendas cafeeiras, A Comarca de Taubaté*) chegou a ser colaborador da *Revista de Geografia* da USP. Atualmente, é homenageado pelo município tendo seu nome em rua, Museu da cidade, escola estadual e creche municipal. (Texto de autoria do historiador Prof. Diego Amaro de Almeida, membro do Instituto de Estudos Valeparaibanos, publicado no site *História do Vale do Paraíba*. Disponível: <http://historiavaledoparaiba.blogspot.com.br/2013/02/100-anos-de-paulo-camilher-florencano.html>. Acessado: 15/11/2014.



**Imagem 2** – Concepção artística da Vila de Taubaté nos seus primeiros tempos. Arte de Paulo Camilher Florençano – Acervo Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté (DMPAH). Domínio público. Acesso a documento digitalizado. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Outra representação da cidade de Taubaté foi gerada pelas mãos do artista francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

Segundo Margaret Imbroisi, em artigo publicado no site *História das Artes*<sup>24</sup>, o artista francês Jean-Baptiste Debret veio ao Brasil em 1816 com a missão de criar as bases de uma Academia de Belas Artes a convite de Dom João VI.

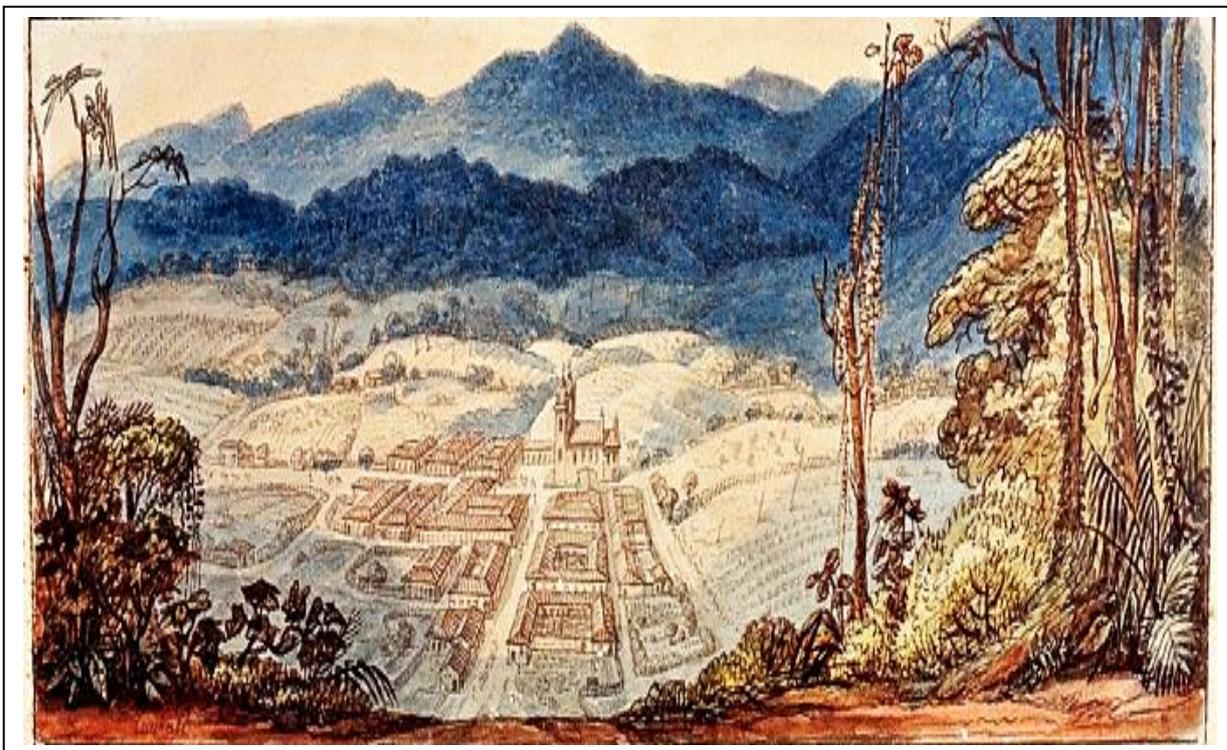
Dentre tantas obras que caracterizaram, na perspectiva debretiana, reunidas em sua obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, de 1834, várias cenas do cotidiano brasileiro durante os 15 anos que ficou em nossas terras, temos o quadro *Taubaté* de 1827.

Suas obras foram largamente publicadas e, atualmente, em domínio público, são acessíveis em vários veículos de mídia.

Nesse quadro, a vila de Taubaté é vista ao fundo na aquarela de Debret, como se o artista estivesse contemplando a mesma de cima de uma montanha, provavelmente no início da Serra da Mantiqueira, subindo para Campos do Jordão. Outra possibilidade, talvez, a mais viável, é que ele estivesse no Convento Santa Clara, ponto elevado da cidade que oferece visão privilegiada da mesma.

<sup>24</sup> Disponível: <https://www.historiadasartes.com/prazer-em-conhecer/jean-baptiste-debret/>; Acessado: 13/06/2017.

É muito difícil saber ao certo em que ponto esteve Debret ou se foi apenas uma abstração do artista, apesar de apurada representação cartográfica.



**Imagem 3** – Taubaté representada por Jean Baptiste Debret (1827) – *Almanaque Urupês*  
Disponível: <http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/textos/a-historia-de-taubate-por-emilio-costa/>; Acessado: 06/10/2016. Domínio público. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

A igreja católica ao fundo, a Igreja Matriz de São Francisco das Chagas, dentro de uma simbologia muito significativa uma vez que dialoga com a capela do convento Santa Clara que não aparece na tela, está a abençoar toda vila representada por uma paisagem urbana bem definida, com ruas que cortam a avenida principal que, por sua vez, atravessa toda urbe a partir da porta da igreja, rodeada de plantações que avançavam e comprometiam, já naquela época, a preservação da Mata Atlântica nativa.

Pelo ângulo utilizado por Debret, a serra do Mar está ao fundo, caminho muito utilizado por dar acesso ao litoral norte de São Paulo (Ubatuba, Caraguatatuba, Ilha Bela, São Sebastião). Apesar da Capela do Pilar ser o templo católico mais antigo de Taubaté, por ser bem menor e não ter torres, não acreditamos que seja a igreja representada pelo artista.

De acordo com apontamentos do site da Diocese de Taubaté<sup>25</sup>, a matriz passou a ser sede do episcopado desde sua criação em 7 de junho de 1908, data em que o Papa Pio X,

<sup>25</sup> Disponível: <http://diocesedetaubate.org.br/historia/>; Acessado: 20/04/2016.

publicou a Bula “*Diocesium Nimiam Amplitudinem*”, dando uma nova constituição a Província Eclesiástica em São Paulo criando a Arquidiocese de São Paulo e cinco novas dioceses: Taubaté, Botucatu, Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos do Pinhal. O primeiro bispo foi o Cônego Epaminondas Nunes de Ávila e Silva que ficou à frente da diocese até o ano de 1935<sup>26</sup>.

Taubaté foi elevada à categoria de cidade pela lei n. 5, de 5 de fevereiro de 1842<sup>27</sup>: Art. 1.º - “Ficam elevadas á cathegoria de cidades com a mesma denominação as villas de Taubalé, Itú, Sorocaba, Coritiba, Paranaguá e a de S. Carlos com o titulo de cidade de Campinas”.

Como a maior parte das cidades brasileiras, Taubaté foi uma cidade muito mais rural do que urbana propriamente dita. Apostou, durante muito tempo em sua vocação para a agricultura – café e arroz – como alavanca para o progresso econômico.

Essa mesma agricultura que se tornou um mecanismo de manutenção de privilégios políticos e sociais da elite, constituída pela aristocracia rural que, numa perspectiva mais ampla, abrigou durante a Primeira República uma concepção fundamentalmente coronelista de sociedade, de modo a garantir a continuidade dos mandatários, os chefes, eleitos ou não, que asseguravam, cada um a sua maneira, a harmonia que julgasse necessária para o bem estar da sociedade, e que também participou, de forma peculiar, do processo de industrialização na cidade num clima de cooperação entre os grupos de interesse da época.

Alguns anos antes da aquarela de Debret, mais precisamente no ano de 1821, a *Planta de Taubaté* foi desenhada por Arnaud Julien Pallière<sup>28</sup>, artista francês que chegou ao Brasil em 1817 e, a pedido de Dom João VI, elaborou diversos panoramas de cidades das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de outros trabalhos como litogravuras, retratos e um plano de urbanização para a cidade de Niterói-RJ.

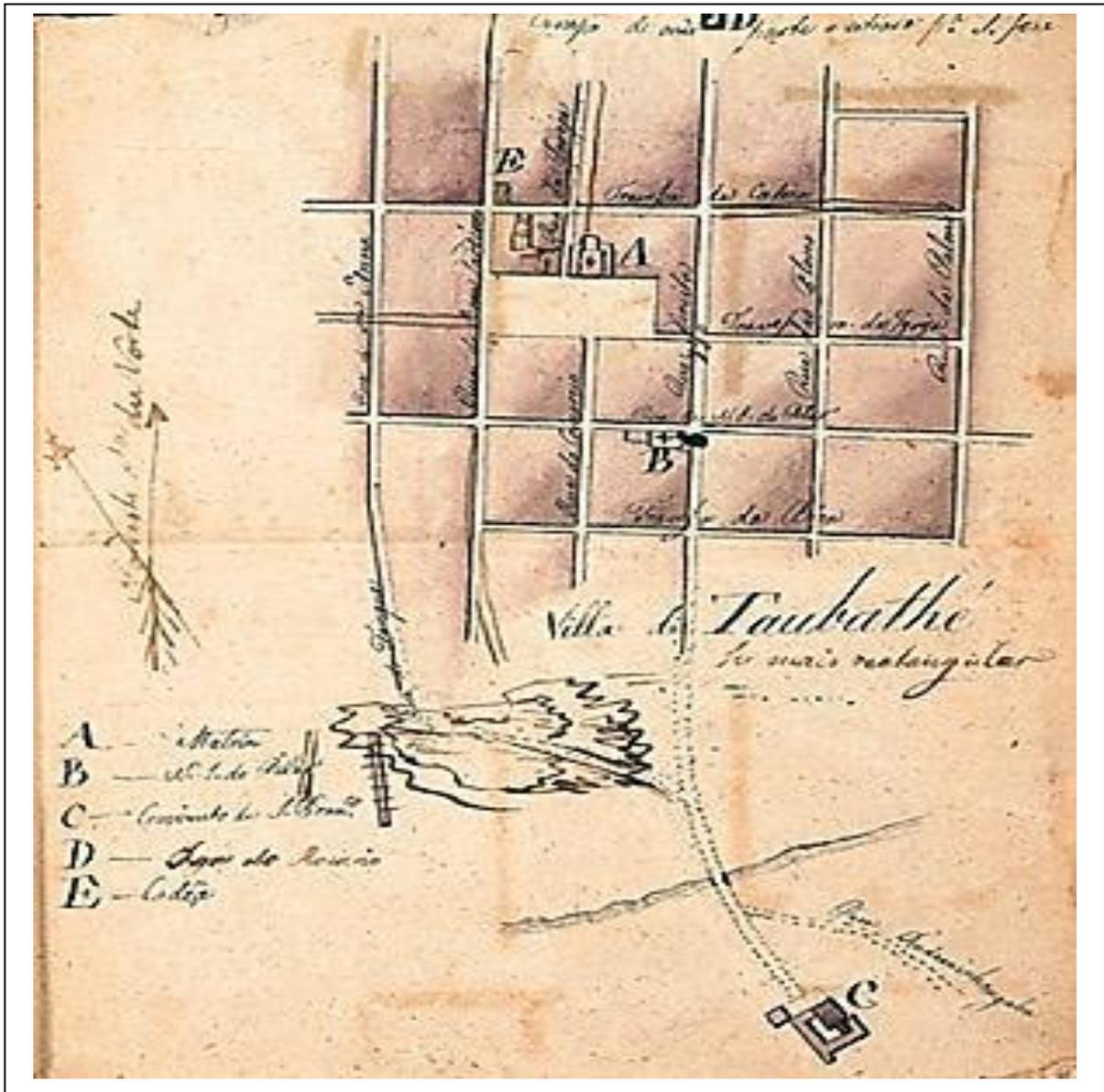
---

<sup>26</sup> Sobre a Diocese de Taubaté podemos consultar a Tese de Doutorado de CÂMARA NETO, Isnard A. *Ação romanizadora e a luta pelo cofre: Dom Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006; e a Dissertação de Mestrado de Eugenio, Cesar Augusto. *Igreja e escola no processo de modernização de Aparecida (1893-1928)*. Universidade São Francisco: Itatiba, 2009.

<sup>27</sup> Para pesquisa ao acervo da Assembleia Legislativa de São Paulo utilizamos o portal <https://www.al.sp.gov.br> em seus possíveis desdobramentos; foi mantida a grafia original. Disponível: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1842/lei-5-05.02.1842.html>; Acessado: 10/06/2012.

<sup>28</sup> Arnaud Julien Pallière nasceu na França no ano de 1784 e morreu no seu país de origem em 1862. Sua biografia pode ser encontrada em diversas fontes disponíveis em acervos convencionais e virtuais. Além da *Planta de Taubaté*, o artista tem sob sua autoria, as plantas das cidades de Lorena, Guaratinguetá, Jacareí e São José dos Campos; dois quadros retratando a cidade de São Paulo datados em 1821 compõem sua vasta coletânea. Todas estas obras estão disponíveis no site: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-sao-paulo/667/>; Acessado: 20/02/2017.

Na planta de Pallière Taubaté aparece como uma urbe razoavelmente desenvolvida, com traços bem definidos. Importante levar em conta que o município foi importante centro urbano, talvez, o maior, tornando-se referência na região até o final dos anos de 1970, quando foi superada pela sua vizinha São José dos Campos.



**Imagem 4** – Planta de Taubaté – Arnaud Julien Pallière (1821) –  
 Coleção - Imagens Período Colonial - São Paulo

Disponível: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-sao-paulo/667/>;  
 Acessado: 20/02/2017. Domínio público. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Muito antes disso, no tocante aos limites geopolíticos do município pertencente à Província de São Paulo, no processo de demarcação de divisas, Taubaté é citada inúmeras

vezes; as demarcações obedeciam, dentro de certos limites, a interesses de fazendeiros. As fazendas, quando já instauradas, tinham considerável peso de modo a se tornarem marcos legais determinantes o que demonstra um interior brasileiro evidentemente dividido entre donos de terras que contavam, quase sempre, com significativo prestígio na vida política nacional nas instâncias municipal, provincial e, posteriormente, estadual e, alguns mais, outros menos, com presença no Governo Central, da monarquia à república.

Em pesquisa ao acervo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, verificamos a questão do acerto de marcos e divisas sendo tratada em várias leis; de forma arbitrária, buscamos, por conta de nosso recorte histórico, verificar a situação de Taubaté no ano de 1870. Nesse ano encontramos duas leis: a lei n. 4 de 21 de fevereiro de 1870 que revoga as antigas divisas com São Luiz do Paraitinga e a lei n. 89 de 18 de abril que fixa as divisas com sua vizinha Pindamonhangaba<sup>29</sup>, que reproduzimos abaixo.

O Juiz de Direito Antonio Candido da Rocha, Presidente da Provincia de S. Paulo, etc., etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei, a seguinte Lei:

**Art. 2.º** - As divisas entre os Municipios de Pindamonhangaba e Taubaté começarão partindo do Parahyba; no lugar fronteiro á fazenda do José Joaquim de Souza Braga; passarão pelo espigão, sito atraz da casada mesma fazenda; seguirão pelo referido espigão a rumo até ao alto do mono situado atraz da casa da fazenda de D. Rita do Amaral Machado, e dahi seguirão ao alto da serra do Mantiquira, ficando a pertencer para Pindamonhangaba as referidas fazendas e o mais que so acha do lado de Piracuama.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Governo de S. Paulo, nos dezoito dias do mez de Abril do anno de mil oitocentos e setenta.

Antonio Candido da Rocha

A questão das divisas foi um tema tratado com certa insistência naquela casa legislativa. Não obstante não ser nosso objeto de pesquisa, causa-nos espanto os movimentos de alargamentos e ajustes de demarcações que davam relativa plasticidade à configuração cartográfica da região. Tal movimento explica-se, não somente, mas merecedor de considerável atenção, pela ampliação de terras cedidas, compradas, griladas, tomadas, disputadas entre fazendeiros que impunham seus interesses no vazio fiscal do Estado.

<sup>29</sup> Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1870/lei-89-18.04.1870.html>. Acessado: 23/06/2016.

No ano de 1870 as divisas do município de Taubaté foram alteradas duas vezes como anunciadas acima. Vinte anos depois, em 10 de abril de 1890<sup>30</sup>, por meio do Decreto n. 42 assinado pelo então Presidente da Província, Moraes de Barros, os limites taubateanos são restabelecidos às antigas divisas com o município de Buquira. Para além da expansão dos territórios das fazendas espalhadas por toda região, para entendermos com mais clareza os processos determinantes para que ocorressem os ajustes das divisas com a brevidade constatada, exigiria um trabalho cuja extensão de seu objeto atingisse tal problemática.

O Governador do Estado, no exercicio da attribuição conferida pelo §1.º do art. 2.º do decreto n. 7, de 20 de Novembro de 1889, attendendo ao que representou o conselho de intendencia da villa do Buquira, sobre a conveniencia de serem restabelecidas as antigas divisas entre aquelle municipio e o de Taubaté, com o que concordou o conselho de Intendencia desta cidade, por achar de toda justiça aquella reclamação;

Decreta:

Artigo unico. - Ficam restabelecidas as antigas divisas entre os municipios de Buquira e de Taubaté, as quaes começam no alto da serra do Pyrapetinga, seguem em linha recta ao alto da serra da Pedra Branca a encontrar no alto da serra Samanbaia; revogadas as disposições em contrario.

O secretario do Governo o faça publicar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 10 de Abril de 1890.

As cidades do Vale do Paraíba paulista e/ou fluminense, por estarem no eixo Rio-São Paulo, foram beneficiadas por algumas melhorias que visavam aproximar as duas potenciais metrópoles.

Não desmerecemos, com tal afirmação, as peculiaridades locais de cada uma dessas cidades, mas, pelo contrário, enaltecemos as formas pelas quais souberam, cada uma a sua maneira, usufruir da materialidade que lhe era posta. Estamos falando da Estrada de Ferro de Dom Pedro II que, de acordo com a Lei Provincial n. 28 de 24 de março de 1871<sup>31</sup> em seu artigo primeiro contemplava a cidade de Taubaté em seu prometido trajeto:

Art. 1.º - O Governo da Provincia contractará com Angelo Thomaz do Amaral, com o Dr. Joaquim Floriano de Godoy e com João da Costa Gomes Leitão, a construcção e custeio de uma estrada de ferro, que, partindo do ponto mais conveniente da Cidade de S.Paulo, e passando por Jacarehy, S.José do Parahyba, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Lorena, vá ter á Cachoeira, ou ao ponto áquem della, que fôr o terminal da 4ª secção da estrada de ferro de D. Pedro II.

<sup>30</sup> Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-42-10.04.1890.html>. Acessado: 24/06/2016.

<sup>31</sup> Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1871/lei-28-24.03.1871.html>. Acessado: 24/06/2016.

O jornal *Monitor de Taubaté* (n. 21, 15/07/1877)<sup>32</sup> em matéria intitulada “*Estrada de Ferro do Norte*” relatou a sua inauguração no dia 8 de julho de 1877:

A 8 de corrente foi inaugurada toda linha férrea que nos facilita a comunicação directa entre as Capitaes da província e do Império. Os trens inaugurados demorarão-se alguns minutos em nossa cidade embora o programma do Ex. Sr. Director Presidente determinasse o contrário.

Vale ressaltar que a Estrada de Ferro Dom Pedro II já existia no Rio de Janeiro desde 1858, depois de três anos do início das obras. Em sua expansão se buscou atingir várias cidades de Minas Gerais e São Paulo absorvendo a Estrada de Ferro do Norte inaugurada em 1877 que ligava São Paulo até Cachoeira Paulista como já mencionado. Taubaté muito a utilizou para fazer escoar seu ouro negro, o café, como também para receber os mais variados produtos, de gêneros alimentícios à matéria prima para suas indústrias.

Graças à presença da ferrovia, facilitando o acesso e a comunicação aos maiores mercados do país – as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro – e à existência de uma mão-de-obra abundante, liberada pela migração da cultura do café para o Oeste Paulista, mais dócil e barata que aquela existente nas cidades acima mencionadas, o Vale pôde se beneficiar do transbordamento de indústrias desses centros. Locais onde já se notava o aparecimento de deseconomias externas provocadas pela própria concentração urbana e se percebia a presença de trabalhadores mais irrequietos e organizados, exigindo melhores salários e condições de trabalho. (RICCI, 2006, p. 15)

O trem acabou se tornando o mais importante veículo utilizado por diversas autoridades que, como se tornou habitual, ao visitarem algumas seletas cidades, eram recebidos, ainda na estação, com as pompas que a política local julgava ser à altura do merecimento dos mesmos.

A Estrada de Ferro que, após a Proclamação da República passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil, foi uma revolução em se tratando da modernidade prometida em seus trilhos.

Como quaisquer outras edificações, experimentos, descobertas (se é que as coisas sejam realmente descobertas), guerras e a visão de mundo que afeta e atravessa as pessoas são construções que se dão dentro de um processo dialético e aberto, fundamentalmente

---

<sup>32</sup> Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/826421/per826421\\_1877\\_00021.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/826421/per826421_1877_00021.pdf). Acessado: 13/02/2018.

consolidado na materialidade disponível nas condições sócio-históricas num dado tempo e lugar.

Exemplo disso são os troles que foram os precursores do transporte intermunicipal anunciado e concorrido em terras valeparaibanas, conforme registros do jornal A Imprensa de Taubaté de 1876, inscritos na obra de Mello Jr. (1983):

Precursos do transporte intermunicipal, os srs. Pereira & Ribeiro instalaram uma linha de troles com ponto de partida do Hotel das Palmeiras, em Taubaté. Carruagem rústica, descoberta, tirada por burros ou cavalos, era o meio mais cômodo de transporte antes que o automóvel e as “jardineiras” inundassem as estradas. O anúncio, publicado em 11 de junho, é omissso quanto aos horários, contudo fornece o preço das passagens:

De Cachoeira a Jacareí Taubaté — 25\$000

De Cachoeira a Taubaté — 15\$000

Taubaté a Caçapava — 4\$000

Caçapava a S. José — 4\$000

São José a Jacareí — 3\$000

Havia concorrentes: — os srs. Fernando Lopes Zamith & C., com viagens de ida e de volta em dias alternados ao preço de 11\$000 para Jacareí e similares aos da outra cocheira para as cidades intermediárias. (MELLO Jr., 1983, p. 83)

Divisas, ruas, praças, ferrovias, troles. Julgamos valiosas tais informações por concebermos a história, a partir de uma perspectiva crítica à luz de Benjamin, fundamentalmente materialista, dialética e complexa, permeada de encontros e desencontros, sons e silêncio, vozes ouvidas e caladas mesmo quando faladas, por sujeitos reais que sofreram, conquistaram, sorriram e choraram, amaram, odiaram, perderam e ganharam, viveram e morreram.

As palavras de Benjamin (1987a, p. 231) são conceitualmente esclarecedoras:

A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio. Ao contrário, a historiografia marxista tem em sua base um princípio construtivo.

É o historiador em seu agora que constrói, amarra, articula, combina, destila a materialidade que afeta e é afetada pelas percepções e relações estabelecidas em cada época, homem-mundo-homem, que, dialeticamente, transformam o mundo humanizando-o e este uma vez transformado, transforma o homem que nele habita.

Entendemos que o segundo capítulo desse trabalho deveria se encarregar da tarefa de oferecer as condições sócio-históricas, a partir da materialidade disponível e acessada, dentro

de certos limites e interesses, em que a infância taubateana, tal e qual pudemos conceber, ousou existir.

Acreditamos que dividi-lo em três momentos seria fecundo e assim o fizemos: no primeiro, sob o título “*Cultura e política do café em Taubaté*”, objetivamos localizar Taubaté como importante centro produtor, deliberadamente vocacionado à cafeicultura, e as relações políticas que daí demandaram; no segundo, “*Urbanização e progresso na terra do café*”, trabalhamos os processos que edificaram o centro da urbe taubateana e que a conduziram a avançar, nos moldes das grandes capitais, na mudança de sua paisagem frugal e implementar novos ritmos citadinos; no terceiro e último momento, analisamos como se deu “*Industrialização na urbe taubateana*” e sua transição do paradigma rural para o urbano-industrial.

## **2.1 Cultura e política do café em Taubaté**

O cultivo do café no Brasil, segundo nos aponta Catelli Jr. (2004), teria começado na cidade fluminense de Resende, na transição dos séculos XVIII-XIX se espalhando, rapidamente, mesmo que ainda sem grande expressão na economia brasileira naquele período, para outros municípios como Vassouras, Valença, Canta Galo.

Tal cultura, experimentada em sítios e chácaras, inicialmente, contava com a mão-de-obra do escravo negro, mas, do segundo quartel do século XIX até os anos de 1930, europeus de diversos países e asiáticos foram os responsáveis por saciar a “fome de braços” que se instaurou no país (IANNI, 1987).

Com o predomínio majoritário de italianos com mais de um milhão e meio de imigrantes, definitivamente, a cafeicultura se consolidou como a principal fonte de riquezas do país impulsionando campo e cidade a avançarem nos processos excludentes tipicamente capitalistas, apesar de comprometer o princípio da igualdade difundida tão largamente pelo ideário republicano.

Vale considerar que a escravidão do ser humano negro no Brasil não se findara de forma homogênea e linear ao decretar seu término em 13 de maio de 1888 com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Izabel, mas foi resultado de um longo processo.

É possível percebermos diferentes ações que contribuíram para que se findasse a sociedade escravocrata no Brasil. Vale ressaltar que o abolicionismo não foi exclusivo às terras brasileiras. Mesmo que por interesses diferentes, os debates contrários à escravidão, como instituição legítima e reconhecida pelo Estado, ganharam adeptos em vários países, sobretudo, na Europa, ao defenderem, desde a Revolução Francesa, um modelo de Estado que superasse os vícios do Antigo Regime. Nesse ínterim, a questão da escravidão era vista, ora como repugnante, ora como obstáculo para o desenvolvimento.

No Brasil, iniciativas alavancadas por grupos abolicionistas e republicanistas, como a compra da liberdade dos negros, produção de eventos e material para divulgação dos ideais abolicionistas se tornaram frequentes a partir da segunda metade do século XIX. Mobilizações marginais e organizações dos próprios negros escravizados vieram somar às pressões geradas pelos adeptos à libertação dos escravos.

Dentre as ações dos negros, podemos destacar as fugas planejadas, práticas abortivas e ações não violentas como a filiação nas Irmandades Católicas que lhes garantiam algum tipo de proteção. Tal proteção se mostrava controversa e limitada, principalmente por conta dos processos de vigilância e controle que tais irmandades sofriam, advinda da estrutura de padroado, típica da monarquia brasileira, como sugere Gonçalves (2003, p. 332): “As Irmandades eram para os negros e mulatos livres um local de onde podiam exercer uma atividade mais social do que mística, eram um canal de ascensão social, um meio de melhorar o *status* cotidiano”.

Paralelo e dialeticamente a tais iniciativas, a atividade legiferante foi marcante durante a segunda metade do século XIX, mesmo que não o suficiente para impactar a sociedade da época de modo a implementar transformações significativas na vida dos negros, inclusive no campo da educação, conforme a leitura de alguns pesquisadores, tais como Gonçalves (2003), Fonseca (2002), Peres (2002), Paiva (1987).

Dentre as principais leis a que nos referimos, podemos destacar: Lei Eusébio de Queirós (1850) que tornou ilegal o tráfico negreiro, Lei do Ventre Livre (1871) e Lei do Sexagenário (1885). No campo educacional, a Reforma Leôncio de Carvalho (1878) instituiu a obrigatoriedade da educação escolar extensiva a todos os seres humanos que fossem, a partir de então, livres e libertos do sistema escravocrata, de 7 a 14 anos, inclusive os homens negros, e o Decreto 7.031 de 1878 criou os cursos noturnos destinados à alfabetização de adultos.

No primeiro caso, a presença de crianças negras em escolas públicas foi estatisticamente irrelevante, existindo unidades escolares que não as admitiam em seus bancos

escolares; em relação às escolas noturnas voltadas para os adultos, os seres humanos negros eram aceitos somente naquelas que comungavam com o abolicionismo ou eram lideradas por membros do movimento (PERES, 2002).

Em Taubaté, a Câmara Municipal se antecipara na libertação dos cativos em seção do dia 4 de março de 1888 acompanhando uma tendência regional que, principalmente motivada por questões econômicas, assistiu a centenas de libertos resultantes da indenização do Estado e alforriados, frutos de acordos com seus antigos donos, como foi o caso do Visconde do Tremembé que em 1887 libertou 90 homens escravizados, desde que os mesmos continuassem a trabalhar para ele, se tornando assalariados (*Almanaque de Taubaté*, mar. 2018<sup>33</sup>).

Em meio à euforia gerada pela dimensão humanista da abolição, houve a decisão de se atribuir o nome “Quatro de março” a uma das ruas da região central do município, onde, atualmente, encontra-se o prédio da reitoria da Universidade de Taubaté.

As articulações de natureza política se intensificaram após o 13 de maio de 1888. A monarquia enfraquecida viu o fim de 49 anos do governo de Dom Pedro II no dia 15 de novembro de 1889 com a Proclamação da República.

Em efeito dominó, na medida em que os estados e municípios foram tomando ciência da nova era em que o país iniciara, as casas legislativas, antes provinciais, na nova conjuntura, estaduais, pertencentes aos Estados Unidos do Brasil, passaram a oficializar sua adesão à República e assumir os compromissos em executar as reformas pertinentes aos novos tempos republicanos.

O estado São Paulo, governado por Prudente J. Moraes Barros, três dias após a Proclamação da República, por meio do decreto n.1 de 18 de novembro de 1889<sup>34</sup>, tornou oficial sua adesão à república.

DECRETO N. 1, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1889.

Adhere à Republica dos Estados Unidos do Brasil

O governo provisório do Estado de São Paulo decreta:

**Artigo 1.º** - O Estado de São Paulo adhere á Republica Federativa Brasileira, nos termos que foi proclamada provisoriamente pelo governo federal, no decreto n. 1 de 15 do corrente mez.

**Artigo 2.º** - O Estado de São Paulo fica constituido um dos Estados Unidos do Brazil.

<sup>33</sup> Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/index.php/2018/03/05/4-de-marco-libertacao-dos-escravos-em-taubate/>; Acessado: 20/04/2018.

<sup>34</sup> Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1889/decreto-1-18.11.1889.html>. Acessado: 17/09/2017.

**Artigo 3.º** - O Governo provisório proclamado pelo Estado de São Paulo, adoptará, com urgência, todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade, dos direitos e dos interesses legítimos dos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros, na forma do citado decreto.

**Artigo 4.º** - As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração em seus diversos ramos, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, respeitados os direitos adquiridos pelos funcionários.

Palácio do Governo em São Paulo, 18 de Novembro de 1889.

PRUDENTE J. MORAES BARROS.

Nesse contexto as Câmaras Municipais foram dissolvidas e reestruturadas por meio de novas eleições. No caso de Taubaté, a escolha da nova Casa se deu de forma indireta pelos antigos membros, o que aconteceu no dia 3 de janeiro de 1890. Na seção posterior, dia 4 de janeiro de 1890, foi lida a Circular do governador do estado paulista legitimando a passagem da condição de “tutela administrativa” à “autonomia municipal”, condição esta que deu maiores poderes às Câmaras para legislar acerca dos seus interesses locais, desde que, obviamente, não ferissem os ideais republicanos.

Circular do Governador deste Estado enviando para a devida execução um exemplar do Decreto de 13 do corrente sobre a administração municipal, pela qual fica substituída a tutela administrativa pela autonomia municipal, confiando aos municípios a faculdade de proverem os seus próprios negócios, segundo a índole de regime atualmente proclamado. O patriotismo o critério que distinguem os paulistas são garantias, bastante, de que a prática do governo do Município pelo próprio Município produzirá benéficos resultados, os quais contribuirão, eficazmente para consolidar e desenvolver essa instituição, há tempos, instantemente, reclamada como o mais poderoso meio de despertar e avigorar as energias locais e expandir as forças latentes do nosso Estado. (*Atas da Câmara de Taubaté, seção 1ª, 13/01/1890*)

Taubaté tornou-se, oficialmente, um município republicano. Naquela época o café havia se tornado a principal fonte de riqueza no Brasil, o ouro verde, o que perdurou até os anos de 1930. Em Taubaté não fora diferente: a lavoura cafeeira ora sobrepujava-se, ora dividia espaço com a indústria que, desde a transição dos séculos XIX-XX, apresentava sinais de crescimento, como veremos ainda neste capítulo.

A decadência do café em Taubaté e região se deu, segundo Costa (2005), por fatores intrínsecos à cultura dessa rubiácea, tais como, o próprio esgotamento do solo, tanto pelas repetidas vezes em que o plantio se dava, como pelas sucessivas colheitas efetivadas. Para além desse fator, mas não em detrimento ao mesmo, o fim da escravidão e a peculiar

imigração em Taubaté também contribuíram para o enfraquecimento da atividade no município, tudo isso somado à saturação do mercado por conta da produção excedente.

A atividade imigrante em Taubaté esteve vinculada muito mais à rizicultura do que ao café como podemos verificar tanto no seu distrito e núcleo oficial de imigrantes de Quiririm, cuja presença dos italianos é marcante ainda hoje, reflexo desse período, que se desenvolvera em torno do cultivo do arroz, como no município vizinho, Tremembé, onde os arrozais estiveram nas mãos, inicialmente, dos monges trapistas, passando para os japoneses até meados do século XX e chegando aos italianos e seus descendentes nos dias atuais.

No contexto da crise cafeeira, os grandes produtores, com expressiva representatividade nos poderes constitutivos do estado brasileiro, sobretudo, em São Paulo, fomentaram manobras no objetivo de comprometer a força estatal na salvaguarda do produto que fora a principal riqueza durante tantos anos e que, apesar de, na prática, garantir interesses privados, justificava-se tal postura dada a importância do mercado cafeeiro para o equilíbrio da economia do país. Tal movimento foi devidamente oficializado pela lei n. 866 de 7 de abril de 1903<sup>35</sup> em cujo *caput* prescreve-se: *Providencia sobre os meios de attenuar os efeitos da crise da lavoura de café.*

**Artigo 2.º** - Fica auctorizado o Governo:

I. A auxiliar a fundação de sindicatos e cooperativas agricolas que se organizem sobre bases approvadas pelo Governo, e tenham por fim approximar o productor do consumidor;

II. A entender-se com o Governo Federal para a reunião, nesta cidade, de um congresso internacional de agricultores de café, que delibere sobre os meios mais convenientes da defender a producção e consumo do café em todos os paizes;

III. A entrar em accôrdo com os outros Estados productores de café, acerca da valorização deste producto e do objecto do artigo 1.º e dos ns. II e V deste artigo.

IV. A subvencionar com a quantia de 400:000\$000, no maximo, a companhias nacionaes de navegação que reduzirem o frete do café deste para os outros Estados não productores desse genero;

V. A promover e animar o estabelecimento de torrefacções para a propaganda e commercio, no interior do paiz, do café torrado, livre de impostos inter-estaduaes;

VI. A fiscalizar o commercio do café torrado ou moido, para evitar misturas ou falsificações, podendo comminar a multa de 100\$000 a 500\$000 e a perda da mercadoria;

VII. A instituir um carimbo ou marca official, destinado a authenticar as qualidades e a procedencia do café produzido no Estado.

Artigo 3.º - Fica, outrosim, auctorizado o Governo:

---

<sup>35</sup> Disponível: [www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1903/lei-866-07.04.1903.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1903/lei-866-07.04.1903.html). Acessado: 18/19/2016.

1.º A empregar até 25.000:000\$000 em auxilio á lavoura de café no Estado, podendo para este fim, assim como para ocorrer ás despesas auctorizadas por esta lei, fazer operações de credito dentro ou fóra do paiz;

2.º A subscrever até 50% do capital do banco de credito agricola creado pela lei n. 865, de 17 de Dezembro de 1902, dispondo de parte da quantia de que trata o numero anterior deste artigo.

Ficou evidente o apoio do Estado para “*attenuar os efeitos da crise da lavoura de café*”. Em 1906 foi assinado o Convênio de Taubaté, que foi transformado em decreto federal, no mesmo ano. É indiscutível que tal mobilização dos cafeicultores de forma política e organizada gerou efeitos menos desastrosos na absorção da produção excedente, o que atenuou o impacto na economia do país, mas também dos seus próprios prejuízos. Vale registrar que a bancada ruralista sempre garantiu expressiva representatividade no cenário da política nacional estendendo-se até os dias atuais.

Em 1902 o *Jornal de Taubaté* (n. 1447, 8/06/1902)<sup>36</sup> em matéria intitulada “*Salários reduzidos*” registrou o acordo de fazendeiros que onerava os ganhos dos funcionários para atenuar a crise:

Os fazendeiros de S. Domingos da Prata, Minas, reunidos para estudar o meio de debelar a crise angustiosa da lavoura, deliberaram reduzir os salários dos trabalhadores a 800 reis diários, podendo o patrão dar gratificações. Será novamente discutido o salario, havendo grande numero que quer descel-o a 640 reis e reservando a gratificação aos trabalhadores que merecerem maior salario.

No entanto, é indiscutível que a concentração urbana somada aos incentivos públicos para a criação de indústrias no Vale do Paraíba, principalmente nos primeiros anos de século XX promoveu um processo, paulatino e contínuo, de crescimento industrial e consequente desruralização da economia.

Na esteira das reflexões de Costa (2005, p. 54), a indústria não substituiu a atividade rural, sobretudo em Taubaté, mas instalou-se, nas palavras do autor, “numa solução de continuidade entre campo e cidade”. As cadeiras do legislativo municipal foram ocupadas pelo vigário da cidade e toda elite rural que, num movimento de modernização conservadora se preocupavam sistematicamente com o processo de urbanização do município. Modernizaram a cidade (impostos, água, limpeza, iluminação pública, segurança, indústria)

---

<sup>36</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1447, 8/06/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01447.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01447.pdf). Acessado: 13/02/2008.

para, estrategicamente, conservá-la sob a égide paternalista compartilhada entre fazendeiros e donos de indústria.

## 2.2 Urbanização e progresso na terra do café

O que é a cidade senão a própria materialização da modernidade? É na cidade que se concentra a dinâmica da superação, supressão, substituição, sobreposição de rastros num processo, por vezes, intencional, que oculta, apaga, modifica, confunde. É na cidade que se restauram os rastros que julgam merecer um lugar, um espaço, um reconhecimento, uma condição para serem lembrados, lidos e atualizados em detrimento aos que, por não conquistarem tal mérito, são apagados, esquecidos.

Na perspectiva benjaminiana, rastro é concebido, pelas palavras de Gagnebin (2012, p. 28) como:

[..] presença de uma ausência e ausência de uma presença, o rastro somente existe em razão de sua fragilidade: ele é rastro porque sempre ameaçado de ser apagado ou de não ser mais reconhecido como signo de algo que assinala. [...] Na reflexão de Benjamin, o estatuto paradoxal de rastro remete à questão da manutenção ou do apagamento do passado, isto é, à vontade de deixar marcas, até monumentos de uma existência humana fugidia, de um lado, e às estratégias de conservação ou de aniquilamento do passado, do outro.

É assim que os paralelepípedos ao serem sobrepostos à terra das ruas que, antes, suportavam as carroças e carros de boi, encarregam-se de produzir sons até então desconhecidos e eliminar a poeira outrora levantada. Não vêm sozinhos, as calçadas e guias contribuem com o trepidar de saltos altos e baixos daqueles que correm para chegar a algum lugar e já não mais têm tempo para apreciar o processo, mas apenas o produto.

O concreto se espalha pela cidade, muda seu cheiro, sua cor. Com a pedra, o concreto, intensifica-se o trabalho de limpeza, de higienização dos espaços, a saúde pública passa a ser pauta contínua nas discussões do legislativo municipal: dentre às 22 seções do ano de 1890, em nove (9) tratou-se da limpeza da cidade e, por isso, da reforma em caráter de urgência do mercado municipal e do matadouro em outras três (3) sobre a importância da água tratada e encanada. Na 2ª seção desse ano, aos 24 de janeiro, nomeou-se o Fiscal do Mercado, Zelador

de Águas, Administrador do Matadouro, além de compor a Comissão de Obras Públicas e a Comissão de Justiça e Higiene.

Inerente a essa concepção de saúde / limpeza pública, pegadas são eliminadas, rastros apagados, detritos removidos na perspectiva de fazer da cidade o lugar do igual, do sempre igual.

Mas, a cidade é a experiência do complexo, o encontro das diferenças onde os sujeitos são atravessados pelos ares da modernidade ventilados pela ideologia do progresso. Vaz e Momm (2012, p. 149) afirmam que a cidade é compreendida por Benjamin, “como lugar e tempo de uma experiência que toma os sentidos e a imaginação, a memória e as sensações que se codificam de maneira livre na forma das imagens de pensamento”. Nesse contexto, a natureza se tornou uma exótica indumentária nas ruas e praças ou algo a ser visitado de vez em quando.



**Imagem 5** – Praça da Matriz – Catedral de São Francisco Xavier – atual Praça Dom Epaminondas  
Acervo Museu de Imagem e Som de Taubaté (MISTAU) cedida por José Moacir Cursino.

Disponível: <https://i.pinimg.com/originals/0d/50/07/0d50074c83d095244992026f2ce37e14.jpg>.  
Acessado: 10/01/2018. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia.  
Tamanho editado para esse trabalho.

A estridência dos novos sons da cidade somados aos incansáveis anúncios, típicos do centro comercial, passaram a cadenciar a existência na urbe, a compor o espetáculo da modernidade assistido pelas janelas dos prédios soerguidos, objetivamente, para abrigar o homem urbano.

Numa república onde se difundia a promessa da laicidade, os sinos da Igreja Matriz, da Catedral de São Francisco Xavier (a partir de 1910), no centro da cidade, ainda tocavam forte em Taubaté ecoando a presença eclesiástica nas relações de poder se fazendo presente direta ou indiretamente dos rumos do município.

Na seção 42<sup>a</sup> de 16 de dezembro de 1897, toma posse na Câmara Municipal o Padre Antônio do Nascimento Castro, Vigário da cidade, que fora eleito com 1649 votos. Na apuração dos votos, o que ocorreu no dia 9 de dezembro daquele ano, vimos que outros dois membros da Igreja se dispuseram a disputar uma vaga para a vereança, os franciscanos do Convento Santa Clara, Frei Félix e Frei Luiz, não obtendo, no entanto, o mesmo sucesso do vigário.

Taubaté foi a capital do Vale do Paraíba paulista, a cidade mais importante e moderna dessa região. Ainda no último quartel do século XIX já contava com várias ruas calçadas, iluminação pública, casarões suntuosos e uma classe média urbana que movimentava o centro do município.

A rede de esgoto, água encanada e tratada, iluminação pública e todos os demais serviços de limpeza e fiscalização, segurança e hospital são parte do concerto progressivista que visa diferenciar o urbano do rural e dar ao primeiro a supremacia e sentido necessários à nova lógica que se instalava, sobretudo, a partir do 15 de novembro.

Factualmente as cidades cresceram. Em velocidades diferentes de acordo com as características próprias de cada uma. Taubaté se tornou o município mais desenvolvido do Vale. Tal processo de urbanização não se dá de forma mecânica. Há interesses, há composições e articulações políticas e econômicas, há disputas, conflitos, resistências. Há municípios que continuaram rurais em suas cadências e relações como os retratados por Monteiro Lobato na obra *Cidades Mortas*, publicado, originalmente em 1919.

A imagem a seguir foi retirada do apêndice da obra de Francisco de Paula Toledo, *História do município de Taubaté*, originalmente escrita em 1877, reeditada em 1976, atualmente disponível em versão digital pelo Almanaque de Taubaté<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Para esse trabalho faremos referência à obra de Toledo pelo ano de 2017, quando tivemos acesso, uma vez que não consta, na edição digital, a data de seu lançamento. Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/hmt/index.html>. Acessado: 15/12/2017.



**Imagem 6** – Rua Dr. Falcão Filho, conhecida como Rua das Palmeiras – 1896. Atualmente, Rua Conselheiro Moreira de Barros (TOLEDO, 2017). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Os símbolos legítimos do poder se faziam vistosos como templos a cultuar o ideário do progresso do discurso republicano. Câmara, prefeitura, fórum, cadeia, escola passaram a compor juntamente com a Igreja a paisagem urbana de uma cidade que, com base na lógica defendida pelo autor uruguaio Angel Rama, em sua obra *Cidade das Letras* (1985), desenvolve-se do centro para a periferia.

Em fotografia do ano de 1904, cedida pela Companhia do Sol Produções<sup>38</sup>, podemos ver o edifício que abrigava a Câmara Municipal e a Prefeitura de Taubaté.



**Imagem 7** – Prédio onde funcionava a Câmara Municipal e Prefeitura de Taubaté – Imagem cedida pela Companhia do Sol Produções. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

O processo de urbanização implica em estabelecer nova ética a partir de nova ótica. A vida na urbe lança os sujeitos ao exercício do encontro, à vivência do coletivo. A lei, o Estado de Direito deve assegurar tal salubridade almejada e garantir a paz. Antigos hábitos passam a ser alvo de críticas, delações, multas.

É o Estado se fazendo presente e vigilante desocupando áreas, desapropriando terrenos para alargamento de ruas para os troles, bondes e carros passarem, ampliando a iluminação pública, tomando providências no tocante às casas em ruínas, enfim, transformando a paisagem taubateana.

---

<sup>38</sup> A *Companhia do Sol Produções* é uma organização independente de cunho Artístico e Cultural, formada por arte-educadores, atores, produtores culturais e artistas, publicou um álbum em rede social com mil fotos antigas de domínio público de Taubaté. Disponível: [https://www.facebook.com/ciadosolteatro/photos/?tab=album&album\\_id=538903449491309](https://www.facebook.com/ciadosolteatro/photos/?tab=album&album_id=538903449491309). Acessado: 06/10/2016.

Um requerimento acolhido pela Câmara em seção de 17 de maio de 1890 demonstra os novos olhares e posturas a que nos referimos:

Um requerimento de José de Ávila Bittencourt pedindo providências a respeito da máquina de socar café do Sr. João Lindgger para evitar o incômodo que lhe causa, como também aos transeuntes a imensa poeira produzida por ela; tendo requerido no mesmo sentido à Câmara dissolvida, esta, depois de mandar examinar o dano e incômodo que causava ordenou que esse senhor fizesse um cano de tábuas de modo que a poeira saísse ao nível do solo, porém, sendo mal feita essa obra e com material ruim, sofre hoje o suplicante e o público do mesmo modo; além disso o proprietário referido assentou um catador para o lado da rua, por isso pede que seja nomeada uma comissão para verificar o que alega e ordenar uma obra mais sólida para evitar esses males. Foi nomeada uma comissão para esse fim composta dos intendentess John M. Tindal e Dr. Guimarães para examinar e providenciar sobre a reclamação supra. (*Atas da Câmara de Taubaté*, seção 11ª, 17/05/1890)

Os limites entre o público e o privado na cidade são mais tênues do que no campo ou se comportam de maneira diferente, de modo que, no caso exposto acima, o direito de ter uma máquina de socar café não se estende ao direito de usá-la conforme a vontade do proprietário. No espaço urbano as vontades, nossa subjetividade, são, quase sempre, subversivas. Se Taubaté queria crescer, desenvolver, progredir deveria se urbanizar aos moldes dos centros mais avançados como São Paulo e Rio de Janeiro, em leis e costumes criando seus próprios mecanismos de controle e vigilância e se resguardando em meio ao conservadorismo que lhe era peculiar à época.

Tal modernização conservadora se materializou na criação de comissões para fiscalizar o matadouro, mercado, limpeza, obras, mas também, numa parceria moral com a Igreja, nos cuidados, manutenção e reforma, dos templos católicos existentes desde o período imperial e na construção de novas igrejas tão espetaculares quanto à Catedral, mesmo que em estilos diferentes, além do apoio à criação de escolas cristãs, como é o caso do Instituto Diocesano de Educação fundado em 1910.

Numa cidade povoada pelo cristianismo majoritariamente católico, herança do período imperial, o discurso moralista transcendia o altar das igrejas atingindo as instâncias da imprensa que, quase sempre, não hesitava em contribuir com a difusão do discurso conservador. O jornal *O Paulista*, por exemplo, publicou no dia 10 de janeiro de 1884<sup>39</sup> a

---

<sup>39</sup> *O Paulista*, n. 1, 10/01/1884 – disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/713406/per713406\\_1884\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/713406/per713406_1884_00001.pdf). Acessado: 10/02/2018.

matéria chamada “*O Espiritismo*” onde parabeniza a intervenção do delegado que decidiu intervir em tal manifestação religiosa poderia trazer males para a sociedade taubateana.

O Espiritismo – consta-nos que o sr. Delegado de polícia está resolvido a tomar medidas enérgicas contra o espiritismo e fazer assignar termo de bem viver aos principaes espiritistas. Aplaudimos este procedimento do digno sr. Delegado, porque o espiritismo pode trazer sérios prejuízos a nossa sociedade

O Espiritismo<sup>40</sup> em Taubaté começou a ser praticado na década de 1880, por meio do casal Francisco de Paula Pereira Barbosa e Iria de Alcântara de Nogueira Barbosa, uma médium psicógrafa. A “casa grande” dos Nogueira, que ficava na atual Rua São José, além de um ponto social da cidade, tornou-se referência para os seguidores do Espiritismo na região.

Em Taubaté, as igrejas fazem parte da composição do seu cenário urbano. Considerando o centro expandido da cidade, até os anos de 1930, podemos contar com, pelo menos, quatro grandes templos católicos sem contabilizar a capela do Seminário Diocesano, sede do Instituto de Educação e outras que já se espalhavam pelos bairros, como é o caso da centenária matriz de Nossa Senhora da Conceição construída no Núcleo Colonial de Quiririm.

São elas: as coloniais Capela do Pilar (1747), Capela de Nossa Senhora da Piedade (1753), segundo Toledo (2017), fundada por concessão do bispo, frei Antonio da Madre de Deus, o Convento Santa Clara (1674), construída com verba pública pelo Frei Jerônimo, a já mencionada Catedral de São Francisco Xavier (1645), a Igreja do Rosário (1705) onde tem anexo o Palácio Episcopal e o Santuário de Santa Terezinha (1923).

Em relação à primeira, a Capela do Pilar, Toledo (2017) registrou a provisão de Bernardo Rodrigues Nogueira datada em 1º de dezembro de 1747 que atende ao pedido de Timóteo Corrêa de Toledo. Fica evidente a preocupação em manter o culto a Nossa Senhora do Pilar, uma entre tantas representações de Maria, mãe de Jesus, desde que, houvesse a benevolência dos fieis.

E sendo por nós visto o seu requerimento e as informações que sobre ele temos, atendendo ser tão pio e para maior honra e culto da mesma Senhora, havemos por bem dar faculdade e conceder licença para que se possa fundar e erigir a capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar (47), como se nos suplica, com cláusula que será no lugar mais alto para decência dela e comodidade dos fregueses, cuja eleição fará o reverendo pároco como o suplicante e as pessoas principais da freguesia, de que se fará termo por

<sup>40</sup> Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/index.php/2017/09/20/conheca-as-4-religoes-mal-vistas-em-taubate-no-seculo-19/>. Acessado: 03/03/2018.

todos assinado, que será remetido à nossa Câmara e mandamos sob pena de excomunhão maior e duzentos cruzados que nenhuma pessoa eclesiástica ou secular ponha escudo de armas ou quaisquer outras insígnias ou letreiros nos portais, paredes ou em outra parte de dentro ou de fora da dita capela sem especial licença nossa ou de nossos sucessores, por escrito. (TOLEDO, 2017)

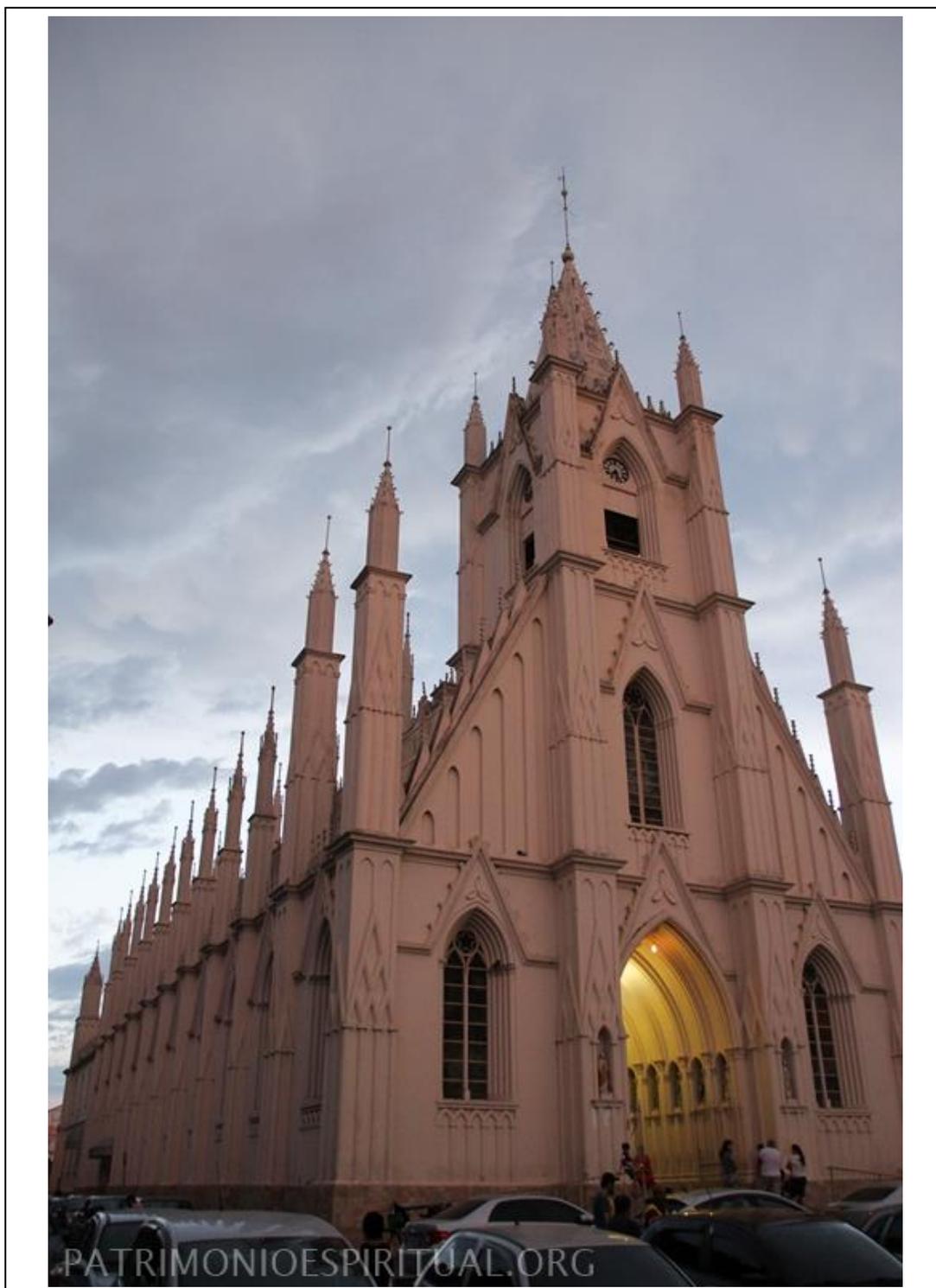
Originalmente, a antiga Capela do Rosário é do século XVIII, edificada a partir da provisão do bispo do Rio de Janeiro, Dom Francisco de São Jerônimo, datada em 20 de agosto de 1705, por meio da qual “aprovou o compromisso da irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos, pelo qual eles se obrigaram a ornar e paramentar esta igreja que eles edificaram” (TOLEDO, 2017). Foi restaurada na segunda metade do século XIX onde ganhou a aparência que chega aos nossos dias.



**Imagem 8** – Igreja do Rosário – anexo Palácio Episcopal – década de 1910. Acervo DMPAH – TOLEDO, 2017. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Outra Igreja de destaque em Taubaté é a dedicada à devoção de Santa Terezinha. Começou a ser construída em 1923, construção que durou 30 anos. De estilo neogótico, imita a arquitetura da Igreja de São Tiago de Lisieux, cidade natal de Teresa de Lisieux, a freira canonizada que passou a ser conhecida como Terezinha do Menino Jesus. Tem sua planta

assinada por Artur Afonso Guilherme e Filho e as obras ficaram a cargo de Camilo Gomes Quintanilha. O bispo de Taubaté, Dom Epaminondas Nunes de Ávila e Silva protagonizou a arrecadação de fundos para a construção do templo que atingiu o reconhecimento de *Santuário* pelo Vaticano.



**Imagem 9** – Igreja de Santa Terezinha nos dias atuais – Acervo Patrimônio Espiritual – Disponível: <https://patrimonioespiritual.org/2017/04/09/santuario-de-santa-terezinha-taubate-sao-paulo/>. Acessado: 5/01/2018. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

A Catedral de São Francisco das Chagas foi construída em 1645, por ordem do capitão Jacques Félix, fundador do povoado que, posteriormente, tornou-se a cidade de Taubaté. Após a construção da antiga igreja matriz de Taubaté, o povoado foi elevado à categoria de Vila em 1645. Logo tal após tal evento, a igreja foi toda modificada, devido a reformas ocorridas em 1940. Da forma original, restou apenas a talha do altar-mor, conservado na íntegra<sup>41</sup>.

A distribuição desses templos em Taubaté desenhou um eixo de bênçãos e ritos numa cartografia urbano-católica que, mesmo diante da laicidade republicana escreveu sua história, prescreveu costumes, institucionalizou paradigmas garantindo os processos de imposição dos seus valores que se mostravam nas missas, procissões, batizados, casamentos, inaugurações, festas que, aos poucos, também ganharam ares urbanos deixando para trás a configuração das antigas quermesses, típicas das capelas rurais onde a devoção popular vigora com mais solidez.

A Igreja Romana muito se preocupou em vários momentos de sua história, mas particularmente, na transição dos séculos XIX-XX, com o catolicismo ou piedade popular. Trata-se de um conjunto de ações, iniciativas e organizações que se caracterizam pela informalidade e passionalidade que tende, quase sempre, para o sincretismo religioso. Promessas, sacrifícios, jejuns e oblações eram (são até hoje) justificados pelo mistério, pelo sagrado, pelo milagre. Uma comoção popular que se apropria, à sua maneira, dos dogmas e ritos.

A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica no Brasil, seguindo uma tendência internacional, iniciou um processo de reorganização interna, conhecido como romanização do clero católico. Tal processo significou a condenação da Maçonaria, do Protestantismo, do Espiritismo e dos cultos de origem africana por parte da Igreja Católica, numa tentativa de consolidação das concepções ultramontanas no que se refere a sua organização interna e à sua ascendência sobre a sociedade. (BARATA, 1999, p. 100)

Para além das preocupações com a piedade popular, a Igreja se mobilizou para manter seu lugar na complexa teia das relações de poder. O ultramontanismo é a evidente preocupação da Igreja em garantir os mecanismos necessários para a manutenção do seu poder milenar em todo mundo e, principalmente, nas colônias portuguesas e espanholas, estritamente, forçosamente católicas.

---

<sup>41</sup> Disponível: <http://diocesedetaubate.org.br/catedral/>; Acessado: 20/12/2017.

Os ideais dos católicos ultramontanos brasileiros, segundo Barata (1999), dão-se, sobretudo, no caso brasileiro de forma contraditória, visto que pregavam o fim do beneplácito imperial, o que aconteceu por conta da proclamação da república e promulgação da primeira constituição republicana em 1891, mas combatiam a laicidade na educação e optavam pela manutenção da monarquia. Podem ser assim resumidos:

Basicamente, os católicos ultramontanos brasileiros defendiam as seguintes teses: a supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal, o qual, no caso brasileiro, estava diretamente ligado à extinção do beneplácito imperial; a Monarquia como a melhor forma de governo; a cidadania vinculada ao professar o catolicismo; a defesa da estrutura familiar patriarcal e o combate à educação laica. (BARATA, 1999, p. 103)

A Igreja no Brasil atenta para uma postura mais ampla e de caráter universal, inspirada pelos ideais ultramontanistas e fundamentada, principalmente na Encíclica papal *Rerum Novarum* levada a público em 1891 e que condenava o capitalismo e seus desdobramentos nocivos ao promover em seu bojo a desigualdade social, não poupou esforços para se tornar mais presente, não só no sentido material, o que se deu pela construção de novas igrejas, mas, principalmente, por meio da ampliação do seu corpo administrativo criando novas dioceses e paróquias, pela edificação de seminários, convite a ordens religiosas para se instalarem no país, intensificação pastoral e ampliação de suas ações nas áreas da saúde e educação.

Em relação aos cuidados com a saúde, fortaleceu sua presença na gestão das Santas Casas de Misericórdia e construiu e/ou reformou e assumiu a direção de escolas. Em Taubaté, o Hospital Santa Isabel<sup>42</sup>, historicamente gerenciado pela Irmandade de Misericórdia<sup>43</sup> é um exemplo desses cuidados na área da saúde.

A Irmandade de Misericórdia de Taubaté foi fundada em 28 de fevereiro de 1876 pelo Vigário Dom José Pereira da Silva Barros. Atualmente, é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, estadual e federal. Tornou-se a entidade mantenedora do Hospital Santa Isabel que o administrou até 2004. Nos dias atuais, esse hospital foi transformado em Hospital Regional e é gerenciado pela Ordem Religiosa São Camilo que, por sua vez, administra diversos hospitais pelo Brasil.

Em se tratando das instituições educacionais formais e semiformais, a Igreja se fez presente em suas fundações e nas escolas públicas do município: escola diocesana Idesa,

---

<sup>42</sup> Sobre a história do Hospital Santa Isabel. Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/index.php/2017/10/17/historia-do-hospital-santa-isabel/>. Acessado: 16/03/2018.

<sup>43</sup> Disponível: <http://irmandadetaubate.com.br/empresa.php#ancora>. Acessado: 12/01/2018.

Externato São José, Lar Santa Verônica e, mais tarde, as escolas Padre Anchieta, Santa Luíza de Marillac, as escolas públicas, o grupo escolar Lopes Chaves e a escola cuja mantenedora foi a Companhia Taubaté Industrial.

Em se tratando do Hospital Santa Izabel, a escassez de recursos foi denunciada pelo jornal *O Liberal Taubateense*<sup>44</sup> em pequena matéria do dia 24 de maio de 1888: “De ordem da mesa regedora, faz-se sciente ao público que, em vista da escassez de recursos, fica reduzido a 12 o número de doentes que podem ser admitidos no Hospital”.

A ausência de políticas públicas de saúde, mesmo no período republicano, obriga o Hospital a viver de esmolas como noticia o *Jornal de Taubaté*<sup>45</sup>, em prestação de contas da instituição publicada no dia 23 de abril de 1902: “As esmolas angariadas domingo último nas bolsas do Hospital, pelo sr. Donário de Alvarenga e D. Romana Guimarães, renderam 29\$300”.

Nesse ano de 1902, para uma Taubaté que se pretendia moderna aos moldes dos grandes centros, capital do Vale do Paraíba, o índice de mortalidade ainda era muito alto. A matéria “Registro Civil” do *Jornal de Taubaté*<sup>46</sup> de 8 de junho daquele ano, assim noticiou: “Durante o mez de maio findo, foi o seguinte movimento verificado no cartório do Registro Civil desta cidade: Nascimentos 75; Casamentos 11; Óbitos 74”.

Anos depois, em 1908, o mesmo jornal publicou, sob o título “*Estado Sanitário*” no dia 8 de outubro, um mapeamento do movimento médico-hospitalar na cidade. Interessante notar a existência de um serviço privado paralelo exercido pelos doutores Amador Franco e Lucas V. Catta que foram mais procurados pela população do que o serviço público oferecido no posto sanitário.

Estado Sanitário – Movimento no hospital de variolosos desta cidade, do dia 4 a 7 de corrente mez: Existiam 16; Entraram 0; Sahiram curados 3; Falleceu 1; Existem 12. No posto sanitário foram vacinadas e revacinadas, do dia 1 a 7 do corrente, 11 pessoas. No mesmo período o dr. Amador Franco vacinou 66 pessoas e o dr. Lucas V. Catta Preta 16. Total 93<sup>47</sup>.

<sup>44</sup> *Jornal O Liberal Taubateense*, n. 31, 24/05/1888 – Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=713198&PagFis=12&Pesq=>. Acessado: 12/02/2018.

<sup>45</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1.426, 23/04/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01426.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01426.pdf). Acessado: 11/02/2018.

<sup>46</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1447, 8/06/1902) – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01447.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01447.pdf). Acessado: 13/02/2008.

<sup>47</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 2455, 08/10/1908 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_02455.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_02455.pdf). Acessado: 13/02/2018).

Não conseguimos identificar se o “hospital de variolosos”, a que se refere a matéria acima, diz respeito ao que existiu fora da zona urbana de Taubaté ou ao setor reservado para tratamento da varíola e de outras moléstias no próprio Hospital Santa Izabel. Destacamos o fato de três saírem curados e o registro de um falecimento. Isso demonstra que, dentro de certos limites, o hospital oferecia tratamento eficaz com medicamento adequado.

No entanto, o que mais nos chamou a atenção na matéria “*Estado Sanitário*”, foi a procura das pessoas por vacina. Não colocamos em discussão aqui se esses doutores eram realmente médicos; vale o registro, no entanto, que farmacêuticos e enfermeiros também eram tratados com o mesmo título de doutor. Independente se médicos ou não, nessa época não era comum se procurar por vacinas, aliás, pelo contrário, havia a tendência de se repudiar esse tipo de intervenção sanitária, como foi o caso da Revolta da Vacina que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 5 e 10 de novembro de 1904. Vale considerar que existe uma diferença de quatro anos entre a Revolta e a matéria. A varíola ainda assombrava. É provável que a notícia de curas tenha encorajado a procura pelas vacinas.

Intervenção médico-sanitarista é intervenção científica, racional, laica. Não foram poucas as vezes que a laicidade, anunciada e decretada pela Constituição republicana, tenha sido combatida e categorizada como sinal da perda da sacralidade dos símbolos católicos e ameaça à religião, até o final do Império, tida como oficial.

Em Taubaté, parece-nos que a transição Império-República aconteceu em meio a disputas e tensões entre Estado e Igreja e esta, não somente enquanto instituição, mas por carregar o peso de um arcabouço moral enraizado profundamente nas mentes e corações de cada cristão católico. Questões do cotidiano, como foi o caso do funcionamento aos domingos do mercado municipal, eram tratadas pelas mais diversas vozes proféticas que se utilizavam dos veículos de mídia disponíveis na época para a ampla divulgação da mensagem. Esse caso foi registrado pelo jornal *O Noticiarista* (n. 28, 29/11/1888)<sup>48</sup> na matéria “*Mercado Diário*”.

Mercado Diário – Por qualquer lado que se considere a influência benéfica da extinção do mercado aos domingos, vê-se que esta urgente medida é um dos meios práticos bastante eficazes para a grandesa da regeneração social. [...] O domingo dá o repouso ao corpo fatigado, lança sobre as almas reverberações divinas, retempera as virtudes, purifica os corações. [...] o mercado ao domingo é um embaraço ao repouso salutar deste dia, abandonando o povo as agitações do comércio, aos interesses das negociações. O culto religioso é impossível sem a observância do domingo.

---

<sup>48</sup> *O Noticiarista*, n. 28, 29/11/1888. Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/713015/per\\_713015\\_1888\\_00028.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/713015/per_713015_1888_00028.pdf). Acessado: 10/02/2018.

E onde esta lei não impera, ahí a decadência religiosa acentua-se d'um modo assustador, seguido do cortejo nefando de todos os vícios e males sociaes. [...] O domingo é uma necessidade religiosa, bem como uma necessidade social. Um povo sem o descanso de domingo é um povo descrente, surdo à voz da consciência, que o leva para Deus, constituindo, portanto, um perigo social. [...] Os principais interesses da sociedade serão ameaçados até os seus fundamentos, desde que não se facilite ao povo a prática da religião, base sólida, sobre a qual assenta-se a ordem social. É um dever para as autoridades medirem o alcance de sua responsabilidade e jamais consentir que entre Deus e o homem, entre a religião e a consciência, coloque-se um abysmo. Restaurar o domingo, desprendendo o povo das preocupações materiaes; instruil-o no caminho dos seus deveres, fazel-o gosar da paz do lar e dos benefícios da civilização, tal deve ser o grandioso e elevado empenho que a nobre edilidade, sollícita pelo progresso material e social desta população, deve ter, restabelecendo o descanso ao domingo pela remoção do mercado, que tão grande mal causa a esse poderoso meio de regeneração social.

Alguns anos depois, oficialmente no período republicano, o vigário da paróquia Padre Antônio do Nascimento Castro apresentou requerimento à Câmara de Vereadores que fora acolhido e discutido na 1ª Seção Ordinária sob a presidência do Senhor José Benedito Marcondes de Mattos aos 16 de janeiro de 1896. Nesse documento o clérigo criticou duramente o processo de secularização do cemitério e apontou para os perigos do abandono dos valores religiosos, cristãos, católicos. Com palavras firmes e convincentes, o padre proferiu um discurso conservador que ecoou nos quatro cantos de Taubaté que acabou por optar pela manutenção de suas cruces nos espaços públicos, as orações e ritos católicos nas escolas, a abertura das ruas às procissões, o incentivo às instituições religiosas do município, subvenção ao serviço de saúde.

Ofício do Sr, Vigário da Paróquia pedindo que lhe seja cientificado, se de fato já está em plena execução a secularização do cemitério público, pois até hoje não consta que fosse expedido o regulamento traçando os meios práticos para a execução dessa medida; e, se já foi expedido o aludido regulamento comunicar-lhe para que, assim autorizado, possa declarar à população católica que o cemitério público dessa cidade está secularizado, que perdeu a benção da Igreja e que não é mais um lugar sagrado. E para se tornar bem público e acentuada esta secularização, permitirá a Câmara que solenemente seja retirada do cemitério a cruz, símbolo sagrado da religião, a que, em um cemitério secularizado, além de ser uma formal contradição à própria lei da secularização, é ainda um modo reprovável de ilaquear a boa fé da população religiosa, animada pelo louvável desejo de que os restos mortais das pessoas que lhes são caras, descansem à sombra consoladora da cruz e em lugar sagrado pelas bênçãos de Deus. (*Atas da Câmara de Taubaté*, seção 1ª, 16/01/1896)

Estava posta a crítica que validava a contradição em que vivenciava a tradicional Igreja Católica, a mesma que, mesmo diante dos incômodos e obrigações geradas pelo Padroado Imperial tinha a segurança de ser a religião oficial do Estado.

A Igreja precisaria se reinventar, porque não dizer, modernizar-se, redescobrir seu espaço que não lhe fora negado.

A laicização do Estado não o tornava ateu, não se tratava de uma negação de Deus e da Igreja. E foi nesse mesmo requerimento que o vigário sinalizou para a percepção de que ao Estado caberiam tarefas específicas e à Igreja outras seriam as incumbências.

[...] se, porém, ainda não foi expedido e o cemitério continua como um lugar sagrado, é justo e urgente que essa Câmara reclame dos empregados da Câmara o dever de exigir a licença paroquial, portanto, competindo à Câmara a fiscalização dos cemitérios relativamente à higiene, ao Pároco compete zelar da parte religiosa, responsável como é por tudo quanto é sagrado e afeito aos interesses espirituais da Paróquia. (*Atas da Câmara de Taubaté*, seção 1ª, 16/01/1896)

No ano seguinte, o vigário foi eleito com número expressivo de votos. A presença de um membro do clero católico na Câmara de Vereadores pode ter sido sinal de provável restauração da harmonia entre Igreja e Estado no município, mas também, a possibilidade de mediação, por ele, dos debates acerca de interesses, se não exclusivos, pelo menos, extensivos à instância eclesiástica. O que vimos foi um vereador preocupado e engajado em causas polêmicas para a época, para além de interesses polarizados, por exemplo, quando, na 46ª sessão, 17/02/1898, fez a indicação para a reforma da cadeia pública:

Indico que esta Câmara Municipal oficie ao Senhor Doutor Secretário da Justiça sobre a necessidade urgente que há em fazer reparos na cadeia nova desta cidade para que possa funcionar; atendendo que, por tornar-se impossível a permanência dos presos naquele estabelecimento, cujas prisões têm falta de ar e de luzes, foi necessária a remoção dos presos para a cadeia velha, que também se acha em péssimas condições higiênicas e no centro da cidade. O orçamento para os aludidos reparos já foi feito por pessoa competente e deve achar-se na respectiva secretaria em São Paulo, devendo, apenas ser destinada a verba constante do referido orçamento para o fim indicado. (*Atas da Câmara de Taubaté*, seção 46ª, 17/02/1898)

Mas, as ideias dominantes de uma época não são linearmente impostas e absorvidas, em sua totalidade, de uma classe para outra, sem passar pelo crivo da criticidade dos sujeitos que são atravessados pelas mesmas. Se, majoritariamente, os veículos de mídia reforçavam a

moral cristã e os feitos clericais, havia outros que se mostravam reticentes em relação à ampliação das ações do clero para além dos altares das igrejas.

No editorial n. 1 do Jornal *O Popular*, de 27 de janeiro de 1895<sup>49</sup>, seus editores apresentavam um discurso positivista, onde registraram sua adesão total ao regime republicano, valorização da moral, incentivo à indústria, ao comércio, ao desenvolvimento, à educação, à ordem e ao progresso. Nesse interim, não pouparam críticas ao alargamento dos papéis da Igreja, da religião, do clero.

Em religião somos catholicos, mas sem os embustes da hypocrisia. Queremos o padre e o respeitaremos como diretor de consciências nesses embates da existência espiritual; mas si o aceitamos sob a esfera limitada do seu sacerdócio, não toleraremos os exageros que tendam embrutecer as consciências frágeis, porque é sob a égide deste princípio que compreendemos as altas funções do sacerdote que não deve exceder de suas investiduras. O commercio, as artes, a indústria occuparão um lugar de honra em nossas collumnas, e jamais consentiremos com nosso silêncio e sem protesto, as demasias ou exercício de poder, seja qual ele for sobre os fracos. [...] A instrucção pública, como a hygiene, merecerão de nós um cuidado particular. De forma alguma será retaliada a vida privada de quem quer que seja em nossas collumnas, ainda mesmo com a assignatura e responsabilidade do autor.

Uma semana antes da publicação do *O Popular*, outro jornal, *A Cidade de Taubaté*<sup>50</sup>, republicanista confessa, levantou a discussão sobre a incompatibilidade existente entre o autoritarismo, os abusos de autoridade e às instituições democráticas instituídas pela República proclamada e que devem visar o bem comum.

Folha exceptualmente política filiada ao verdadeiro partido republicano, por cujos princípios estará sempre apta a fazer os maiores sacrifícios, não encontraria nenhuma outra palavra que reunindo um conjunto de condições caracteriza-se perfeita e terminantemente o seu verdadeiro ideal, a sua posição no meio em que vivemos. [...] A Cidade de Taubaté em face dos princípios que adopta e para a honra do partido que representa oficialmente, precisa ser franca e não ter condescendências, e por isso, desde já declara: que reprova e condenará os abusos. A autoridade não pode ter livre arbítrio; ella representa a lei, o direito, a justiça em uma única palavra é a garantia suprema da ordem, felicidade e progresso de um povo; qualquer transvio importará um abalo social muito maior e mais cheio de perigos que um erro puramente individual. (Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895)

<sup>49</sup> Jornal *O Popular* n. 1, 27/01/1895 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818372/per818372\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818372/per818372_1895_00001.pdf). Acessado: 11/02/2018.

<sup>50</sup> Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364_1895_00001.pdf). Acessado: 14/02/2018.

Muitos jornais circularam em Taubaté. Mello Júnior, autor da obra *Imprensa Taubateana: 150 anos de história*, lançada em formato digital pelo *Almanaque Urupês* em 1983, afirma que entre os anos 1861 até 1983 circularam na cidade 453 jornais. Até o final do ano de 1930, um pouco além do período em que nos ocupamos em estudar nesse trabalho, 190 títulos de diferentes posições político-religiosas.

O autor contabilizou, inclusive, publicações que nasceram na ambiência escolar: *A Infância*, periódico semanal lançado em 1892 pelos alunos do Colégio Americano, escola metodista que se instalou em Taubaté no ano de 1890, *A Juventude* de 1918, dos alunos do Ginásio Municipal, *O Estímulo*, publicação dos alunos do Grupo Escolar Dom Pereira de Barros de 1930.

No entanto, dentro dos limites de nossa pesquisa e disponibilidade de acervo, tivemos acesso a 10 jornais<sup>51</sup> abarcando os anos finais do século XIX e início do XX: *O Paulista*, *O Noticiarista*, *O Popular*, *O Mosquito*, *O Liberal Taubateense*, *Monitor de Taubaté*, *Jornal de Taubaté*, *A Zagaia*, *A Cidade de Taubaté*, *Pátria Paulista*. Dentre esses existiam aqueles que apresentavam um discurso de proteção aos interesses populares, alguns críticos à política local, outros conservadores e, ainda, os declaradamente republicanos.

O jornal *A Zagaia*<sup>52</sup>, por exemplo, trabalhava na construção dos vultos potencialmente heroicos de alguns sujeitos que estavam ou estiveram ligados aos processos que se desdobraram no 15 de novembro.

Carvalho (1990), em *A formação das almas*, pesquisou acerca de esforços semelhantes à iniciativa de *A Zagaia* para se construir o arcabouço estrutural do ideário republicano no Brasil. Sendo assim, na ausência de heróis conclamados gratuitamente pelo povo, abraçados e reconhecidos pela liderança natural, por feitos tidos como monumentais, nomes como Tiradentes, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, entre outros, eram reforçados num processo de convencimento e inculcação, a fim de que fossem aceitos como grandes personalidades nacionais.

Estamparemos mensalmente um vulto de republicano distinto na nossa pagina de honra. No próximo numero daremos o retrato do marechal Floriano Peixoto. As columnas d'«A Zagaia» são francas para artigos de propaganda republicana e a bem dos interesses municipaes. (Jornal *A Zagaia*, n. 1, 26/04/1896)

<sup>51</sup> Disponível: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acessado: 10 a 14/02/2018.

<sup>52</sup> Jornal *A Zagaia*, n. 1, 26/04/1896 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/819514/per819514\\_1896\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/819514/per819514_1896_00001.pdf). Acessado: 14/02/2018.

Verificamos que todos esses jornais eram financiados por assinantes diretos e patrocínios variados advindos de comerciantes, donos de escola, fábricas, farmácias, alfaiatarias, de maneira geral, membros da classe média urbana taubateana que anunciavam repetidamente seus serviços, o que ocupavam páginas inteiras.

**Jornal de Taubaté**

**Grande Oficina de funileiro**

DE  
**José Lotufo**

O proprietário deste conhecido e antigo estabelecimento, que acaba de passar por renovável reforma, sendo amplamente aumentado, participa aos seus amigos e frequentes que possuem grande quantidade de tubos em pertencimentos necessários para a instalação de água, gás e esgotos, bem como diversos outros objetos pertencentes a este ramo de negocio.

Deve-se um serviço pessoal, apto para desempenhar qualquer trabalho que lhe seja confiado.

**PREÇOS SEM RIVAL.**

na Marquez do Herval, 90

---

**Grande Sapataria Italo-Brasileira**

-DE-  
**RAPHAEL CAPUCCIO**

Disponível este estabelecimento, variadamente conhecido, de grande sortimento de couros e todos os artigos concernentes a arte, acha-se habilitado a bem servir as suas frequências, para o que possui um esquadro pessoal.

Costuma a confecção e entregações para homens, mulheres e crianças

*Atenção para quem leva encomendas a sua casa*

Mobilidade nos preços e maximo escrupulo na execução dos seus trabalhos

**RUA CORONEL JORDÃO**  
Taubaté

---

**Dentição das Crianças**  
**MATRICARIA DE F. DUTRA**

*de dentição e curatelas denticias de S. Paulo*

Dr. Augusto de Carvalho Dr. Agostinho Lobo Dr. Augusto Ribeiro Dr. Hugo Ribeiro Dr. Costa Caldeira Dr. Estanislau Bonifazi Dr. Renato Garcia Dr. Estanislau Ribeiro Dr. José Antonio de Mello Dr. Lourenço Mascaretti Dr. Augusto de Almeida Dr. Evandro Pabst Dr. Antonio de Souza Dr. F. de M. Dutra Dr. João de Souza Dr. Alberto Tostes Dr. Henrique Guimarães Dr. Estanislau Costa Dr. Manoel de Mendonça Dr. Pedro de Vargas Dr. Eugenio Horta Dr. Augusto de Dr. Virgilio Bezerra Dr. Francisco Silva Dr. Afonso Saldanha Dr. M. Francisco Costa Sociedades a MATRICARIA DE F. DUTRA nos seguintes nos de dentição das crianças e adultos a sua officina - Invenção Matricaria F. Dutra, rua do Herval n. 90 - S. PAULO	Dr. Gabriel Duarte Dr. Moacyr de Almeida Dr. Paulo Lima Dr. Fernando de Souza Dr. Mello Bezerra Dr. Frederico de Lima Dr. Reginaldo dos Anjos Dr. Gregório Theodoro Dr. Moacyr Antonio Dr. Antonio Brazilians Dr. Carlos Lima Dr. Honorio Lima Dr. Valente de Souza Dr. Francisco Marinho Dr. Souza Castro Dr. Cândido de Almeida Dr. Leão Brandão Dr. Paulo Rocha Dr. Osmundo Vidiger Dr. Francisco Pinto Dr. Araújo Mario Gomes Dr. Antonio Moraes Dr. Manoel Fortes Dr. Ignacio de Almeida Dr. Carlos Cotencio Dr. Araújo Mario Gomes Dr. Antonio Moraes Dr. Manoel Fortes Dr. Ignacio de Almeida Dr. Carlos Cotencio
--	---

**XAROPE CONTRA COQUELUCHE**

PREPARADO POR  
**José Ignacio da Gloria**  
S. Vicente--Estado de S. Paulo

*Approved pela Junta Central de Higiene do Rio de Janeiro em 1887*

Um xarope que cura com rapidez a COQUELUCHE, BRONCHITE, T-SSE, ETC. Aplicado e usado a gosto, em seis dias produz resultados excelentes, desconhecidos até recentemente pelos medicamentos que a curam, em toda a idade, sempre acompanhando por meios facos e facilissimo que a sua recitudo.

**Atenção**

Na abscita assignado, Dr. em Medicina pela Faculdade de Rio de Janeiro etc. Almeida, que tenha empregado o Xarope Contra Coqueluche de Sr. José Ignacio da Gloria, em curas de Coqueluche, associando-lhe bromureto, nas bronchites musculares e catarrhaes, e sempre obtida curada bona recitudo. O preparado de Sr. Gloria é o mais perfeito e mais barato, pelas curas.

Banco, 29 de Agosto de 1889.

Dr. Manoel Ribeiro

Deposito em S. Paulo, F. Var de Almeida & Comp--Brogia Paulista.

**Rua do Rosario, 7**      **Caixa do Correio, 4**

---

**Livraria e Papelaria**

-:- PENNA :-:-

Esta casa bastante conhecida, ampliam consideravelmente o seu sortimento dispondo de suas mercadorias a preços vantajosos

Tem sempre em deposito grande quantidade de papéis para todos os escritórios, objectos de escriptoria, tintas para escrever, copiar, typographica e para desenho.

Sortimento de livros escolares, religiosos e para escripturação mercantil Papéis gravados para ferrar casas

**Accéita encomendas de carimbo de borracha e de musicas**

**44 - Rua arneiro de Souza - 44**

---

**ESPECIFICO AUREO DE HARVEY**

O grande remedio inglez

**CURA INFALLIVEL**

Grande utilidade, superioridade, por ser a mais segura e a mais eficaz, conhecida e utilizada em todas as partes do mundo, e a mais segura que se conhece a cura a

Este remedio é a cura para todas as doenças de origem contagiosa, e a mais segura e a mais eficaz, conhecida e utilizada em todas as partes do mundo, e a mais segura que se conhece a cura a

Deve-se, neste grande remedio, a mais segura e a mais eficaz, conhecida e utilizada em todas as partes do mundo, e a mais segura que se conhece a cura a

Este remedio é a cura para todas as doenças de origem contagiosa, e a mais segura e a mais eficaz, conhecida e utilizada em todas as partes do mundo, e a mais segura que se conhece a cura a

**Direcção : Harvey & Comp.**  
**47, East 32-Street, Nova-York-E. U. A.**

---

**Casa de Comissões**

-DE-

**PEDRO DE BARROS & C.**

REGIEM CAFE E MAIS GENEROS DO PAIS

**Rua do Sacramento n. 39**

Próximo ao Largo do Rosario--TAUBATÉ

Imagem 10 – Anúncios – *Jornal de Taubaté*, n. 1447, 8/06/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01447.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01447.pdf). Acessado: 13/02/2008. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

A classe média urbana, objeto de estudo de Pinheiro (2004), foi formada, de maneira geral, por profissionais autônomos que conseguiram conquistar seu espaço e reconhecimento por meio da prestação de serviços ou vínculo com o estado na composição do funcionalismo público e forças armadas. De formação complexa, uma vez que não há homogeneidade quanto a sua origem, situação financeira e, tão pouco, no acesso às camadas mais abastadas da sociedade.

As antigas classes médias compreendem a pequena produção e o pequeno comércio. A pequena produção é constituída de formas de artesanato ou de pequenas empresas familiares onde o mesmo agente é proprietário e tem a posse dos meios de produção e é ainda trabalhador direto (o trabalho é geralmente fornecido pelo proprietário ou pela família, que não recebe salário), o pequeno comércio, onde o proprietário, ajudado pela família, fornece o trabalho e só excepcionalmente emprega mão-de-obra. Além desses conjuntos há as novas classes médias, constituídas pelos trabalhadores assalariados do comércio, dos bancos, das agências de venda, assim como os empregados de serviços. Também é o caso dos funcionários do Estado, do aparelho do Estado (serviços públicos) e dos aparelhos ideológicos do Estado (comunicações, imprensa, educação etc). (PINHEIRO, 2004, p. 12)

Não obstante à excelente caracterização de classe média do autor que nos apoiamos acima, acreditamos ser importante ampliar nossa reflexão numa perspectiva crítica. Imprensa e educação não são instâncias que compõem em sua totalidade os aparelhos ideológicos do Estado e são manipulados por ele ao seu favor fazendo chegar às classes subalternas informações que o Estado decide que possam chegar e como devam chegar.

Há em seu interior movimentos que se chocam, correntes que se contradizem, ações que se digladiam. Se há jornalistas e professores que trabalham ideologicamente em favor do Estado há, também, indubitavelmente, outros tantos que se ocupam, de forma, às vezes mais, outras, menos organizadas, em manter postura crítica aos comandos e desmandos estatais. Nos dois casos, o alvo é a formação da opinião pública.

De forma deliberada, por exemplo, o *Jornal de Taubaté* que se apresenta como “*Orgam do Partido Republicano Municipal*”, indicou aos assinantes seus candidatos ao senado estadual em matéria do dia 17 de outubro de 1908<sup>53</sup>, feito que, em se tratando desse veículo de imprensa, era comum ao manifestar seu explícito apoio a políticos em sufrágios de quaisquer esferas. Não sabemos ao certo o alcance desse jornal, mas, a empreita intencional

---

<sup>53</sup> Jornal de Taubaté, n. 2.456, 17/10/1908 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_02456.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_02456.pdf). Acessado: 13/02/2018).

de constituir eleitores para o candidato indicado demonstra uma postura engajada com a ideologia que comungava.

Partido Republicano Municipal – Ao eleitorado: Tendo de realizar-se hoje 11 do corrente, a eleição de um senador estadual, a Commissão Directora do partido Republicano Municipal, infra assignada, recomenda ao suffragio do eleitorado o nome do distincto republicano dr. Antonio Dino da Costa Bueno. (*Jornal de Taubaté*, n. 2.456, 17/10/1908)

Nascimento (1989), em sua obra *Opinião Pública e Revolução*, tratou do papel da imprensa livre e alternativa no processo de tomada de consciência dos ideais constitutivos da Revolução Francesa afirmando que, em Paris, circulavam mais de 600 jornais. Naquelas condições sócio-históricas havia a materialidade necessária para o debate, a indignação, a postura crítica diante do que se entendia e se concebia como dominação da monarquia francesa.

Em Taubaté, também, mesmo que em menor quantidade, mas proporcionalmente em número significativo em relação às dimensões e densidade demográfica do município, havia uma multiplicidade de olhares, opiniões, sensações, percepções. Houve aquelas vozes que se levantavam para enaltecer os feitos da “república municipal” e outras que não perdiam a oportunidade de tecer avaliações austeras ao que fosse considerado desleixo da gestão pública.

Por exemplo, *O Popular*<sup>54</sup> apresentou severa crítica e exigiu fiscalização das autoridades competentes, em nome da “*hygiene*”, ao fato de não se vender o leite puro, mas misturado com água o que, nas suas palavras, “além de diminuir os benefícios do leite pode ainda contaminá-lo com vírus peçonhento”.

No mesmo ano, O jornal *A Cidade de Taubaté*<sup>55</sup> em matéria publicada em 20 de janeiro de 1895, “*Ruas da Cidade*”, demonstrava sua preocupação com a situação da urbe e não parece otimista no tocante à condução dos trabalhos públicos:

É lastimável o estado actual de muitas de nossas ruas. Como diz um e outro colega cá da terra: mas, o que fazer no quadro actual. Se for feito um concerto em uma rua que está ruim, amanhã estará péssima. Portanto, esperamos melhores tempos.

<sup>54</sup> Jornal *O Popular* n. 1, 27/01/1895) – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818372/per818372\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818372/per818372_1895_00001.pdf). Acessado: 11/02/2018.

<sup>55</sup> Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364_1895_00001.pdf). Acessado: 14/02/2018.

Anos antes, em 1889 *O Noticiarista*<sup>56</sup> denunciava em matéria intitulada “*Limpeza Pública*” a “imperfeição desse serviço” e, de forma muito interessante associava limpeza e educação.

Limpeza Pública – A imperfeição deste serviço é manifestamente reprehensível. Estamos em plena semana santa e as ruas, praças e largos, apresentam o triste espetáculo de um desleixo fatal. Seja porque a limpeza pública de uma cidade constitua uma craveira por onde se pode sem errar aferir sua educação, ou porque constitua uma fonte inexgotável de preceitos aconselhados pelas melhores práticas higienicas, é certo que nenhum centro deve descurar desse melhoramento que envolve predicados na observância de regras e estylos hecterogenios. (*O Noticiarista*, n. 67, 18/04/1889)

Por outro lado, o *Jornal de Taubaté*<sup>57</sup> em publicação do dia 23 de abril de 1902 registra melhorias na cidade, tais como, a iluminação pública a gás no “jardim municipal” e o “empréstimo Municipal de Taubaté para a construção da rede exgotos no valor de 250:000\$000”.

Em 8 de outubro de 1908<sup>58</sup>, este mesmo jornal noticia o início do “serviço de instalação telephonica nesta cidade”. Uma semana depois publica, de forma muito entusiasmada, mais uma iniciativa da prefeitura: “Chamamos a atenção das pessoas competentes para a magnífica obra de abaixamento do nível da rua Visconde do Rio Branco, esquina da rua São José, que está sendo executada por ordem da prefeitura. É uma beleza”<sup>59</sup>.

Mais uma vez o *Jornal de Taubaté*<sup>60</sup> na edição n. 1035 de 13 de agosto de 1899 lançou a público longa matéria a respeito da importância de se manter o jardim ou a praça pública bela e bem cuidada. Essa mesma praça passou a ser iluminada desde 1902 conforme esse mesmo veículo noticiara. Interessante notar, nas partes que selecionamos e lançamos a seguir, as formas pelas quais se idealizava o comportamento do cidadão no centro da cidade.

Jardim Público – A uma cidade como Taubaté impõe-se a necessidade de um passeio público confortável e apprazível, onde a população encontre um agradável passa-tempo e onde possa, nas tardes calmosas do estio e nos dias risonhos da primavera, ir descansar dos fazeres quotidianos, respirar o ar

<sup>56</sup> *O Noticiarista*, n. 67, 18/04/1889 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/713015/per713015\\_1889\\_00067.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/713015/per713015_1889_00067.pdf). Acessado: 10/02/2018.

<sup>57</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1.426, 23/04/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01426.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01426.pdf). Acessado: 11/02/2018.

<sup>58</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 2455, 08/10/1908 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_02455.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_02455.pdf). Acessado: 13/02/2018.

<sup>59</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 2.456, 17/10/1908 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_02456.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_02456.pdf). Acessado: 13/02/2018.

<sup>60</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1035, 13/08/1899 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01035.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01035.pdf). Acessado: 11/02/2018.

oxigenado e puro dos lugares frondentes, espaiar livremente, desafogadamente oppor o exercício do passeio è enervadora inação que impõe a vida sedentária, regular a vista com a contemplação das flores e das árvores, alegrar o coração enviando-lhe plenos pulmões o ar balsâmico da athmosphera límpida. A digna Edilidade já compreendeu a imperiosa necessidade que temos de um jardim público que é ao mesmo tempo um elemento de esthética e de hygiene para a nossa cidade, concordando para seu embellesamento e para sua prophylaxia – e tanto comprheendeu a vantagem desse melhoramento que, ha alguns anos já mandou proceder ao ajardinamento de parte do Parque Dr. Barbosa de Oliveira, serviço esse de que, graciosamente se encarregou o sr. Dr. Cintra, cujos méritos científico-profissionais e apurado bom gosto são sobejamente reconhecidos. [...] Como, porém, os cofres municipaes se achem presentemente subcarregados de despesas enormes das que a mais considerável é a das preliminares para o serviço de exgottos [...] cremos que a conclusão do jardim será ainda demorada. [...] Na nossa modesta e desprestensiva opinião, o jardim devia desde já ser aberto à frequência pública [...] porquanto o actual conservador do mesmo poderia acumular, sem prejuízo para ninguém, as funções de ser zelador e guarda.

Não menos presentes estavam os debates, em consonância com a opção teórico-política de cada periódico sempre apresentada em primeira página, sobre saúde, educação, segurança, processos de urbanização e industrialização numa perspectiva, ora partidária ora oposicionista à gestão e edilidade local, alusão ao trabalho da polícia, denúncia de corrupção do funcionalismo público: “Um dos fiscais da câmara municipal, encarregado da arrecadação do imposto e exportação de aves, há muito tempo que, de conluio com alguns exportadores, dava grande prejuízo aos cofres municipaes” (*Jornal de Taubaté*, n. 2.456, 17/10/1908)<sup>61</sup>.

Estamos, enfim, falando de uma Taubaté que teve um crescimento demográfico substancial, que viu sua população crescer mais de 100% em trinta anos<sup>62</sup>.

De acordo com dados disponibilizados pela biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município contava em 1890<sup>63</sup> com 20.773 habitantes, apresentou um

<sup>61</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 2.456, 17/10/1908 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_02456.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_02456.pdf). Acessado: 13/02/2018.

<sup>62</sup> Os recenseamentos eram feitos de 10 em 10 anos com exceção de 1910 por questões de ordem técnica. O III Censo Decenal da República deveria realizar-se em 31 de dezembro de 1910, mas, por motivos conjunturais, cuja crítica minuciosa consta do relatório apresentado pelo Diretor Geral de Estatística ao Ministro da Agricultura, em fevereiro de 1915, deixou de ser levado a efeito na época prefixada, transferido que foi para 30 de junho do ano seguinte, sendo afinal definitivamente suspensos os respectivos trabalhos, após o dispêndio de avultadas verbas. Responde pelo malogro do Censo de 1910 o cerceamento da autonomia da Diretoria Geral de Estatística, por força das condições especiais em que se encontrava o País, então profundamente agitado por perturbações de ordem política. Disponível: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acessado: 20/01/2018.

<sup>63</sup> 1890 – 20.773 habitantes. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>. Acessado: 20/01/2018. O Brasil contava com 14.333.915 no primeiro ano do período republicano. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. Acessado: 20/01/2018.

salto para 40.911 no ano de 1900<sup>64</sup> e em 1920<sup>65</sup>, atingiu a marca de 45.445 habitantes. De acordo com o *Anuario Estatístico de São Paulo e Brasil* de 1929<sup>66</sup> publicado em 1935, Taubaté contava com 51.255 moradores somados sua zona rural e urbana.

Em fotografia tirada no ano de 1918 que retrata a passagem de uma banda por uma das ruas da região central da cidade de Taubaté, é possível constatar a robustez dos casarões, traçado planejado, calçadas e ruas pavimentadas. Apesar de não sabermos ao certo o nome dessa rua, é muito provável que seja a atual “XV de Novembro” levando-se em conta a posição da torre da Matriz ao fundo.



**Imagem 11** – Uma banda executa números à frente do Cine Odeon, em 1918. Na foto, os edifícios da Câmara Municipal, do Externato São José e residência do Coronel José Benedito Marcondes de Mattos – Imagem cedida pela Companhia do Sol Produções. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho

Há pessoas nas sacadas à direita e nas janelas da casa de esquina que, muito provavelmente seja o Externato São José. A foto parece ter sido tirada de uma sacada, talvez,

<sup>64</sup> 1900 – 40.911 habitantes. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acessado: 20/01/2018.

<sup>65</sup> 1920 – 45.445 habitantes. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. Acessado: 20/01/2018.

<sup>66</sup> 1929 – 51.255 habitantes. Disponível: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/biblioteca digital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011084&parte=1](http://produtos.seade.gov.br/produtos/biblioteca%20digital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011084&parte=1). Acessado: 15/02/2018. Esse endereço eletrônico é o Portal de Estatística do Estado de São Paulo que funciona em parceria com a SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

da casa do Coronel José Benedito Marcondes de Mattos. Infelizmente, não conseguimos identificar cada edifício anunciado na legenda da fotografia.

Entre críticas e sugestões, avanços e retrocessos, verificamos nos periódicos pesquisados, um senso estético que expressava, paradigmaticamente, um modelo de cidade e das relações que nela seriam viáveis, aceitáveis, desejáveis. As informações sobre os mais variados temas de utilidade pública – vacinação, óbitos, casamentos, ação da polícia, festas religiosas, informativos institucionais –, em todos foram ricamente oferecidas.

Como já anunciado, o desenvolvimento urbano de Taubaté, tema, também, demonstrado nos jornais, deu-se, dentre outros fatores, pelo avanço da indústria que, mesmo não chegando a substituir o trabalho na lavoura, teve seu espaço devidamente reconhecido se espalhando por toda cidade.

Desde as oficinas e manufaturas, típicas da classe média urbana até a composição complexa da Companhia Taubaté Industrial, que em 1913 chegou a possuir 600 funcionários, é possível identificar processos mais amplos de industrialização que marcaram a Primeira República e foram determinantes para o encantamento do taubateano pelo cenário urbano que povoou o imaginário popular com as ideias de prosperidade e modernidade em detrimento ao atraso e carência vividos no campo e intensificou, de forma crescente e contínua, o êxodo rural. Onde estava a infância taubateana nesse contexto? Ainda não sabemos.

### **2.3 Industrialização na urbe taubateana**

A expansão da indústria no Brasil aconteceu, dialeticamente, relacionada aos processos abolicionistas e migratórios que se deram no último quartel do século XIX. A indústria brasileira cresceu na Primeira República, apesar desse fenômeno não ser uma exclusividade do período republicano, pois, guarda em sua gênese, em muitos casos, iniciativas que ocorreram ainda no império.

O discurso positivista apropriado pelos apologistas da república e sintetizado no lema da bandeira brasileira, “ordem e progresso” impulsionou uma dinâmica desenvolvimentista que exigia o soerguimento de mecanismos que pudessem acelerar a edificação do espaço urbano como *locus* privilegiado para abrigar a modernidade prometida. Foi assim que a falência da instituição escravocrata se fez necessária, uma vez que o trabalhador livre, a mão-

de-obra assalariada, numa perspectiva liberal era a tendência já consolidada entre os países europeus, tidos como centrais ao estruturarem suas relações de trabalho nos moldes capitalistas.

No Brasil, a imigração foi estimulada para satisfazer lacunas deixadas pelo ser humano negro liberto e excluído, marginalizado, execrado, expurgado de uma sociedade que se pretendia embranquecida, culta, desenvolvida.

Não obstante, o processo de industrialização foi imensamente influenciado pela onda de imigração europeia. Os imigrantes, na grande maioria, eram jovens, preponderantemente do sexo masculino e, portanto, imediatamente produtivos. Em contraste com a força de trabalho nativa, composta, sobretudo, de habitantes das zonas rurais, azevada a um regime de trabalho de terça ou de escravidão, os imigrantes haviam sido, amiúde, habitantes de cidade ou tinham, pelo menos, experiência de trabalho assalariado e eram sensíveis aos seus inventivos. Os imigrantes, frequentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil. (DEAN, 2004, p. 252)

De acordo com os dados levantados por Pinheiro (2004), no ano de 1900, 92% dos operários da indústria paulista eram estrangeiros e, dentre esses, 81% compostos por italianos. Mesmo que esse percentual tenha caído para 52% de estrangeiros em 1920, ainda tivemos mais da metade do proletariado industrial formado por imigrantes europeus e seus descendentes.

Em Taubaté, a atividade industrial absorveu, em sua grande maioria, mão-de-obra oriunda do município e região, enquanto que os estrangeiros foram conduzidos à zona rural onde impulsionaram a lavoura, principalmente, a rizicultura, como é o caso dos italianos que se concentraram na Colônia Oficial de Quiririm.

A produção cafeeira em larga escala no município não foi brutalmente abalada, muito provavelmente por conta dos intensos acordos com o Estado para subsidiar possíveis quedas no faturamento do produto, como, por exemplo, o já mencionado nesse trabalho, Convênio de Taubaté, assinado em 1906.

Ricci (2003) demonstrou que Taubaté, entre 1834 a 1935, ampliou, proporcionalmente, sua produção de 12,8% para 36,8% na região, mesmo que, em números absolutos tenha apresentado pequena queda: 1854 – 354.730 arrobas, 1886 – 360.000 arrobas; 1920 – 222.147 arrobas; 1935 – 324.293 arrobas.

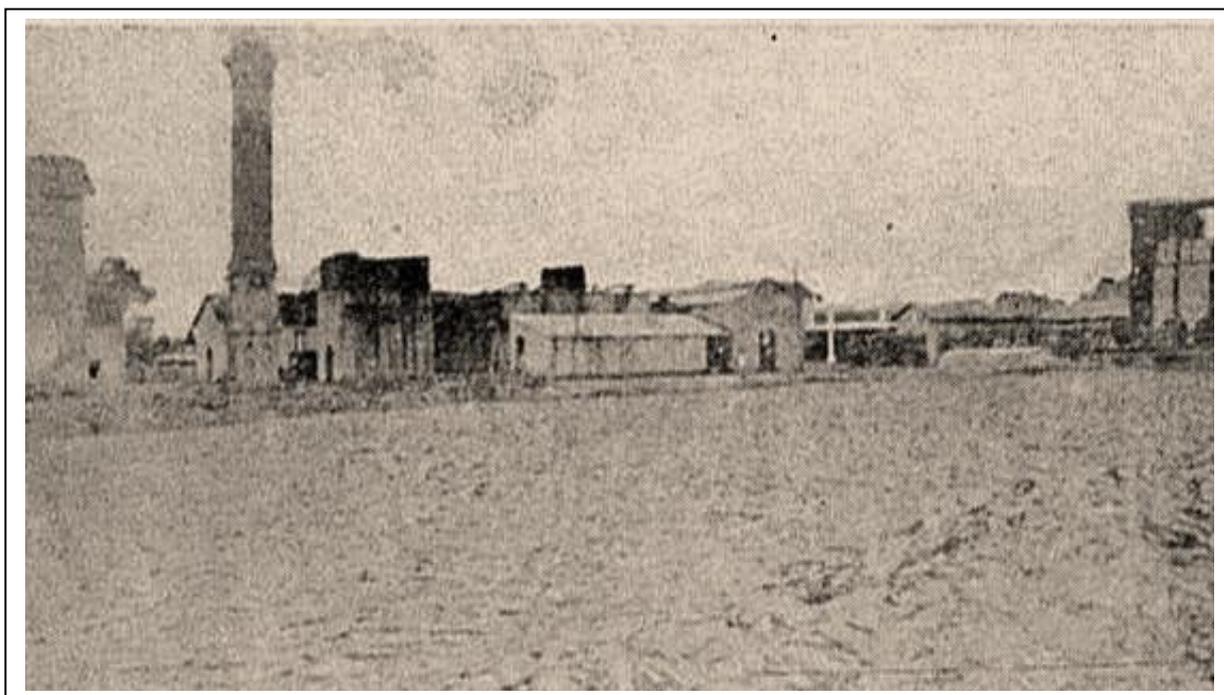
Os desdobramentos econômicos dessa produção acompanham a mesma lógica, conseqüentemente, mantendo Taubaté, mesmo apresentando uma queda em 1935, na

liderança em se tratando do faturamento em dólares: 1854 – 1.019.849; 1886 – 1.273.320; 1920 – 1.431.960; 1935 – 814.624 36,9.

Observamos que a produção regional apresentou desequilíbrios em sua evolução, alguns municípios, entre eles os mais conhecidos pelos estudos históricos, como Bananal e Areias, sofreram acentuada queda de produção, enquanto outros mantiveram na cultura cafeeira uma atividade econômica importante, como Taubaté, São José dos Campos, Guaratinguetá e Lorena. (RICCI, 2003, p. 5)

Segundo Costa (2005, p. 54), “a industrialização da cidade não provocou um impacto violento e transformador no mundo rural e agrícola em direção à formação urbano-industrial. Ao contrário, a indústria implantou-se numa solução de continuidade do campo para a cidade” de modo que os mais respeitados fazendeiros de Taubaté e região se encontravam entre os acionistas das fábricas criadas na cidade, como é o caso de 12,8% das ações da CTI estarem nas mãos de cafeicultores (RICCI, 2003).

Costa (2005) enumera as principais empresas, as de maior expressão, instaladas em Taubaté: Companhia de Gás e Óleos Naturais (1883), Companhia Taubaté Industrial (1891), Indústrias Reunidas Vera Cruz (1923), Companhia Fabril de Juta (1929), Companhia Predial de Taubaté (1932), Produtos Alimentares Embaré S.A. (1930) e Fábrica de Botões Corozita (1935).



**Imagem 12** – Gasômetro da Companhia de Gás e Óleos Minerais de Taubaté (1888).  
Foto de 1904 – Imagem cedida pela Companhia do Sol. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Havia uma lógica de cooperação, dentro dos limites dos interesses de cada grupo, entre as indústrias da cidade e região de modo a valorizar o produto local e favorecer o crescimento das empresas. Por exemplo, O Gasômetro fornecia parte da energia para a CTI, a Companhia Fabril de Juta a sacaria para a lavoura, a Companhia Predial de Taubaté atuou na construção de casas que formaram os bairros operários.

Também havia aquelas empresas de menor expressão em se tratando da quantidade de funcionários, tamanho de suas instalações, complexidade do maquinário utilizado, origem da matéria prima, alcance e escoamento da produção, dentre outros fatores, apesar de participarem ativamente da vida e dinâmica da urbe taubateana.

Estamos falando daqueles estabelecimentos que trabalhavam, quase sempre, em espaço doméstico com características familiares ou, mesmo os de médio porte que se mantinham por conta da exclusividade de seu produto. Dentre esses podemos enumerar as oficinas de alfaiataria, carpintaria, olarias, dentre outras, a Cervejaria União criada em Taubaté no ano de 1897.



**Imagem 13** – Cervejaria União, mais tarde, destilaria União, fundada por Terenzo Amadei, em 1887. Foto de 1904 – Imagem cedida pela Companhia do Sol. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Outra empresa foi a Fábrica de Bebidas que anunciou no jornal *Patria Paulista*<sup>67</sup>, em edição de 31 de dezembro de 1890, sua implantação e início de funcionamento não perdendo a oportunidade de apresentar seu produto ao cidadão taubateano, ao seu potencial consumidor.

Interessante notar o quanto, dentro desse processo, empenhava-se, de um lado em demonstrar, apreciar e garantir a “hygiene” na produção por se entender que era um sinal de modernidade, do que é avançado, produto de qualidade, idoneidade, enfim, valores caros dentro da perspectiva desenvolvimentista; de outro lado, não se hesitava em denegrir a atividade do campo taxando-a como retrógrada e desatenta às transformações respiradas no período de luzes republicanas que por sua vez vieram para eliminar as trevas do período imperial, conforme discurso da época.

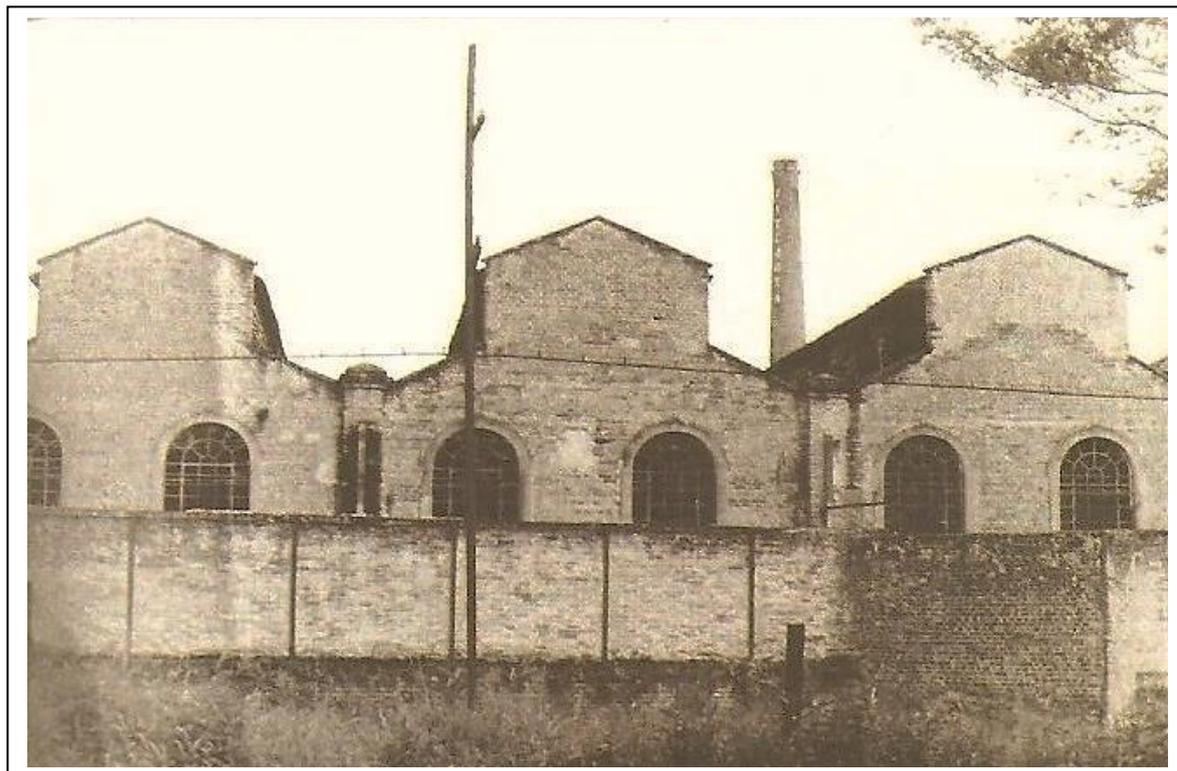
Não conseguimos constatar, com base nas fontes que tivemos acesso, se a Fábrica de Bebidas nasceu como concorrente da Destilaria União que já existia na cidade ou se era a mesma empresa reformada e/ou reinaugurada, pois nos chamou atenção, quando no anúncio a seguir, a forma de se atestar a qualidade do produto foi a garantia de ser conhecido pela população.

Fábrica de bebidas – Os infra inscriptos estabelecidos como Fábrica de Bebidas, têm a honra de levar ao conhecimento do commercio e habitantes desta cidade e circunvizinhas que fundaram uma fábrica nas melhores condições que têm introduzido por meio de aparelhos aperfeiçoados. Seguindo os processos aconselhados pela hygiene affiançam que seus produtos não encerram composição alguma nociva a saúde e que são fabricados sob os preceitos recomendados pelos higienistas. Garantindo produtos da melhor qualidade e por preços relativamente resumidos, os abaixo assignados propõem-se facilitar ao commercio a melhor ocasião de sortirem suas casas com gêneros conhecidos e acima de toda a suspeita, o que affiançam sem receio de competência. A marca da fabrica será uma só, não se fazendo alusão a rotos extranhos. Conhecidos como são nesta praça e tendo merecido dos seus conterrâneos mequivocas provas de consideração esperam merecer a mesma confiança, dando como garantia os esforços que se propagar. (Jornal *Patria Paulista*, n. 24, 31/12/1890)

Em relação à Companhia Fabril de Juta Taubaté, dentre as fontes que pesquisamos, encontramos um conflito de informações quanto à data de sua fundação. Enquanto Costa (2005) afirma que sua instalação se deu em 1929, no site “Projeto TVI” que reúne vários elementos históricos de Taubaté, registra-se o ano de 1927.

---

<sup>67</sup> Jornal *Patria Paulista*, n. 24, 31/12/1890) – Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=713392>. Acessado: 10/02/2018.



**Imagem 14** – Companhia Fabril de Juta Taubaté fundada em 1930 – publicada pelo Projeto TVI. Disponível: <http://projetotvi.blogspot.com/2010/09/cti-e-corozita.html>. Acessado: 10/04/2018. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Ricci (2003) tem uma percepção diferente com base nos documentos que teve acesso; para ele, em 1927 foi criada a Companhia Tecelagem Taubaté que teve duração muito efêmera, falindo e deixando dívidas de 300 contos de réis. Ainda, para Ricci (2003), a Juta Taubaté foi criada em 1930 conforme lançamento no Diário Oficial do Estado datado em 2 de agosto daquele ano, iniciando suas atividades nos primeiros dias de 1931. Essa indústria manteve suas instalações em Taubaté, Caçapava e Tremembé e chegou a empregar, segundo Ricci (2003), 4.500 trabalhadores durante a década de 1940.

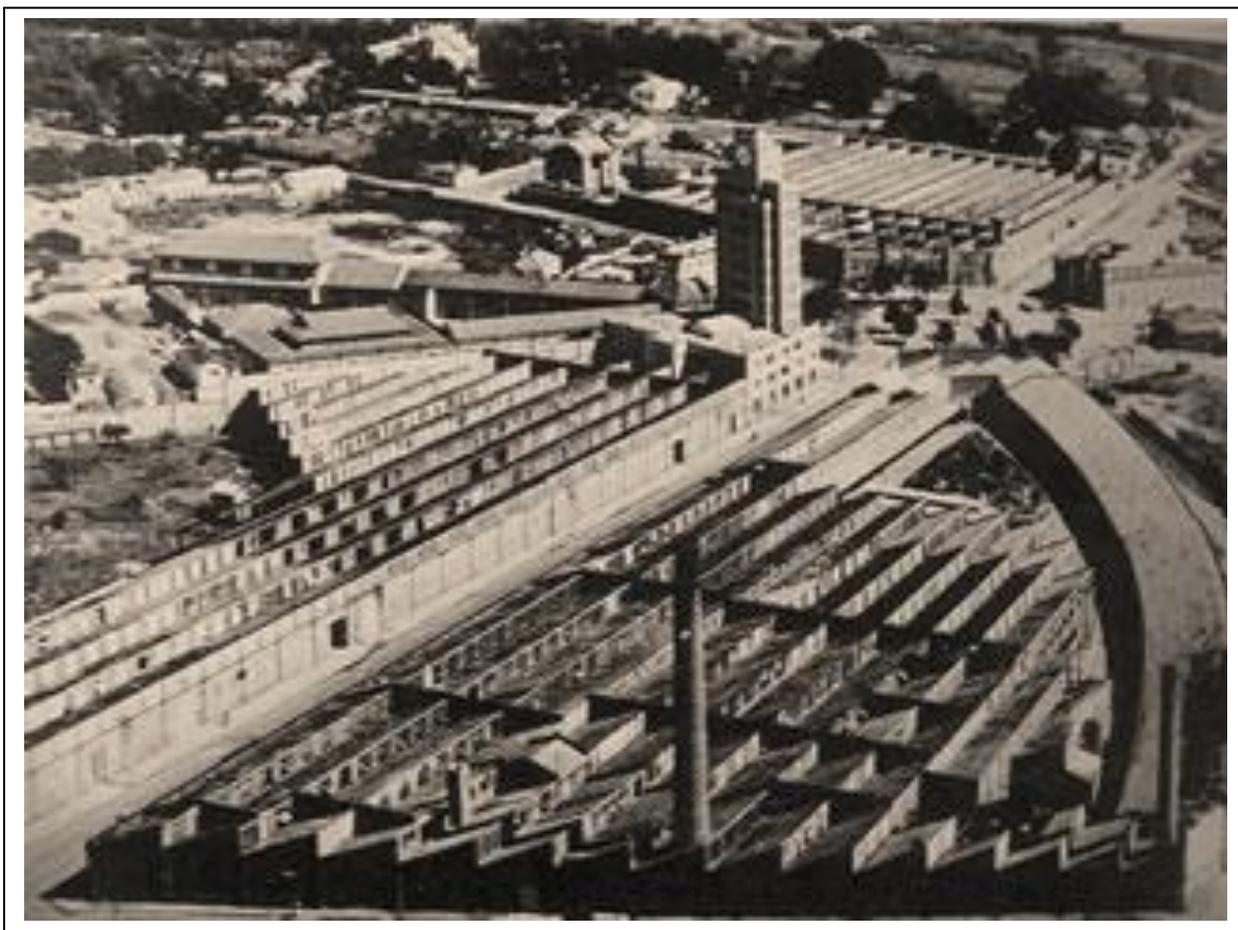
Mas, sem dúvida, foi a Companhia Taubaté Industrial<sup>68</sup> que mais marcou o município de Taubaté pela ousada arquitetura inglesa que redefiniu e redesenhou o cenário urbano da urbe taubateana. Segundo Soto (2000), a tecnologia importada estava presente desde sua concepção, passando pela construção, maquinário e matéria-prima.

---

<sup>68</sup> Vista aérea da CTI – fotografia década de 1940 – imagem cedida pelo Jornal *O Lince*. Disponível: <http://www.jornalolince.com.br/2012/ago/img/vista-aera-do-complexo-da-cti.jpg>. Acessado: 04/03/2018.

O jornal *O Lince* publicou um artigo<sup>69</sup> onde recortou alguns momentos e curiosidades da cidade de Taubaté desde sua fundação até a atualidade, levando-se em conta que a publicação foi de 2012. É nesse artigo que apresentou a “Vista aérea da CTI”. Pela bela fotografia abaixo é possível verificar as dimensões da Companhia, seus braços se estendendo até quase o seu antigo centro do município e se fechando em seu próprio centro.

A imagem é, possivelmente, da década de 1940 uma vez que o edifício “Félix Guisard”, conhecido até hoje como o prédio do relógio, já se encontra totalmente construído.



**Imagem 15** – Vista aérea da CTI – fotografia década de 1940 – imagem cedida pelo Jornal *O Lince*. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho

A construção aconteceu em partes chegando aos anos 40 com a estrutura predial que manteve até seu fechamento no ano de 1983. No objetivo de entendermos sobre a

<sup>69</sup> Jornal *O Lince*, n. 46 – jul/ago-2012. Disponível: <http://www.jornalolince.com.br/2012/ago/historia/4619-taubate-na-historia-nacional-resumo-historico#>. Acessado: 04/03/2018.

complexidade e dimensões da obra, reunimos da descrição de Soto (1996, p. 92-93), os elementos que julgamos serem suficientemente explicativos:

A CTI foi instalada na parte menos urbanizada, o oeste, do lado da via férrea e próximo da estação numa área suburbana composta de sítios dispersos e casarões e casebres esparsos. Deste ponto partiriam os trilhos da estrada de ferro para Ubatuba e o caminho que conduzia ao núcleo colonial do Quiririm. Desde o início a CTI se colocara como um conjunto separado, mas suficientemente próximo ao centro e, ao mesmo tempo, ligado ao exterior. Ao redor da primeira fábrica foram surgindo outras construções que formaram um conjunto coerente, auto-suficiente e funcional; uma cidade dentro da cidade. A distribuição espacial revela predileção pela simetria. O conjunto foi englobado numa figura geométrica em forma de estrela. Estava composto de oito núcleos rodeados de seis grandes avenidas (de 20m de largura aproximadamente) cortadas por outras oito avenidas que convergiram para uma praça ajardinada, a Praça Félix Guisard.

A CTI revolucionou o processo de industrialização na região valeparaibana tornando-se um ícone modelador e inspirador. Imprimiu sua marca não somente pela edificação absolutamente inovadora para a época, mas também, pelas engrenagens que mantinham seus funcionários próximos e satisfeitos. As oficinas eram amplas, arejadas e iluminadas. A todos os membros da grande “família CTI”, fórmula muito comum ao se referir ao funcionário, era oferecida uma diferenciada estrutura assistencial, totalmente funcional e estruturado durante o período recortado para essa pesquisa. Recorremos novamente a Soto (1996, p. 93-94) que apresenta descrição detalhada:

Rodeando as plantas industriais, encontravam-se edificações para fins assistenciais com uma parte destinada à atividade principal e salas para ocupações complementares – refeitórios, sanitários, médicos. Com janelas e sem muros, davam uma aparência mais aberta. A creche do lado da fábrica de cretone – que atendia uma média de 138 crianças – estava dividida em salas para menores de um ano e as reservadas para as maiores, dispostas simetricamente de cada lado do prédio. Tinha também, refeitório, copa, lavanderia, sala médica e salas de observações onde as crianças aprendiam a conviver, alimenta-se, cuidar do corpo e se vestir corretamente. [...] Também junto à fábrica de tecidos na rua América, localizava-se um restaurante para 840 pessoas. No refeitório, seguindo o critério da uniformidade, foram enfileiradas 105 mesas redondas de granilite coladas ao chão, observando idêntico espaço entre elas. Do seu tronco saíram 8 cadeiras redondas com uma vase de concreto armado e assento de madeira. Contava com 3 copas, uma cozinha com fogões, caldeirões, uma mesa de carnes, um frigorífico e um quarto de comestíveis, tudo de grandes proporções. Apesar da concentração de pessoas, nada favorecia atividades ilícitas ou casuais nem agrupamentos espontâneos ou superiores a 8. De qualquer ângulo, podia ser apreciado o todo e o tempo de refeição era preestabelecido em função do ato de comer.

Como é notável, a CTI não foi apenas uma fábrica de tecido, mas sim, um complexo industrial de proporções inéditas para a região. Sua estrutura assistencialista e paternalista permitia manter claros processos de vigilância e controle. A CTI criou sua vila operária e escola que, a partir de 1942 chegou a ser reconhecida como Grupo Escolar, como veremos no capítulo 4 desse trabalho. A Companhia da família Guisard incentivou a arte, a música, a cultura de maneira geral. Chegou a contar com sua própria corporação musical.



**Imagem 16** – Corporação Musical da CTI formada exclusivamente por funcionários  
– Foto de 04/05/1921 – 30º aniversário de fundação da Companhia Taubaté Industrial  
– Imagem cedida pela Companhia do Sol. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Félix Guisard e demais membros da diretoria foram protagonistas do coronelismo urbano-industrial. Estou a chamar dessa maneira por conta da evidente dinâmica controladora sob ares paternalistas em que se fundamentam as relações entre CTI e seus operários.

Queiroz (2004) em seu estudo intitulado “*O Coronelismo numa interpretação sociológica*” afirma, categoricamente, que o avanço da indústria somado ao processo de urbanização foram elementos que desestruturaram as bases do coronelismo, do coronel dono da cidade com seus capatazes e cabos eleitorais que elegiam seus protegidos e se elegiam, aquele

que governava a cidade, direta ou indiretamente, na maioria das vezes assistindo de sua fazenda o espetáculo da política que comandava.

A cidade populosa, internamente muito diferenciada, vai escapando ao poder dos coronéis, tipo muito rudimentar de autoridade para servir a um conjunto complexo. Aumentam muito as camadas urbanas intermediárias, entre a camada superior e as inferiores, acentuando as distâncias socioeconômicas entre estas. Pouco a pouco, grupos ocupacionais específicos se estruturam, e estes não apenas não são mais dominados pelo poder coronelístico, como também se opõem a este por uma necessidade da própria estrutura nova que surge. O coronel que fora o antigo dono da cidade, torna-se, assim, um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores. (QUEIROZ, 2004, p. 182)

Em Taubaté, os coronéis do café se tornaram acionistas da CTI e/ou se vincularam a outras empresas na cidade. Enquanto isso, os diretores da Companhia, liderados por Félix Guisard, demonstravam uma surpreendente habilidade para governar mais do que a empresa, mas o próprio município. Foi dentro desse contexto aparentemente democrático e de transparência que faz sentido uma chamada sob o título *Companhia Taubaté Industrial*, registrada pelo *Jornal de Taubaté* (n. 1.426, 23/04/1902)<sup>70</sup> convidando os acionistas para uma Assembleia de prestação de contas da empresa.

Companhia Taubaté Industrial – São convidados os Srs. Accionistas uma reunião em Assembleia Geral ordinária no dia 24 do próximo mez de abril, às 2 horas da tarde no escriptorio da Fábrica de Tecidos à rua 4 de março, para tomarem conhecimento do relatório e contas da Directoria e parecer do Conselho Fiscal, devendo eleger novos diretores e fiscais.

A indústria taubateana proporcionou ao seu proletariado um vislumbre de esperança em dias melhores uma vez que, não somente, mas, principalmente a CTI estabeleceu uma teia de assistência que efetivamente funcionou de modo que os funcionários, quando da decadência da empresa após incêndio em 1898, trabalharam horas extras gratuitamente a fim de contribuir para a reestruturação da indústria garantindo seus empregos e, conseqüentemente, salários, escola, saúde e moradia.

Os bairros que abrigaram as indústrias, situados na direção Nordeste e Sudoeste, em relação ao centro, foram os que obtiveram uma melhora significativa na sua infraestrutura, como foi o caso do bairro do Areão próximo a estrada de ferro que abrigava a Companhia de Gás que construiu a

---

<sup>70</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1.426, 23/04/1902) – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01426.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01426.pdf). Acessado: 11/02/2018.

estação de bondes para Tremembé, em 1894, e operava o sistema. O bairro do Barranco, na região da Estiva, viu surgir em 1912 a vila operária dos trabalhadores da CTI, com toda a infraestrutura e apoios necessários para seus operários, como escolas, creches, clubes, centros desportivos, possibilitando uma certa autonomia em relação à cidade. (CARLOS e RICCI, 2015, p. 6)

Em outros cenários, São Paulo, por exemplo, vimos uma crescente organização do proletariado urbano em torno das ideologias socialistas e anarquistas. Dentre os inúmeros feitos dessa categoria é possível enumerar: as mobilizações, manifestos, passeatas, publicações alternativas e greves ocorridas durante a década de 1910.

Outras ações podem ser elencadas, tais como a criação das Escolas Modernas ou Racionalistas dos Anarquistas num modelo autogestionário, em alguns casos, as escolas operárias de ideologia socialista, a fundação de bibliotecas populares. A fundação do Partido Comunista em 1924 foi marcante pela percepção de que a participação legítima na política seria um caminho para o fortalecimento dessas iniciativas, tidas como marginais e subversivas.

Em Taubaté, o proletariado urbano se comportou de maneira muito diferente. Nas poucas publicações que tivemos acesso, o Centro dos Operários Livres se lançava a público por meio do *Jornal de Taubaté*, órgão de imprensa que sempre deixou evidente sua posição partidária às formas pelas quais a política era conduzida na cidade, apenas para dar sinais de sua burocracia interna, como é o caso da publicação datada a 23 de abril de 1902<sup>71</sup>.

Centro dos Operários Livres – Communica-nos a directoria deste Centro que, em sessão administrativa de 21 do corrente, foi aclamado sócio – honorário distinto – do Centro o Exmo. Sr. Thomaz Chobiane, ilustre paulista, secretário do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. O Centro é gratíssimo a S. Exc. Pelos relevantíssimos serviços que lhe prestou na questão do sócio Augusto Kreya, em São Paulo. (*Jornal de Taubaté*, n. 1.426, 23/04/1902)<sup>72</sup>.

O Centro dos Operários Católicos aparece em diversas publicações promovendo romarias a Aparecida, como por exemplo, também pelo *Jornal de Taubaté*, na edição de 17 de outubro de 1908<sup>73</sup>: “Romaria – Consta que o Centro dos Operários Catholicos, está

<sup>71</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1.426, 23/04/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01426.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01426.pdf). Acessado: 11/02/2018.

<sup>72</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1.426, 23/04/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01426.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01426.pdf). Acessado: 11/02/2018.

<sup>73</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 2.456, 17/10/1908 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_02456.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_02456.pdf). Acessado: 13/02/2018).

promovendo uma romaria à Basílica de N.S. da Aparecida, que deverá realizar-se no começo do mez próximo” (*Jornal de Taubaté*, n. 2.456, 17/10/1908). E outra publicação do mesmo jornal, em 1902, o periódico aprova e elogia a escolha de um professor como “orador oficial”<sup>74</sup> do Centro.

Operarios Catholicos – Em sessão administrativa deste centro, effectuada em 30 de maio ultimo foi eleito orador oficial dos Operarios Catholicos o nosso presado companheiro de trabalho Prof. A. Garcia. Cumprimentamos o amigo pela distincção dispensada a sua pessoa e saudamos o Centro dos Operarios Catholicos pela boa escolha que fez, elegendo para seu representante aquele talentoso companheiro. (*Jornal de Taubaté*, n. 1447, 8/06/1902).

Percebemos que, com base nas fontes que tivemos acesso, a organização dos operários em Taubaté, Centro dos Operários Livres e o Centro dos Operários Católicos, não apresentou, efetivamente, uma luta por melhores condições de trabalho, direitos, ampliação das políticas públicas voltadas à educação e saúde, bem como a participação legítima na edilidade taubateana.

Apesar de muito buscar, não encontramos pelas vozes do proletariado urbano e, na verdade, em nenhuma outra instância, inclusive pela Câmara de vereadores, alguma crítica ou reivindicação acerca da presença da infância, das crianças pobres, talvez filhos de operários, nas indústrias de Taubaté.

Entendemos que esse caráter conservador e burocrático assumido pelos Centros dos Operários de Taubaté deve ser estudado com mais profundidade, sobretudo, por se apresentar de forma discrepante aos movimentos de operários de cidades, como, São Paulo e Rio de Janeiro, onde havia uma série de ações, ideologicamente mais contundentes, no processo de construção do espaço e reconhecimento do operário urbano da indústria.

É provável que, dentre tantas suposições viáveis nesse contexto, o conservadorismo católico no município tenha atuado em favor da manutenção da ordem e bons costumes, como também, as estratégias assistencialistas dos empresários que, ao se anteciparem às possíveis reivindicações do operariado, tenham desarticulado o movimento.

Além disso, mesmo dentre os liberais republicanos e/ou positivistas, o trabalho era visto como uma importante ferramenta de formação do caráter, de preparação para a vida em sociedade.

---

<sup>74</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1447, 8/06/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per\\_712957\\_1897\\_01447.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per_712957_1897_01447.pdf). Acessado: 13/02/2008.

Em imagem da inauguração da Fábrica de Botões Corozita<sup>75</sup> podemos ver quase uma dezena de crianças. É verdade que não sabemos, ao certo, se todas e quais iriam compor a força de produção daquela indústria. Mas, sabemos por meio das pesquisas de Soto (2000, p. 181) que as crianças não estavam somente nas creches ou na escola, sobretudo na escola pública, promessa republicana. Estavam, também, na linha de produção: “a CTI, em finais do século XIX, contava com 150 operários (80 mulheres, 66 meninos de ambos os sexos e 24 homens), em 1905 já empregava 250 trabalhadores e 280 em 1908 (117 mulheres e 69 crianças)”. Chegou, em 1926 a atingir o saldo de 2.100 operários.



**Imagem 17** – Fundação da Fábrica de Botões Corozita em 1935 por Gino Lanfranchi – imagem disponibilizada pela Corozita. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Dedicaremos nosso próximo capítulo às discussões sobre o lugar da infância em Taubaté, a concepção que era difundida e que, por meio ou a partir dessa, pudesse identificar os pequeninos.

---

<sup>75</sup>. Disponível: <http://www.corozita.com.br/#&gid=1&pid=1>. Acessado: 20/02/2018.

Muitas questões ainda nos intrigam, tais como: qual espaço dedicado pelo legislativo municipal para o debate acerca de proposituras de encaminhamentos da acolhida da infância e de sua educação. Quais instituições se levantaram em nome da proteção à infância?

É preciso pensar que uma vez desenhado o cenário urbano do município de Taubaté, precisamos ocupá-lo com as crianças que lá viveram, correram, brincaram, trabalharam, estudaram, foram exploradas, acolhidas, institucionalizadas. Crianças ricas e pobres, saudáveis e doentes, onde estavam?

### 3 UMA INFÂNCIA, MUITAS FACES

Pode nos causar estranheza a seguinte afirmação: todos tivemos infância. Sim, é claro que tivemos, afinal, é o caminho natural: nascer, crescer, envelhecer e morrer. Daí a criança, a que deve crescer, pois ainda não cresceu, a que não se autocria, mas é criada pelo adulto. Não satisfeito, transformo em indagação o que começamos afirmando: Todos tivemos infância? Ao fazermos o deslocamento da afirmação para a indagação, revelamos nossa preocupação com a falta de preocupação com a infância.

Para o mundo moderno é totalmente aceitável se questionar “o que você vai ser quando crescer” uma vez adulto-produtivo, adulto-profissional, adulto-trabalhador, adulto-racional, adulto-consumidor, ou simplesmente, adulto-adulto. A criança nesse mundo se tornou uma “coisa” a ser preparada para deixar de ser o que é, criança, para ser adulto.

É preciso pensar que não existe uma infância segregada do mundo adulto, como se fosse possível blindar as crianças do mundo em que vivem. As leituras infantis do mundo não são inocentes, são infantis. O atributo “inocente” se refere à percepção e ao conceito que o adulto tem da criança e não que ela tem de si mesma. Afirmar sobre a inocência da criança é concebê-la, preconceituosamente, como incapaz de efetuar uma leitura do mundo, nem certa, nem errada, uma leitura que não seja a do adulto.

É difícil para o adulto admitir a falta de utilidade intrínseca às percepções e relações infantis com o mesmo mundo em que, para ele, exige-se o aprendizado do útil e a repulsa do inútil, não se dando conta de que ao repudiar o inútil está lançando para longe de si mesmo as chaves que abririam as portas que fossem necessárias para o autoconhecimento, autocompreensão. Negar o inútil é negar a infância que carregamos *ad aeternum*.

É que, como o mundo da percepção infantil está impregnado em toda parte pelos vestígios da geração mais velha, com as quais as crianças se defrontam, assim também ocorrem com seus jogos. É impossível construí-los em um âmbito da fantasia, no país feérico de uma infância ou arte puras. O brincar, mesmo quando não imita os instrumentos dos adultos, é confronto, e, na verdade, não tanto da criança com os adultos, mas destes com a criança. Pois quem senão o adulto fornece primeiramente à criança os seus brinquedos? E embora reste a ela uma certa liberdade em aceitar ou recusar as coisas, não poucos dos mais antigos brinquedos (bola, arco, roda de penas, pipa) terão sido de certa forma impostos à criança como objetos de culto, os quais só mais tarde, e certamente graças à força da imaginação infantil, transformam-se em brinquedos. (BENJAMIN, 2014, p, 96)

A partir da concepção adulta de infância, mesmo que construída dialeticamente como afirma Benjamin (2014), é que mecanismos de imposição são gerados e postos à prova por meio de processos experimentais que configurarão, por sua vez, instituições especializadas na arte de governar crianças, como sugerem Rizzini e Pilotti (2014).

A primeira dentre tantas facetas da infância é ser filho. Por conta da condição “filho”, admite-se a dependência existencial da criança que só é filho por que tem ou teve um pai. No *Jornal de Taubaté*, n. 2455, em edição do dia 8 de outubro de 1908<sup>76</sup> há o registro das congratulações ao filho do professor Francisco Freginetti sem mencionar a mãe, a mulher, a esposa, como se fosse possível explicar a condição infantil de ser “filho”, somente com a indicação do nome do pai: “Completo no dia 3 deste mez mais um anno de vida o galante Cherubim, filho do professor Francisco Freginett. Parabéns”.

Falar de uma criança sem se referir à sua filiação seria admitir, naquele contexto, de forma paradigmática, que o pai não precisaria ser lembrado. Estamos diante, nesse caso, de um modelo de sociedade que exprimia em si mesma, um modelo de família, onde se afirmava o homem como dono, chefe da família, logo, da mulher e dos filhos, o patriarca<sup>77</sup>.

Mormente havia registros de felicitações pelo nascimento e passagem do aniversário de crianças filhas de sujeitos que participavam de forma privilegiada da sociedade e da vida política ou que tinham algum prestígio e reconhecimento social. O mesmo respeito e apreço eram destinados quando se tratavam de óbitos dos parentes da complexa aristocracia rural-urbano-industrial de Taubaté.

Sabemos que nem todos tinham o mesmo espaço na mídia taubateana da época e que o alto índice de óbitos ocupava mais o noticiário do que os nascimentos. As inaugurações, indicação de candidatos, comerciais, artigos de diversos temas que visavam difundir e fazer apologia aos bons costumes da moral vigente, fundamentalmente cristã, eram matérias que ofuscavam a doença, a carência, o sofrimento, a desigualdade, o desemprego, o abandono, a exploração.

---

<sup>76</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 2455, 08/10/1908 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_02455.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_02455.pdf). Acessado: 13/02/2018.

<sup>77</sup> A família patriarcal, como assim chamou Freyre (2004) no seu clássico *Casa Grande e Senzala*, refere-se a um modelo de família chefiada pelo patriarca, o *pater*, que submetia esposa, filhos, criados, escravos e todos os demais à sua autoridade. Normalmente, o *senhor de engenho*, durante o período colonial foi seu maior representante. O senhor de engenho se constituía como um núcleo de poder, um núcleo econômico. Não se descarta, no entanto, os coronéis, os barões do café já no período republicano, como herdeiros desse modelo. Aos poucos, a família nuclear burguesa formada por pai, mãe e filhos, mais reduzida, com características mais urbanas, porém, não menos centralizada no homem, no pai enquanto dono de sobrenome, responsável pela linhagem familiar foi substituindo o patriarcalismo. Sobre a formação e transformações da família brasileira, a autora Ângela Mendes de Almeida em sua obra *Pensando a família no Brasil* (1987) reúne diversos pesquisadores como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, Antônio Cândido entre outros.

A falta de vagas nas escolas e creches que assolava a maior parte da população, não era tema recorrente nos veículos de mídia no período estudado. Ao se falar de escolas, falava-se das crianças-alunos que ali estavam e não das que não estavam.

A cidade de Taubaté no ano de 1911, segundo Soto (2000) apresentava sinais evidentes das frágeis políticas públicas extensivas à educação e saúde dos pequenos e da população em geral. A autora não discriminou nos dados citados abaixo, o número de homens, mulheres e crianças de ambos os sexos que vieram a falecer no hospital público municipal, a Santa Casa de Misericórdia. Importante lembrar que nessa conta não é possível identificar se eram taubateanos ou não, levando-se em conta que doentes da circunvizinhança procuravam atendimento médico no município.

Apesar de todo medo que a Santa Casa inspirava, principalmente às mulheres, encontrava-se sempre repleta. Isso evidencia as insuficiências institucionais para cobrir as necessidades da população carente. Em 1911, por exemplo, morreram no hospital municipal, por falta de assistência médica, 587 pessoas, das quais 350 eram indigentes. O fato de ser um hospital gratuito e o único com tais características nas redondezas fazia com que convergissem para ele enfermos de outros municípios. A falta de recursos foi o pretexto alegado para se restringir o tratamento à população do município. (SOTO, 2000, p. 204)

Salta-nos aos olhos o número expressivo de indigentes apontados pela autora, 350 dentre os 587 óbitos no ano de 1911. É fato que o exercício cartorial ainda era muito frágil na época o que, muito provavelmente, dificultasse a identificação dos que procuravam o serviço de saúde, principalmente, daqueles que chegavam moribundos. De qualquer forma, parecemos evidente que o hospital não tinha controle do fluxo de pacientes, o que pode se dar por diversos fatores, dentre eles, a falta de estrutura por conta dos poucos investimentos nessa área.

O indigente adulto teve, mormente, uma infância indigente, sem direito, sem reconhecimento, sem proteção do poder público. Muito provavelmente, uma criança-filho, cujo pai não precisaria ser lembrado ou uma criança-aluno que por conta do seu insucesso na escola, restou-lhe o abandono dos marginalizados daquela sociedade.

Ao investigar as Atas da Câmara de Taubaté nesse ano de 1911, constatamos que existia a preocupação com a saúde pública, sobretudo, numa perspectiva higienista. Houve discussões, em inúmeras sessões, sobre a necessidade de se construir o novo mercado municipal para que se garantisse um *modus vivendi* mais saudável e moderno.

Na mesma linha, encontramos a preocupação dos intendentos municipais quanto à regulamentação do matadouro e às práticas tidas ainda como rudimentares na lida com as mercadorias o que ocasionaria malefícios à saúde pública. Depositavam-se vislumbres otimistas quanto à função pedagógica e controladora da dinâmica fiscal, por acreditarem que a rudeza da população poderia se dar pela herança rural desprovida da compreensão necessária sobre a modernidade que se degustava no cenário urbano.

A bem da higiene torna-se preciso a Câmara proibir o uso da maioria dos comerciantes, que se dão ao uso de, sob as bancas onde trabalham, trazerem vasilhas com água quase sempre sujas, onde lavam as mãos para lidarem com a mercadoria, procedimento esse contrário às prescrições higiênicas que graves danos trazem à saúde pública. (*Atas da Câmara de Taubaté*, 6ª sessão ordinária, 06/04/1911)

Contraditoriamente, em meio ao nobre discurso da vereança taubateana, não encontramos uma linha acerca de investimentos sistemáticos no sistema de saúde pública, nem com recursos locais e nem com verbas estaduais ou federais.

Visitando outra fonte uma década atrás, é possível perceber que o problema da saúde pública se arrastava desde longa data. Voltando nosso olhar para a infância, nosso principal objeto de pesquisa, chamou nossa atenção os óbitos ocorridos durante o mês de maio de 1888, descritos pelo jornal *O Liberal Taubateense* (n. 31, 24/05/1888)<sup>78</sup>, que apresentaremos a seguir, por conta, principalmente da indicação da febre como *causa mortis* das crianças menores.

Considerando que febre é sintoma e não causa, é muito provável que não se soubesse, ao certo, a moléstia causadora do falecimento daquelas crianças: sarampo, rubéola, pneumonia, tuberculose, varíola entre outras tantas que assombraram a infância brasileira por tanto tempo.

Outro ponto muito interessante na mesma matéria é que houve o falecimento de uma garota de 14 anos. Em relação a ela, o jornal ressalta seu estado civil “solteira”, o que dá a entender que nessa idade as meninas se casavam e, por isso, não se tratava mais de uma criança.

Obituario – Sepultaram-se no cemitério publico da Boa-Vista os seguintes cadáveres: (12) um feto, do sexo feminino, filha de Sophia Marcondes. (14) João, 2 annos, filho de Luigi Marçon e Maria Marçon, italianos, bairro do

<sup>78</sup> Jornal *O Liberal Taubateense*, n. 31, 24/05/1888) – Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=713198&PagFis=12&Pesq=>. Acessado: 12/02/2018.

Cataguá: febre. Augusto Coelho de Sá, 12 annos, filho de Augusto Coelho de Sá e Antonia Coelho de Sá: cidade: febre. (17) Benedicto, 1 anno e 7 mezes, filho de José Benedicto Alves e Anna Joaquina da Conceição, bairro dos Barreiros: febre. (18) Luiza Marçon, 14 annos, solteira, filha de Luiz Marçon e Maria Marçon, italianos. Inflammção do fígado; bairro do Cataguá. (Jornal *O Liberal Taubateense*, n. 31, 24/05/1888)

Em se tratando da idade de corte entre infância e mocidade ou juventude, a que está pronta para se casar, pois já era tido como adulto, é a mesma que aparece em tempos e lugares muito distintos.

Entre os filhos de escravos, segundo Arantes (2011, p. 173): “A partir de 7 anos, entrava a criança para o mundo do trabalho na condição de aprendiz ou moleque e aos 12/14 anos já se constituía plenamente como força de trabalho”.

Dentro dessa perspectiva, com 7 anos a criança está pronta para ser lançada no mundo. Atualmente, com essa idade, meninos e meninas já cursam o Ensino Fundamental, deixando, definitivamente, a Educação Infantil para trás.

A idade de 12 anos carrega um simbolismo, sobretudo nas sociedades cristãs, porque é nessa idade que Jesus reapareceu na Bíblia, depois da narrativa do seu nascimento. Jesus reaparece ao falar no templo, atitude reservada aos adultos, pois era sinal de maturidade. A infância, ao contrário, é a que não fala, a que não tem voz. Retomando o caso de Luíza Marçon, entendia-se naquela época que, por ser madura aos 14 anos, estava apta a se casar, a ser mãe, era adulta, jovem, mas, adulta.

Referir-se às crianças pequenas como anjos, no máximo até os 7 anos, parecia ser algo muito comum também em Taubaté, herança de uma colonização católica que catequizava por meio de histórias da vida dos santos, da pureza dos anjos, dentro de um clima tridentino contrarreformista.

O Brasil se apropriou dessa concepção de modo que as maternidades se tornaram o lugar dos anjos; sendo assim, os recém-nascidos, vestidos todos iguais, eram envolvidos nos cueiros brancos sem motivos azuis ou rosas para diferenciá-los. Não era menino ou menina, era um anjinho.

O branco como cor neutra, símbolo da pureza e da paz é mantida nas roupas usadas nos batizados cristãos católicos e protestantes, mesmo quando, para esses últimos, o batizado é destinado aos jovens e adultos, certos de que, ao terem sua própria voz, ao falar no templo, podem decidir sobre o desejo de ser batizados.

Com o tempo, a criança em meio a esse invólucro angelical foi migrando para uma concepção assexuada da primeira infância. No século XIX, segundo Perrot (2009, p. 104), na

Europa “os meninos e as meninas usavam camisolões e cabelos compridos até os três ou quatro anos de idade”.



**Imagem 18** – O risonho e robusto Antonio Carlos, de nove meses de idade, filho do sr. Carlos de Mattos – Revista *A Cigarra* 25/05/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

No Brasil, até pelo menos durante os anos de 1950, senão os camisolões, mas os cueiros, como mencionamos no parágrafo anterior, encarregavam-se de manter o bebê assexuado.

Foi uma prática muito utilizada por se acreditar que houvesse nela um valor preventivo no tocante às possíveis fraturas e deformações. Não eram poucos os hospitais que ensinavam às mães a técnica do enfaixamento de modo que se deveria encontrar a justa medida. Se frouxo, derrubava-se o bebê; se apertado demais, sufocava-o.

No entanto, em vários países da Europa, França e Inglaterra, principalmente, a prática do enfaixamento foi abandonada muito antes do que no Brasil, por se acreditar que poderia retardar o desenvolvimento psicomotor da criança por impedir seu movimento.

Somente às crianças maiores, em torno de 3 anos, é que se reservavam novas práticas de distinção de gêneros. As meninas passavam a usar vestidos e apetrechos no cabelo e os garotos roupas semelhantes às do pai a partir dos 3 ou 4 anos.

A roupa infantil propriamente dita, masculina e feminina, chegou primeiro às classes abastadas – da mesma forma que o atendimento médico especializado, as vacinas, a educação formal – ainda no século XIX, prioritariamente, aos meninos em detrimento das meninas, cujos vestidos continuaram parecidos com os utilizados pelas mães durante muito tempo (ARIÈS, 1981). Paulatinamente, a diferenciação se estendeu às camadas populares de forma lenta e gradual.

No mundo contemporâneo, existem movimentos que investem esforços para a otimização de processos que promovam a distinção precoce desde o nascimento entre homens e mulheres temendo distúrbios posteriores na compreensão sobre sua sexualidade.

Não são poucas as fotografias de famílias brasileiras até os anos de 1950 que retratam o uso de roupas exclusivamente masculinas ou femininas às crianças maiores: aos meninos, o terninho a fim de se parecerem com o pai e vestidos às meninas no objetivo de se parecerem com a mãe. Dessa forma, os garotos sendo vestidos como o pai e as garotas como a mãe, transmitia-se a ideia de continuidade, de eternização do modelo, do conceito de família.

O hábito de se fazer o registro fotográfico da família se tornou muito comum durante o século XX. Optava-se, com maior frequência, pela formalidade no que se refere à distribuição dos sujeitos na foto em detrimento à espontaneidade. Nessas fotografias raramente encontramos o pai com os pequenos no colo, certos de que fosse reservada à mãe a tarefa de oferecer os cuidados na primeira infância.

Apesar dos “Dionísio de Faria” não serem possuidores de volumosos bens, a evidente influência europeia na concepção estética brasileira levava as famílias, normalmente numerosas, a se esforçarem para ter, pelo menos, a roupa de passeio ou de missa aos moldes estrangeiros do além-mar.



**Imagem 19** – Família do meu pai – Dionísio de Faria – 1955 – As crianças da direita para a esquerda: meu pai João com 12 anos, meus tios, Antônio César, Pedro, Manoel, José Roberto e Maria no colo; os adultos: vó Toninho e vó Maria – Acervo pessoal de Felícia Faria (tia). Fotografia originalmente impressa, 15x10cm, digitalizada e editada para esse trabalho – p. 148.

Vida de esforço, de luta pela sobrevivência, pelo alimento, pela dignidade, pela condição cidadã, para não ser reduzido a indigente. Crianças nasciam e morriam, como constatamos, pelas ínfimas condições oferecidas pela saúde pública de Taubaté, fato recorrente e extensivo a outras regiões. O mesmo *Jornal de Taubaté* que parabenizou uma família pelo nascimento de um “cherubim” lamentou, em edição n. 1.426 de 23 de abril de 1902<sup>79</sup>, o falecimento de um “anginho”, indicando, apenas, o nome do pai, com essas palavras: “Anginho – Evolou-se às ethereas regiões uma filhinha dos sr. Luiz Samuel, de nome Maria da Conceição. Pêzames”.

O brasileiro, o taubateano precisou aprender a conviver com a doença, a perda, a morte de crianças ainda muito pequenas, com os abortos espontâneos, os natimortos, o falecimento das mulheres durante os sofrimentos intermináveis do parto ou poucos dias depois pelas complicações advindas por conta dos descuidos com a higiene. De regra geral, as parteiras e voluntárias contavam com recursos muito limitados para a realização do parto. O cômodo da casa onde os procedimentos eram feitos, quase sempre, o quarto do casal, na cama, mormente contava com pouca luz e ventilação.

De acordo com Freyre (2004), independente do que causara o falecimento dos pequenos – infecções por conta do mau tratamento do cordão umbilical (mal dos sete dias), roupas impróprias, inclusive a prática do enfaixamento e/ou a longa permanência nos cueiros, alimentação inadequada e/ou insuficiente, doenças como pneumonia, hepatites, varíolas, sarampo, bexiga dentre outras – as famílias continuavam muito numerosas de modo que a taxa de natalidade se mantivera em crescimento, principalmente naquelas oriundas da zona rural onde estava a maioria da população brasileira.

A verdade é que perder um filho pequeno nunca foi para a família patriarcal a mesma dor profunda que para uma família de hoje. Viria outro. O anjo ia para o céu. Para junto de Nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos. Ou então era mau olhado. Coisa-feita. Bruxedo. Feitiço. Contra o que só as figas, os dentes de jacaré, as rezas, os tesconjuros. (FREYRE, 2004, p. 450)

Seria uma ignorância incomensurável estabelecer juízos levianos às famílias descritas por Gilberto Freyre, de modo a classificá-las como insensíveis, primitivas, bárbaras, ignorantes. Na expressão “viria outro” é possível enxergarmos muito mais fé que venha outro filho do que a falta de sensibilidade ao que, nas palavras da época, “foi chamado para junto de

---

<sup>79</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1.426, 23/04/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01426.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01426.pdf). Acessado: 11/02/2018.

deus”. Trata-se de uma fala de quem, em nome da fé, conforma-se com o inevitável dentro das condições de carência já descritas.

As sensibilidades mais profundas acerca da infância não são privilégios de um tempo e lugar específicos. Há formas diferentes de se perceber e conceber a criança e, a partir dessa percepção que nos move, serem estabelecidas e materializadas as relações dentro de determinados padrões ou no repúdio dos mesmos.

Aprender a conviver com o sofrimento não significa se conformar em sentido restrito, mas sim, aceitá-lo por entendê-lo como parte de um processo natural, ou seja, compreender que a doença faz parte da vida e, por isso, a dor é inevitável.

No Brasil, por razões óbvias durante o período colonial uma vez que inexistiam instituições formadoras de médicos em nossas terras, a cura era algo ainda muito distante e reservada aos mais abastados. Mas, a carência desse profissional e a complexa rede montada em seu entorno (enfermeiros, farmacêuticos, hospitais, farmácias etc) passou a ser inaceitável e alvo de muitas críticas dos mais diversos setores da sociedade nas primeiras décadas do período republicano. Benzedeadas e parteiras faziam as vezes do doutor em grande parte do território brasileiro chegando até nossos dias, sobretudo, nos recônditos mais distantes, nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Na Europa, de acordo com as pesquisas de Gélis (2009), os pais, desde o século XVI, passaram a demonstrar maior confiança nos feitos quase milagrosos dos médicos e dedicação na prevenção das doenças dos seus pequenos.

Arrancar uma criança da doença e da morte prematura, recusar a desgraça tentando curá-la: esse passa ser o objetivo de pais angustiados. Evidentemente, antes os pais tampouco aceitavam a perda de um ente querido, porém, a consciência da vida, do ciclo vital, era diferente, e não lhes restava outro recurso senão ter outro filho. Porque a vida era dura e era preciso perpetuar a linhagem... A recusa à doença da criança constitui apenas um aspecto – essencial, sem dúvida – do novo imaginário da vida e do tempo. Prolongar a própria vida, abreviar os sofrimentos graças aos cuidados prodigalizados por esse especialista do corpo que é o médico tampouco constituem novidade; no entanto, a partir do século XVI, a vontade de tratar-se e sarar manifesta-se tão fortemente que não deixa dúvida quanto ao novo olhar que o homem agora lança sobre si mesmo. (GÉLIS, 2009, p. 309)

Os sentimentos acerca da infância não se desenvolveram de forma linear e evolutiva (GÉLIS, 2009, HEYWOOD, 2004, RICHÈ e ALEXANDRE-BIDON, 1994) e nem surgiram na modernidade como ponderou Ariès (1981) de modo a concluir desavisadamente que somos

melhores hoje do que ontem ou que amamos mais as crianças nos dias atuais, mas se deram em meio a avanços e retrocessos.



**Imagem 20** – L’image de la famille modèle (1500) – RICHÈ, Pierre; ALEXANDRE-BIDON, 1994, p. 15. Escultura – Museu Nacional de Paris. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da peça. Tamanho editado para esse trabalho.

Não podemos analisar a infância de forma descuidada, descontextualizada – como já sinalizamos em outros momentos desse trabalho – pois estaríamos nos permitindo a um exercício hermenêutico raso e sem fundamento.

Com base na Imagem 20 extraída do livro “*L’enfance au Moyen Age*” (Infância na Idade Média), de Richè e Alexandre-Bidon, *L’image de la famille modèle* (A imagem da família modelo) escultura do ano de 1500, podemos indagar: a família modelo retratada nessa

escultura, revela o desejo do artista de que as famílias sejam como a família sagrada ou retrata a constituição da família nos anos finais da Idade Média?

Trata-se de família modelo que deve se espelhar na família sagrada, Jesus, Maria e José. A questão é de grande importância, pois a escultura apresenta, em seus detalhes, uma concepção de família que põe em discussão, não somente o sentimento acerca da infância, como a própria estrutura patriarcal, modelo apreciado nos dias atuais sob a insígnia “Família Tradicional”, onde somos levados a crer, em meio a discursos infundados e preconceituosos, que tal estrutura sempre existiu simplesmente por ser natural.

Mesmo que tenhamos elementos sociais para valorizar mais o pai em detrimento da mãe, seria um erro fazê-lo uma vez que, a atitude auscultativa do pai levando a mão à orelha, é de quem admite que sejam importantes os ensinamentos transmitidos pela mãe, por isso lhe dá atenção.

Representa-se Jesus nu, infante e não Deus-Filho, Jesus como uma criança humana que brinca de um colo ao outro; uma cena, conforme Richè e Alexandre-Bidon (1994), que retrata a família em sua rotina.

Apesar das vestes demonstrarem alguma *finesse*, sabemos que a família sagrada tida como modelo, não pertencia a um nível social muito privilegiado. Interessante notar que é a mulher quem está com o livro em mãos, folheando-o, numa atitude de quem saber ler, justamente num momento em que, de forma generalista, naturalizou-se a ignorância, principalmente da mulher, aos que estavam fora da hierarquia eclesiástica.

Outro ponto interessante é que a criança nua volta-se para o pai, acariciando-o, que a recebe segurando seu pé direito e com olhares e ouvidos atentos. A criança com um pé em cada um, o esquerdo na mãe e o direito no pai pode ser um sinal de que precise dos dois, a mãe para ensiná-la as primeiras letras e o pai para apoiá-la na caminhada para o mundo adulto.

Ainda sobre a criança, uma vez que não se revela seu sexo na posição em que o artista a concebeu, e os cabelos curtos pouco dizem nessa idade, pode representar a infância assexuada e angelical, não por se tratar de Jesus, mas por se referir à criança. Apresentar o menino-deus como menino, criança, revoluciona e desmistifica a ideia de que Jesus não teve infância e agia como qualquer outra criança, sem privilégios, apesar de sua condição divina.

Nesse sentido, atribuir valores a infância, tendo como base a categoria na qual ela foi enquadrada, revela muita mais os pré-conceitos e preconceitos de uma sociedade do que como a criança era vista por cada família, de forma individualizada.

Por exemplo, uma criança pode ser acolhida num dado momento por um tutor cristão, homem reconhecido pelos préstimos oferecidos à sociedade, mas que irá explorá-la posteriormente, enquanto que, outra, apesar de passar parte do seu tempo contribuindo com os pais na labuta da lavoura, é rodeada de zelo e cuidado em seu lar. O desenvolvimento do conceito de criança como um sujeito frágil e que, por isso, precisa de cuidados específicos se deu, dialeticamente, na percepção da fragilidade da própria vida, vida que se apresenta de forma finita enquanto terrena, mesmo que, aos que creem, infinita num plano espiritual. Sendo assim, queremos dizer que a fragilidade é um dos aspectos da infância, o que não significa que a infância seja, necessariamente frágil.

Preocupados com questões dessa natureza, com o claro objetivo de por em discussão o problema da infância taubateana e criteriosamente caracterizá-la, diante de um universo amplo e múltiplo de informações e fontes, entendemos que se fez necessário, justamente por admitir a existência de uma infância multifacetada, tratarmos algumas dessas facetas, na tentativa de mostrar o quanto cada criança pode sintetizar, em sua intervenção na sociedade em que viveu, inúmeros aspectos, condições existenciais.

### **3.1 Crianças enjeitadas, crianças vagando na rua**

Enjeitados, expostos, abandonados, incapazes; mais tarde, meninos de rua, pivetes, nóias. Não há um sujeito que na atualidade não demonstre indignação quando se ouve alguma notícia sobre o abandono de um recém-nascido e que, quase sempre de forma rude, insensível, relata-se a respeito da rejeição materna, referindo-se a ela como mãe-monstro, discurso reforçado pelas obrigações tidas como naturais impostas à mulher: amor, ternura, compreensão, carinho, acolhida, doçura entre tantas outras virtudes elevadas, próprios de um espírito superior. Contudo, pouco ou quase nunca a mídia chama a atenção para o abandono do recém-nascido pelos pais, ou, pelo pai, seu responsável biológico.

Abandonar os pequenos à própria sorte é diferente da prática de deixá-los nas “rodas de expostos”, instituição utilizada na Europa e no Brasil pelas mães e/ou outros membros da família, normalmente, ou próximos a ela que, ao decidirem abandonar suas crianças/filhos, viam uma saída nesse cilindro instalado nos muros dos conventos ou Santas Casas de Misericórdia, uma oportunidade para garantir o anonimato, o que as encorajavam a entregar

seus miúdos para serem criados pelas freiras ou pelas amas sob responsabilidade das Câmaras Municipais, na crença de que, dessa forma, teriam chance “de se tornarem alguém na vida” ao serem encaminhadas, posteriormente, para a adoção ou tutela legal.

A criança depositada na roda, recolhida pela rodeira, era logo batizada. Fazia-se um inventário de todos os eventuais pertences que trazia consigo, inscrevia-se no livro de entrada dos expostos cada uma das peças do vestuário e objetos que vestia ou foram colocados juntos a si, mesmo sendo apenas farrapos. Transcreviam-se os bilhetes ou os escritinhos que eventualmente o expositor deixava preso à roupa do bebê. No livro de entrada dos expostos, já registravam a criança com seu nome de batismo, e por vezes suas condições de saúde aparentes. A cada criança reservava-se uma página do grande livro de registros de entradas, pois todas as eventualidades de sua vida seriam cronologicamente aí inscritas (data da morte e *causa mortis*, saídas para casas de amas, para prestar serviços, casamento, emancipação da casa etc. (MARCÍLIO, 2009, p. 74)

A entrega dos pequenos aos mosteiros, prática distinta do abandono e do depósito na roda de expostos, refletia uma concepção diferente da que comungamos hoje, uma vez que não se tratava, naquela época, do desamparo gratuito, mas de um sacrifício ou gesto de amor a Deus, pois se trata de uma oferta do que mais se ama, o filho, como Abraão ofereceu Isaac.

A oblação de crianças, meninos ou meninas, para se tornarem respectivamente monges ou freiras, pouco impactou o problema do abandono de incapazes no decorrer da história. Para além da sacralidade da oblação a Deus, inúmeros foram os motivos para que pudessem explicar a exposição dos pequenos.

O diagnóstico médico ou puramente empírico de algum tipo de distúrbio mental, até as primeiras décadas do século XX, era suficiente para que a família rejeitasse a criança ainda muito pequena. Tal rejeição se dava pelo abandono nas escadarias da igreja, porta de casas, lixões, bosques, ou pela criação de espaços na própria casa em que pudesse escondê-lo no objetivo de não carregar a vergonha de sua existência e o peso na consciência por eliminá-lo.

Corbin (2009, p. 561) nos ajuda a pensar sobre essa questão:

Quando a perturbação mental se acentua, pais e médicos se defrontam com um problema de dimensão completamente nova. A proximidade do louco alimenta a ansiedade do grupo. O terrível segredo compromete a honra da família, ameaça as mais bem elaboradas estratégias matrimoniais. Quando o alienado é uma criança, “guardá-lo” parece natural. Auguste Odoard, sobrecarregado por suas responsabilidades de primogênito, apresenta sinais de doença mental. É confinado em seu quarto, mais tarde em um cômodo próximo do escritório paterno, antes de ser relegado a uma espécie de barracão, perto do pombal. Suas jovens irmãs Sabine e Julienne dão-lhe de comer, cortam-lhe os cabelos.

O abandono também existiu entre os homens e mulheres negros cativos na tentativa, prática somada ao aborto, de impedir que o filho passasse pelos mesmos sofrimentos que a “pedagogia do medo” (MAESTRI, 2004) causava. Essa prática muito dependia do lugar que uma mulher negra-mãe ocupava no cenário da fazenda ou da Casa Grande.

Não somente na Europa medieval, mas também aqui no Brasil, havia uma espécie de hierarquia ou *status* dentro da instituição escravocrata de modo que os seres humanos cativos eram classificados com base em critérios como força física, habilidades desenvolvidas antes ou durante o cativeiro, como marcenaria aos homens, culinária às mulheres, proximidade com os filhos dos senhores, atividades domésticas mais refinadas, como servir convidados em festas, amas de leite, dentre outras.

Era muito comum, segundo Freyre (2004), os meninos negros brincarem nus com os filhos do senhor de engenho – e, mais tarde com os filhos do coronel do café – compartilhando os espaços dentro da Casa Grande; alguns deles, ao crescerem passavam a ter pequenos privilégios por serem mais próximos dos seus filhos. Outro exemplo, ainda aqui no Brasil, são as meninas negras – “negrinhas” como eram chamadas na época – que precisavam estar bem vestidas para acompanhar as senhorinhas, filhas dos senhores; em alguns casos aprendiam a ler e escrever, podiam se alimentar de produtos totalmente inacessíveis aos escravos que viviam exclusivamente nas senzalas.

Questões como o abandono de crianças, mortalidade infantil, trabalho infantil, tutela, dentre outros, estiveram presentes na história do Brasil, do Vale do Paraíba paulista, de Taubaté. O mundo contemporâneo nos desafia a pensar sobre o abandono de crianças enviesado pela prostituição e pornografia infantil, a utilização dos pequenos no tráfico de drogas, a exploração da mão-de-obra de crianças nas carvoarias, na coleta do látex, na caça a caranguejos, dentre tantos temas que merecem atenção e o desenvolvimento de novas pesquisas.

A questão é que com mais ou menos cuidados, saindo das questões contemporâneas e voltando aos séculos XIV-XV, veremos que a mortalidade infantil na Europa se mantinha em grandes proporções, sobretudo nos longos períodos de peste. De acordo com Roncière (2009), talvez, na tentativa de se intensificar os cuidados com os infantes (menores), tornou-se um costume durante a Renascença as crianças, nesse caso, mais precisamente na Itália, estarem mais próximas da mãe do que do pai dentre os lavradores.

Diferente do que acontecia na burguesia em ascensão, onde cerca de um quarto das crianças passavam os primeiros meses junto com sua ama-de-leite, estendendo-se esse

período por cerca de um ano ou um pouco mais. Ao serem trazidas de volta para casa, elas tinham seu berço, por vezes, pendurado no teto, atitude que contribuiu para diminuir o infanticídio por sufocamento, quando as crianças dormiam com seus pais na mesma cama. É esse mesmo autor que nos apresenta uma percepção diferente sobre a presença da criança na rua, nas brincadeiras e nas relações de familiaridade:

A amistosa familiaridade que distingue o privado ampliado nasce na Itália, como em toda parte, desde a infância, e desabrocha, como em toda parte, nas brincadeiras. As crianças do bairro formam bandos dos quais os meninos fazem parte com as meninas, sem nenhuma preocupação com os meios sociais: o filho de um rico comerciante pode formar par com a filha de um simples alfaiate sem que essa boa camaradagem abale ninguém. Nessa mesma cidade [Florença], de resto, as meninas vão à escola como os meninos (prática atestada em 1338), o que amplia e prolonga para além da brincadeira as ocasiões de camaradagem. (RONCIÈRE, 2009, p. 249)

No entanto, a mesma rua que era usada como um “espaço de camaradagem” podia ser também, um lugar inóspito, rude, nicho privilegiado para encontros insalubres.

A imprensa taubateana não poupou esforços em cobrar a atividade policial quando a percebia ineficiente diante da presença de “meninos vagabundos” que perambulavam de modo a ameaçar a paz inefável do cidadão. Exemplo disso podemos ver na publicação do dia 27 de janeiro de 1895 do jornal *O Popular*<sup>80</sup>:

Reclamamos do digno sr. Delegado de policia, providencias a modo de cohibir os escândalos de uma turba de meninos vagabundos que importunamente campea sem ter quem lhe modere a sanha de tudo amesquinhar em detrimento de nossa educação.

Mesmo que haja uma diferença conceitual entre “criança de rua”, aquela que mora na rua e vive das condições impostas pela rua, e “criança na rua”, aquela que tem sua casa, sua família natural ou seu tutor ou, ainda, a família adotiva, e está na rua brincando, quando vista destituída da presença do adulto responsável, pode ser classificada como “meninos vagabundos” também.

O termo “vagabundo”, aquele que vaga pelas ruas e praças, principalmente em Taubaté no início do século XX é usado com frequência sob acepção de “marginal”, “bandido” e não no sentido de “órfão”, “abandonado”, mesmo que, nem todo abandonado se tornaria marginal, mas, a infância marginal é fruto de algum tipo de abandono.

<sup>80</sup> Jornal *O Popular* n. 1, 27/01/1895) – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818372/per818372\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818372/per818372_1895_00001.pdf). Acessado: 11/02/2018.

No entanto, é totalmente razoável que, em ambos os casos, a criança que se encontrava nas condições de marginalidade ou de abandono, a atitude de vagar pelas ruas seria a opção que lhe restava a fim de se resolver as mínimas e imediatas condições de sobrevivência, satisfazer a fome, abrigar-se do frio. Enfim, qual o lugar, a não ser a rua, destinado aqueles que não têm casa?



**Imagem 21** – Crianças brincando na rua – década de 1920 em Taubaté – Acervo pessoal do Professor Renato Soares. Fotografia impressa, 8x13cm, digitalizada e editada para esse trabalho.

Na imagem 21, cedida gentilmente pelo Professor Renato Soares, vemos duas crianças, aparentemente, brincando na rua, algo muito comum em Taubaté nas primeiras décadas do período republicano e que se estendera até meados da década de 1990, diminuindo, progressivamente, tal evento, até os dias atuais.

Difícil, nesse caso, sabermos se são crianças “de” ou “na” rua. No entanto, é possível arriscarmos algumas observações. O centro de Taubaté durante os anos 20 estava tomado de casarões como o retratado na imagem 21. Considerando que os negros e seus filhos não possuíam imóveis com tais características, ainda mais no centro do município, é muito provável que as crianças estivessem vagando pela rua, soltas, e, por serem negras, a tendência

de serem vistas e classificadas como “moleques de rua” e, por isso, perigosas, era muito maior.

Aparentemente, principalmente se levarmos em consideração a roupa de cada um, trata-se de um garoto (o que está abaixado) e uma menina (à frente); estive a perceber que a menina olha para a casa ou para o terreno ao lado. Também estive a notar que a casa está fechada sem movimento aparente. Seria essa a motivação para a fotografia? Duas crianças negras na rua, observando uma casa fechada, prontas para, sorrateiramente surrupiar algo dos que ali moravam.

Antes, no entanto, de se tornarem crianças “de” ou “na” rua, ou de assim serem classificadas, é preciso considerar em que condições tais crianças foram lançadas na rua. A infância em si mesma inexistiu aos olhos da edilidade taubateana.

A percepção elitizada da vereança da cidade se mostrou insensível aos mais frágeis do município e circunvizinhança. A infância que vaga pela rua é invisível até que comece a incomodar, até que se torne um perigo, deixando de ser uma criança na rua passando a ser uma criança de rua.

Apesar de muitos saudosistas insistirem que “sua infância foi boa porque se brincava na rua” como premissa fundamental para contrapor à criança contemporânea presa nos apartamentos – mesmo que tal situação esteja longe de contemplar a totalidade da infância na atualidade –, não se sustenta e não pode ser generalizada. Nem sempre brincar na rua foi algo admirado e incentivado. Estar na rua, sendo de rua ou não, sem a presença de um adulto responsável, dava margem para avaliações negativas, afinal, a criança, a que ainda precisa criada, não teria maturidade para discernir o certo do errado e, por isso, poderia optar pelo segundo, acostumando-se com o erro.

O que notamos pelas páginas da revista *A Cigarra*, em publicação de maio de 1914, é que havia uma grande preocupação com a infância que estava na rua sem a devida vigilância e acompanhamento.

Vale o registro que a revista *A Cigarra* foi um periódico publicado de 1914 a 1975 e circulou, principalmente, na cidade de São Paulo. De estilo conservador e moralista, foca a elite paulistana e a apresenta como modelar e paradigmática. Arriscamos caracterizá-la da seguinte forma:

1. Recheada de fotografias do cotidiano dos mais abastados, incentiva o consumo e valoriza os grandes eventos;

2. Faz apologia à família nuclear burguesa e urbana formada por pai, mãe e filhos e, para tanto, detém um discurso ferrenho onde critica a tudo e a todos que julgasse poder intervir nesse modelo familiar;

3. Mostra-se austera quando se tratava em zelar pela paz e bem-estar do paulistano;

4. Porta-voz da cultura erudita tornou-se divulgadora dos concertos, teatro e afins;

5. Destina boa parte de seu editorial às mulheres apresentando, de forma conceitual e de forma contundente, a estética revestida pela moda tida como moderna;

6. Nesse interim, apoia os movimentos que visam à institucionalização da infância pobre;

7. Desqualifica os movimentos operários, acusando-os de baderneiros, desordeiros, preguiçosos;

8. Desabona a mulher operária, a que “trabalha fora”.

Em matéria intitulada “*Crianças à solta*”, seu autor, Couto de Magalhães aponta de maneira incisiva que a rua é o lugar da perdição, “escola de todos os vícios”; a criança que vai para a rua brincar e pode ser vítima de acidentes, torna-se “caso de polícia” pelos exageros que perturbam a ordem pública.

Clamar pela assistência à infância no sentido de certos paes vigiarem os filhos, é gritar no deserto. Não podem, pelas circunstâncias da vida, exercer essa fiscalização com o cuidado necessário para garantir sempre a vida dos filhos, evitando-lhes, principalmente, as imprudências próprias da puerícia e que os expõem aos mais graves perigos. (*A Cigarra*, 25/05/1914)

Nessa matéria Couto de Magalhães fala sobre a realidade da família operária, do pai que sai pra trabalhar e da mãe que, normalmente, também precisa sair para completar os ganhos, quase sempre muito pequenos, deixando as crianças sob os cuidados do irmão mais velho numa casa miserável.

O chefe de família sai cedo de casa e vai para o trabalho, que abandona à tarde; não raro, a mulher também a deixa, com um rumo diverso, para ajudá-lo na vida; os filhos ficam em casa, geralmente sob a guarda do mais velho, e, como a casa é quasi sempre um miserável tugúrio, encafuado num cortiço, sem ar nem luz, e muito menos sem quintal, onde as crianças possam entregar-se aos folguedos da idade, aquelas ganham a rua e se divertem. (*A Cigarra*, 25/05/1914)

A lógica apresentada pelo autor vai ficando cada vez mais clara: a criança, oriunda de família operária está na rua porque os pais não podem vigiá-la, não há instituições para abrigá-la e, numa casa miserável “sem ar nem luz”, não consegue brincar.

O autor vai desenrolando seu novelo de palavras que criticam mais o fato da criança ir para a rua do que as causas, propriamente ditas, delas não ficarem em sua casa, sob a devida proteção de seu lar. Entendia-se, então, como um problema maior o transtorno que a criança poderia causar ao ir para a rua e não o processo de marginalização sistemática das quais eram vítimas.

A postura conservadora, típica de *A Cigarra*, está no parágrafo conclusivo da matéria “*Crianças à solta*”:

Para evitar, entretanto, esses desastres que se dão quase sempre em pontos populosos, o remédio é simples: basta expedir ordens severas aos guardas encarregados do policiamento, para que impeçam exercícios de natação, prendendo todos os que forem pilhados em flagrante e levando-os, quando menores, à presença dos pais, a fim de aplicar-lhes o necessário correctivo. E si estes os não ensinarem, o mundo os ensinará. (*A Cigarra*, 25/05/1914)

Os desastres causados pelas crianças na rua e as de rua não são delas mesmas e não do contexto que as marginalizava (e ainda marginaliza); são elas que precisam ser corrigidas e não o sistema que necessita de ajustes. Interessante ressaltar essa postura engessada, dogmática, contraditória, alienada uma vez que não se dá conta de que tudo o que foi apresentado, pai e mãe precisarem trabalhar, casa miserável, falta de creches e escolas, simplesmente, não são levadas em conta ao concluir que é preciso corrigir as crianças e que se garanta a severidade desse corretivo.

Na mesma edição de *A Cigarra* em que se publicou “*Crianças à solta*”, a revista não se abstém ao manter sua linha editorial lançando insistentes fotografias de crianças da elite paulistana, sempre elegantes e robustas, felizes como a sociedade deve ser, crianças que não são causadoras de problemas, transtornos sociais e nem têm vocação para o crime.

A publicação de crianças comportadas, bem vestidas, limpas, com cabelos cortados e penteados e em lugares que transmitam harmonia, beleza, segurança esteve presente em todas as edições da revista o que nos faz ponderar o quanto seus editores apostavam no seu poder de influência no processo de formação de famílias que se apropriassem da concepção de infância e de sociedade retratadas em suas páginas. Além do mais, muito nos chama a atenção para as preocupações quanto aos preparativos para as fotografias de modo que a postura da criança fosse definitivamente exemplar para seus leitores.

A imagem de uma criança perfeita passaria a povoar o imaginário popular de modo a ampliar a crença da família perfeita, dotada de atributos virtuosos, capazes de conduzir a política nacional e representar bem os interesses do povo.



**Imagem 22** – O galante menino Olavo, de três anos de idade, filho do dr. Francisco da Cunha Nogueira – Revista *A Cigarra* 25/05/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Um sistema político elitizado, burocrático, descuidado que, historicamente, não conseguiu dar conta – ou não quis fazê-lo – das demandas sociais, intensificando os sofrimentos dos mais fragilizados e marginalizando, ainda mais a infância pobre já deixada de fora e abandonada à própria sorte por ser carente, por não ter acesso aos mecanismos que oportunizam vislumbrar horizontes mais amplos foi (é) um dos principais elementos que, num processo dialético, promoveu transformações culturais que atuaram diretamente na percepção do sujeito.

Decidimos nos dar o direito de transcrever parte do capítulo do livro “*A vitória da infância*” de Fernando Sabino (1995, p. 31-34) que se chama “*Menino de rua*”, por acreditar que contribuiu diretamente em nossas reflexões:

Eram dez e meia da noite e eu ia saindo de casa quando o menino me abordou. Por um instante pensei que pedia dinheiro. Cheguei a lhe estender uma nota de dez cruzeiros, ele pareceu surpreendido, mas aceitou. Usava uma camisa velha e esburacada do Botafogo, o calção deixava à mostra as perninhas finas que mal se sustinham nos pés descalços. Era moreno, com aquela tonalidade encardida que a pobreza tem. Segurava uma pequena caixa de papelão já meio desmantelada. [...] Realmente estava frio, mas ele queria que eu arranjasse uma coberta? O jeito era voltar em casa, descobrir uma coberta velha, trazer para ele. [...] Não parecia ter mais de nove anos, mas me disse que já tinha treze. [...] Ele prometeu ir [para sua casa] assim que o dia clareasse. Para isso dei-lhe mais algum dinheiro e ele se afastou, com sua colcha e seus pedaços de papelão, esgueirando-se pelos cantos como um ratinho. Não acredito que tenha ido, certamente continuará rolando por aí mesmo, mais dia transformado em pivete, se exercitando na prática de pequenos furtos, em que, pelo jeito, ainda não se iniciou. E se por acaso voltarmos a nos encontrar daqui a poucos anos, não me resta nem a esperança de que me reconheça e não me mate – pois seguramente, e com justas razões, já estará transformado em assaltante.

Muito diferente do “galante menino Olavo” da imagem 22, robusto, de aparência saudável, bem vestido, o menino de rua “era moreno, com aquela tonalidade encardida que a pobreza tem”, com pernas finas, com “uma camisa velha e esburacada do Botafogo”. Não pedia dinheiro, pedia um cobertor, entre o alimento e o frio da noite, o cobertor seria mais útil, imediatamente útil para aquela noite, mesmo que menos útil no dia seguinte quando teria que lutar por alimento.

O “galante menino Olavo” tem pai, é “filho do dr. Francisco da Cunha Nogueira”. Não é impossível que o menino de rua tenha pai e mãe, um deles pelo menos, mas, com certeza não carregavam o título de “doutor” ou, talvez, estaríamos tratando com um órfão. De qualquer forma, o garoto invisível, depois de incomodar, volta a ser invisível se afastando

“com sua colcha e seus pedaços de papelão, esgueirando-se pelos cantos como um ratinho”. Sim, como os ratos, os meninos de rua, desde que não saiam dos “seus esgotos”, não durmam nas calçadas, não povoem as praças com sua aparência encardida, não precisam de cuidados e atenção.

Estava na rua porque a mãe o expulsara de casa, fato contado pelo garoto (p. 32). É verdade que estamos falando do ano de 1994 (a 2ª edição é de 1995) e não admitimos o anacronismo. No entanto, nosso intuito foi mostrar que a dualidade entre os sentimentos de pena e medo acaba por justificar o discurso da institucionalização da infância, processo que, por sua vez, precisa de um debate franco e aberto.

Parece-nos imprescindível registrar a seguinte indagação: a decisão de se recolher a infância nas mais diversas instituições é motivada pela vontade de protegê-la da dureza da vida ou para proteger a sociedade dessa criança de rua, assaltante, criminosa em potencial?

### **3.2 Infância institucionalizada**

Foi em meio ao paradoxo proteger-e-ser-protegido é que, de uma esquizofrênica parceria público-privada, nasceram as instituições que abraçaram parte de uma infância entendida como desvalida, desamparada, desestruturada, mas que, se devidamente educada, poderia ser um adulto cristão e trabalhador. De acordo com Boto (2002, p. 57), autora dedicada em pesquisar a infância moderna:

A criança dita pela razão moderna foi desencantada: sem dúvida. Foi secularizada e institucionalizada. Passamos – teóricos da educação – a falar dela. Ao separar a criança do universo adulto, a modernidade cria a infância como uma mônada – unidade substancial ativa e individual; presente, no limite, em todos os seres infantis da espécie humana: sempre a mesma; sempre igual, inquebrantável, inamovível, irredutível – um mínimo denominador comum.

Esse processo de desencantamento da infância permitiu, por um lado, transformá-la em objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, ampliando as reflexões sobre a educação infantil e suas peculiaridades dentro do sistema educacional, saúde infantil e/ou pediatria e/ou puericultura, psicologia do desenvolvimento e a própria história da infância. Por outro lado, vivemos em meio a uma complexa concepção de infância que ora a generaliza

dentro do paradigma moderno, ora a individualiza na condição de sujeito detentora de aspirações particulares e experiências absolutamente singulares.

Com base na concepção de infância apresentada por Boto (2002), foi amplamente aceitável, a partir da racionalidade moderna, que se criassem mecanismos que servissem para gerenciar o desenvolvimento da criança a fim de que, positivamente, fosse inserida na sociedade. Sendo assim, se oriunda da elite prometia-se zelar pela sua liberdade de escolha, mas, se sua origem remetesse às carências dos menos assistidos, ela, não a pessoa, nem o sujeito, a infância, enquanto abstração generalista, ideal, puramente concebida metafisicamente, deveria ser submetida aos processos de institucionalização, processos coletivos de intervenção no desenvolvimento dos mais fragilizados.

Estamos falando de uma sociedade que apostou e ainda aposta todas as suas fichas nos processos de industrialização e conseqüente urbanização, além de todos os desdobramentos que deles sobrevierem que, no caso brasileiro, podem ser sintetizados no ideário republicano que povoou o imaginário popular na transição dos séculos XIX-XX e as insistentes aproximações conceituais entre ordem e progresso balizadas pelo fortíssimo discurso eugênico no Brasil, arcabouço teórico que defende, em linhas gerais, a regeneração da “raça brasileira”, originalmente fraca pela genética pouco desenvolvida de seres humanos negros e indígenas.

Várias práticas deveriam alterar severamente o cotidiano do brasileiro, tais como: cuidados médicos, limpeza pública, escola preliminar e profissionalizante e, dentro do âmbito privado e das organizações sociais, a disposição para o trabalho, para o estudo e para a promoção de oportunidades de emancipação social, aqui concebida como o *status* mínimo necessário para fazer parte da esfera de produção e ser devidamente reconhecido como um cidadão honesto, porque trabalha, um cidadão digno, porque tem emprego, um cidadão exemplar, porque não faz greve, não reivindica direitos, um cidadão que esteja em harmonia com o lema positivista inscrito em nossa bandeira, “Ordem e Progresso”.

O caráter profundamente antidemocrático dos governos oligárquicos e as dissenções políticas resultantes do agravamento da crise econômica mundial sobre uma economia pouco diversificada, como aquela, precipitaram dialeticamente, uma intensa movimentação política protagonizada por setores diversos da sociedade, muitos dos quais envolvidos pelos apelos nacionalistas num momento em que se colocavam em pauta, pelas circunstâncias sociais *sui generis*, questões relacionadas à identidade nacional, ao atraso brasileiro e à urgência da “regeneração da população brasileira”. Nesse cenário, a eugenia desponta como recurso científico à disposição dos ideais do progresso nacional, oscilando entre medidas

reformistas de caráter sanitário-educacional e propostas mais radicais de aprimoramento do perfil racial pela segregação e esterilização dos indivíduos considerados inaptos. (BONFIM, 2017, p. 63-64)

Nesse contexto a criança que se encontra na rua é um atraso, uma pedra, um obstáculo para o progresso. Contraditoriamente, o estado brasileiro não conseguiu tomar as medidas necessárias para aliar o fenômeno da industrialização e seu impacto na transformação do cenário urbano que, dialeticamente, uma vez transformado, transforma o homem rural em cidadão da urbe nova e dinâmica.

Para onde, enfim, vão as crianças desvalidas, pobres, abandonadas? Para as instituições de caridade e filantrópicas que num trabalho paralelo ao processo de escolarização que se deu aos moldes republicanos pela construção dos grupos escolares (tema abordado no capítulo 4 desse trabalho), prometia educar, formar para a cidadania e, para a realização de tal intento, apostava-se na regeneração e fortalecimento do caráter pelo trabalho.

Estado e donos de indústria defendiam, segundo Faleiros (2011) o encaminhamento das crianças pobres para o trabalho. A mão-de-obra infantil é usada, ainda segundo o mesmo autor, de forma abundante na indústria e o salário das crianças e adolescentes representa um complemento para os baixos rendimentos das famílias operárias.

Não havia e não se admitia a ideia de exploração do trabalho infantil uma vez que o mesmo era apresentado como oportunidade. Não foram poucos os casos em que a família toda trabalhava na mesma indústria, o que seria “muita sorte”, afinal, aquelas pessoas viviam numa sociedade onde, contraditoriamente, valorizava-se o trabalho, mas não se valorizava o trabalhador. O mesmo trabalho que dignifica o homem não lhe dá condições de zelar pelos padrões mínimos de dignidade. Numa sociedade que não admitia crianças soltas na rua, mas, pouco se preocupava com as que ficavam desamparadas por conta da ausência dos pais que trabalhavam.

“Sorte” da família que todos trabalhavam na mesma indústria, pois conseguiam estar perto dos pequenos não permitindo que fosse enquadrado no conceito de menino de rua, afinal, era trabalhador, explorado, mas trabalhador. A elite nunca se culpou por se fazer e se manter elite às custas da exploração.

A imagem a seguir retrata os “oficiais da alfaiataria” do Sr. José Lopes Filho, de Taubaté, típico estabelecimento da classe média urbana devidamente conceituada por Pinheiro (2004). Digno de nota é a presença de um menino dentre os empregados da oficina. Não conseguimos fontes que esclarecessem a identidade do garoto, mas sua presença é

significativa, pois naquele contexto, é muito provável que ali trabalhasse. Uma alfaiataria não parece um lugar para os filhos mais abastados da cidade.



**Imagem 23** – Oficiais da alfaiataria, reunidos na residência do Sr. José Lopes Filho (Nhonhô Tristão) – 1808 – Imagem cedida pela Companhia do Sol Produções. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

De acordo com os estudos de Faleiros (2011): a criança oriunda de famílias pobres, desde muito cedo, antes dos 10 anos, vai trabalhar. O trabalho é aqui entendido como qualquer atividade que tenha alguma recompensa ou pagamento, como pedir esmola na porta da igreja ou na praça, fazer pequenos serviços como carregar pacotes, cortar grama, cuidar do jardim de todos os que pudessem pagar. Nesse contexto, conforme Araújo (1993), incluem-se nesse rol de ocupações, ser ajudante de pedreiro ou se inserir como operária nas fábricas, carpintarias, marcenarias, oficinas, alfaiatarias.

Em Taubaté durante todo período estudado percebemos que se naturalizou o trabalho infantil sendo, dessa maneira, largamente utilizado pela indústria, comércio e empresas de menor porte, como o caso da alfaiataria do Nhonhô Tristão, conforme imagem 23.

Como dito a pouco, era preciso modelar as peças que emperravam a engrenagem do progresso: a criação de rua era uma dessas peças. Por meio da lei estadual nº 844, de 10 de outubro de 1902 foi fundado o Instituto Disciplinar, primeiro em São Paulo e, posteriormente em Mogi Mirim e Taubaté, o que ocorreu em 1911. Para a instalação do Instituto em Taubaté foi necessária a compra de uma chácara, conforme registrado nas Atas da Câmara em sessão do dia 20 de julho de 1911:

Em seguida pede a palavra o Doutor Prefeito Municipal e comunica que em nome da Municipalidade adquiriu, por compra feita, a chácara que nesta cidade pertencia ao finado Dr. Escobar, a fim de ser a mesma ofertada ao Estado, para nela ser instalado o Instituto Disciplinar recentemente criado para esta cidade. Entabulando negociações para a aquisição, evitou dar publicação desse seu ato, deixando para comunicar à Câmara, logo que estivessem realizadas a fim de, como quase sempre sucede, evitar que houvesse uma intervenção qualquer que embaraçasse a Câmara nessa compra. Agora, porém, que estão firmadas as negociações, vem sujeitar à apreciação da Câmara a competente escritura passada num dos Tabelionatos de São Paulo, para cujo fim ali se transportou a Prefeitura, em pessoa. (*Atas da Câmara de Taubaté*, 10ª sessão, 20/07/1911)

Como vimos, após negociações feitas pelo prefeito, o mesmo esteve presente à Câmara para a aprovação da compra da chácara, contudo, não se absteve em apreciar e recomendar a aprovação mediante projeto de lei da compra em nome do município para o fim a que se destinou, além de indicar em tal projeto, na mesma sessão, a autorização para se realizar as operações de crédito necessárias para a instalação do Instituto.

[...] Em seguida é suspensa a sessão conforme requereu o Doutor Prefeito. Trinta e cinco minutos depois é reaberta a mesma, sendo, pelo Vereador-Secretário, lido um parecer das Comissões Permanentes, opinando para ser aprovado o ato administrativo do Doutor Prefeito que fez a aquisição da chácara para ser ofertada ao Governo com o fim de ser nela instalado o Instituto Disciplinar, e autorizando o mesmo a fazer as operações de crédito necessárias para esse fim e doar ao Estado a chácara com a condição, porém, de instalar o Instituto nela. Para isso, é pelas Comissões apresentado um projeto de lei. (*Atas da Câmara de Taubaté*, 10ª sessão, 20/07/1911)

Sobre o Instituto Disciplinar a revista *A Cigarra* fez longa matéria enaltecendo os feitos e vitórias daquela instituição. Definitivamente demonstra estar convencida de que a metodologia aplicada aos internos era eficiente de modo a se verificar, mesmo em pouco tempo de funcionamento efeitos positivos, principalmente na valorização do trabalho.

De acordo com Fonseca (2008, p. 2): “O trabalho manteve no Instituto esta funcionalidade que, em primeira instância, era o seu instrumento essencial de lidar com os

internos, elemento de manutenção da disciplina e gerador de receitas para o orçamento da casa”. O trabalho tem, para além da produção em si mesma, um valor moral que direciona o processo de ressocialização. É por ele que o menino de rua, uma vez institucionalizado, seria modelado para, somente após de ser comprovada sua regeneração, ser devolvido à sociedade como um novo cidadão.

O dr. Sampaio Vidal, com sua reforma, operou nas secções do Instituto uma verdadeira transformação. Os vadios de hontem são hoje excelentes operários e serão amanhã, pela solicitude de administradores desta ordem, optimos cidadãos, bons chefes de família. A questão está em encarar o problema da preservação pelo seu lado verdadeiro, que é o de cuidar mais do homem que do crime da criança. (Revista *A Cigarra*, 06/03/1914)

Como de costume, *A Cigarra* não mede esforços para enaltecer os feitos dos senhores administradores do Instituto apresentando-os como senhores distintos, possuidores de cultura humana avançada e, por isso, capazes de vislumbrar um futuro melhor para os internos. Até o ano de 1914, quando foi feita a matéria, pela Revista, sobre o Instituto criado em São Paulo, a administração da instituição havia sido ocupada por três pessoas: dr. Cardoso de Almeida, dr. Sampaio Vidal e dr. Eloy Chaves.

Nas fotos publicados pela Revista são claras as expressões de disciplina e ordem. A estilo militar, as filas, os exercícios físicos, o respeito à hierarquia e o trabalho, acima de tudo, o trabalho eram os elementos que constituiriam a receita redentora dos vadios ali internados. Oficinas de várias profissões como marcenaria, funilaria e caldeiraria, além da destinada à confecção de colchões, somadas às atividades no campo visavam desenvolver habilidades fundamentais para sua colocação no mercado de trabalho.

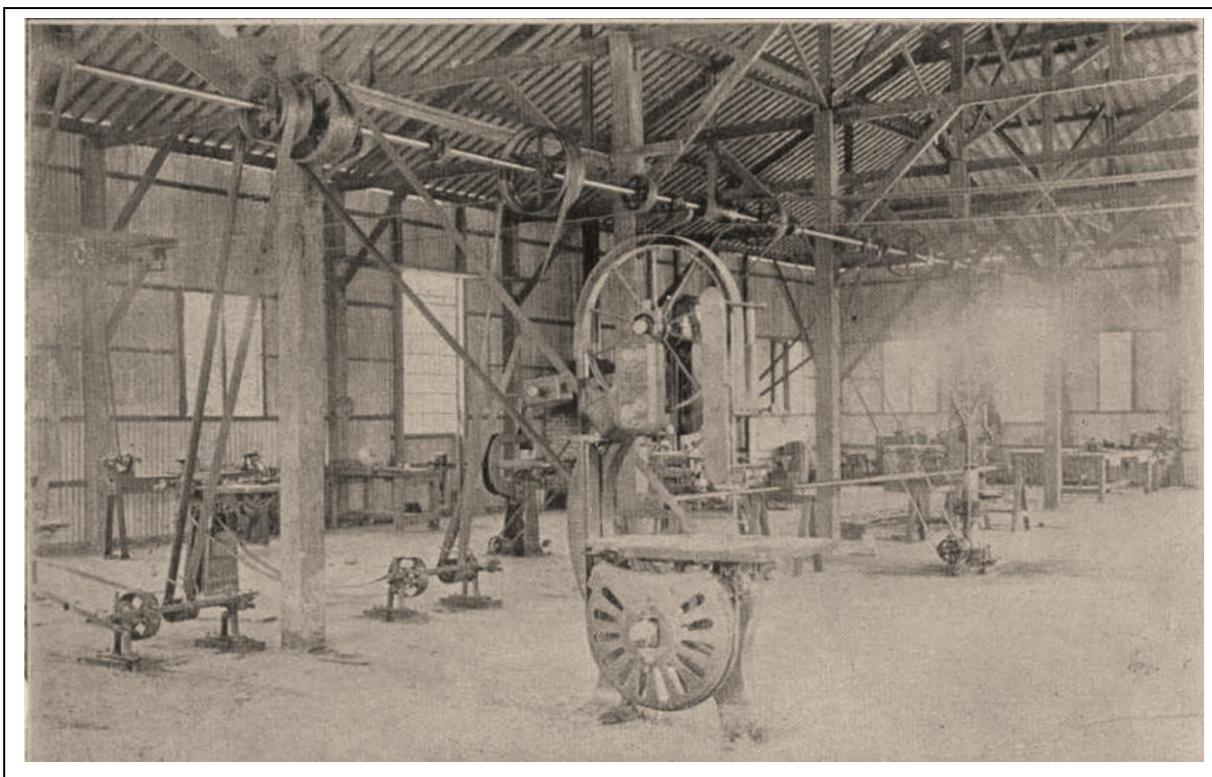


**Imagem 24** – Os internados recebendo instrução militar da nossa Força Pública, executam exercícios de box e gymnastica. Revista *A Cigarra*, 06/03/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Pela legenda da Imagem 24, extraída originalmente da Revista *A Cigarra*, percebemos que havia uma cooperação de outros segmentos da administração pública, no caso, “Força Pública”. No Instituto também havia funcionários para a condução dos trabalhos, porém, a ordem era que a manutenção do espaço do Instituto deveria ser feita também pelos internos.

As oficinas ocupavam espaços aparentemente grandes, o que justifica, em Taubaté, a aquisição de uma chácara para a instalação do Instituto na cidade, além de se prever as atividades de cultivo de diversos produtos em lavouras desenvolvidas pelos internos.

É possível identificar na imagem 25, abaixo, que o ambiente da oficina é rodeado por bancadas, todas com ferramentas e, aparentemente, um torno que era usado para dar forma ou acabamento a uma peça. A máquina central em evidência, parece ser uma serra. Não conseguimos identificar se tais máquinas eram alimentadas com energia elétrica ou outro tipo de combustível. Com certeza não eram tocadas manualmente, pois não encontramos nenhum tipo de pedal ou similar. Parece ser um galpão grande, arejado de modo a possibilitar a entrada de luz natural. A ausência de lâmpadas numa foto semipanorâmica, como é o caso dessa imagem, leva-nos a concluir que não fosse iluminada artificialmente.



**Imagem 25** – Aspectos internos das novas oficinas do importante estabelecimento. Revista *A Cigarra*, 06/03/1914. Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia.

Não sabemos para quantas crianças a oficina retratada foi projetada, mas se a parte omitida na fotografia apresentar a mesma estrutura e, se em cada bancada ficarem duas crianças, além das que estivessem incumbidas de outras tarefas, ousando uma estimativa, arriscamos a dizer que, pelo menos, em torno de 30 a 40 crianças fossem assistidas ao mesmo tempo.

Com base nos estudos de Rizzini e Gondra (2014), a institucionalização da infância esteve atenta ao conceito de educação integral e aos preceitos eugênicos de modo a incrementar espaços e otimizar relações em seu interior que respeitassem os ditames científicos.

Ao incidir sobre as escolas, a higiene se pautou em um projeto de larga tradição, voltado para a educação física, moral e intelectual, isto é, a chamada educação integral, em que cada um desses eixos se viu submetido a um detalhamento minucioso, orientado pela racionalidade médico-higiênica. Sonos, banhos, vestimentas, alimentos, excreções, iluminação, entre outros, nada parecia (ou deveria) escapar ao crivo do saber-poder médico. Ao lado disso também se fez necessário definir onde, quando e durante quanto tempo a intervenção sobre os sujeitos (e a população) deveria ser promovida e, do mesmo modo, o equilíbrio e a dosagem das medidas a serem adotadas. (RIZZINI e GONDRA, 2014, p. 564)

A institucionalização foi esse processo de criação de espaços administrados ou assistidos pelo Estado, de iniciativa privada na maioria das vezes, primeiro pelo viés da caridade e, pouco mais tarde, ainda na Primeira República, pela filantropia que visou alavancar mecanismos de disciplinamento dos filhos das classes operárias.

Difundia-se que a classe operária era, em sua totalidade, detentora de ideias e práticas, mormente, vistas como subversivas e de ideologia estranha, porque não dizer, adversa – marxista e anarquista – à liberal-positivista que balizou os caminhos da proclamação da república e os processos de industrialização que impactaram fortemente na transformação da paisagem urbana, como aconteceu em Taubaté, sobretudo, não somente, pela expansão vertiginosa gerada pela fundação da Companhia Taubaté Industrial em 1891.

Em artigo publicado por Maria Santos (2017) sob o título *História: Cândido Motta e a Institucionalização da Infância*, a autora apresenta as reflexões do parlamentar brasileiro que esteve empenhado em fundamentar de modo a justificar os investimentos do Estado nos Institutos Disciplinares, a fim de se resolver o problema da delinquência da infância brasileira.

No cerne da preocupação com a formação e disciplinamento das classes trabalhadoras, no fim do século XIX, tanto na Inglaterra como em outros

países da Europa, discutia-se qual seria o melhor sistema de atendimento aos menores delinquentes. Nos diversos congressos, debatia-se sobre o aperfeiçoamento do regime penitenciário, colocando-se em pauta a criação de asilos para menores abandonados e formulando quesitos sobre o sistema de maior eficácia para a regeneração moral dos delinquentes de menor idade. Como resposta, estabeleceu-se que, na falta de famílias que dessem garantias de uma boa educação e que estivessem dispostas a assumir esse encargo, poder-se-ia recorrer a estabelecimentos públicos ou particulares convenientemente organizados. Estes estabelecimentos deveriam ter por base a religião e o trabalho, associados ao ensino escolar. (SANTOS, 2017, s/p.)

Os Institutos seriam, por natureza, correcional, industrial e agrícola conforme pensava Cândido Motta em seu Projeto de Lei nº 16, de 1900 que, uma vez aprovado, tornou-se a Lei nº 844, de 10 de outubro de 1902.

1. “Industrial”, porque o Brasil do começo do século XX apostou no crescimento industrial como mola para o tão sonhado progresso pregado pelo republicanista desde longa data.

2. “Agrícola”, porque o Brasil, na visão do parlamentar, não abandonaria sua vocação à agricultura.

3. “Correcional”, porque, acima de tudo, os “estabelecimentos deveriam ter por base a religião e o trabalho, associados ao ensino escolar” com vistas a ditar a cadência do processo de regeneração, ressocialização das crianças delinquentes ou aqueles “vagabundos”, ou os que “vagavam pelas ruas” não lhes fosse permitida a entrada no mundo do crime, da marginalidade.

Apesar de muito otimista em relação à eficácia de seu Projeto de Lei, Cândido Motta reviu sua posição em relação à lotação dos Institutos declinando de 1000 para 200 internos. Segundo ele, com o número reduzido facilitariam os trabalhos de vigilância, acompanhamento e controle dos menores que por ali passassem.

Apesar da qualidade da fotografia, Imagem 26 a seguir, é possível perceber que se trata de um estabelecimento masculino, vale considerar que nem as escolas regulares eram mistas na época, cuja grande maioria dos internos é negra ou mulata.

Para uma república que se prometia próspera, a falta de planejamento urbano e a carência de políticas sociais deixava brechas para a criação de institutos correcionais na tentativa de minimizar os impactos negativos gerados pelos processos de discriminação, exclusão, preconceito, crueldade que lançou os negros, após libertos, à própria sorte.

Até hoje assistimos a maioria de a população carcerária ser negra ou descendente desses.



**Imagem 26** – Sala de Aula do Instituto Disciplinar de São Paulo (SANTOS, 2017).  
Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia. Tamanho editado para esse trabalho.

Em Taubaté algumas instituições se levantaram abençoadas pela Igreja para cuidar dos meninos e meninas pobres que, a nosso ver, eram muitos tendo em vista a quantidade de estabelecimentos, sem contar aqueles que nasceram exclusivamente para fins escolares como foi o caso da escola católica diocesana fundada em 1910, Instituto de Educação Santo Antônio, o Colégio Americano criado pelos metodistas em 1890.

Com relação às intuições que mantinham a prática do recolhimento, por meio das pesquisas nas Atas da Câmara de Taubaté, percebemos movimentos daquela edilidade em relação ao apoio, sempre dentro de certos limites, a algumas iniciativas de acolhimento aos ingênuos, abandonados, órfãos.

Na sessão 45<sup>a</sup> de 20 de agosto de 1892 foi apresentado pelo Reverendo Vigário da Paróquia um requerimento encaminhado à Comissão de Justiça daquela Casa de Leis, onde consta o pedido da construção de um muro que beneficiaria o Convento de Santa Clara dos

Padres Capuchinhos que resolveram criar uma instituição para atender aos meninos pobres, o que fora atendido:

Idem do Reverendo Vigário desta Paróquia para construir um muro adjacente à frente do Convento, compreendendo uma área de doze metros de largura em todo o comprimento da parte habitada pelos Religiosos, ficando completamente livre a Igreja e Ordem Terceira que pertencem ao culto público, para fazer uma recreação separada do interior do mesmo Convento para os meninos pobres de um externato que pretende fundar para ser dirigido por esses Padres Capuchinhos [...]. (*Atas da Câmara de Taubaté*, sessão 45<sup>a</sup>, 20/08/1892)

Os argumentos para que tal investimento fosse analisado e, posteriormente, aprovado pela Câmara, conclamam pela legitimidade do pedido diante da necessidade de se educar a classe proletária, a classe trabalhadora com vistas a contribuir para o “desenvolvimento industrial, social e moral desta população”. Mesmo que se trate de um argumento partidário, a percepção do padre é de que os processos de industrialização e urbanização desenfreados poderiam acelerar ciclos viciosos geradores de abandonados, vagabundos e delinquentes, o que ocasionaria reflexo direto na sociedade taubateana e a sua moral. No mesmo requerimento o Vigário escreveu:

[...] esperando ser atendido por ser justo e razoável: primeiro por não prejudicar em nada o bem público e particular e segundo porque essa concessão vem coadjuvar os humanitários e civilizadores intuitos da fundação duma escola primária para a classe proletária, o que muito deve atuar sobre o espírito criterioso e adiantado desta Intendência, que propugna para o desenvolvimento industrial, social e moral desta população, não tendo, portanto, esta concessão um caráter de favor feito à essa ordem religiosa, que já tão bons serviços tem prestado a esta Paróquia, particularmente às colônias italianas das quais, pela sua dedicação religiosa tornar-se-ão um poderoso elemento de estabilidade. (*Atas da Câmara de Taubaté*, sessão 45<sup>a</sup>, 20/08/1892)

Outra instituição que vai até à Câmara pedir verba pública foi o Externato São José que fora representado pelo vereador José Ramos Ortiz. Sua Indicação foi votada e aprovada unanimemente na mesma sessão 61<sup>a</sup> de 6 de janeiro de 1896.

O Sr. Ramos Ortiz pede a palavra e indica que esta Câmara auxilie o Externato São José com a quantia de R. 2;000\$000, auxílio este que mostrará que esta Câmara Municipal não é indiferente aos serviços prestados a essa instituição por seu fundador o Ex<sup>mo</sup> Sr. D. José Conde de Santo Agostinho, mostrando assim o seu inexcedível amor pelo seu torrão natal, julga que a Câmara deve também mostrar-se agradecida por esses serviços, e, julgando

oportuno esse auxílio, pede aprovação de sua indicação. (*Atas da Câmara de Taubaté*, sessão 61<sup>a</sup>, 6/01/1896)

Uma instituição que nasceu a pedido e pelo apoio dos Padres Capuchinhos, os mesmos padres do Convento Santa Clara, é o Lar Santa Verônica, soerguido em solo taubateano no dia 2 de março de 1919 pelas freiras franciscanas. A instituição foi fundada para atender exclusivamente o público feminino, uma novidade na cidade e na região.



**Imagem 27** – Órfãs do orfanato Santa Verônica – Acervo Lar Santa Verônica.  
Fotografia digitalizada sem informações sobre o tamanho original.

A foto acima, talvez, seja a imagem pública mais conhecida do atual Lar Santa Verônica, ainda em funcionamento, veiculada sem data por diversos jornais.

Contando uma centena de órfãs e confrontando com o Livro de Matrículas que tivemos acesso, arriscamos dizer que é muito provável que a imagem tenha sido tirada entre os anos de 1929 que registrou 90 matriculadas, 1930 que fechou o ano com 96 matriculadas, 1931 com 101 meninas.

Tais números representam um crescimento vertiginoso de 600% em apenas uma década de funcionamento, uma vez que as matrículas registradas na ocasião da fundação em 1919 não passaram de 15 meninas.

Pelo crescimento constatado ficou evidente a quantidade significativa de meninas pobres, órfãs de pai e mãe ou de pai e/ou de mãe, ingênuos no município de Taubaté e região.

DEM.	NUM.	N O M E S	DATA DO NASCIMENTO	DATA DA MATRICULA	F I L I A Ç Ã O	DATA DA SAHIDA	OBSERVAÇÕES
	1	Maria da Conceição Nicol	24-5-1910	2-3-1919	Joaquim da Silva R. e Anna da Cruz Nepomuceno	22-6-1919	Salvo em companhia de P. Augusto
	2	Maria Inês da Rocha	26-3-1907	2-3-1919	Benedicto Bonifácio Moreira e Sebastião Moreira		
	3	Solânea Moreira		2-3-1919	Antônio Augusto L. e Augusta Evangelista		
	4	Maria Inês de Conceição	20-7-1907	2-3-1919	Emerson de Lima e Maria Rita		
	5	Lucrecia de Barros de Jesus	8-5-1910	9-3-1919	Manoel Leoncio de A. e Conceição		
	6	Antônio de Brito de Souza	20-7-1913	22-3-1919	Benedicto Aguiar e Virgínia Silva		
	7	Lucrecia Aguiar	2-7-1913	8-4-1919	Jorge Felix e Marilva		
	8	Isabel Jorge	20-8-1912	9-4-1919	José de Almeida B. e Maria-Benedicta		
	9	Rita de Cássia Bittencourt	13-8-1911	5-6-1919	José Manoel dos Santos e Sebastião		
	10	Maria Isabel dos Santos	8-2-1910	15-6-1919	Marcellino de Tal e Cândida		
	11	Paulina de Jesus	15-8-1912	22-6-1919			

Imagem 28 – Livro de Matrículas n. 1 – 1919 – Acervo Lar Santa Verônica – Objeto digitalizado e editado para esse trabalho.

O livro matrícula número 1 (1919-1935), como é possível verificarmos na Imagem 28, página anterior, é organizado da seguinte forma: ordem, número, nome, data de nascimento, data da matrícula, filiação, data da saída e um espaço reservado para observações.

O que percebemos é que a manutenção dos registros, por exigir atenção especial, o que demanda tempo e funcionário experiente para tal exercício, nem sempre acontecia com a devida regularidade, de modo que as informações não eram muito precisas e não seguiam o mesmo padrão, contendo, inclusive, muitos espaços em branco. Num grupo de freiras franciscanas, a preocupação, talvez, estivesse voltada, muito mais para a acolhida da menina que chegava fragilizada por conta do sofrimento vivenciado do que a demanda burocrática gerada pelo funcionamento legal da instituição.

Nesses primeiros registros salta-nos aos olhos as matrículas n. 1 e 2, por se tratarem de duas irmãs, Maria da Conceição Rocha nascida a 24 de maio de 1910 e Maria Aparecida da Rocha nascida a 26 de março de 1907, ambas matriculadas no dia 2 de março de 1919, filhas de Joaquim da Silva Rocha e Anna da Cruz Nepomuceno.

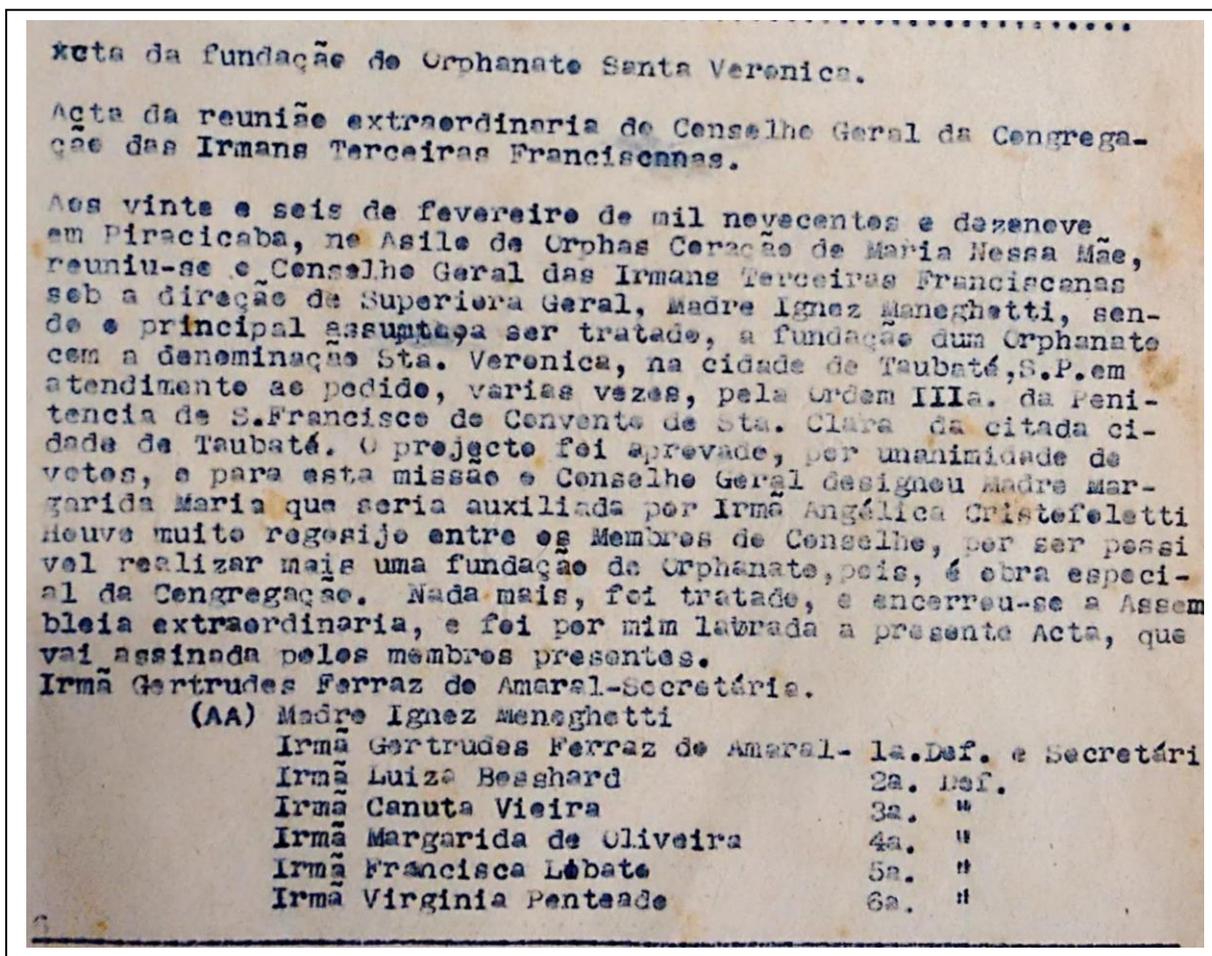
Apesar da tendência à adoção (aliás, tendência estendida até nossos dias) contemplar preferencialmente os mais novos, no dia 27 de junho de 1919, D. Augusta retirou a mais velha, já com 12 anos completos. A falta de registro, como já apontado, na parte “Observações” do livro impossibilitou análise mais aprofundada, inclusive pela ausência do sobrenome da responsável pela retirada. Causa-nos estranhamento a escolha pela mais velha e a retirada de apenas uma das irmãs. Existe a possibilidade de Maria da Conceição deixar o Lar para ser tutelada pela D. Augusta passando a trabalhar em sua casa ou tal retirada seria resultado de acordos anteriores à internação. Acordos? Com quem? Com as freiras ou com a família das meninas?

A diferença de idade chega a ultrapassar a casa dos seis anos de diferença, tendo registrada a variação entre 6 e 12. Na primeira turma houve duas meninas com 6 anos, Guiomar Lutufo de Araújo e Marina Squercini, além de uma pequenina de apenas 4 anos, Maria da Glória da Silva Pires. Não nos parece que, pelo menos dentro do período que estudamos, houvesse uma idade mínima para o acolhimento, porém, acreditamos que os bebês não fossem aceitos, muito provavelmente pelo trabalho diferenciado que geraria tal internação.

Nos arquivos do Lar Santa Verônica encontramos uma versão datilografada da Ata da Fundação da instituição, do Orphanato Santa Verônica. Nesse documento, há o registro da

reunião do Conselho Geral da Congregação das Irmãs Terceiras Franciscanas sobre a direção da Superiora Geral, Madre Ignez Maneghetti.

Na escrita da ata percebemos o entusiasmo diante da possibilidade de se criar mais um orfanato, “houve muito regozijo entre os membros do Conselho”, uma vez que é a realização do carisma dessa congregação o trabalho em internatos, orfanatos, ou seja, instituições que dessem apoio e auxiliassem no desenvolvimento das meninas carentes, desvalidas, abandonadas. O registro termina com a indicação do nome da Madre Margarida Maria, como responsável pela direção do orfanato, e da Irmã Angélica Cristofeletti, como sua auxiliar.



**Imagem 29** – Cópia datilografada da Ata de fundação do Orphanato Santa Verônica – Acervo Lar Santa Verônica. Tamanho sulfite A4 - 21 x 29,7cm. Objeto digitalizado e editado para esse trabalho.

Em texto do ano de 1950, transcrito da Revista da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, podemos observar a preocupação de suas editoras em levar a público a realização da vocação das religiosas e a missão do Orphanato Santa Verônica, como sendo um lugar privilegiado às meninas desprivilegiadas, um lugar de

oportunidades às desprovidas de condições para buscar uma qualificação que lhes abrisse portas, pelo menos, para um bom casamento. Sendo assim, a formação deveria conter conteúdo moral e religioso, obviamente, de base católica, além da oferta de “instrução pré-primária, primária e profissional doméstica”:

No ano de 1919, uma plêiade de Irmãs franciscanas, palpitante de carinho e devoção, desembarcou nessas terras banhadas bem de perto pelos olhares da Virgem Aparecida e iniciaram essa obra de assistência social das mais alevantadas – o Orfanato Santa Verônica – pequenino, mas mimoso jardim da Santa Igreja, destinado ao cultivo dessas criaturinhas sem lar e expostas às deletérias influências e solicitações contra a virtude, no meio malsã onde medram. O Orfanato destina-se, pois, a dar-lhes, com a total manutenção, esmerada formação moral e religiosa, instrução pré-primária, primária e profissional doméstica, visando o aproveitamento de tantas meninas pobres que vivem na ignorância e na miséria.

O Lar Santa Verônica sobrevivia das doações advindas da caridade taubateana e pela sistemática contribuição da verba pública municipal, regularizada pelo Projeto de Lei apresentado pelo Dr. Cesar Costa, que se tornou deputado poucos anos depois, aprovado pela Câmara em sessão n. 5 de 17 de julho de 1919, três meses após a fundação do Lar.

PROJETO DE LEI – A Câmara Municipal de Taubaté decreta:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Taubaté dará um auxílio permanente de 1:200\$000 anuais ao Orfanato Santa Verônica, desta cidade, mantido pela Ordem Terceira de São Francisco, e destinado à educação e abrigo de crianças pobres.

Parágrafo Único. O pagamento dessa contribuição será feito em prestações mensais de 100\$000.

Art. 2º - Para dar execução à presente lei, fica o Prefeito autorizado a fazer as operações de crédito necessárias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrário. Sala das sessões, em 17 de julho de 1919, Antônio Valente, Raphael Braga, César Costa, Joaquim Bonifácio, José Francisco Gomes Moreira, Carvalho Vianna. (*Atas da Câmara de Taubaté*, sessão 5ª, 17/07/1919).

O mencionado projeto de lei foi aprovado. No decorrer dos anos a contribuição da prefeitura foi aumentando, muito provavelmente pela ampliação da demanda de matriculadas associada aos ajustes financeiros relativos à inflação, dentre outros motivos. Tal observação é possível tendo em vista os registros financeiros da entidade do ano de 1935 onde o Lar teria recebido a título de “Subvenção da Prefeitura” a importância de 500\$000 (quinhentos mil réis) nos meses de março e abril.

Subvenção recebida da Prefeitura	500.000
Franz Luperon (Hu. 24 de Curitiba)	60.000
Joaquim Manoel Moreira (Esmola)	20.000
Comesgo D. Luperon	10.000
Sebastião Bogue de 11 de março, attached	30.000
Therizier Boghi (Esmola)	40.000
D. Leopoldina e Hu. 24 de Curitiba	45.000
José Radrig de Silveira	45.000
Summa T. C.	750.000
D. D. entregue a Sr. Luperon	745.000
Saldo a entregar	005.000
<hr/>	
Sub. da Pref. e alguns referentes a Sr. Luperon	
Subvenção da Prefeitura	500.000
José Luperon de Toledo (Hu. 24 de Curitiba)	45.000
Joaquim Moreira (Esmola)	20.000
Franz Luperon (Hu. 24 de Curitiba)	60.000
Pedro Luperon (Hu. 24 de Curitiba)	45.000
D. Leopoldina e " " " "	45.000
Comesgo D. Luperon (Esmola)	10.000
Joaquim Moreira ( " )	20.000
Summa T. C.	745.000

**Imagem 30** – Livro de Registro financeiro – 1935 –  
Acervo Lar Santa Verônica. Objeto digitalizado e  
editado para esse trabalho.

Vinte e três anos antes da criação do Lar Santa Verônica, a Câmara de vereadores de Taubaté votou o Projeto de Lei n. 175 (autoria não registrada em Ata) que visava a contribuição ao Asilo São José, que foi aprovada na mesma sessão n. 3 de 21 de julho de 1896. Tal instituição iria atender 10 órfãos, provavelmente, meninos, considerando que não existiam estabelecimentos dessa natureza mistos naquela época.

Projeto de Lei n. 175 que autoriza o Prefeito Municipal a contratar com a direção do Asilo São José a se fundar nesta cidade, contribuir a Municipalidade com a quantia de 3:000\$000 para o auxílio ao Asilo e

destinado à manutenção de dez órfãos que serão ali abrigados. (*Atas da Câmara de Taubaté*, sessão 3<sup>a</sup>, 21/07/1896).

Em janeiro desse mesmo ano a Câmara aprovou a subvenção de 2:000\$000 ao Externato São José que já existia no município. Por esses registros vemos que o poder público preferia subvencionar a iniciativa privada/filantrópica do que implementar um plano estratégico de combate à pobreza no município.

Realmente nos causa espanto a quantidade de instituições soerguidas sob o objetivo de cuidar da infância. Apenas para demonstrar tal dimensão para uma cidade que, não obstante ao crescimento urbano que foi acelerado pelo processo de industrialização, listamos algumas dessas instituições: Convento Santa Clara, Instituto Diocesano de Educação Santo Antônio, Externato São José, Orfanato Santa Verônica, Asilo São José, além do Instituto Disciplinar que foi edificado na cidade aos moldes do instituto paulistano.

Outra faceta da infância taubateana se materializava nos pequenos tutelados, instituição e recurso jurídico largamente utilizado, principalmente, nos primeiros anos após a abolição dos escravos, como veremos a seguir.

### **3.3 Pequenos tutelados**

Outro modelo de instituição que visava atender à orfandade ou os ingênuos pós-abolição foi a tutoria, recurso jurídico largamente utilizado pelas famílias, senão na totalidade, majoritariamente cristã, membros da elite taubateana, antigos donos de escravos que, encontraram nessa engrenagem, o formato ideal para a manutenção dos seus luxos e privilégios, outrora feitos pelos cativos, dentro da perspectiva moral tida como nobre e amplamente aceita pela sociedade, entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Importante ressaltar que seria impossível tratar da questão da tutela de ingênuos se partíssemos para uma avaliação inócua da dimensão das relações afetivas entre tutores e tutelados o que tornaria nosso trabalho inexequível.

Dessa forma nosso olhar tentou buscar a origem do interesse por esses seres fragilizados, sobreviventes de um sistema absurdamente cruel e excludente. Por conta dos interesses capitalistas, lucro, produção de riquezas, acumulação de capital, Bastos e

Kuhlmann Jr. (2009, p. 44) constataram diferentes comportamentos entre os interesses pela tutela de órfãos ricos e pobres:

Esse interesse na tutela de órfãos ricos tinha como motivo subjacente, a possibilidade de se usufruir os bens dos menores. Somente a partir das últimas décadas do século XIX é que se verifica a disputa pelos órfãos pobres, marcadamente pelo interesse na exploração de sua mão de obra.

Rouche (2009), estudioso medievalista focado na Alta Idade Média, contribui com seus estudos ao mostrar o quanto é anacrônico julgar e crucificar a família medieval culpando-a pelo alto índice de mortalidade infantil como se fosse um reflexo imediato da falta de amor aos seus filhos. Afirma ser possível identificar, em meio à rudeza daquele período, claros indícios de que os pais, tutores, senhores feudais apresentavam afeição aos seus filhos, pupilos e/ou tutelados e que, também, naquele contexto, a proteção à infância existia, mesmo que, por vezes, paradoxalmente durante a guerra quando se optavam em matar os maiores e se criavam os menores para que, mais tarde, pudessem se tornar escravos. Mesmo nessas condições, segundo o autor, normalmente as crianças, quando crescidas, ainda eram bem tratadas.

Na esteira das reflexões de Rouche (2009), analisamos que, em Taubaté, mesmo quando os motivos que impulsionaram a formalização das relações entre tutor e tutelado fossem de ordem econômica, não nos cabe concluir de forma generalista que não houvesse, em hipótese alguma, uma relação absolutamente desprovida de afeto entre as partes envolvidas.

Uma vez que adentramos numa seara jurídica, tornou-se necessário conceituar, devidamente, o objeto analisado. Para tanto, vimo-nos obrigados a fazer uma imersão conceitual nos verbetes do *Dicionário Jurídico* (SANTOS, 2001), material utilizado para confeccionar o glossário a seguir.

**Auto** – (Lat. actu.) S.m. Peça escrita por oficial público que contém a narração circunstanciada e autêntica de determinados atos judiciais ou de processos.

**Tutela** – S.f. Encargo legal ou judicial atribuído a uma pessoa para administrar os bens de menor de idade e orientar sua conduta (CC, arts. 407, 409 e 410).

**Tutela dativa** – A que é conferida pelo conselho de família, na falta de tutor testamentário e legítimo.

**Tutelado** – Adj. e S.m. Que ou aquele que está sob tutela; protegido.

**Tutelar** – (Lat. tutelare.) V.t.d. e Adj. 2.g. Proteger como tutor: que defende, protege ou gerencia.

**Tutor** – S.m. Aquele a quem é confiado o exercício da tutela, por disposição da lei, nomeação em testamento, ou determinação judicial.

Parece-nos fundamental que tais conceitos sejam contextualizados. Em Taubaté o tutelado é o ingênuo, aquele menino ou menina livre, filho de escravo, fruto da situação estranhamente legal gerada pela Lei do Ventre Livre promulgada em 1871. Uma vez tutelados os mesmos passavam a dever obediência aos seus tutores, esses, nomeados por testamento ou determinados pela justiça.

A tutela é um dispositivo jurídico diferente da adoção, afinal, o tutelado não se tornaria filho, a não ser que fosse adotado em algum momento, e nem teria direito aos bens do seu tutor. A tutela cessa quando o tutelado atinge a maioridade, enquanto que o filho adotivo não deixa de ser filho, independente da idade.

A historiadora valeparaibana Pappali (2003) investigou os autos de tutela da Comarca da Taubaté disponíveis na Divisão de Museus do Município. Notou que, parte considerável dos interessados pela tutoria eram ex-senhores de escravos que visavam manter os préstimos da ex-escrava ou ex-escravo. Parentes próximos e “homens idôneos” também protagonizaram esse episódio da história de Taubaté.

Após a abolição, muitos órfãos passaram a ser designados como ex-ingênuos ou filhos de libertas ou “solteiras pobres”, como justificativa para tutoria. A partir de meados de 1888 nem sempre consta a origem dos tutelados nas ações, muitos sendo apenas designados como filhos de mães “solteiras pobres”. (PAPALI, 2003, p. 33-34)

Requerer a tutela de algum órfão exigia-se uma justificativa. Importante considerar que “órfão” passou a ser um termo genérico e amplo que servia para identificar não somente aqueles que tinham pai e mãe falecidos, podendo ser órfãos somente de pai ou de mãe, mas para designar uma criança pobre, abandonada ou menino de rua ou que vagasse pela rua.

Pappali (2003) também observou que 1888 foi o ano em que mais se registrou autos de tutela no município de Taubaté. Em muitos casos, o interesse em legalizar a condição de tutor era garantir seu poderio diante dos ex-ingênuos que já trabalhavam em sua casa.

Em uma Tutela de Órfãos de 25 de outubro de 1888, logo após o 13 de maio, um ex-senhor pedia a tutela de seis ingênuos nascidos e criados em sua casa, filhos de ex-escravas suas, as quais ainda permaneciam em sua casa, como assalariadas. No entanto esse fato não foi suficiente para acalmar a insegurança do referido ex-senhor, conforme indica sua justificativa: “Conquanto essas ex-escravas estejam em poder do suplicante ganhando

salário, podem de uma hora para outra tomarem outro destino, e não deseja o suplicante, pelo amor que tem a essas crianças, vê-las sair de sua casa. (PAPALI, 2003, p. 145)

Em matéria lançada pelo Jornal *A Cidade de Taubaté*<sup>81</sup>, datada a 20 de janeiro de 1895 intitulada “*Uma menina*” narra-se habilidades magnéticas numa garota que “está” na casa do sr. Elias, “conhecido fazendeiro em Itapetininga”. Levando-se em conta o ano do fenômeno narrado, é possível concluir que a menina fosse uma ex-ingênuo e/ou pobre órfã tutelada. Se fosse filha de alguma família abastada da cidade haveria menção a sua filiação e o evento não seria tratado como sendo exacerbadamente exótico.

Também vale considerar que se a matéria fosse, porventura, gerar constrangimento a uma família da elite ou não seria lançada pelo jornal ou o evento migraria da categoria de exótico para espetacular, como fenômeno resultante de habilidades superiores.

Uma menina – Em casa do sr. Elias de Barros, conhecido fazendeiro em Itapetininga está uma menina de 10 a 11 annos cujo poder magnético tem causado o assombro de muitas pessoas. Ella está ou passa junto de um objeto, pois imediatamente ele cae no chão feito pedaços. Um destes dias aproximando-se do fogão sobre que estavam uma chaleira e um bule, estes imediatamente tombarão , esvasiando-se. Sucedeu o mesmo fenômeno à aproximação da menina junto de um barril d’agua. Entre as pessoas que ali tem ido conta-se o senador Peixoto Gomide, que saio da casa do sr. Barros verdadeiramente intrigado. (Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895)

São várias as situações onde o tutor expunha seus tutelados, direta ou indiretamente, para se conquistar benefícios para si mesmos e, nem sempre extensivos aos seus protegidos.

Na sessão n. 3 do dia 6 de fevereiro de 1896 o sr. Francisco de Mattos Carvalho, tutor dos órfãos de Antônio de Carvalho Batista e de D. Maria Leopoldina Ribeiro de Carvalho entrou com um requerimento na Câmara de Taubaté solicitando serviços que julgava ser de direito, pedido que fora apreciado e atendido na sessão seguinte, datada a 20 de fevereiro do mesmo ano.

Tal requerimento encaminhado ao Intendente de Obras do município nos chamou a atenção uma vez que o pedido dizia respeito, como veremos a seguir, às obras a serem executadas pelo poder público; nada tem a ver com o fato de ser tutor de órfãos e dessa forma não haveria motivo que justificasse sua apresentação dessa forma a não ser que os tutores tivessem algum privilégio ou prioridade nos assuntos a serem tratados no âmbito político.

---

<sup>81</sup> Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364_1895_00001.pdf). Acessado: 14/02/2018.

Outro ponto é que, segundo o requerente, se a obra não fosse feita iria prejudicar interesses sagrados. Não obtivemos sucesso ao avançar na pesquisa sobre essa chácara, quantos tutelados ali viviam e qual a dimensão desses “interesses sagrados”.

Requerimento de Francisco de Mattos Carvalho, tutor de órfãos de Antônio de Carvalho Baptista e de D. Maria Leopoldina Ribeiro de Carvalho pedindo o fechamento da chácara dos referidos órfãos, que foi aberta pela Câmara passada, para alargamento da Rua que do teatro segue para a fábrica de tecidos, e, entupindo a vala existente e derrubando os bambus que fechavam dita chácara, tomaram o terreno necessário para esse alargamento, sem consultar os interessados ou quem os representa; confiando na justiça dessa ilustre corporação espera ser atendido no fechamento da dita chácara. Sendo justa essa reclamação apela para esta Câmara que se informe do estado em que se acha hoje a dita chácara devido a não estar fechada há tanto tempo, como prometeram, prejudicando com isso interesses sagrados. (*Atas da Câmara de Taubaté*, sessão n. 3, 6/02/1896)

Os autos de tutela, alerta-nos Bastos e Kuhlmann Jr. (2009), não tinham a pretensão de contar uma história da infância; os oficiais públicos designados a confeccioná-los acreditavam isentá-lo de qualquer subjetividade pelo caráter descritivo do documento.

É sempre necessário buscar entender de qual perspectiva os indivíduos contemplam a vida. Os autos de tutoria e contrato de órfãos são documentos que não foram elaborados com a pretensão de contar uma história da infância. A análise crítica dessas fontes, entretanto, contribui para se ampliar os conhecimentos sobre a história da infância no país, pois evidencia situações vividas por uma parcela de crianças e adolescentes que constituíram um segmento dos setores excluídos, em relação ao qual ainda há poucos estudos realizados. (BASTOS e KUHLMANN Jr., 2009, p. 66)

A crença na força regeneradora, formativa e redentora do trabalho, alimentada pelas indústrias, oficinas, Institutos Disciplinares e Orfanatos, também se serviu da infância tutelada para legitimar sua narrativa naturalizando as diferenças, desigualdades e processos de exploração dos mais fracos e necessitados de Taubaté.

Essa perspectiva redentora foi depositada na escola, principalmente, nos grupos escolares, a grande promessa de salvar a sociedade de todas as mazelas causadas pelo retrógrado período imperial, conforme apregoava o ideário republicano. À escola foi atribuída a tarefa de se promover processos formativos num prisma moderno e desenvolvimento.

## 4 ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA TAUBATEANA

Escolarização, escolarizar, escola. Por mais óbvio que isso possa parecer, é preciso que esclareçamos como concebemos o que estamos a chamar de escolarização, antes de localizá-la aqui ou acolá.

Escolarização é um processo amplo constituído por elementos distintos e complementares com vistas a transformar a criança (o jovem, o adulto) em aluno e, potencial cidadão, ou seja, dar a ela uma nova categoria existencial onde a criança-filho se veja em franca mutação ao experimentar novas dinâmicas disciplinadoras de corpos, mentes e corações no objetivo de, ao sair da escola, eternizá-la e reproduzi-la.

Uma vez consolidada a metamorfose, a criança deixa para trás sua infância pré-escolar sendo forçada a se tornar aluno; como é impossível deixar de ser algo em sua inteireza e se tornar outra coisa de forma absoluta, a criança pré-escolar se redescobre como síntese, não só criança, não só aluno, mas, criança-aluno uma vez que, mesmo fora da escola, no seio da família, já não mais perceberá o mundo e nele agirá como antes e, por isso, passará a se comportar ora reproduzindo, ora negando os padrões axiológicos e epistemológicos inculcados durante o tempo consumido pela escola.

Mas, como não há existência destituída de luta, a criança-filho passa a se digladiar com a criança-aluno levando a casa para a escola e a escola para casa, tornando-se, sem tempo de perceber o novo ser em que se tornou, a criança-filho-aluno. Outras instituições e espaços sociais vão se somando, de forma contínua e em velocidades diferentes, à tríade então desenhada, alimentando o maior de todos os desafios, viver.

Em se tratando dos elementos constitutivos do processo de escolarização é possível agrupá-los em três categorias: ações de natureza legal, arquitetônica e pedagógica.

Em relação ao primeiro, temos a criação de dispositivos legais nas diferentes esferas e níveis da máquina estatal que visam legitimar a instituição escolar e validar suas ações formativas, disciplinares e conformadoras. É o mesmo arcabouço legal que norteia a formação do currículo, definição de métodos, critérios para promoção, reprovação, seleção e estabelece mecanismos de inclusão e exclusão, além de resolver a função social da escola.

Do ponto de vista arquitetônico, a segunda categoria, a escola passou por transformações profundas ao sair dos espaços improvisados, das casas de professores, para ocupar aqueles projetados para abrigar o grupo escolar, edifícios-escola sólidos, construídos

com perspectivas monumentais, capazes de reunir e atender aos anseios pedagógicos, questões peculiarmente educativas que vão desde a ocupação racional, intencional e formativa de todo intramuros do estabelecimento escolar, dos portões, passando pelo pátio e chegando às salas de aula, até a reflexão contínua que se traduz em métodos e técnicas no objetivo de se resolver o problema do ensino e da aprendizagem.

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava. (CARVALHO, 1989, p. 25)

As questões de natureza pedagógica, a terceira, mencionada por Carvalho (1989), trata-se, na transição império-república, de debates que ganharam corpo desde os anos finais do século XIX em torno do método intuitivo, talvez, até o momento, a concepção mais completa e mais complexa do processo educativo, pois, não se restringia a pensar os caminhos para se ensinar uma vez que na outra ponta está o aluno que precisa aprender.

O assim chamado “método intuitivo” deve essa denominação à acentuada importância que os seus defensores davam à intuição, à observação, enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana. Ancorados nas tradições empíricas de entendimento dos processos de produção e elaboração mental dos conhecimentos, sobretudo na forma como foram apropriadas e divulgadas por Pestalozzi, os defensores do método intuitivo chamaram a atenção para a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar. (FARIA FILHO, 2003, p. 143)

Mas, educar é um fenômeno radicalmente mais amplo do que as dinâmicas de ensino e aprendizagem que ocorrem nos bancos escolares. Enquanto educar é um movimento inerente ao próprio ser humano, a escola, como um espaço privilegiado do conhecimento, detentora de mecanismos próprios capazes de dominar o homem no tempo e o tempo do homem, que utiliza do método intuitivo, é uma instituição que serve à racionalidade moderna que se julga suficientemente capaz de compreender a totalidade do ser humano a quem se pretende educar.

Diante do exposto, é possível percebermos que, ao falarmos sobre educação, não estamos nos referindo, especificamente, aos processos de escolarização, pois se educa com ou sem escola, mas, seria um equívoco conceitual desmedido, desejar escolarizar sem escola, não

como lugar, mas como instituição, como espaço formativo deliberadamente voltado para a difusão de determinados saberes legalmente aceitos pelo Estado.

Educação é libertação, é abertura, é o encontro do homem com o mundo, consigo mesmo e com outro num vertiginoso processo de se perceber como alguém que existe e sobrevive em meio a outros que também existem e desafiam, apenas por existirem, a experiência de se lançar no mundo, arriscar sua existência ao encontrar o outro e compreender que a vida humana é desafiadora, pois se localiza em meio a um infinito de oportunidades e, talvez, seja exatamente por isso, que o mundo humano esteja num processo aberto, inacabado, de um projeto em aberto, inacabado.

Gélis (2009, p. 307) ao estudar como se dava a individualização da criança durante os séculos XVIII e XIX, conceitua a primeira infância como época das aprendizagens ao pensar numa sociedade eminentemente rural, ainda distante dos ritmos urbanos. Se olharmos, atentamente não encontraremos menção à escola nas reflexões desse autor, mas à educação viva, dinâmica, processual assim como é a própria vida.

A primeira infância era a época das aprendizagens. Aprendizagem do espaço da casa, da aldeia, das redondezas. Aprendizagem do brincar, da relação com as outras crianças: crianças da mesma idade ou maiores, que sabiam mais e ousavam mais. Aprendizagem das técnicas do corpo, aprendizagem das regras de participação na comunidade local, aprendizagem das coisas da vida. Pai e mãe tinham um papel importante nessa primeira educação. Se, a partir de sete, oito anos, os meninos iam com o pai aos campos, antes de serem colocados junto a um vizinho ou parente, as meninas em geral ficavam com a mãe, com a qual aprendiam seu futuro papel de mulher. As aprendizagens da infância e da adolescência deviam, pois, ao mesmo tempo fortalecer o corpo, aguçar os sentidos, habilitar o indivíduo a superar os reveses da sorte e principalmente a transmitir também a vida, a fim de assegurar a continuidade da família. Havia nisso uma forma de educação em comum, um conjunto de influências que faziam de cada ser um produto da coletividade e preparavam cada indivíduo para o papel que dele se esperava. Em tal contexto existia pouca intimidade, porém, dia após dia reforçava-se cada vez mais o sentimento de pertencer a uma grande família, à qual se estava unido para o melhor e para o pior.

A individualização da criança se dava, perfeitamente, fora da escola. A escola moderna nasceu como forma, como o lugar de se conformar, de se lançar para dentro da forma.

A escola moderna reuniu em seu bojo adultos cansados que, tolamente, deixaram de sonhar, imaginar e se espantar com a possibilidade de ver o novo de novo e de novo. Adultos-lobos na pele de pedagogos-cordeiros que apostam ter visto de tudo e ter acumulado tanta

experiência que se tornaram superiores em relação às experiências vividas no agora de cada criança-filho-aluno que tem à sua frente. Esses são os pedagogos esclarecidos na visão de Benjamin (2014, p. 22), pois, ainda piores, segundo o mesmo autor, são aqueles “[...] cuja amargura não nos proporciona nem sequer os curtos anos de ‘juventude’; sisudos e cruéis querem nos empurrar desde já para a escravidão da vida. Ambos, contudo, desvalorizam, destroem os nossos anos”.

Educar para que a criança cresça, para que o menino não mais seja mínimo, para que o infante fale. Com base nas reflexões de Nietzsche (2003), a educação pode elevar ou rebaixar a cultura, fortalecê-la ou fragilizá-la, formar homens livres ou escravos, pois são as escolhas que nos salvam ou nos condenam.

A verdadeira educação é a que conduz o homem a reconhecer a essência da humanidade que é ser ponte até o super-homem, ou seja, na perspectiva nietzschiana, o que superou a humanidade falida e decadente que, por sua vez, permitiu lançar as bases de sua esperança para o além-vida e deixou calar o espírito dionisíaco, único capaz de saborear, corajosamente, o não-convencional, o não-permitido, o sem-limite. O único capaz de entender que somente os fracos fracassam e os fortes, se não venceram hoje, vencerão amanhã. Educar para a vitória, lembrando que ser vitorioso não é vencer aos outros, mas a si mesmo.

Educar para combater os processos de enfraquecimento da cultura que promovem o espírito de decadência. Educar para a paixão, para apaixonar-se, para saborear o saber e compreender que o não-saber é uma porta, não um muro.

O não-saber é excitante porque nos obriga a investigá-lo, odiá-lo e, finalmente, amá-lo para destruí-lo, possuí-lo e, enfim, rebatizá-lo como saber adquirido, absorvido, apropriado, aprendido, não como verdade absoluta uma vez que ela não existe, mas como possibilidade de encontrar outros não-saberes a também serem odiados e amados.

Não prometo quadros e novos horários para os ginásios e as escolas técnicas, admiro bem mais a natureza poderosa daqueles que capazes de percorrer toda a vida das profundezas da experiência até o cume dos verdadeiros problemas da cultura, e inversamente destes cumes, até os porões dos regulamentos mais áridos e dos quadros mais esmerados; mas fico satisfeito se, estafando-me, tiver subido uma montanha de alguma importância; e se posso gozar de um horizonte mais livre, não poderei jamais nesse livro satisfazer os amantes de quadros. (NIETZSCHE, 2003, p. 46)

Além de Benjamin e Nietzsche, outros autores nos ajudam a pensar sobre as distâncias incalculáveis entre educação e escola, principalmente quando se trata da escola moderna.

Na linha de Adorno (2003) afirmamos que a educação deve ser para a emancipação, a contestação, a dúvida, a resistência contra os mecanismos de conformação e imposição. A educação deve ter clara e evidente posição contra a barbárie. É o mesmo autor quem afirma que o professor é uma profissão burguesa, pois ao se permitir institucionalizado, escondido atrás dos muros da escola, também se autoriza subserviente aos trâmites do Estado que, por sua vez, não permitiria que a postura crítica pusesse em risco o projeto de naturalização da desigualdade, processo típico das sociedades capitalistas.

Os autores do texto “*A maquinaria escolar*”, Julia Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 1-2), defendem que os processos educativos inerentes às instâncias da modernidade, pela lente de Foucault, ganham vida no interior da escola moderna, fortalecida pela sociedade que a abriga, como instituição formadora por excelência, desqualificando, nesse ínterim, outros processos que contrariem o escolar. As instâncias a que nos referimos são:

1. Definição de um estatuto da infância;
2. Emergência de um espaço específico destinado à educação das crianças;
3. O aparecimento de um corpo de especialistas da infância dotados de tecnologias específicas e de "elaborados" códigos teóricos;
4. A destruição de outros modos de educação;
5. A institucionalização propriamente dita da escola: a imposição da obrigatoriedade escolar decretada pelos poderes públicos e sancionada pelas leis;

Se a educação é um fenômeno maior e mais amplo do que a escola, uma vez tomada como uma das instâncias da modernidade, o que vemos foi sua redução e aprisionamento do conhecimento em seu intramuros para a realização do currículo, este como um conjunto de saberes pensados, selecionados, sistematizados para enquadrarem os processos de ensino e de aprendizagem, com vistas a satisfazer aos interesses específicos de um modelo de Estado e sociedade.

Walter Benjamin (2014) afirmou sobre a existência de dois programas de educação oriundos das classes basilares da sociedade capitalista: burguesia e proletariado. Enquanto programas de educação opostos originariamente, caminham de forma paralela, fazendo da educação um campo tenso, político e, por isso, cada um, a sua maneira, de maneira intencional e consciente, empenha-se para garantir sua identidade e reconhecimento.

Pelo lado burguês, trata-se de um programa composto por um conteúdo abstrato, típico do liberalismo com vistas a plasmar uma liberdade ideal para uma sociedade ideal; de outro lado, o proletariado se organiza com base no chão duro da indústria, em meio à pobreza

materializada na carência, na exploração sofrida, na alienação projetada pelos patrões, visa à formação da consciência de classe.

A educação burguesa das crianças menores é, em consonância com a situação de classe da burguesia, assistemática. Evidentemente a burguesia possui o seu sistema educacional. A desumanidade de seus conteúdos trai-se, contudo, exatamente pelo fato de que estes fracassam em relação à infância mais nova. Sobre esta idade [4 anos] apenas o verdadeiro pode atuar de forma produtiva. A educação proletária da criança pequena precisa diferenciar-se da educação burguesa em primeiro lugar através do sistema. Aqui, porém, sistema significa contexto. Seria uma situação absolutamente insuportável para o proletariado se a cada seis meses, como ocorre nos jardins de infância da burguesia, desse entrada em sua pedagogia um novo método com os últimos refinamentos psicológicos. Em todos os âmbitos – e a pedagogia não constitui uma exceção – o interesse pelo método é um posicionamento genuinamente burguês, a ideologia do continuar a enrolar e da preguiça. A educação proletária necessita, portanto, sob todos os aspectos, primeiramente de um contexto, um terreno objetivo no qual se educa, não necessita como a burguesia, de uma ideia pra a qual se educa. (BENJAMIN, 2014, p. 112-113)

A problemática é ainda mais complexa uma vez que foi o sistema burguês que conquistou o Estado, instância legitimadora e suficientemente empoderada dos mecanismos necessários para a montagem e condução do programa educacional que mais lhe convier. Nesse interim, o sistema proletário é sempre imediatamente transgressor, subversivo. E é muito improvável que o Estado burguês permita que o alternativo ganhe projeções espetaculares ao limite de concorrer com o outro, reconhecidamente oficial.

No caso de Taubaté, o proletariado apresentou um comportamento muito peculiar; não identificamos na cidade organizações operárias ideologicamente definidas e que, com base na consciência de classe, pudessem implementar ações oposicionistas de fato aos seus patrões, mas, pelo contrário, o funcionário das fábricas taubateanas acabaram por se tornar uma extensão da máquina, da fábrica, da produção, da vontade dos patrões, empresários, burgueses, elite urbano-industrial, admitindo de pronto e de bom grado o paternalismo vigilante e controlador que atravessou a Associação dos Operários Católicos e a Associação dos Operários Livres.

Quando o Estado garante a legitimidade de um sistema ou programa em detrimento de outro é, indubitavelmente, um processo de violência material e simbólica. O Estado não age de outra forma a não ser pela violência, pois foi gestado assim, nascido, criado, consolidado assim, permanecendo da mesma forma, criando discursos que justifiquem as infinitas imposições em nome da manutenção da ordem.

É na esteira de Nietzsche que entendemos que o Estado foi concebido pela violência e é pela violência que separa aliados e opositores. Tal pensamento nietzscheano foi sintetizado por Olgária Chaim Ferez, responsável pela sua biografia analítica na abertura da obra “Nietzsche”, da coleção *Os Pensadores*.

[...] Nietzsche não aceitava as considerações de que a origem do Estado seja o contrato ou a convenção; essas teorias seriam apenas “fantásticas”; para ele, ao contrário, o Estado tem uma origem “terrível”, sendo criação da violência e da conquista e, como consequência, seus alicerces encontram-se na máxima que diz: “o poder dá o primeiro direito e não há direito que no fundo não seja arrogância, usurpação e violência”. O Estado, diz Nietzsche, está sempre interessado na formação de cidadãos obedientes e tem, portanto, tendência a impedir o desenvolvimento da cultura livre, tornando-a estática e estereotipada. Ao contrário disso, o Estado deveria ser apenas um meio para a realização da cultura e para fazer nascer o além-do-homem. (FEREZ, 1996, p. 14-15)

O Estado brasileiro, nesse aspecto, extensivo à Taubaté, enquanto expressão em nível municipal do ideário republicano brasileiro, ao olhá-lo pela lente de Nietzsche, manifesta seus ditames mais cruéis em cada ato legal excludente e marginalizador evidenciado na insuficiência de vagas no Grupo Escolar, pela saúde deficitária, pela ausência, extremamente significativa, de políticas que destinassem cuidados específicos à infância, pela falta de controle do potencial sofrimento embutido nos autos de tutela, no trabalho infantil utilizado largamente pelas fábricas, pela desqualificação da vida no campo ao superestimar o espaço urbano como desenvolvimento e moderno.

O Estado Moderno, o Estado de Direito, a fim de consolidar um dos seus principais princípios, a impessoalidade, foi, paulatinamente, esmerando-se na arte de fazer leis. Foi dentro dessa motivação legalista que as reformas educacionais foram decretadas, regulamentadas.

A lei serviu para imprimir a categoria igualdade no cotidiano do brasileiro, do taubateano. Foi pelos meios legais que apareceu o direito à vida, educação, saúde, segurança. Mas, é pelos mesmos meios que tais direitos são negados, reformados, aniquilados. As câmaras se fortaleceram e seus membros passaram a ser vistos como doutores da lei, sabedores das grandes causas, senhores da verdade, especialistas capazes de conduzir o destino da cidade, do estado, do país.

Logo, é das cabeças desses senhores que escolas são construídas ou fechadas, métodos experimentados, trocados e esquecidos, professores são emancipados ou desqualificados e descartados, pobres marginalizados do sistema. É da cabeça e das impressões desses senhores,

pela sua formação, pelas alianças políticas que ruas são calçadas, praças são iluminadas, indústrias são inauguradas enquanto outras decretam falência. É do coração desses senhores que a infância é lembrada, assistida, acolhida e se torna parte de grandes projetos emancipadores ou a mesma infância pode ser silenciada, apagada, abandonada, repudiada e inserida em projetos frágeis, assistemáticos, experimentais.

A ideia de progresso gera uma enorme divisão no mundo moderno, efeito contraditório ao que teoricamente se difundia: diminuir as distâncias, facilitar a vida das pessoas, produzir uma unidade, mesmo que relativa, no mundo. Se a tecnologia é a chave do desenvolvimento, logo é na industrialização, quesito imprescindível à concepção de modernidade, que se evidenciará a supremacia da Europa Ocidental sobre o restante do mundo.

Não obstante a tecnologia produzir o ícone do desenvolvido e, por isso, mais forte e poderoso, a distribuição dos benefícios produzidos por esse avanço não será homogêneo nem mesmo dentro dos países tidos como desenvolvidos.

Quanto à cultura erudita, o mundo das colônias brancas ultramarinas ainda continuava totalmente dependente do velho continente, de forma ainda mais óbvia entre as ínfimas elites cultas das sociedades não brancas, na medida em que estas consideravam 'o Ocidente' como modelo. (...) A cultura e a vida intelectual europeias ainda estavam majoritariamente nas mãos de uma minoria próspera e culta, admiravelmente adaptadas para funcionar nesse meio e para ele. A contribuição do liberalismo e, mais além, da esquerda ideológica foi exigir que todos passassem a ter livre acesso às realizações dessa cultura de elite. (HOBBSAWM, 1988, p.37)

Os investimentos em educação difundiam a imagem de um país que caminhava rumo ao progresso. Se, de um lado, pela escola é divulgada a ideia de propagação da instrução, e, por esta, a inculcação de valores morais civis, apesar da estreita relação com os valores religioso-católicos, uma vez que inúmeras são as representações negativas a respeito da criança, por outro lado, primar pelo escolarizado em detrimento às iniciativas populares foi uma constante na transição dos séculos XIX-XX, reforçado no entusiasmo pela educação nos primeiros anos republicanos aqui no Brasil.

Expressão utilizada por Jorge Nagle em sua obra *Educação e Sociedade na Primeira República* (1974), entusiasmo pela educação, trata-se de um conceito cunhado pelo autor na tentativa de expressar como se via a educação, o que dela se esperava, a perspectiva redentora que povoava o imaginário popular e, ainda, as mobilizações políticas que depositavam na

escola republicana um poder regenerador da sociedade brasileira numa perspectiva higienista e moderna.

Em se tratando da perspectiva moderna, Kuhlmann Jr. (2001b) percebeu que a questão da educação esteve presente nas Exposições Internacionais, o Concerto das Nações como chamou o autor. Segundo ele, pode-se verificar uma variação conceitual na evolução dos eventos: a princípio, teses mais paternalistas, e, com o decorrer do tempo, propostas com envergadura científica. Desde 1881, na Exposição da Indústria Nacional, a preocupação com a instrução pública, bem como, a criação de instituições para o ensino profissional foram temas de debate.

As concepções médico-higienistas estiveram sempre presentes nos Congressos e Exposições Internacionais. Por exemplo, nas palavras de Leôncio de Carvalho (conferencista da Exposição Pedagógica, 1883 – *Educação da Infância Desamparada*): “Na perspectiva de efetuar a separação da infância desvalida ou desamparada da culpada ou criminosa, defendeu os asilos industriais e as escolas correccionais ‘cujos regulamentos disciplinares devem ser mais severos que os aplicados aos asilos’” (KUHLMANN Jr, 2001b, p. 102).

Assim, a função da educação deveria ser a de preparar as pessoas para a vida social, afinal, a criança era egoísta e imprescindível seria a repressão dos vícios originais, pois ela tem natureza má como se concebia à época, por ser fraca em relação ao autodomínio. A finalidade da educação seria habituá-la a fazer o bem, a incorporar bons hábitos para fortalecer sua vontade. No caso de se admitir a existência de uma índole, o propósito da educação deveria ser, por um lado, zelar para preservar e cultivar as virtudes das crianças boas e, por outro, tentar sufocar e reprimir as tendências nefastas que os alunos de má índole trariam dentro de si.

É possível identificar a intenção moralizante nas entranhas da neófito educação laica, estatal da frágil nação brasileira sob influência da Igreja Católica. Durante o período imperial quando a Igreja ainda era religião oficial a moralização era elemento naturalizado em meio ao processo de escolarização. Uma vez que escolarizar o povo era significativa oportunidade de incrementar um processo de ordenamento da sociedade, não é de assustar que as escolas monitoriais imperiais foram abraçadas pelo exército, ou seja, os primeiros que se ocuparam da condução da educação primária em caráter regencial foram os soldados.

No período, as escolas de 1<sup>as</sup> letras funcionavam de forma precária, em sua maioria em espaços domésticos, com a utilização do método individual. Após a proclamação da Independência brasileira, em Abril de 1822, a Assembleia Constituinte, de 20 de Outubro de 1823, adota a lei segundo a

qual todo cidadão poderia abrir uma escola elementar, sem obrigação de exame, nem licença, nem autorização. No mesmo ano, por um decreto governamental, era criada uma escola de ensino mútuo que deveria ser instalada no Rio de Janeiro. Para propagar este sistema de instrução, uma ordem ministerial exigiu de cada província do Império o envio de um soldado que seguiria as lições desta escola a fim de aprender aí o método para, em seguida, propagá-lo na província de origem. (FERNANDES e MENEZES, 2004, p.556)

Com o passar dos anos, a moralização e ordenamento da sociedade vão ganhando novos elementos e uma roupagem renovada com o ideário republicano, a substituição do método monitorial ou mútuo pela concepção intuitiva, os discursos médico-higienistas, desenvolvimento e intensificação da atividade da arquitetura na urbanização dos centros das principais cidades.

Nos anos finais do período imperial, mais precisamente em 1887 foi promulgada a lei n. 81<sup>82</sup> que reformou a educação primária nas escolas públicas da província de São Paulo reforçando seu caráter lógico-sistemático. No seu artigo 71 afirma: “A instrução primaria nas escolas publicas da provincia se divide em tres grãos apropriados á idade e desenvolvimento intellectual dos alumnos, comprehendendo as seguintes matérias”:

1.º gráo	2.º Gráo	3.º Gráo
<p>1.º - As lições serão mais empiricas do que theoricas e o professor se esforçará por transmittir aos seus discipulos noções claras e exactas da materia, provocando o desenvolvimento gradual das faculdades</p> <p>2.º - Leitura, ensino proporcionado ao desenvolvimento das faculdades do alumno até o ponto de ler correctamente, prestando o professor attenção á prosodia.</p> <p>3.º - Exercicio de analyse sobre pequenos trechos lidos de modo a poder o alumno comprehendel-os e ficar, ser,</p>	<p>1.º - Continuação de lição de cousas.</p> <p>2.º - Leitura de autores nacionaes, com mais apurada observação da prosodia e manejo dos lexicons.</p> <p>3.º - Escripta, com attenção ás regras de orthographia.</p> <p>4.º - Continuação do estudo de arithmetica, comprehendendo mais: regra de tres composta, regra de juros simples e composta, formação e extracção de raizes, redução á unidade, divisão em partes proporcionaes, incluindo-se as regras de sociedade e mistura media ; com problemas de applicação á vida commum,</p>	<p>1.º - Leitura de autores classicos da lingua nacional com analyse para conhecimento da syntaxe.</p> <p>2.º - Grammatica da lingua nacional.</p> <p>3.º - Continuação do estudo de algebra até as equações do segundo gráo, com problemas e continuação do estudo de geometria.</p> <p>4.º - Desenho com applicação ás artes.</p> <p>5.º - Geographia physica e geral com maior desenvolvimento quanto ao Brazil, no tocante a suas relações industriaes e commerciaes com os outros paizes.</p> <p>6.º - Noções elementares e</p>

<sup>82</sup> Lei n. 81 de 06/04/1887 – Programa de 1º, 2º e 3º graus: Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1887/lei-81-06.04.1887.html>. Acessado: 11/01/2018.

<p>decorar regras grammaticaes, conhecendo a construcção de phrases e sentenças.</p> <p>4.º - Escripção graduada com applicação das regras da orthographia.</p> <p>5.º - Arithmetica elementar incluindo as quatro operações fundamentaes, fracções ordinarias e decimaes e regra de tres simples, com exercicios praticos e problemas graduados de uso commum.</p> <p>6.º - Ensino pratico do systema legal de pesos e medidas.</p> <p>7.º - Desenho linear de mão livre e calligraphia.</p> <p>8.º - Exercicio de redacção de cartas, contas, facturas commerciaes.</p> <p>9.º - Noções de geographia geral e geographia physica, concernente aos phenomenos de evaporação, formação das nuvens, das chuvas, do vento, das serras e montanhas, de sua influencia na formação dos rios, etc, guiando os alumnos ao conhecimento do mappa da provincia.</p> <p>10 - Gymnastica.</p> <p>11 - Canto choral</p>	<p>regras sobre conversão de moedas e sobre cambio.</p> <p>5.º - Grammatica elementar da lingua nacional ensinada em exercicios praticos e analyse dos prosadores e poetas modernos.</p> <p>6.º - Continuação do estudo de geographia physica com explicação acerca da formação de montanhas, vulcões, dos rios, mares, ilhas e continentes, especialmente o estudo das bacias do Amazonas e do Prata, sob o ponto de vista commercial, conhecimento do mappa do Brazil e estudo de sua divisão administrativa.</p> <p>7.º - Álgebra até equação e problemas do primeiro grão e geometria plana.</p> <p>8.º - Desenho linear, incluindo elementos de projecção geometrica e desenho topographico elementar e calligraphia.</p> <p>9.º - Exercicios de composição.</p>	<p>praticas de chimica e physica.</p> <p>7.º - Noções de cosmographia.</p> <p>8.º - Historia do Brazil e especialmente da provincia de S. Paulo.</p> <p>9.º - Exercicios de declamação e estylo.</p>
--	---	--

Identificamos nessa reforma a presença do método intuitivo sendo indicado, em parte, na expressão “lição de cousas”, como enunciado no primeiro parágrafo: “Educação civica; 2.º educação religiosa, facultativa para os filhos dos acatholicos; 3.º lição de cousas com observação espontânea”.

Interessante notar que, no mesmo artigo 73 dessa lei n. 81, procura-se regulamentar a postura docente de modo a indicar como o mesmo deveria proceder: “As lições serão mais empiricas do que theoreticas e o professor se esforçará por transmittir aos seus discipulos noções claras e exactas da materia, provocando o desenvolvimento gradual das faculdades”.

Diante da necessidade do conteúdo inscrito na letra da lei, a título de ementa, carecesse de formação pedagógica aos docentes, a Diretoria Geral da Instrução Pública do

Estado de São Paulo confeccionou e orientou a publicação de periódicos que tratassem de temas variados de forma teórica e prática a fim de servirem de base ao exercício docente.

A *Revista Escolar*<sup>83</sup>, de publicação mensal e distribuição, mediante assinatura dos professores, oferecia conteúdo denso, científico. Muito se empenhava em esclarecer e instruir os docentes acerca das Lições de Coisas uma vez que defendia o método intuitivo fundamentado em Pestalozzi. Interessante notar que seu lançamento se deu em maio de 1925, o que nos permite afirmar que mesmo após 38 anos da promulgação da Lei n. 81 (1887), a dita Diretoria ainda se sensibilizava com a fragilidade da formação dos seus docentes.

A INTRODUCCÃO – isto é, a forma de apresentar o assumpto à classe. É facto sedição, corriqueiro, que, para o bom êxito dum ensinamento, o primeiro passo é solicitar e prender a atenção do alumno sobre o objecto a ele submetido. Só assim o pequeno estudante poderá aproveitar os conhecimentos que forem ministrados. [...] A entrada abrupta na matéria, como sóem fazer os mestres sem tirocínio, sobre ser anti-pedagógica é contra-producente. (*Revista Escolar*, n. 2, 1/06/1925, p. 1-2)

A fim de tornar interessante e significativo o tema tratado, a matéria, fiel ao seu propósito, tentava envolver o professor nas discussões apresentando problemas enfrentados pelo docente no seu cotidiano, simulando diálogos e formas pitorescas de participação dos alunos nas aulas.

Em certa escola, querendo um dia o professor ministrar a seus alumnos algumas noções sobre a tinta de escrever, coisa, aliás, bem familiar às crianças, sofreu grande decepção, como se vê do seguinte.  
 Professor – Joãozinho, quem descobriu a tinta?  
 Joãozinho – (espantado) Eu não fui. Foi o Antonico.  
 Antonico – Não fui eu não senhor! Que menino!  
 Joãozinho – Foi sim; foi você mesmo.  
 Professor – Silêncio! Que significa isso? Que discussão é essa?  
 Antonico – Pois o Joãozinho está dizendo que fui eu que descobri a tinta. Eu não descobri nada; eu não destampeei tinteiro algum!  
 Joãozinho – É ... ele agora está com medo.  
 E assim por diante... (*Revista Escolar*, n. 2, 1/06/1925, p. 2)

Definitivamente o propósito era formar o profissional que ocupava uma dentre as tantas cadeiras distribuídas pelo estado paulista. As indicações em caráter procedimental eram claras uma vez que os autores e colaboradores da *Revista Escolar* eram professores da Escola Normal e Escola Modelo anexa. A “Introdução” é maneira de despertar a atenção e o

<sup>83</sup> Revista Escolar – Diretoria Geral da Instrução Pública – Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas). Acessado: 3/01/2018.

interesse do aluno para a matéria que será trabalhada o que deveria ser ver feito a partir de coisas que o discente já conhece.

Difficuldades também lhe surgiriam si, por exemplo, começasse uma lição assim: – Meus meninos, vamos hoje tratar da seiva e sua circulação nos vegetaes.

O tom acadêmico da sentença, os termos seiva, circulação, vegetaes, vãos de sentido para os pequenos estudantes, só os predisporiam para a indiferença, para o tédio pelo assumpto. Outro tanto sucederia si um professor, ao invés de preparar primeiramente o espírito de seus alumnos, encetasse uma lição definindo logo o seu objeto e, o que é ainda mais grave e attentorio do bom senso pedagógico, sobre ele preleccionasse, como si estivesse tratando dum curso superior de adultos. Por todas essas observações, bem se percebe a necessidade e o valor da INTRODUÇÃO, como uma das qualidades essenciaes duma boa lição no curso primário. Essa forma de iniciar as lições deve ser rigorosamente, indefectivamente observada, mormente quando se tratar de assumpto sobre os quaes a criança ainda não tenha noção. Por esse meio conseguiremos a atenção da classe fazendo-a participar activa e conscientemente da matéria a desenvolver. A INTRODUÇÃO, pois, é um fator de primeira ordem no ensino primário. (*Revista Escolar*, n. 2, 1/06/1925, p. 3)

A *Revista Escolar* reúne em seu bojo sugestões de leituras, contos, métodos, seção sobre os “vultos” da nação: Lições Práticas (Linguagem, Aritmética, Geometria, Geografia, Higiene); Pedologia; Lições de Coisas; Metodologia; Literatura Infantil; Educação Física; Questões Gerais; Vultos e Fatos; Músicas e cantos escolares; Pelas escolas (museu escolar); Notícias (Colaborações, Revista Escolar, Revista de Ensino, Circulares). Era feita com a colaboração de professores, normalmente efetivos, titulares e adjuntos das Escolas Normais e Grupos Escolares da capital e do interior.

Vasculhando os seis números<sup>84</sup> que, aleatoriamente, escolhemos a fim de perceber aproximações temáticas e seu *continuum*, dentre os elementos já apontados no parágrafo anterior notamos que a *Revista Escolar* defendia uma concepção de infância como “sujeito ativo” com especificidades típicas de cada fase do amadurecimento humano, mas que precisa de disciplina e olhar atento por parte de pais e educadores por conta de sua fragilidade moral; ao mesmo tempo defende sua singularidade e faz apologia às diferenças existenciais de cada uma, típicas do escolanovismo.

Chama-nos atenção também, o que entendemos ser expressão da força política paulista, ainda nesse primeiro parágrafo, a “educação religiosa” já era “facultativa para os

---

<sup>84</sup> Os números selecionados foram: n. 5 (1925), n. 6 (1925), n. 9 (1925), n. 13 (1926), n. 16 (1925) e n. 18 (1926). Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas). Acessado: 3/01/2018.

filhos dos acatholicos”. Essa condição pré-laica da educação nos anos finais do período imperial talvez fosse um anúncio da nova conjuntura que se instalaria a partir do evento de “15 de novembro de 1889” bem como dos diálogos e aproximações por trás de tal evento. É muito provável que já houvesse articulações avançadas nessa direção por conta de duas leis posteriores a de n. 81/1887, promulgadas nos primeiros anos do período republicano.

A primeira suprimiu por definitivo o ensino religioso nas escolas públicas. Trata-se do decreto n. 34<sup>85</sup>, de 25 de março de 1890:

Supprime a educação religiosa do programma de ensino nas escolas publicas  
O Governador do Estado de S. Paulo, no exercício da attribuição conferida pelo § 2.º do art. 2.º do decreto n. 7 de 20 de Novembro de 1889; Considerando que a educação religiosa não póde continuar a fazer parte do programma de ensino nas escolas publicas, por ser isso contrario ao decreto de 7 de Janeiro do corrente anno que, separando a igreja do Estado, estabeleceu plena liberdade de crenças e de cultos, e prohibiu crear differenças entre os habitantes, do paiz, ou nos serviços sustentados á custa, do orçamento, por motivo de crenças ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Decreta:

**Artigo unico.** A educação religiosa deixa de fazer parte do programma de ensino nas escolas publicas do Estado; revogadas as disposições em contrario.

O secretario do governo o faça publicar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 25 de Março de 1890.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

No mesmo ano, promulga-se o decreto n. 91<sup>86</sup>, de 13 de outubro de 1890. Definitivamente o Partido Republicano Paulista estava decidido a consolidar o ideário republicano.

Por meio desse decreto a verba acumulada pelas loterias e outras receitas, no império, para construir mais um templo onde abrigaria outra catedral católica em São Paulo foi destinada para a sólida e exuberante Escola Normal da Praça da República<sup>87</sup>, novo templo da civilização<sup>88</sup>, atual Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

<sup>85</sup> Decreto n. 34, de 25 de março de 1890. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-34-25.03.1890.html>. Acessado: 5/01/2018.

<sup>86</sup> Decreto n. 91, de 13 de outubro de 1890. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-91-13.10.1890.html>. Acessado: 5/01/2018.

<sup>87</sup> Dentre as obras acerca da Escola Normal da Praça, indicamos a seguinte obra: MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça. O lado noturno das luzes**. Campinas: UNICAMP, 1999.

<sup>88</sup> Expressão cunhada por Rosa Fátima de Souza que deu título a sua obra, *Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, publicada em 1998 pela Editora da UNESP.

No primeiro artigo desse decreto n.91, já é definido seu objeto e no segundo artigo, explica que a verba se manterá nos cofres e as parcelas sacadas de acordo com o andamento das obras.

Artigo 1.º - A quantia de duzentos contos de rs. (200:000\$000), producto da loteria concedida pela lei n.54 de 21 do Março de 1888, para auxiliar a construcção de uma nova igreja cathedral, será empregada na construcção, nesta capital, de um edificio destinado á Escola Normal e ás escolas-modelo. (Decreto n. 91, de 13 de outubro de 1890)

Mais interessante do que a própria lei é seu preâmbulo. É nele que constam argumentos valiosos em favor da educação e sua dimensão redentora dentro daquele contexto; a maneira como se apostava na educação para o progresso, a vitória da luz sobre as trevas do Império, passa-nos a sensação que seria uma revolução sem precedentes. É indiscutível que a construção das escolas normais e dos grupos escolares foram motivo de fascínio e contribuíram para povoar o imaginário popular com as promessas de uma república das luzes vencendo as trevas do império.

É nesse preâmbulo do Decreto n. 91 que se reforça a separação entre Igreja Católica e Estado Republicano e sua consequente laicidade. As reflexões também se encaminham para a necessidade de se construir prédios específicos para fins escolares, sendo assim, os monumentais edifícios foram planejados, da planta à execução para abrigar atividades que compunham a educação formal, sistemática. A concretização do ideário republicano na área da educação precisava de dinheiro e essa verba existia e foi aplicada conforme se concebia a política educacional na época.

Considerando que os beneficios das loterias representam o producto de um verdadeiro imposto indirecto, e applical-o á construcção de igrejas importaria violação do decreto n. 119-A de 7 de Janeiro do corrente anno, que separou a igreja do Estado, estabeleceu plena liberdade de crença e de cultos e prohibiu crear differenças entre os habitantes do paiz ou nos serviços sustentados á custa do imposto, por motivo de crença ou opiniões philosophicas ou religiosas;

Considerando, além disso, que a necessidade que a lei n. 54 de 1888 teve em vista satisfazer, dotando a capital de uma nova cathedral, por ser então a religião catholica a official e subvencionada desapareceu com a restauração porque posteriormente passou a antiga cathedral;

Considerando que, a intrucção bem dirigida é o mais forte e efficaz elemento do progresso, e que de todos os factores da instrucção popular o mais poderoso e indispensável é a instrucção primaria, largamente difundida e convenientemente ministrada;

Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruidos nos modernos processos pedagogicos, e com um cabedal scientifico

adequado ás necessidades da vida actual, o ensino não pode ser efficaz e regenerador;

Considerando que a Escola Normal do Estado, é o estabelecimento profissional destinado a dar aos candidatos á carreira do magistério primário a educação intellectual, moral e pratica necessaria ao bom desempenho dos deveres do professor, regenerando progressivamente a escola publica de instrucção primaria;

Considerando que a Escola Normal e as escolas modelo, aquella reformada, e estas creadas pelo decreto n. 27 de 12 de Março do corrente anno não poderão preencher convenientemente seus fins, em quanto não forem installadas em edificio apropriado, que contenha as accomodações neccessarias ao seu funcionamento regular, ficando até antão incompleta a reforma.



**Imagem 31** – Escola Normal da Praça – São Paulo (CORRÊA, 1991). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia.

A mesma república que levantou prédios suntuosos nos centros das cidades para que fossem seus cartões postais, seus cartões de visita, para promover o espetáculo da modernidade e a vitória das luzes sobre as trevas, muito embora, em se tratando da quantidade de vagas, muito aquém das necessidades da população brasileira, parece ter se cansado. Na década de 1920 demonstrou os primeiros sinais de exaustão chegando aos anos de 1930

sofrendo severas críticas que foram inscritas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)<sup>89</sup> que, por sua vez, dissertou sobre o desleixo do Estado em relação à educação pública no tocante ao abandono dos seus prédios, seus templos da civilização.

[...] No entanto, se depois de 43 anos de regimen republicano, se der um balanço ao estado actual da educação publica, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda crear um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do paiz. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação actual, creada pela sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a expressão desoladora de construcções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes.

Pela crítica ferrenha dos escolanovistas vista acima, o projeto de educação republicana, não obstante o seu desejo e compromisso de revolucionar o cenário nacional, ficou evidente seu escopo equivocado, contraditório, fragilizado e excludente.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) foi escrito e assinado por educadores, intelectuais e artistas vinculados à Associação Brasileira de Educação (ABE) fundada em 1924. Tais signatários comungavam de ideais democráticos e tidos como modernos para a época à luz do pensamento do educador americano John Dewey. Podemos destacar Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, todos na década de 30 com experiência à frente de secretarias de educação durante os anos 20.

Cecília Meirelles também esteve entre os intelectuais que apoiaram e assinaram o manifesto lançado a público em 1932. Para ela, a função da escola era “[...] proteger e amparar a infância, oferecer-lhe condições de compreender a cultura e a tradição, sem, contudo, impor-lhe valores que não podiam ser assimilados” (SILVA, 2011, p, 113).

Voltando à lei n. 81, promulgada nos anos finais do império (06/04/1887) por ser o dispositivo legal que antecipou, em matéria de educação, o ideário republicano, vamos destacar outros aspectos que nos ajudam a entender o modelo de educação assumido pelo estado de São Paulo de forma pioneira.

De acordo com a Lei n. 81 deveriam-se somar à tríade ler, escrever e contar, rudimentos de história e geografia e conteúdo lúdico de dança, poesia, ginástica; gramática,

<sup>89</sup> **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003160.pdf>. Acessado: 02/12/2017.

ortografia, redação e análise de texto na área da linguagem oral e escrita; aritmética, quatro operações, frações, compunham a matemática; à geografia e história recomendava-se dar ênfase à Província de São Paulo; “gymnastica” e “canto coral” aparecem somente no “1º grau”, “exercício de composição” no 2º e no 3º “exercícios de declamação e estylo”.

A ideia de “proteção à infância” firmada pela fala de Cecília Meirelles nos anos de 1930, não aparece na letra da lei, o que justifica a posição crítica da poetiza.

Estamos falando de um Ensino Primário cuja expectativa era concluí-lo em três anos se o aluno apresentasse sucesso em sua trajetória escolar. Previa-se no Art. 73 o que segue: “Os alumnos em cada escola serão divididos em classes conforme o gráo de instrucção que receberem”. Intrínseca ao ditado nesse artigo estava prevista a reprovação no objetivo de ajustar, adequar idade e “gráo”, classe ou turma e “gráo de intrucção”.

A ideia de se criar turmas homogêneas em se tratando do nível de conhecimento, foi uma tendência muito forte na educação brasileira de modo a se tornar um problema aos especialistas em políticas públicas e objeto de estudo de inúmeros pesquisadores atravessando o século XX e chegando aos nossos dias como um tema ainda mal resolvido dentro do sistema de educação.

A mesma lei n. 81 também previa em seu Art. 72 um conteúdo específico para as meninas. Tal conteúdo visava o desenvolvimento de habilidades domésticas potencialmente úteis para que as garotas fossem preparadas para exercer o papel de donas de casa. Sendo assim, após o casamento, estariam preparadas para cuidar bem do marido, filhos e conseguir dar conta das obrigações do lar:

Art. 72 - Nas escolas para o sexo feminino haverá: nas do primeiro gráo: costura simples; nas do segundo: costura, crochet, cortes sobre moldes, labores mais communs, e economia domestica; nas do terceiro: costura, cortes e levantamento de moldes e trabalhos diversos de agulha, bordados uteis e economia domestica.

Esse aspecto da educação brasileira com salas masculinas e femininas cujo currículo destinava, de forma diferenciada, a cada público, foi alvo de crítica de vários movimentos tidos como opositoristas às políticas implementadas pelo governo republicano, mesmo que, ideologicamente distintos e separados no tempo por mais de uma década, compartilhavam do conceito de igualdade entre homens e mulheres, cada um a sua maneira: a começar pelos movimentos operários, de fundamento marxista, passando pelos anarquistas que mantinham seu lema “homens e mulheres livres e solidários” (XAVIER, RIBEIRO, NORONHA, 1994) e

chegando aos escolanovistas que, desde a década de 20 e, de forma articulada e sistemática no Manifesto de 1932, defendiam que a escola pública fosse laica, gratuita, mista e obrigatória a fim de assegurar que o Estado assumisse, legalmente, seu compromisso com a escola pública.

No Álbum da Escola Normal da Capital e Anexas (1908) vemos uma classe feminina em aula de costura e/ou bordado.



**Imagem 32** – Turma feminina – Aula de Costura – Álbum da Escola Normal da Capital e Anexas (1908). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia.

Para a concepção liberal, então difundida entre os políticos e intelectuais paulistas, nos derradeiros anos monárquicos, a atividade educativa institucionalizada seria o veículo privilegiado para “a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime” (SOUZA, 1998, p. 28), mesmo quando concretizada nas

“escolas reunidas”, uma organização propedêutica à do grupo escolar, uma alternativa política, como aponta Souza (1998, p. 50):

A prática de reunião de escolas em um mesmo edifício continuou a ser adotada, criando um outro tipo de escola primária denominada escolas reunidas. Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas. Mantendo diferenças salariais e uma organização mais simplificada que os grupos escolares, tais escolas foram um expediente econômico utilizado pelo governo, uma forma de protelar a criação do grupo escolar na localidade.

Pelo exposto até o momento podemos afirmar que a concepção republicana de educação pode até ter intensificado o valor dado às letras pela reforma da Escola Normal e seu grande trunfo, a criação das Escolas Reunidas e Grupos Escolares.

Porém, tais feitos não constituem uma revolução uma vez que é resultado de um processo de amadurecimento intelectual, científico, político que encontra seu desfecho em clima político favorável aos investimentos necessários para a consolidação de um modelo de educação diferente ao que se tinha no Império. Não há, pois, ruptura, há continuidade, amadurecimento, investimento.

A fim de entender, com mais precisão, o processo de escolarização no município de Taubaté, resolvemos dividir esse capítulo em outras duas partes num esforço em apresentar e concatenar elementos de natureza legal e oriundas da imprensa da época que deram vida à escola pública e, na segunda parte, analisar algumas das iniciativas católicas e protestantes para além do projeto republicano de educação formal e sistemática que se deram no município.

#### **4.1 Escola pública em Taubaté e a criação do Grupo Escolar Dr. Lopes Chaves**

A criação de escolas públicas nos municípios durante o século XIX ficava a cargo de cada província, principalmente após a promulgação da Lei Imperial de 1827 que determinava a criação de escola, apontava o método monitorial a ser utilizado nas escolas, ordenado dos professores (homens e mulheres receberiam o mesmo ordenado) e dava outras providências.

A questão é que, naquela ocasião, o Estado brasileiro não possuía, ou, pelo menos, não demonstrou possuir, condições que garantissem, minimamente, o cumprimento da própria lei

que promulgara. Selecionamos alguns artigos que julgamos ser mais próximos do que nos propusemos a estudar nesse trabalho.

Art 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias.

Art 4º As escolas serão de ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fór possivel estabelecerem-se.

Art 5º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edifficios, que houverem com sufficiencia nos logares dellas, arranjando-se com os utensillios necessarios á custa da Fazenda Publica e os Professores; que não tiverem a necessaria instrucção deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas das capitaes.

Art 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que fór julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7º. (Lei Imperial – Instrução Pública – 15/10/1827<sup>90</sup>)

O primeiro artigo da Lei Imperial chega a nos impressionar uma vez que nos deixa a imagem prognóstica de uma revolução à vista com a fundação de cadeiras/escolas de primeiras letras por todo o território brasileiro.

Porém, não foi assim que aconteceu. As formas pelas quais cada província se apropriou da lei imperial, acompanhou a tendência do que se praticava anteriormente: a criação de escolas prioritariamente masculinas, oneração dos vencimentos dos professores que deveriam se formar com recursos próprios e apreciação das prendas domésticas como conteúdo a ser ensinado às meninas que, por sua vez, recebiam uma grade curricular inferior a dos meninos, principalmente na área da matemática.

Resgatamos duas leis da década de 1870, em pesquisa ao repositório digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que contemplavam o município de Taubaté em meio a outras localidades distantes, Cunha e Iguape, com a criação de cadeiras para o sexo masculino. Cadeira era o termo utilizado na época como sinônimo de escola. Assim, cada

---

<sup>90</sup> Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Disponível: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acessado: 04/01/2017.

cadeira era uma escola e o professor indicado para a ocupação da cadeira era o único dessa escola. Sendo assim, cada professor ocupava uma cadeira ou escola.

A primeira lei anunciada no parágrafo anterior é a n. 28, de 23 de março de 1870<sup>91</sup>:

Art. 1.º - Ficão creadas cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino:  
 § 1.º - No Bairro de Caçapava Velha, municipio de Caçapava; no Bairro do Taboão, municipio de Cunha, uma terceira cadeira na cidade de Iguape; no Bairro do Areão, municipio de Taubaté, na Capella de S. Sebastião do Tijuco-preto, districto da Freguezia de S. João Baptista da Faxina; o no Bairro da Varginha, municipio de Arêas.

Importante registrar que “primeiras letras” significava a porta de entrada no sistema de educação do período imperial. Uma vez criadas nos bairros, tornavam-se “isoladas”. A prática de reunir escolas ou agrupá-las no mesmo prédio, sob a mesma direção, foi uma tendência que se instaurou na República acompanhando e intervindo no processo de urbanização de cada município.

A segunda trata-se da Lei n. 37<sup>92</sup>, de 6 de abril de 1872, dois anos após a indicada anteriormente. Nessa foi criada uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino em Taubaté no bairro da Piedade. Também foram criadas várias cadeiras para o sexo feminino e a cidade apareceu na lista dos municípios contemplados instaurando sua escola na “Freguezia do Buquira”. Ao mesmo tempo em que cadeiras foram criadas, muitas outras foram suprimidas por determinação da lei n. 37 nas litorâneas Ubatuba e Caraguatatuba, além do município de Cunha.

Em fevereiro de 1889 outras cadeiras para o sexo feminino foram criadas por força da lei n. 31<sup>93</sup>. Dessa vez “uma, do sexo masculino, na estação do Quiririm, estrada do Norte” e “uma, de sexo masculino, no bairro do Ribeirão das Almas, município de Taubaté”. Importante registrar que são novas cadeiras do sexo masculino para a cidade sendo que desde a criação da cadeira para as meninas pela lei n. 37/1872 não identificamos nesse período outra sendo fundada em Taubaté. Outro ponto importante é que, pela primeira vez, o distrito de Quiririm, Núcleo Colonial dos imigrantes italianos, apareceu entre as leis, cujo objeto das mesmas é a criação de escolas; no entanto, a menção ao distrito não o vincula à Taubaté como aconteceu com o bairro do Ribeirão das Almas.

<sup>91</sup> Lei n. 28 de 23 de março de 1870. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1870/lei-28-23.03.1870.html>. Acessado: 12/03/2016.

<sup>92</sup> Lei n. 37 de 6 de abril de 1872. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1872/lei-37-06.04.1872.html>. Acessado: 12/03/2016.

<sup>93</sup> Lei n. 31 de 8 de fevereiro de 1889. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1889/lei-31-08.02.1889.html>. Acessado: 12/03/2016.

Já no período republicano, por meio do executivo do estado de São Paulo, Decreto de n. 123<sup>94</sup>, de 19 de janeiro de 1891, a escola masculina do bairro do Poço Grande (atualmente, esse bairro pertence à Tremembé) foi convertida em escola “mixta”. No preâmbulo desse decreto afirma-se sobre “a representação de vários moradores do bairro”.

O Governador do Estado, attendendo á representação de varios moradores do bairro do Poço-Grande, município de Taubaté, sobre a conveniencia de ser convertida em mixta a escola de sexo masculino daquelle bairro, e tendo em vista a informação prestada pelo respectivo conselho de instrucção, de accôrdo com Directoria da Instrucção Publica e no exercício da attribuição conferida pelo § 2.º do art. 2.º do Decreto n. 7 de 20 de Novembro de 1889;

Decreta:

Artigo unico. Fica convertida em mixta a escola do sexo masculino do bairro do Poço-Grande, município de Taubaté, creada pelo art. 5.º da Lei n. 60 de 24 de Março de 1888; revogadas as disposições em contrario.

Interessante considerar a participação de alguma representação popular em se tratando das necessidades básicas, prioritariamente, saúde e educação, principalmente pelo fato de que, naquele contexto, o processo de criação de escolas se dava, normalmente, de forma arbitrária. Não encontramos mais informações acerca da origem e tipo de organização que protagonizou tal representatividade, no entanto, uma vez que no preâmbulo não se fez referência a documento encaminhado pela Câmara de Taubaté, concluímos que tenha sido de origem popular, percorrendo um caminho alternativo.

Um esclarecimento que julgamos digno de nota é a questão da “escola mixta”. Ao contrário do que podemos imaginar, meninos e meninas ainda esperaram por muitos anos para estudar em salas mistas com direito ao mesmo currículo, como apregoava o Manifesto dos Pioneiros de 1932. Nesse caso, a condição “mixta” não se refere a turmas mistas, heterogêneas, mas ao professor-escola atender, em horários diferentes, meninos e meninas, normalmente os garotos pela manhã e as garotas à tarde.

O ano de 1892 foi profícuo na área das políticas públicas de educação. A lei n. 101<sup>95</sup> promulgada aos 24 dias do mês de setembro criou “diversas escolas de instrução primaria” espalhadas por todo estado; foram escolas masculinas, femininas, mistas e a efetivação de transferências de cadeiras. O conceito de “primeiras letras” utilizado durante o período imperial é substituído por “instrução primaria” na república.

<sup>94</sup> Decreto n. 123 de 19 de janeiro de 1891. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1891/decreto-123-19.01.1891.html>. Acessado: 12/03/2016.

<sup>95</sup> Lei n. 101 de 24 de setembro de 1892. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-101-24.09.1892.html>. Acessado: 12/03/2016.

Taubaté não estava entre as cidades que receberam novas “escolas mixtas”; são criadas três do “sexo masculino” nos bairros do Pinhão, Registro e Poço Grande; “uma no núcleo colonial do Quiririm” para o sexo feminino, vale lembrar que já existia uma do sexo masculino; também houve a transferência de uma escola do sexo masculino do Una para Tremembé que, naquela época, pertencia a Taubaté.

As cidades vizinhas Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Guaratinguetá são contempladas em todas as categorias. Apenas um ano depois, é criada uma escola masculina para o bairro do Barranco pela lei n. 213<sup>96</sup> que tratou, exclusivamente, dessa ação e por outra, na mesma data, 4 de setembro de 1893, n. 249<sup>97</sup>, criou-se uma para as meninas em Tremembé: “*Artigo 1.º- Fica creada uma segunda cadeira de instrução primaria para o sexo feminino na freguezia do Tremembé, municipio de Taubatê*”. Nessa mesma data outras duas leis, n. 253<sup>98</sup> e n. 254<sup>99</sup> criam duas novas cadeiras do sexo feminino para o bairro da Baracéa.

Paralelamente ao movimento legiferante em âmbito provincial/estadual, o legislativo de Taubaté se ocupou, talvez, naquele momento pela divisão de competências, muito mais com as questões voltadas ao processo de urbanização, impostos, limpeza pública, iluminação, regularização dos bondes, do que com os cuidados voltados à infância e, conseqüentemente, aos mecanismos de criação e manutenção das escolas públicas na cidade.

No ano de 1890, na 6ª seção ordinária da Câmara Municipal de Taubaté, o professor Antônio José Garcia protocolou um requerimento à Comissão de Justiça,

[...] pedindo a proibição do mercado aos sábados por ser prejudicial à instrução pública, porque, deixando, por essa razão os meninos de frequentar a escola nesse dia, há um prejuízo de 52 dias por ano e faz muitas considerações para provar esse prejuízo. (*Atas da Câmara de Taubatê*, seção n. 6, 15/03/1890)

O requerimento do Professor Antônio é significativo uma vez que, apesar de não termos acesso ao requerimento na íntegra fica-nos algumas indagações: qual o motivo dos meninos faltarem à escola? Mesmo sabendo que o Mercado Municipal era um lugar

<sup>96</sup> Lei n. 213 de 4 de setembro de 1893. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-213-04.09.1893.html>. Acessado: 12/03/2016.

<sup>97</sup> Lei n. 249 de 4 de setembro de 1893. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-249-04.09.1893.html>. Acessado: 12/03/2016.

<sup>98</sup> Lei n. 253 de 4 de setembro de 1893. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-253-04.09.1893.html>. Acessado: 12/03/2016.

<sup>99</sup> Lei n. 254 de 4 de setembro de 1893. Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-254-04.09.1893.html>. Acessado: 12/03/2016.

privilegiado para o encontro, entendido como oportunidade de lazer, é muito provável que os meninos não tivessem a possibilidade de se negar a ir ao Mercado por trabalharem nas bancas, na venda de produtos que, talvez, fossem produção de sua própria família.

O requerimento do professor Garcia levanta uma questão de grande importância: de que maneira se articularam, no processo de escolarização em Taubaté, família, trabalho e escola?

Com base nas reflexões de Carvalho (1989), vale considerar que o trabalho, juntamente com a casa e a escola se tornaram espaços de inclusão. Cada uma dessas instâncias inclui, à sua maneira, o sujeito na sociedade em que vive, cada qual com seus limites, suas marcas, mas que, entrelaçam-se e se encontram em várias situações; por exemplo, para um menino contribuir com sua família vendendo seus produtos ou mesmo trabalhando na banca dos vizinhos, precisariam desenvolver habilidades manuais e intelectuais que eram parte aprendidos em casa, mas dependeriam, também, dos saberes aprendidos na escola.

Essas instâncias, trabalho, casa e escola nem sempre se apresentam em harmonia e de forma cooperativa, afinal, a individuação de cada uma delas faz-se em meio a disputas que visam o reconhecimento e ampliação da importância de uma em detrimento às outras. Entre cooperação e disputas é que são estabelecidas as relações de poder.

Logo, a casa permite a criação de canais de diálogo com o trabalho e a escola, desde que não perca sua identidade e devido reconhecimento. Em relação ao trabalho, normalmente vinculado aos interesses da casa, da família, tende a ser mais apreciado e aceito com maior naturalidade, sobretudo em se tratando das famílias de baixa renda, do que a escola que chegou a ser vista como adversária da família no processo educativo e na demarcação do tempo a ser destinado a cada instância.

A emergência e institucionalização de um tempo social próprio da escola demarcam-se de outros tempos sociais, como o do trabalho e o da família. Este processo realiza-se na medida em que as atividades escolares se estruturam, complexificam e estabelecem rotinas, envolvendo professores e alunos, cuja realização não é compatível em espaços e tempos onde se desenvolvem atividades de outra natureza. A autonomização do tempo escolar não se faz repentina e generalizadamente. O processo radica em modelos, ideias e práticas desenvolvidas nas zonas urbanas. É a partir dessa experiência que, progressivamente, se vai impondo o tempo da escola como um tempo social distinto e até, mais tarde, como o tempo que configura a infância e da juventude. (CORREIA e GALLEGOS, 2004, p. 42-43)

A escola soerguida nos centros urbanos edificou, junto às suas paredes, rituais específicos que exigem um tempo adequado peculiar às necessidades de aprendizagem das crianças. Uma vez criada a escola, nasceu junto com ela o tempo escolar que, como vimos, entrou em conflito com os outros tempos sociais cristalizados nas entranhas da cultura da sociedade moderna, inclusive o do mercado, percebido e reclamado pelo professor Garcia e o tempo da Igreja. A disputa pelo tempo demarca posições sociais, capacidade de convencimento, autoridade política, modelos de sociedade e de Estado.

Assim, o fato de o mercado funcionar aos sábados atrapalhando o funcionamento da escola, talvez não ferisse tanto o taubateano acostumado com o trabalho como se houvesse aulas no horário das missas dominicais. A escola invadiu a casa e obrigou alterar o horário do almoço ou do jantar, de acordar e de dormir, o horário da lavoura, da produção, da colheita, também foi mexido, maculado.

Nesse sentido, o tempo escolar é instituído, mas também é instituinte das atividades escolares. Quando falamos de tempo escolar, no seu todo, referimo-nos a um sistema social de referências temporais a partir do qual se define, organiza e regula o funcionamento, os ritmos, a coordenação, a sincronização das interações no interior da escola e que o distinguem e o colocam em relação aos outros tempos sociais. Tendo em vista que a realidade escolar é concretizada em diferentes escalas e contextos, nos quais se situam e se redefinem as atividades e as interações dos atores escolares, devemos considerar a existência de um tempo escolar global composto por múltiplas temporalidades, correspondentes a outros tantos sistemas de referência temporal, que se sobrepoem, complementam ou conflituam entre si. (CORREIA e GALLEGOS, 2004, p. 12-13)

Dessa forma, é extremamente legítima a preocupação do professor Garcia ao requerer o fechamento do mercado nos dias de sábado a fim de que as crianças não perdessem aula e fossem prejudicadas pelo conteúdo não aprendido.

Porém, o requerimento do professor não foi acolhido positivamente pela Câmara. Em todas as atas que vasculhamos não encontramos nenhuma alusão ou debate em torno do documento protocolado na 6ª sessão de 15 de março de 1890. O mercado continuou a funcionar aos sábados e assim acontece até os dias atuais. Naquela sociedade, a escola ainda não tinha a força necessária para fragilizar tradições sem o devido apoio político, não obstante o discurso extremamente otimista sobre a importância da educação e de sua capacidade regeneradora e redentora.

A instituição escolar também procurou atingir outros públicos e o estado republicano promoveu, dentro de certos limites orçamentais e, talvez, falta de vontade política, a criação

dos Cursos Noturnos que, normalmente eram assumidos pela caridade e filantropia de base religiosa.

O jornal *A Cidade de Taubaté* (n. 1, 20/01/1895)<sup>100</sup> noticiou a nomeação do Professor Antônio José Garcia, o mesmo que requereu o fechamento do mercado aos sábados em 1890, “para reger o curso noturno d’esta cidade”. Também, esse mesmo professor, dois anos após sua nomeação entrou com um requerimento ao Intendente de Instrução solicitando subvenção pública para o funcionamento da escola noturna:

Requerimento do Professor Antônio José Garcia com exercício no curso noturno pedindo o subsídio mensal de dez mil réis para luz e expediente do referido curso, que provê à custa de seus minguados vencimentos por falta de verba no orçamento estadual para esse fim. (*Atas da Câmara de Taubaté*, seção 26, 18/02/1897)

Tal requerimento esteve na ordem do dia da seção n. 27, aos 4 de março de 1897 e recebeu o seguinte parecer:

PARECER – Ao requerimento do Sr. Professor Antônio José Garcia o Senhor Intendente de Instrução dá o seguinte parecer que é aprovado: Em face do que determina a lei do orçamento, n. 490, de 29 de dezembro de 1896, no artigo 2º, parágrafo 17, esta Intendência é de parecer que a Câmara nada tem de deferir na presente petição; pois, o subsídio a que se refere, acha-se incluído na verba de dez contos de réis, concedida pelo Governo para água, luz e outras despesas dos cursos noturnos, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1897. Sala de sessões, 4 de março de 1897. O Intendente de Instrução, Augusto César Monteiro. “Aprovado”. (*Atas da Câmara de Taubaté*, sessão 27, 4/03/1897)

Pelo exposto entendemos que o valor concedido ao professor era insuficiente para que seus vencimentos não fossem afetados tão drasticamente. À negativa ao requerimento, por sua vez, argumentou que o montante repassado incluía todas as despesas. Mais uma vez, entre tantas que ainda viriam, o professor é tido mais como missionário do que profissional.

A relação com a escola, a instrução, o conhecimento sistematizado que acontece numa certa instituição especializada em oferecer um modelo de educação, dentro de um tempo específico, a escola, foi algo que o povo brasileiro demorou a apreciar, principalmente os oriundos das classes menos privilegiadas.

---

<sup>100</sup> Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364_1895_00001.pdf). Acessado: 14/02/2018.

As questões “qual a função da escola?”, “para que serve a escola?”, atravessaram mais de um século de república sem que tivéssemos uma resposta que nos convencesse sobre sua importância. Considerando que o processo de escolarização se deu de forma elitizada e impositiva e, se levarmos em conta a falta de perspectiva das famílias mais pobres em relação às possibilidades de se galgar degraus mais significativos no mercado de trabalho por meio da escolarização, gerou-se um sentimento equivocadamente que se localiza entre a admiração e a sensação de inutilidade da escola, resultando em diferentes processos de resistência.

Quando Lourenço Filho foi secretário da Educação no estado do Ceará registrou sua preocupação ao fato do sertanejo cearense não se interessar pela educação escolar. Segundo o educador e defensor do movimento escolanovista, os saberes veiculados pela escola podem ser inúteis dentro de certas condições sócio-históricas.

No Ceará, como em todos os demais estados da região, a situação mental da população pode ser assim resumida: vinte por cento sabe ler; o resto não sabe. Mas é o povo ignorante que lavra a terra, planta, colhe, cuida do gado, extrai as riquezas naturais e as faz transportar para os centros consumidores. A população letrada faz estéril burocracia, quando não criminosa politicagem. E, quando o flagelo da seca ameaça a vida por todos os sertões, é ainda o analfabeto que luta, que empiricamente descobre os meios de defesa, cavando cacimbas, colhendo as pontas das árvores que sirvam de forragem, tangendo o gado para as serras e os campos frescos do Piauí... A esse tempo, ao invés da mesma atitude ativa ou de luta, o letrado permanece à espera... Não o faz por mal; fá-lo, por desadaptação mental aos verdadeiros problemas de sua terra, por incapacidade de ação eficaz. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 143)

Obviamente que estamos diante de um discurso escolanovista de alguém que pretendia mostrar que a escola deveria ser mais ativa, atenta às mazelas do cotidiano a fim de se tornar mais significativa e conseguir despertar o interesse da população em larga escala. Ao denunciar a estagnação e passividade do que chamou de letrados, assim o faz para mostrar que um conhecimento que não amplia a percepção do mundo e transforma as relações sociais é realmente inútil.

Muitos anos antes, em matéria publicada pelo jornal *A Cidade de Taubaté* (n. 1, 20/01/1895)<sup>101</sup>, sob o título “*Instrução Pública*” vemos uma preocupação do município em anunciar a matrícula escolar como obrigatória, como um dever dos pais e responsáveis.

Tal publicação nos ajuda a pensar que, apesar do encantamento com o apregoado poder regenerador da educação presente no discurso dos defensores do ideário republicano, a

---

<sup>101</sup> Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364\\_1895\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818364/per818364_1895_00001.pdf). Acessado: 14/02/2018.

escola em Taubaté ainda não tinha o devido reconhecimento naquela sociedade, de modo a ser veiculado em periódico local a reabertura do período de matrículas, o que dá margem a pensarmos que ainda houvesse vagas pela baixa procura.

Instrução Pública – Segundo o edital do sr. Intendente da Instrução Pública, publicada pelo *O Imparcial* as escolas publicas deste município reabrirão as suas aulas no dia 10 de fevereiro próximo, e chamo atenção do público para § único do art. 52 da lei da Instrução Pública que diz o seguinte – 30 dias depois da abertura das aulas, a não declaração dos paes, tutores, curadores ou patrões sobre os meios de que lançam mão para educar seus filhos, tutelados, curatelados ou empregados, importará em matrícula *ex-officio*, sendo os responsáveis avisados antecipadamente d’esse acto. (Jornal *A Cidade de Taubaté*, n. 1, 20/01/1895)

Os motivos percebidos por Lourenço Filho na década de 1920, quando ocupava a cadeira de secretário da educação, no tocante ao desinteresse do cearense pelos bancos escolares, apresenta elementos comuns com as resistências percebidas em Taubaté principalmente no tocante à questão da utilidade do conhecimento.

O conhecimento escolar era visto como desnecessário aqueles que não teriam oportunidade de continuar seus estudos e se tornarem “doutores”, médicos ou advogados, por exemplo. As famílias menos abastadas, da zona rural ou urbana, precisariam de outros saberes, imediatamente úteis para sua inclusão no mercado de trabalho.

Como temos falado ao longo desse capítulo, o trunfo das promessas republicanas se materializou na construção dos grupos escolares em diversas localidades. A prática da reunião das escolas isoladas dos bairros associada à edificação de prédios exclusivos para o funcionamento do “Grupo” permitiu que a educação crescesse e ganhasse visibilidade.

Criado em 1896 em espaço adaptado e alugado, pago com verba municipal, o Grupo Escolar de Taubaté, nasceu de forma inaudita e sem muito alarde pela imprensa. Em pequena nota o *Diário de Taubaté* n. 314 do dia 2 de setembro de 1896<sup>102</sup> informou que “tomaram posse ontem, no grupo escolar, dos lugares para que foram nomeados, o diretor capitão João Penna e o professor Joaquim Xavier de Assis. Tão logo foi criado o Grupo Escolar no dia 2 de setembro, as matrículas foram abertas e levadas a público, oficialmente, pelo Diretor João Penna que se utilizou da imprensa local para difundir tal informação.

Aviso aos interessados que a matrícula neste grupo acha-se aberta, havendo poucos lugares a preencher. De acordo com a determinação do sr. Inspetor, as aulas funcionarão das 10 da manhã às 3 da tarde, e, por isso, os alunos

<sup>102</sup> *Diário de Taubaté*, n. 314, 02/09/1896 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 40.

deverão estar no edifício do grupo às 10 horas em ponto, pelo que, a bem da disciplina, peço aos srs. Pais, tutores ou protetores dos alunos, que façam com que seus filhos, tutelados ou protegidos compareçam à hora marcada. Outrossim, aviso que, salvo caso de força maior, alegado por escrito, não dispense aluno algum antes de terminados os exercícios escolares. No próximo mês de outubro começarei a fornecer aos responsáveis pelos alunos boletim semanal sobre o aproveitamento e comportamento dos mesmos. (*Diário de Taubaté*, n. 16, 16/09/1896<sup>103</sup>).

O edifício do primeiro Grupo Escolar do município de Taubaté foi inaugurado em 1902. Em breve matéria do *Jornal de Taubaté* (n. 1447, 8/06/1902)<sup>104</sup> foi anunciada a conclusão das obras e provável inauguração: “*Terminaram hontem as obras do novo estabelecimento do Grupo Escolar desta cidade sendo, por isso, à tarde, pelo architecto constructor, entregue o prédio, que será brevemente inaugurado*”.

Realmente não demorou para que o grupo escolar fosse inaugurado, o que aconteceu, conforme publicação do *Jornal de Taubaté*, n. 1497 de 12 de setembro de 1902<sup>105</sup>:

Inauguração do Grupo – Últimas notas – [...] Depois de inaugurado solenemente o edifício do Grupo Escolar Dr. Lopes Chaves, o Batalhão Escolar e alunas das escolas isoladas e suas respectivas professoras, acompanhadas do Diretor daquele estabelecimento, corpo docente e populares precedidos pela Corporação Musical “Philarmônica Taubateense” dirigiram-se ao palacete do Coronel José Benedito de Mattos, Secretário do Interior e depois das continências do estilo o aluno do 5º ano Benedito Euzébio de Toledo, comandante do Batalhão Escolar, ao fazer a entrega de um belo trabalho de pintura proferiu o seguinte discurso:  
“[...] Data memorável da inauguração do Grupo Escolar – esse sublime empório de luz sobre o qual ondeia o majestoso pavilhão do Estudo – esse pavilhão sagrado que é a garantia mais eficaz para o trabalho da civilização dos povos.

Apesar da notícia da inauguração ter sido lançada a público no dia 12 de setembro, a *Ata de Fundação do Estabelecimento* foi datada a 7 de setembro de 1902 com a presença de representante do governo estadual, autoridades da política local e membros da elite taubateana, como Félix Guisard, acionista majoritário da Companhia Taubaté Industrial.

A inauguração do grupo escolar Dr. Lopes Chaves e dos outros quatro que foram edificadas até 1920 intensificou a questão educacional no município. No ano de 1919, em sessão da Câmara n. 4, de 18 de abril, foi aprovado por aquela Casa e promulgado pelo prefeito Dr. César Costa, o projeto de lei que tornou obrigatório o ensino preliminar na

<sup>103</sup> *Diário de Taubaté*, n. 16, 16/09/1896 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 41.

<sup>104</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1447, 8/06/1902 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957\\_1897\\_01447.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per712957_1897_01447.pdf). Acessado: 13/02/2008.

<sup>105</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1497, 12/09/1902 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 182-183.

cidade. Foi um projeto que aborda, também, a questão do trabalhador menor de 15 anos de idade. Seleccionamos alguns artigos para transcrever em seguida:

**Art. 1º** É obrigatório, em todo o território do Município, o ensino preliminar.

**Art. 2º** Ficam isentas desta obrigatoriedade:

As crianças do sexo masculino que residam a mais de 3 quilômetros do ponto em que esteja localizada a escola;

As do sexo feminino que residam a mais de 2 quilômetros;

As que tenham incapacidade física ou intelectual.

**Art. 3º** O ensino preliminar pode ser ministrado:

Nas escolas públicas.

Nas escolas particulares.

**Art. 9º** Os menores de 15 anos de idade, ainda que saibam ler, não poderão ser aproveitados em estabelecimentos comerciais, industriais ou agrícolas, sem que provem ter concluído o curso preliminar, de acordo com o programa estabelecido nas escolas públicas estaduais. (*Atas da Câmara de Taubaté*, seção 4ª, 18/04/1919)



**Imagem 33** – Grupo Escolar de Taubaté (CORRÊA, 1991). Nessa fonte não há informações sobre as dimensões originais da fotografia.

O artigo 9º do projeto de lei aprovado e promulgado pelo Dr. César Costa, ao proibir o trabalho de menores de 15 anos que não concluíram o ensino preliminar inaugurou uma nova maneira, pelo menos no âmbito do mundo jurídico, de perceber o trabalho infantil ou, porque não dizer, um novo olhar sobre a própria infância.

A aprovação do projeto de lei supradito não eliminou o trabalho infantil. O sistema de educação no município ainda era muito frágil, como em tantas outras partes do Brasil. Faltavam escolas e professores e significativo índice de evasão e/ou flutuações constantes entre o número de matriculados e os que, realmente, frequentavam a escola<sup>106</sup>.

Diante dessa dura realidade isentava-se as famílias das obrigações relativas à matricular seus pequenos nas escolas quando se tratava de meninos que residissem a 3 quilômetros e meninas a 2 quilômetros de algum estabelecimento, público ou particular, autorizado para ministrar o ensino preliminar. Havia, ainda, em Taubaté diversas localidades sem escola e.

Por fim, a autorização para que não somente as escolas públicas, mas também as particulares pudessem ministrar o ensino preliminar demonstra que, em Taubaté, o processo de escolarização contou com a contribuição de outras iniciativas que transcendiam a oferta de vagas por meio do sistema público de educação.

#### **4.2. Iniciativas católicas e protestantes para além do projeto republicano**

Taubaté foi um município, como já dito em outros momentos, que ocupou posição reconhecidamente privilegiada por conta da substancial vantagem na produção cafeeira em relação às demais localidades que se dedicavam a essa cultura. Além disso, abrigou um projeto urbano-industrial que a manteve como epicentro do desenvolvimento até, pelo menos, o início da década de 1950.

Na transição império-república as instituições de educação públicas tiveram que dividir seu espaço, com o devido respaldo legal, com estabelecimentos privados que emergiram nesse período e, mesmo aqueles que foram criados em diferentes épocas,

---

<sup>106</sup> Tal afirmação é respaldada pelo acesso que tivemos, mesmo que rapidamente, aos Livros de Matrículas das Escolas Rurais do Município de Taubaté que fazem parte do acervo da Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté, antes de estarem indisponíveis para consulta, a fim de se realizar procedimentos de higienização e digitalização dos mesmos. Os primeiro Livro é de 1897 dentro de uma coleção de 72 livros somados os de matrícula, frequência, recenseamento e contabilidade.

convergir suas ações formativas com vistas a satisfazer às expectativas da sociedade taubateana que, por sua vez, vislumbrava um modelo de modernidade à luz dos grandes centros, ao mesmo tempo em que se mantinha conservadora de modo a blindar os valores que, tidos como dogmáticos, balizavam a política local.

Sem grandes pretensões para essa parte da pesquisa, selecionamos alguns desses estabelecimentos que ofereceram educação formal, sistemática e reconhecida pelo poder público. Todas elas garantiam sua sobrevivência por meio da cobrança de mensalidades de seus alunos/alunas e, por vezes, pela subvenção, ininterrupta ou esporádica, oferecida pelo poder público.

A primeira e mais antiga dessas instituições foi o “*Collegio da Senhora do Bom-Conselho*”, criada em 1877, formou gerações até o final de seus trabalhos em meados do século XX. Atualmente, o prédio que abrigava suas instalações, é dividido entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté com seus Departamentos de Psicologia, Enfermagem e Medicina.

A inauguração do Bom Conselho mobilizou a cidade de Taubaté. O jornal *Monitor de Taubaté*<sup>107</sup> (n. 22, 21/07/1877) registrou as festividades.

O Ex. Sr. Bispo Dioezano – Chegou a esta cidade, no trem de S. Paulo, no dia 16 corrente, S.Ex.Rm<sup>a</sup> o Sr. D. Lino de Carvalho, trazendo em sua companhia o Rm<sup>o</sup> Conego Ezechias Fontoura e P. Joaquim Antonio, Secretario de S. Ex, vindo também acompanhá-lo até aqui o Sr. Vigário de Jacarehy Conego José Beato de Andrade, que voltou nessa mesma tarde. Na estação foi S. Ex. recebido pelo Clero dessa Parochia e grande numero de povo que ansiosamente o esperava. Após o desembarque seguiu para a casa do Sr. Vigário Silva Barros, onde acha-se hospedado. Às 3 horas da tarde seguiu S. Ex. de carro para a Igreja da Piedade, juncto a qual se está fundando o importante Collegio da Senhora do Bom-Conselho, devido aos esforços do Monsenhor Vigário S. Barros e a boa vontade do povo, cujas obras acham-se bastante adiantadas ahi reunido cerca de 3 a 4 mil pessoas assistio S. Ex. ao levantamento da cumieira da parte principal do edificio com grande contentamento do povo, subindo ao ar grande numero de girandolas, queimando-se uma bateria de 21 tiros. Nos cantos da cumieira collocarão a um lado a bandeira nacional a outra a Pontificia e no centro uma branca, creio que em signal da paz e união que deve haver entre a Igreja e o Estado. [...] Sr. Conego Ezechias fez eloquente sermão, discorrendo por espaço quase de uma hora sobre a educação da mocidade e especialmente do sexo feminino. [...] uma verdadeira festa popular e religiosa.

---

<sup>107</sup> Jornal *Monitor de Taubaté*, n. 22, 21/07/1877 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/826421/per826421\\_1877\\_00022.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/826421/per826421_1877_00022.pdf). Acessado: 13/02/2018.

A presença da autoridade episcopal na inauguração do Colégio revela o apoio da Igreja Católica na fundação de escolas que trabalhassem na sólida formação moral de base cristã da infância e juventude de maneira geral. No caso de Taubaté, muitas foram as iniciativas, vinculadas à Igreja, de se oferecer educação sistemática, reconhecidamente escolar, não se contentando com aquelas instituições que realizavam seu carisma no acolhimento e cuidados com a infância pobre e desvalida, como foi o caso do Convento Santa Clara que atendia um público masculino e o Lar Santa Verônica que se incumbiu de receber as meninas abandonadas da cidade e região.

Além da educação sistemática, o atendimento prioritário aos filhos da elite passou a ser um diferencial significativo entre o Colégio Bom Conselho e as mencionadas no parágrafo anterior. Enquanto que o Bom Conselho se dedicava à educação das meninas, o Colégio São João Evangelista passou a atender, exclusivamente, o público masculino e visava à preparação para os cursos superiores. Em ambos os casos, a elite taubateana e circunvizinha recebiam educação privilegiada, à altura daquilo que julgava merecer.

A fundação do “*Collegio de São João Evangelista de Taubaté*” foi anunciada pelo jornal *O Noticiarista*<sup>108</sup>, n. 28, de 29 de novembro de 1888, que trouxe entre o seu rol de anúncios e propagandas, significativo espaço para a divulgação do início dos seus trabalhos.

Collegio de São João Evangelista de Taubaté – Este collegio que funciona em um edifício novamente construído nas imediações desta cidade dedica-se à instrução e a educação do sexo masculino e nelle se ensinam todas as matérias preparatórias exigidas para a matrícula nos cursos superiores do ensino público. Os alumnos devem pagar annualmente a quantia de 400\$000 dividida em trimestres pagos adiantadamente e o collegio por conta das annuidades fornece roupa lavada e engomada e utensílios para o ensino como papel, cadernos, penas. Livros por conta dos paes. Os alumnos devem trazer cama, colchão, travesseiro, bacias para rosto e pés, jarro, 3 pares de lençoes, fronhas, cobertor, colchas, roupa de casa à vontade dos paes e um fato para passeio. Mediante a quantia de 20\$000 e a título de joia o collegio fornece cama, colchão, bacia e jarro. Para conveniência e adiantamento dos alumnos, não se admitirão meios pensionistas. Diretor e proprietário – Antonio Quirino de P. e Castro. (Jornal *O Noticiarista*, n. 28, 29/11/1888)

No mesmo ano em que o Colégio São João Evangelista iniciou suas atividades, na verdade alguns meses antes, o “*Instituto Taubateano de Agricultura, Artes e Ofícios*”, cujas autoridades, o Visconde do Tremembé e o vigário da cidade participavam da sua associação

<sup>108</sup> *O Noticiarista*, n. 28, 29/11/1888. – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/713015/per713015\\_1888\\_00028.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/713015/per713015_1888_00028.pdf). Acessado: 10/02/2018.

mantenedora anunciava, também, pelo jornal *O Liberal Taubateense*<sup>109</sup>, em matéria datada a 24 de maio de 1888, seus serviços e investimentos necessários para que pudesse ter acesso aos mesmos. Aparentemente, com finalidade diferente do Colégio São João, apresentava valores mais acessíveis à classe média urbana de Taubaté.

Instituto Taubateano de Agricultura, Artes e Ofícios (Director Rvd. Francisco Cosco) – Este estabelecimento popular acha-se sob a inspecção do Conselho Director da Sociedade Protetora do Instituto, composto dos srs: Exmº Dezebargador Aureliano Coutinho (que também é professor de hygiene e civilidade), Exmº Visconde de Tremembé e Rvd. Antônio Nascimento de Castro. Matérias Ensinadas: Instrucção Primária, catecismo, gymnastica, musica, hygiene e civilidade, officios de carpinteiro, marceneiro, sapateiro e alfaiate. Para os internos: elementos e exercícos de agricultura. Contribuintes: Internos 20\$000 mensaes; Externos 2\$000 mensaes ou 1\$000 sendo filhos ou tutelados de sócios da S. Protectora do Instituto. Os lugares de pensionistas gratuitos e de meia pensão acham-se preenchidos. Pagamento por trimestres adiantados ao tesoureiro Leopoldo Hummel, em Taubaté. (Jornal *O Liberal Taubateense*, n. 31, 24/05/1888)

Mesmo com valores mais módicos, pagar pelo ensino era algo muito distante das posses da maioria da população taubateana. Iniciativas de ordem privada advindas de sujeitos de boa vontade, com certa frequência, estampavam suas propagandas nos jornais de circulação local e regional, somando ao número já relevante de instituições confessionais que funcionavam na cidade.

Exemplo dessas iniciativas privadas foi o Colégio Paulista do sr. Josias S. Mostardeiro em matéria veiculada pelo *Diário de Taubaté* (n. 431, 07/02/1897)<sup>110</sup>; o Colégio União fundado pelo ex-prefeito José Ramos Ortiz que confiou a direção à esposa do diretor do Grupo Escolar, a sra. Maria José Malhado Penna, também divulgado pelo *Diário de Taubaté*, n. 428 de 4 de fevereiro de 1897<sup>111</sup>; Instituto Santa Thereza sob a direção do Bacharel João José de Moura Magalhães para a ala masculina e dona Ermelinda S. da Silva, diretora da ala feminina (*Diário de Taubaté*, n. 447, 13/04/1897<sup>112</sup>). Nenhum desses colégios anunciaram seus valores.

Outra iniciativa interessante trata-se do Colégio Imaculado Coração de Maria que veio a público, inúmeras vezes, suplicar doações para a construção do novo edifício, o que aconteceu no dia 13 de março de 1897. Em uma dessas publicações, lançadas a título de

<sup>109</sup> Jornal *O Liberal Taubateense*, n. 31, 24/05/1888 – Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=713198&PagFis=12&Pesq=>. Acessado: 12/02/2018.

<sup>110</sup> *Diário de Taubaté*, n. 431, 07/02/1897 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 63.

<sup>111</sup> *Diário de Taubaté*, n. 428, 04/02/1897 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 63.

<sup>112</sup> *Diário de Taubaté*, n. 447, 13/04/1897 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 67.

pedido de contribuições, houve a indicação de que o Colégio já atendia “17 meninos pobres, que se preparavam para, durante sua vida, glorificar a Deus e salvar as almas” (*Diário de Taubaté*, n. 443, 24/02/1897<sup>113</sup>). Por essa informação é possível constatar que não se trata de um colégio comum, mas de um convento ou seminário que atendia aos meninos que estavam se preparando para a vida religiosa, para o sacerdócio.

A Ordem Terceira de São Francisco informou, em matéria publicada no *Jornal de Taubaté*<sup>114</sup>, n. 1503, em publicação datada a 19 de outubro de 1902, a abertura de uma Escola gratuita para os meninos pobres. Interessante notar que, nessa época, já estavam em funcionamento o Grupo Escolar e outras escolas públicas. Criar uma escola gratuita aos mais pobres pode ser um indicativo de que as instituições públicas, talvez, não atendessem aos pobres, mantendo-os excluídos do sistema de educação.

Também existiu na cidade o Externato São José. Anunciou a abertura matrículas no *Jornal de Taubaté* na edição n. 1403, de 19 de fevereiro de 1902<sup>115</sup>:

Neste estabelecimento de educação, dirigido pela Congregação das Irmãs de São José, acha-se aberta a matrícula, admitindo-se alunas externas contribuintes e gratuitas, pensionistas e meio-pensionistas, e alunos externos, desde que tenham a idade de 5 a 10 anos. As aulas serão reabertas no dia 1º de março próximo.

Interessante registrar a idade indicada, 5 a 10 anos, uma vez que era mais comum que as crianças entrassem na escola a partir de, no mínimo 7 anos e permanecessem até, por volta dos 11 ou 12 anos. Como se tratava de um estabelecimento que atendia um público contribuinte e gratuito, é possível que mantivesse entre os atendidos, meninos e meninas mais carentes.

A Igreja Metodista, que divulgava seus cultos no conservador *Jornal de Taubaté*<sup>116</sup>, como foi o caso de pequeno anúncio no dia 13 de agosto de 1899 – “*Egreja Metodista – Hoje às 7 horas da noite haverá pregação do Santo Evangelho na respectiva Capella*” (*Jornal de Taubaté*, n. 1035, 13/08/1899) criou em solo taubateano o Colégio Americano.

Fundado aos 5 de março de 1890, abriu suas atividades para 17 meninas, disputando inicialmente, pelo mérito religioso e, posteriormente pelo pedagógico, espaço com o Colégio Bom Conselho.

<sup>113</sup> *Diário de Taubaté*, n. 443, 24/02/1897 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 63.

<sup>114</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1503, 19/10/1902 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 184.

<sup>115</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1403, 19/02/1902 – In: GONÇALVES; MARIOTTO, 2004, p. 167.

<sup>116</sup> *Jornal de Taubaté*, n. 1035, 13/08/1899 – Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/712957/per\\_712957\\_1897\\_01035.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/712957/per_712957_1897_01035.pdf). Acessado: 11/02/2018.

Segundo Silva (2013, p. 40),

O Colégio cobrava uma taxa mensal de 30\$000 para a instrução em regime de externato e 320\$000, com direito a todos os materiais, em regime de internato, valores que só poderiam ser assumidos por famílias das camadas média-alta que reivindicavam uma educação nos moldes dos melhores sistemas de ensino norte-americanos.

Tão logo foi instituída a diocese de Taubaté, o Bispo Dom Epaminondas fundou no dia 20 de Fevereiro de 1910 o Ginásio Diocesano<sup>117</sup> para acolher e formar, inicialmente os meninos mais pobres. No entanto, os gastos para a manutenção dos mesmos acabaram por exigir determinados valores que, paulatinamente elitizaram seus assistidos. Teve suas atividades suspensas durante a Revolução de 1932. Atualmente, apesar de manter o histórico nome de Instituto Diocesano de Educação Santo Antônio, trata-se de uma escola privada em funcionamento na cidade.

Tiveram, também, seu espaço na sociedade taubateana as Escolas Operárias criadas e mantidas pela Companhia Taubaté Industrial, conforme descreve Soto (2000, p. 94):

[...] o Grupo Escolar Félix Guisard (1941) constava de um andar retangular pequeno e simples. A fachada de tijolo aparente continha uma porta e duas janelas de cada lado, divididas por pilastras. Sua única decoração eram as siglas da CTI no frontão. Na escola, os mais de 500 alunos, filhos dos trabalhadores recebiam aula, assistência médica, sopa escolar e vestuário, completando-se o ciclo educativo da creche. Sua modesta aparência não concordava com a importância atribuída à educação no projeto de Félix Guisard”.

Tais Escolas Operárias se pareciam muito pouco com as que foram criadas na capital do estado, a não ser por atender filhos dos trabalhadores das fábricas. Em Taubaté não havia nenhum tom crítico e a iniciativa dos trabalhadores era reprimida pelo paternalismo que sempre se antecipava às suas reivindicações.

Por fim, a cidade de Taubaté, durante o período estudado, contou com inúmeras iniciativas, públicas e privadas, que visavam educar a infância para uma sociedade que zelasse pela moral e bons costumes, uma sociedade ordeira, desenvolta que estabeleceu instituições diferentes para atender sua elite e mantê-la distante dos menos favorecidos.

---

<sup>117</sup> Disponível: <http://www.idesa.com.br/conteudo.php?cod=7>. Acessado: 3/01/2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a infância o que nos moveu, comoveu, sensibilizou, emocionou. É a infância que ainda nos afeta, encanta, amedronta, desafia a pensar, refletir, discutir o futuro, seu futuro, nosso futuro.

Empenhar-se em problematizar a infância, enquanto objeto de pesquisa, é se dispor a discutir as formas pelas quais foram emergindo concepções de infância, criança, filho, menino (ou menina) órfão, ingênuo, tutelado, operário, infrator, dentre outros tantos conceitos possíveis que, por sua vez, sinalizam relações e comportamentos sociais, modelos de família, apontam preferências e prioridades das políticas públicas, indicam valores ora comungados, ora expurgados por uma determinada sociedade.

Colocar a infância no centro de nossos debates nos obriga a alargar nossa habilidade ocular a fim de já não mais enxergar os pequenos de forma isolada, mas dentro de uma teia de relações que transformam e são transformadas, num processo dialético, de modo que, aqueles que estão em casa ou na escola, não se bastam enquanto filhos ou alunos, afinal, participam de instâncias que se cruzam e contribuem para novos sentidos de família, escola, igreja, dentro de um tempo social que se dá como espaço de lutas e disputas.

Instâncias que se cruzam, sentidos que se ressignificam, enfrentamentos que se dão pelo tempo, para dominar o tempo, garantir exclusividades, prioridades. Nesse processo, expectativas são criadas uma vez que, de tempos em tempos, novos dispositivos pedagógicos são utilizados com vistas a conformar gerações nos intramuros culturais alimentados pela crença de que a educação da infância se dá de forma verticalizada e unilateral, onde o adulto estaria, privilegiadamente, acima e comandaria mecanismos impositivos, sem ser afetados pelos mesmos.

Vã ilusão. O infante é tão sujeito quanto os sujeitos que desejam educá-lo. Na condição de sujeito, rejeita, desobedece, repudia, escolhe, prefere, submete-se às vezes, sorrateiramente se esconde, avança, desafia. A infância, definitivamente, não é uma coisa, maleável, manipulável em sua totalidade. Impossível admitir que a cultura é transmitida de uma geração a outra sem danos, lesões, arranhões. A infância-sujeito classifica, seleciona, transforma. Carregamos a infância em nossas entranhas!

É difícil para o adulto admitir a falta de utilidade e imediatez intrínsecas às percepções e relações infantis com o mesmo mundo em que, para ele, exige-se o aprendizado do útil e a

repulsa do inútil, não se dando conta de que ao repudiar o inútil está lançando para longe de si mesmo as chaves que abririam as portas fundamentais para o autoconhecimento, autocompreensão. Negar o inútil é negar a infância que carregamos *ad aeternum*.

Cheguei a vislumbrar uma infância como fase privilegiada de nossas vidas, época recheada de abraços acolhedores e de olhos atentos, etapa de experiências e aprendizagens significativas. Quis acreditar na existência de uma infância bela e feliz, cuidada, protegida, zelada, amada. Esperancei-me em encontrar uma infância, carinhosamente, contemplada pela edilidade municipal, estadual, federal. Sonhei, ingenuamente, não enxergar muros e cercas justificadas por discursos filantropos, o mesmo discurso que edificou orfanatos e institutos disciplinares. Cheguei à conclusão, no entanto, de que não estava errado em me permitir ceder a devaneios infundados, mas, acima de tudo, mobilizadores de sonhos.

Porém, enviesado na esteira frankfurtiana, pela fundamentação teórica e orientação crítica que assumi para essa pesquisa, não pude admitir generalizações de modo a falar sobre a infância de forma abstrata e desvinculada da realidade transformada e transformadora pela ação do taubateano, do mais simples trabalhador explorado, escravo, liberto, até os mais abastados que formavam a complexa elite de Taubaté.

É por conta dessa postura e base teórica que, também, pus-me a contestar a ideologia do progresso, este como um processo evolutivo e linear capaz de preconizar que as pessoas de hoje são melhores que as de ontem, as sociedades atuais, mais humanas, a infância contemporânea, mais amada.

A humanidade caminha entre avanços e retrocessos, de forma concatenada, constante, cujas relações constroem, destroem, redimensionam instituições. A infância que viveu em Taubaté no início do século XX também era possuidora de medos, angústias, insatisfações, desejos, frustrações, como a contemporânea. Ambas inventam e reinventam seus rastros no mundo com base na materialidade disponível em cada época.

Em meio à profunda reflexão percebi o quanto minha infância se parecia com aquela do órfão cedo demais, do abandonado, sem credibilidade. Constatei que havia muito que entender, pensar, refletir, estudar sobre minha infância. Desenvolver uma pesquisa sobre a infância quase se tornou um labor autobiográfico.

Foi assim que me coloquei como objeto de minha própria consciência, na busca por conceitos que julgasse, suficientemente robustos, a fim de conseguir colocar minha infância em diálogo com a infância cruzada e multifacetada de Taubaté, principalmente na transição dos séculos XIX-XX.

Mesmo em se tratando de períodos muito distintos, compartilhar minhas experiências, contribuiu para a compreensão de que a infância rica, pobre ou miserável, age no mundo em que vive e se conhece como rica, pobre ou miserável dentro do seu tempo e das relações possíveis em cada época.

A cidade de Taubaté, município do Vale do Paraíba paulista, sagrou-se como importante polo cafeicultor, ainda no século XIX, acompanhando a tendência e cultura nacional, à custa da mão-de-obra escrava, cristalizando uma profunda e histórica desigualdade social.

Como aconteceu em outros lugares, os grandes produtores de café, fazendeiros renomados, senhores de escravos, protagonizaram e promoveram intervenções, principalmente, na política local, sempre galgando patamares mais elevados, em benefício próprio. É nesse ínterim que a emergiu a indústria em Taubaté e, com ela, intensificaram-se os processos de urbanização e modernização no município.

De forma peculiar, em Taubaté a indústria não apareceu em franca oposição ao campo, consolidando o clássico conflito “rural X urbano”. A elite taubateana se reinventou e se fortaleceu por meio das alianças firmadas entre a aristocracia rural-cafeeira e a urbano-industrial que se empenhou na criação de canais de diálogo e aproximação entre ambas. Conseqüentemente, não foram poucas as indústrias que tinham em sua diretoria, em seu corpo de acionistas, fazendeiros dedicados, principalmente, à cafeicultura e à rizicultura.

Dentre as maiores indústrias soerguidas em solo taubateano, destaca-se a Companhia Taubaté Industrial que foi fundada em 1890 e em 1913 chegou a ter 600 funcionários. Modificou a configuração frugal do município edificando sua própria vila operária. Interrompeu, definitivamente, suas atividades em meados da década de 1980.

Difundiu-se naquele contexto, numa perspectiva coronelista muito própria de Taubaté, com características tipicamente patriarcais, uma visão positiva do potencial educativo do trabalho e, sobretudo, do trabalho na indústria. Via-se como “sorte” uma família – pai, mãe e filhos – que trabalhava na CTI. Sorte da família que todos trabalhavam na mesma indústria, pois conseguiam estar perto dos pequenos não permitindo que fossem enquadrados no conceito de menino de rua, afinal, era trabalhador, explorado, mas trabalhador. A elite nunca se culpou por se fazer e se manter elite às custas da exploração.

O patrão, o acionista majoritário, Félix Guisard, era tido como o homem bom, honesto, um verdadeiro pai que não poupava esforços para cuidar de seus filhos.

Talvez, pelo vislumbre acerca da modernidade intrínseca no seio da CTI e pela crença na benevolência de seus administradores, é que as organizações operárias em Taubaté se comportaram de maneira muito diferente daquelas da capital paulista. É provável que, dentre tantas suposições viáveis nesse contexto, o conservadorismo católico no município tenha contribuído pela manutenção da ordem e bons costumes, como também, as estratégias assistencialistas dos empresários que, ao se anteciparem às possíveis reivindicações do operariado, tenham desarticulado potenciais mobilizações.

Em São Paulo, a fim de entender melhor essa questão, movidos pelos princípios socialistas e anarquistas, os operários se posicionaram de forma convicta e ativa na luta pelos seus direitos trabalhistas e contra a exploração que, sistematicamente, sofriam, além de atuarem de forma contundente nas reivindicações acerca do acesso à educação, saúde, moradia.

Enquanto isso, em Taubaté, tanto o Centro dos Operários Católicos como o Centro dos Operários Livres vinham a público, por meio dos mais variados jornais que circulavam no município, para promover romarias ao centro mariano de Aparecida ou para tecer elogios ao governo local ou estadual, além de divulgar operações de sua burocracia interna.

Não encontramos em nenhuma publicação algo que dissesse, por exemplo, sobre as 69 crianças que trabalhavam na CTI em 1908 ou sobre as condições de trabalho das mesmas, sobre a questão salarial ou, ainda, sinais de aproximação com o operariado paulistano. Sua liderança participava de inaugurações ao lado do bispo diocesano e reforçava o valor do trabalho para o desenvolvimento da cidade, do país, confirmando o discurso da época, nesse caso, nos primeiros anos do período republicano, estendendo-se à década de 1920.

Pude entender que esse caráter conservador e cartorial assumido pelos Centros dos Operários de Taubaté deve ser estudado com mais profundidade, sobretudo, por se apresentar de forma discrepante aos movimentos de operários de cidades, como, São Paulo e Rio de Janeiro.

A criança oriunda de famílias pobres, desde muito cedo, antes dos 10 anos, iria trabalhar. O trabalho é aqui entendido como qualquer atividade que tenha alguma recompensa ou pagamento, como pedir esmola na porta da igreja ou na praça, fazer pequenos serviços como carregar pacotes, cortar grama, cuidar do jardim de todos os que pudessem pagar, ou ainda, naquele contexto, ser ajudante de pedreiro, tornar-se operária nas fábricas, carpintarias, marcenarias, oficinas, alfaiatarias. O fato é que, em meio à pobreza generalizada do taubateano, do operário, a CTI e as outras indústrias de menor porte, mostravam-se como

alternativas singulares na luta pela sobrevivência, pelo alimento, pela moradia, mesmo que em condições muito modestas.

A pobreza e, por isso, a infância pobre não pode ser vista como uma consequência natural das carências e escassez de alimento. O pobre, a família pobre, a infância pobre, o indigente falecido no Hospital Santa Izabel – muitos foram os indigentes –, participavam de um jogo de poder excludente na condição de perdedores, onde apenas alguns eram beneficiados. Estes desfavorecidos, assim o foram por não conseguirem tirar vantagens desse jogo, por não lograrem de atalhos que os conduzissem aos mecanismos de emancipação.

Resgatando o problema de pesquisa a fim de colocá-lo à prova, temos: Como se davam os processos educativos da infância nas tramas de uma história do município valeparaibano de Taubaté entre os anos de 1870 a 1920?

Parece-nos razoável admitir, a título de hipótese, que a educação da infância taubateana, entre os anos de 1870 a 1920, deu-se formalmente nas escolas públicas, mesmo que isoladas e/ou no grupo escolar, nas escolas confessionais cristãs, católicas e protestante (houve somente uma no período estudado), outras unidades de ensino oriundas da iniciativa privada; de maneira semiformal nos orfanatos, indústrias, oficinas; e, informalmente, em outros espaços sociais onde as infâncias cruzadas se encontravam em meio às relações pelas quais se difundiam valores desenvolvimentistas laico-republicanos e cristãos que, ora se complementavam, ora se disputavam dentro de um processo aberto e inconclusivo.

Queria saber sobre a concepção de infância materializada nas crianças, meninos e meninas da cidade de Taubaté e assim o fiz. Queria saber sobre a educação da infância naquela cidade. Queria saber quais processos educativos foram otimizados. Ainda me seduziu a busca por entender quais interesses havia em torno dos modelos de educação implantados no município taubateano durante o período delimitado para essa pesquisa.

Em toda e qualquer sociedade humana, por ser inerente à sua natureza, empreendem-se processos educativos, mais amplos ou mais restritos, no objetivo de eternizar a vida humana no planeta, estender existências, manter o *continuum* das intervenções humanizadoras dos mais variados sujeitos que formam esta ou aquela comunidade, cidade ou nação.

Educação é libertação, é abertura, é o encontro do homem com o mundo, consigo mesmo e com o outro num vertiginoso processo de se perceber como alguém que existe e sobrevive em meio a outros que também existem e desafiam, apenas por existirem, a experiência de se lançar no mundo, arriscar sua existência ao encontrar o outro e compreender que a vida humana é desafiadora, pois se localiza em meio a um infinito de oportunidades e,

talvez, seja exatamente por isso, que o mundo humano esteja num processo aberto, inacabado, de um projeto em aberto, inacabado.

Trata-se da manutenção do homem em espaços humanizados, a manutenção da vida humana num planeta artificializado para atender a interesses de grupos abastados que ora se disputam, ora se articulam numa dinâmica de preservação de determinadas relações de poder que favorecem a esses mesmos grupos.

Percebi que o fenômeno educativo é extremamente amplo e está para além da escola. É por isso que ousamos categorizá-lo dessa maneira: formal, semiformal e informal. A criação dessas categorias de análise não limitou nosso debruçar sobre as fontes, mas, pelo contrário, norteou nosso olhar, balizou nossos questionamentos, equilibrou considerações e fomentou uma análise mais precisa das fontes que tivemos acesso e selecionamos em busca da infância taubateana.

Dentre as iniciativas que visavam à proteção e educação da infância, a tutoria foi um recurso jurídico largamente utilizado pelas famílias, majoritariamente cristãs, como era a sociedade da época, com vistas a atender a órfãos e ingênuos. Tais famílias eram membros da elite taubateana, antigos donos de escravos que, encontraram nessa engrenagem, o formato ideal para a manutenção dos seus luxos e privilégios, outrora feitos pelos cativos, dentro da perspectiva moral, tida como nobre e amplamente aceita pela sociedade, entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Encontrei crianças vagando nas ruas e praças desprotegidas, desabrigadas, abandonadas, capazes de sensibilizar os corações filantropos que, paradoxalmente, viviam em meio à dualidade compaixão e medo. Essas crianças foram alvo das vozes e ações protetoras-disciplinadoras-higiênicas que conduziram a criação das casas de acolhimento, orfanatos e centros de correção destinados aos infratores.

Foram essas vozes e ações protetoras-disciplinadoras-higiênicas que intensificaram um fenômeno que pude verificar em Taubaté: a institucionalização da infância. A institucionalização foi esse processo de criação de espaços administrados ou assistidos pelo Estado, de iniciativa privada na maioria das vezes, primeiro pelo viés da caridade e, pouco mais tarde, ainda na Primeira República, pela filantropia que objetivou alavancar mecanismos de disciplinamento dos filhos das classe operária e de famílias carentes de forma generalizada.

Para onde deveriam ser levadas as crianças desvalidas, pobres, abandonadas? Para as instituições de caridade e filantrópicas que, num trabalho paralelo ao processo de escolarização que se deu aos moldes republicanos pela construção dos grupos escolares,

prometia educar, formar para a cidadania e, para a realização de tal intento, apostava-se na regeneração e fortalecimento do caráter pelo trabalho.

Esta infância institucionalizada era, em sua maioria, órfã de pai e mãe ou só de pai ou de mãe, por isso deveria ser educada pelo e para o trabalho, esse concebido como uma das instâncias socializadoras, não obstante seu caráter excludente, ao lado da casa, família, instituição e da escola, instância privilegiada no discurso republicano. No entanto, essa infância pobre, órfã era distribuída em diferentes instituições dependendo de como teria sido categorizada, anteriormente à institucionalização em si. Por exemplo, pude constatar que meninos pobres, normalmente os que não haviam sido enquadrados como vagabundos e infratores, eram acolhidos em conventos e seminários e preparados para a vida religiosa ou o sacerdócio.

Em relação aos “meninos vagabundos” que perambulavam de modo a ameaçar a paz inefável do cidadão, a imprensa taubateana não poupou esforços em cobrar a atividade policial quando a percebia ineficiente diante da presença deles.

O termo “vagabundo”, aquele que vaga pelas ruas e praças, principalmente em Taubaté no início do século XX, foi usado com frequência sob acepção de “marginal”, “bandido” e não no sentido de “órfão”, “abandonado”, mesmo que, nem todo abandonado se tornaria marginal. Pude constatar que a infância marginal é, antes, uma infância abandonada de alguma forma.

A percepção elitizada da vereança da cidade se mostrou insensível aos mais frágeis, aos pequenos do município e circunvizinhança. A infância que vaga pela rua era invisível até que começasse a incomodar, até que se tornasse um perigo, quando deixava de ser uma criança na rua e passava a ser uma criança de rua, o vagabundo.

As imagens de crianças da elite paulistana eram divulgadas no intuito de se fazerem modelares nos sentidos ético e estético. Por isso, eram mostradas sempre elegantes e robustas, felizes como a sociedade deve ser. Crianças que não eram causadoras de problemas, transtornos sociais e, muito menos, pela boa índole inerente à sua natureza, não tinham vocação para o crime, bem diferentes daquelas que, ao vagarem pelas ruas, uma vez enquadradas como marginais, deveriam ser encaminhadas para o Instituto Disciplinar, soerguido em Taubaté aos moldes da capital paulista.

Parece-nos imprescindível registrar a seguinte indagação: a decisão de se recolher a infância nas mais diversas instituições era motivada pela vontade de protegê-la da dureza da

vida ou servia para proteger a sociedade dessa criança de rua, assaltante, criminosa em potencial?

Foi em meio a esse paradoxo proteger-e-ser-protegido que, de uma esquizofrênica parceria público-privada, nasceram as mais diversas instituições que abraçaram parte de uma infância entendida como desvalida, desamparada, desestruturada, mas que, se devidamente educada, poderia se tornar um adulto cristão e trabalhador.

Constatei que a maioria dessas instituições eram eminentemente masculinas, dando-nos a ideia de que as meninas estivessem em condições mais favoráveis de acolhimento e educação. Verifiquei, no entanto, que em 1919 foi fundado o Lar e Orfanato Santa Verônica, destinado, exclusivamente ao público feminino.

O Lar Santa Verônica contou com 15 meninas em sua fundação, mas cresceu muito rapidamente devido, provavelmente, à demanda reprimida daquela sociedade taubateana e circunvizinha, de modo que em 1929 registrou 90 matriculadas, 1930 houve 96 matriculadas, 1931 passou a ter 101 meninas. Tais números representam um crescimento vertiginoso de 600% em apenas uma década de funcionamento deixando evidente a quantidade significativa de meninas pobres, órfãs de pai e mãe ou de pai e/ou de mãe, abandonadas no município de Taubaté e região.

Escolas públicas e privadas, cristãs, tempos cruzados, infância cruzada. Encontrei a infância escolarizada. A escola republicana, o grupo escolar, a materialização da modernidade em solo brasileiro. A vitória da luz sobre as trevas imperiais, mesmo constatando, exaustivamente, que nem só de luz e nem só de trevas, afinal, a história se faz em meio a luzes e trevas, entre avanços e retrocessos.

Colocar a criança na escola e garantir sua frequência foram desafios enfrentados pelas políticas educacionais que apostavam no potencial regenerador e redentor da educação sistematizada nas escolas. O processo de formação dos docentes nas escolas normais, edificação dos prédios para abrigar a escola, confecção de currículos, construiu um tipo de infância abstrata, coletivizada, massificada transformada em aluno.

Parte do chamado ideário republicano promoveu o aumento nos investimentos em educação, uma vez que, assim entendiam na época, por meio de uma boa educação poderia se difundir a imagem de um país que caminhava rumo ao progresso, digno do Concerto das Nações, que estaria deixando para trás seu passado imperial de trevas e atraso.

Sendo assim, foi na República que vimos a construção dos edifícios-escola, do Grupo Escolar Lopes Chaves em Taubaté, a fim de se propagar a instrução e, por esta, a inculcação

de valores morais e laico-cívicos, com estreita relação com os religioso-católicos. Acreditava-se que se deveria primar pelo escolarizado, reforçando o entusiasmo pela educação, em detrimento às iniciativas populares, uma vez que inúmeras eram as representações negativas a respeito da criança fora da escola.

A esse processo de se colocar a criança dentro da escola e submetê-la ao currículo e tempo próprios dessa instituição, chamei de escolarização. Esse fenômeno trata-se de um processo amplo constituído por elementos distintos e complementares com vistas a transformar a criança (o jovem, o adulto) em aluno e, potencial cidadão, ou seja, dar a ela uma nova categoria existencial onde a criança-filho se veja em franca mutação ao experimentar novas dinâmicas disciplinadoras de corpos, mentes e corações no objetivo de, ao sair da escola, eternizá-la e reproduzi-la.

A escola moderna reuniu em seu bojo adultos cansados que, tolamente, deixaram de sonhar, imaginar e se espantar com a possibilidade de ver o novo de novo e de novo. Adultos-lobos na pele de pedagogos-cordeiros que apostaram ter visto de tudo e ter acumulado tanta experiência que se tornaram superiores em relação às experiências vividas no agora de cada criança-filho-aluno que tiveram à sua frente.

A mesma república que levantou prédios suntuosos nos centros das cidades para que fossem seus cartões postais, seus cartões de visita, para promover o espetáculo da modernidade e a vitória das luzes sobre as trevas, muito embora, em se tratando da quantidade de vagas, muito aquém das necessidades da população brasileira, parece ter se cansado. Na década de 1920 demonstrou os primeiros sinais de exaustão chegando aos anos de 1930 sofrendo severas críticas que foram inscritas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, sobretudo pelo abandono dos prédios, mobiliários e carência de vagas.

A cidade de Taubaté, durante o período estudado, contou com inúmeras iniciativas, públicas e privadas, que visavam educar a infância para uma sociedade que zelasse pela moral e bons costumes, uma sociedade ordeira, desenvolta que estabeleceu instituições diferentes para atender sua elite e mantê-la distante dos menos favorecidos.

Na transição império-república as instituições de educação públicas tiveram que dividir seu espaço, com o devido respaldo legal, com estabelecimentos privados que emergiram nesse período e, mesmo aqueles que foram criados em diferentes épocas, convergiram suas ações formativas com vistas a satisfazer às expectativas da sociedade taubateana que, por sua vez, vislumbrava um modelo de modernidade à luz dos grandes

centros, ao mesmo tempo em que se mantinha conservadora de modo a blindar os valores que, tidos como dogmáticos, balizavam a política local.

Encontrei a infância natimorta e/ou com sua vida exposta à carência das condições médico-hospitalares condicionada à frágil política pública que resumia sua atenção à saúde às módicas contribuições para as Santas Casas, no caso de Taubaté, o Hospital Santa Izabel, administrado pela Irmandade de Misericórdia, asilos para mendigos, lazaretos e similares.

Não encontrei a infância nas linhas das mais de mil páginas das atas da Câmara Municipal de Taubaté que, nas poucas oportunidades de priorizar a criança em sua agenda modernizadora e cheia de cuidados com o cenário urbano, ofuscava e diminuía o menino na instituição a que fazia parte e seu fundador que o abrigava.

A ausência dos debates acerca da infância nas Atas da Câmara de Taubaté se materializou nas poucas iniciativas públicas que visavam o amparo e educação das crianças taubateanas. Foi nesse contexto que o cuidado e governo da infância dessa urbe foram abraçados pelas iniciativas privadas, filantrópicas e confessionais que se estabeleceram e se constituíram modelares naquele contexto. Dentre tais iniciativas, a própria CTI criou sua escola.

O encontro com a infância taubateana se deu por meio das estradas mais tortuosas e obscuras do que poderia imaginar. Parece que não queria constatar minhas hipóteses. O desejo de todos os que são apaixonados pela infância é que ela esteja protegida, cuidada, rodeada de atenção e oportunidades para que cresça saudável e segura e consiga realizar seus projetos de vida.

Depois da trajetória que fiz até aqui ainda me sinto assombrado por inúmeros questionamentos e indignações que foram geradas, refeitas, reformuladas, renovadas durante a caminhada.

Tenho consciência que os desafios não acabaram.

Cada infância percebida e aqui evidenciada pode revelar novas pesquisas e conduzir reflexões que contribuam, acima de tudo, para compreensão sobre os processos que ora aproximam, ora distanciam infância, trabalho e educação.

## REFERÊNCIAS

A *Cigarra*. 06-03-2014. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19140302.pdf>. Acessado: 23/05/2017.

A *Cigarra*. 25-05-1914. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19140505.pdf>. Acessado: 07/10/2016.

A *Cigarra*. 25/11/1914. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19141113.pdf>. Acessado: 10/10/2016.

A *Cigarra*. 31/12/1914. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19141215.pdf>. Acessado: 11/06/2016.

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**, vol. 9. 4ed. Trad.: Armando da Silva Carvalho, Antônio Ramos Rosa. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2ed. Trad.: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

*Almanaque Taubaté*. n.5. dez/2016. Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/index.php/2017/09/18/almanaque-taubate-edicoes-digitais/>. Acesso: 15/12/2017.

ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). **Pensando na família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Coedição Espaço e Tempo / Editora da UFRRJ, 1987.

ALVIM, Maria R.B. e VALLADARES, Licia do P. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. In: VALLADARES, Licia do P. (Coordenadora). **Relatório de Pesquisa “A Infância Pobre no Brasil: um a análise da Literatura, da Ação e das Estatísticas**. IUPERJ/FORD, Março, 1988. Rio de Janeiro, n. 26, pp. 3-37, 2.semestre de 1988. Disponível: <http://anpocs.com/index.php/bib-es-2/bib-26/399-infancia-e-sociedade-no-brasil-uma-analise-de-literatura/file>. Acessado: 12/12/2016.

*Anuario estatístico do Brazil* 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927. Disponível: [https://memoria.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/associativismo/1908\\_12/assoc1908\\_12m\\_aeb\\_140.xls](https://memoria.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/associativismo/1908_12/assoc1908_12m_aeb_140.xls). Acessado: 12/03/2018.

ARANTES, Esther M. de M. Rostos de crianças no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Sonia M.D. de. **Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos no Brasil; a história do instituto Benjamin Constant**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1993.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ASSMANN, Hugo e HINKELAMMERT, Franz J. **A idolatria do mercado: ensaio sobre Economia e Teologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria no Brasil (1870-1910)**. Campinas: UNICAMP / Centro de Memória – UNICAMP, 1999.

BASTOS, Ana C. do C. L. e KUHLMANN Jr., Moysés. Órfãos tutelados nas malhas do judiciário (Bragança-SP, 1871-1900). In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p.41-68, jan./abr. 2009. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acessado: 09/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Autos de Tutoria e Contrato de Órfãos: trabalho infantil e violência contra menores desvalidos (1871-1900)**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

BASTOS, Maria H. C. O Ensino Monitorial / Mútuo no Brasil (1827 –1854). In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol II. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a Criança, o Brinquedo e a Educação**. 2ed. 3ª reimpressão. Trad.: Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2014.

\_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas I**. 3ª ed. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas II**. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador ensaio de Cristologia Crítica para o nosso tempo**. 20ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tempo de Transcendência:** o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BONFIM, Paulo R. **Educar, Higienizar, Regenerar:** uma história da eugenia no Brasil. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.

BONFIM, Paulo R. e KUHLMANN Jr., Moysés. **A infância no horizonte médico paulista (1918-1929):** uma análise das propostas relacionadas à infância e sua educação no âmbito da higiene e da eugenia. Disponível: [http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20impressos-%20intelectuais%20e%20historia%20da%20educacao/a%20infancia%20no%20horizonte%20medico%20paulista%20\(1918-1929\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20impressos-%20intelectuais%20e%20historia%20da%20educacao/a%20infancia%20no%20horizonte%20medico%20paulista%20(1918-1929).pdf). Acessado: 20/01/2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 2ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Reimpressão, 2006.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de F. e KUHLMANN Jr, Moysés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

BRAGA, Elizabeth dos S. e SMOLKA, Ana L.B. Memória, imaginação e subjetividade: imagens do outro, imagens de si. **Horizontes**, Bragança Paulista, USF, v. 23, n. 1, jan./jun. 2005, p. 19-28.

\_\_\_\_\_. Esquecer para lembrar e ser. In. MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória e história.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

BRITO, Thiago M. A. de. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, UFF-RJ, vol 10, nº 20 (2008). Disponível: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/268>. Acesso: 02 ago 2014.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad.: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAMBI, Franco. Frontiere in movimento della storia dell'infanzia, oggi. In: **Studi sulla formazione**, 1-2010, p. 23-38. Disponível: <http://www.fupress.net/index.php/sf/article/view/10045/9283>.

\_\_\_\_\_. **História da Pedagogia.** Trad.: Álvaro Lorencine. São Paulo: UNESP, 1999.

CARLOS, Rosa M. de P. e RICCI, Fábio. **Centralidade, Segregação e Estruturação do Espaço Intraurbano**: A transição da sociedade rural para urbana em Taubaté. XVI ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte, 2015, p. 6. Disponível: [http://www.xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=225](http://www.xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=225). Acessado: 13/09/2017.

CARVALHO, José M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta. M.C de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASSOLI, Marileide L. “Trata-se de uma rapariga de cor...”: honestidade, moral e o serviço doméstico feminino. Belo Horizonte, 1897-1920. **Revista de História e Historiografia da Educação** - ISSN 2526-2378. Curitiba, Brasil, v. I, n. especial, p. 170-192, julho de 2017. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/download/52211/32883>. Acessado: 13/12/2017.

CASTILHO, Edson D.; REIS, Fábio J.G. dos (orgs.). **Vale do Paraíba**: pessoas, instituições e movimentos. Contribuições relevantes nos séculos XIX e XX. Campinas/SP: Alínea, 2008.

CATELLI Jr., Roberto. **Brasil: do café à indústria**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CIAMPA, Antonio da C. **A estória do Severino e a história da Severina**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Reimpressão 1995.

CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena**. São Paulo: Limiar, 2008.

COOK, Daniel Thomas. Pricing the priceless child: a wonderful problematic. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**, Volume 5, Number 3, Fall 2012, Published by The Johns Hopkins University Press DOI: 10.1353/hcy.2012.0047. p. 468-473.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: **História da Vida Privada**, vol. IV. Tradução: Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORRÊA, Maria E.P., MELLO, Mirela G., NEVES, Hélia M.V. **Arquitetura Escolar Paulista**: 1890-1920. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

CORREIA, António C. L. e GALLEGO, Rita de C. **Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo**: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920). Lisboa: Educa (Cadernos Prestige), 2004.

COSTA, Silvio L. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento**. Taubaté-SP. Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**, 3ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: CARDOSO, Fernando H. [et.all.]. **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DEMARTINI, Zeila de B.F. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira (1875-1983)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, vol. II. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**, vol. I. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

*Enciclopédia Encarta*. Verbete Memória. Microsoft Corporation. Edição em português. CD-Rom. Peça nº X08-27428.

EUGENIO, Cesar A. e Silva, Luzia B. de O. **Ausência e silêncio: formas de ser e estar no mundo**. In: 22. Encontro de Iniciação Científica: Casa Comum: a responsabilidade da ciência e tecnologia. 22. Encontro de Iniciação Científica, 15. Encontro de Pós-Graduação, 11. Encontro de Extensão Universitária, 9. Seminário de Estudos do Homem Contemporâneo; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016.

\_\_\_\_\_. e GONÇALVES, Mauro C. (Orgs.). **Elites Regionais e Escola Pública Primária**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Educação: história e sociedade**. Curitiba: Universidade Positivo, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Educação: aspectos filosóficos e pedagógicos**. Curitiba: Universidade Positivo, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Vasculhando o baú de Walter Benjamin... a infância**. Anais X Congresso Internacional de Teoria Crítica: Tecnologia, Violência, Memória. Universidade Federal de São Carlos (10 a 14 de outubro de 2016). São Carlos – SP, 2016, p. 16. ISSN 1984-2392. Disponível: [https://www.unimep.br/images/gdc\\_conteudo/image/files/anais\\_do\\_congresso\\_capa\(3\).pdf](https://www.unimep.br/images/gdc_conteudo/image/files/anais_do_congresso_capa(3).pdf). Acessado: 15/06/2017.

\_\_\_\_\_. e GONÇALVES, Mauro C. **História da educação no Vale do Paraíba Paulista: temas, objetos, fontes.** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Escola Pública em Aparecida: a modernidade por meio das letras (1893-1928).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. **Igreja e escola no processo de modernização de Aparecida (1893-1928).** Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2009.

FALEIROS, Vicente de P. Infância e processo político no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, Ana Lúcia G. **Educação pré-escolar e cultura: para uma abordagem da educação infantil.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP / São Paulo: Cortez, 1999.

FARIA FILHO, Luciano M. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In. MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória e história: possibilidades, leituras.** Campinas / São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil.** 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).** 3ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

FÁVERO, Maria de L. de A. e BRITTO, Jader de M. (orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais.** 2ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ / MEC-INEP-COMPED, 2002.

FAZZ, Paula S. Viviana Zelizer: giving meaning to the history of childhood. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**, Volume 5, Number 3, Fall 2012, Published by The Johns Hopkins University Press DOI: 10.1353/hcy.2012.0047. p. 457-461.

FEREZ, Olgária Chaim. Vida e Obra. Nietzsche. In: **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

FERNANDES, Rogério. As casas de asilo da infância desvalida e a educação feminina. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs). **Para a compreensão histórica da infância.** Porto: Campo das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. e MENEZES, Maria C. “A cada um o seu lugar” ou as normas do ensino mútuo. In: FELGUEIRAS, M.L. e MENEZES, Maria C. (orgs). **Questionar a sociedade, interrogar a história, (re) pensar a educação**. Porto: Afrontamento, 2004.

\_\_\_\_\_. Orientações Pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida (1834-1840). In: **Cadernos de Pesquisa**, n° 109, p. 89-114, março/2000.

FERREIRA, Antonio G. A infância no discurso dos intelectuais portugueses do Antigo Regime. In: FREITAS, Marcos Cezar de F. e KUHLMANN Jr, Moysés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FILIZZOLA, Ana Carolina B. A institucionalização das crianças filhas de operários nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, na década de 1930. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da USP. In: **V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**. Águas de Lindóia-SP, 2002 (CD-ROM).

FONSECA, Sérgio C. **A regeneração pelo trabalho**: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927). Revista Histórica. Arquivo do Estado de São Paulo. Edição n° 33, outubro de 2008. Disponível: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao33/materia02/texto02.pdf>. Acessado: 11/10/2015.

FONSECA, Marcus V. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FREITAS, Marcus C. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. e KUHLMANN JR., M. (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ed. São Paulo: Global, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne M. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime (org.). **Walter Benjamin**: rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 13-35.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 3. Tradução: Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GERMANO, Willington, José. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, Luiz A. O. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONÇALVES, Mauro C. Das escolas mistas industriais ao grupo escolar: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo CTI Jornal (1937-1941). **Revista Brasileira de História da Educação - SBHE** - v. 8, n. 3 [18] (2008). ISSN: 2238-0094. <http://cadermevalsaviani.weebly.com/uploads/7/9/1/7/7917091/rbhe18.pdf>. Acesso: 10/12/2017.

\_\_\_\_\_. A imprensa católica em Taubaté, SP. In: SCHELBAUER, Anaete R. e ARAÚJO, José C. S. (orgs.). **História da Educação pela imprensa**. Campinas/SP: Alínea, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidade, cultura e educação, o projeto de modernização conservadora da Igreja Católica, em Taubaté, em meados do século XX**. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. e MARIOTTO, Lia C.P.A. (orgs.). **Fontes para uma história da educação em Taubaté e a criação do Grupo Escolar Dr. Lopes Chaves (1895-1902)**. Taubaté/SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

GOUVÊA, Maria C. S. e JINZENJI, Mônica Y. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, jan/abr 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 6. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GUTMAN, Marta; CONINCK-SMITH, Ning de. **Designing modern childhoods: history, space, and the material culture of children**. Rutgers University Press New Brunswick. New Jersey And London, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acessado: 20/10/2018.

HEYWOOD, COLIN. **Uma História da Infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Trad.: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILSDORF, Maria L.S. **O aparecimento da escola moderna**: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. 2ed. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios**. Trad.: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLLOWAY, Thomaz. H. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté**: a primeira valorização do café. Trad.: Márcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IANNI, Octávio. Progresso econômico e o trabalhador livre. In: **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Monárquico: Reações e Transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

IMBROISI, Margaret. **História da Arte**. Disponível: <https://www.historiadasartes.com/prazer-em-conhecer/jean-baptiste-debret/>; Acessado: 13/06/2017.

*Igreja de Santa Terezinha*. Disponível: <https://patrimonioespirtual.org/2017/04/09/santuاريو-de-santa-terezinha-taubate-sao-paulo/>. Acessado: 5/01/2018.

INDIANI, José. **Os italianos em Quiririm e minhas memórias**. 3ed. Bauro-SP: Canal 6, 2012.

JORDANOVA, Ludmilla. New worlds for children in the eighteenth century: problems of historical interpretation. In: **History of the Human Sciences**. February, 1990, 3: 69-83.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objetivo histórico. **Revista brasileira de História da Educação**. n. 1, p. 10, jan / jun. 2001 (2).

KATZ, Michael B. The priceless child as history. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**, Volume 5, Number 3, Fall 2012, Published by The Johns Hopkins University Press DOI: 10.1353/hcy.2012.0047. p. 462-467.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Questões para a história da infância e da educação**. [rascunho], 2014.

\_\_\_\_\_. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III. Petrópolis-RJ: VOZES, 2005.

\_\_\_\_\_. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de F. e KUHLMANN Jr, Moisés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O Jardim-de-Infância e a Educação das Crianças Pobres. In: MONARCHA, Carlos (org). **Educação da Infância Brasileira (1875-1983)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.

\_\_\_\_\_. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: **Caderno de Pesquisa**. São Paulo (78): 17-26, agosto de 1991.

LANGMUIR, Erika. **Imagining Childhood**. Yale University Press; New Haven & London, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003160.pdf>. Acessado: 02/12/2017.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Editora Globo, 2012.

LOBO, Renato F.; TOLEDO, Maria de F.M. **Representações Sociais da Caridade em Taubaté (1899)**. In: XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica; XII Encontro Latino Americano de Pós Graduação; VI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica Jr. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos/SP, 2011. Disponível: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2012/anais/arquivos/RE\\_1044\\_0835\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2012/anais/arquivos/RE_1044_0835_01.pdf). Acessado: 20/12/2017.

LOPES, Eliana M.T.; FARIA FILHO, Luciano M. (orgs.) **Pensadores sociais e a história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LORENZO, Ana L. Di. **Italianos em Taubaté: o Núcleo Colonial do Quiririm (1890-1920)**. Mestrado em História Econômica; FFLCH/USP, 2002.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4ed. Brasília: MEC/Inep, 2002. Disponível: [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMA MkW1/document/id/486263](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMA MkW1/document/id/486263). Acessado: 22/10/2018.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. I. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 65(150): 407-25, mai/ago. 1984. In: GUIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

MARCÍLIO, Maria L. A roda de expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, M. C. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARGOTTO, Lílían Rose. Criança e Educação Moral: evolução e psicologia na imprensa pedagógica paulista. In: GONDRA, José (org.). **Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República**, 2ed. rev. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2002.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**. comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. Trad.: Nélio Schneider. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2011.

MEIHY, José C.S.B. **Vale de Lágrimas: História da pobreza em Taubaté (1889-1945)**; São Paulo: Tese de Livre Docência; Departamento de História/FFLCH/USP; 1981.

MELLO Jr., Antônio. **Imprensa Taubateana: 150 anos de história**. Taubaté: Almanaque Urupês, 1983.

\_\_\_\_\_. **Hospital de Santa Izabel**, Taubaté, 1976.

MIDDLETON, David, BROWN, Steven D. A psicologia social da experiência – a relevância da memória, *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 17. n. 2 (50), maio/ago. 2006, p. 71-97.

\_\_\_\_\_. **The Social Psychology of Experience: studies in remembering an forgetting**. London: SAGE Publications, 2005.

MOGENDORFF, Janine R. A Escola de Frankfurt e seu legado. In: **Verso e Reverso**, XXVI (63):152-159, setembro-dezembro 2012. ISSN 1806-6925.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: UNICAMP, 1999.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção à Infância no Brasil (1500-1922)**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1926. Disponível: [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/21\\_Moncorvo\\_Filho\\_Arthur\\_Historico\\_da\\_protacao\\_a\\_Infancia.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/21_Moncorvo_Filho_Arthur_Historico_da_protacao_a_Infancia.pdf). Acessado: 10/01/2017.

MOURA, Sérgio L. de; ALMEIDA, José M. G. de. A Igreja na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: E.P.U., 1974.

NASCIMENTO, Milton M. **Opinião Pública e Revolução**. São Paulo: Nova Stella; Editora Universitária de São Paulo, 1989.

NIETZSCHE, F.W. **Escritos sobre Educação**. Trad.: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. p. 51-60.

\_\_\_\_\_. Crepúsculo dos Ídolos ou Como filosofar com o martelo: o Problema de Sócrates. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. p. 373-389.

\_\_\_\_\_. Da Pobreza do Riquíssimo. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996c. p. 459-462.

OLIVEIRA, Eliane F. de; ASSIS, Francisco de. **O dia-a-dia da indústria taubateana nas fotografias do C.T.I. Jornal (1937-1946)**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais->

1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/O%20dia-a-dia%20da%20industria%20taubateana%20nas%20fotografias%20do%20C.T.I.%20Jornal%20-1937-1946.pdf. Acesso: 1/12/2017.

PAIVA, Odair da C. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XXI.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Ensino e Memória, 2013. Disponível: Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historias\\_da\\_\\_i\\_\\_migracao.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historias_da__i__migracao.pdf). Acessado: 06/10/2016.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos.** 5ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PAPALI, Maria A.C. R. Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão. In: **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 149-159, junho 2007. Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/2243>. Acessado: 10/06/2017.

\_\_\_\_\_. **Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

PERES, Eliane T. **Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925).** Pelotas/RS: Seiva Publicações, 2002.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada.** Vol. 4. Tradução: Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PETRONE, Maria T. S. Imigração. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930).** 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PETRUCI, Maria das G.R.M. CEFAM - Uma proposta de formação e aperfeiçoamento de professores para o 1º grau. **Paidéia (Ribeirão Preto) no.6 Ribeirão Preto Feb. 1994.** Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1994000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1994000100002). Acessado: 21/10/2018.

PINHEIRO, Paulo S. Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930).** 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PRIORI, M. D. (org.) **História das crianças no Brasil.** 5ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Cleiton de; BETTY, Christine. **Hugo Assmann: da Teologia da Libertação à Educação para a Sensibilidade.** Disponível: <http://files.letras>

lusitanas.webnode.com/200000130-a4b8ea5b2b/artigo-hugo-assmann.pdf. Acessado: 13/12/2018.

QUEIROZ, Maria I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando H. [et.all.]. **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Trad.: Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**, 3vol. 10ed. São Paulo: Paulus, 2007.

*Revista Escolar* – Diretoria Geral da Instrução Pública – Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas). Acessado: 3/01/2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RICHÈ, Pierre e ALEXANDRE-BIDON, Danièle. **L'enfance au Moyen Age**. Seuil / Bibliothèque nationale de France, 1994.

RICCI, Fábio. **Indústrias Têxteis na periferia – Origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba paulista**. Disponível: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_fabio\\_ricci\\_origens-e-desenvolvimento-da-industria-textil-no-vale-do-paraiba-paulista.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fabio_ricci_origens-e-desenvolvimento-da-industria-textil-no-vale-do-paraiba-paulista.pdf). Acesso: 22/11/2017.

RIZZINI, Irma; GONDRA, José G. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, jul.-set. 2014.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2ª reimpressão, 2014.

RONCIÈRE, Charles de La. A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 2. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROSA, Matilde P. C.; RICCI, Fábio. Centralidade, segregação e estruturação do espaço intraurbano: a transição da sociedade rural para Urbana em Taubaté. In: **XVI ENANPUR –**

Espaço, Planejamento e Insurgências – Belo Horizonte, 2015. Disponível: [http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=225](http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=225). Acesso: 13/02/2018.

ROUCHE, Miguel. Alta Idade Média Ocidental. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 1. Tradução: Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SABINO, Fernando. **A vitória da Infância**. 2ed. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, Maria C. **História: Cândido Motta e a Institucionalização da Infância**. Disponível: <http://onda21.com.br/historia-candido-motta-e-a-institucionalizacao-da-infancia/>. Acessado: 02/02/2018.

\_\_\_\_\_. **Cândido Motta e a Institucionalização da Infância**. Acervo Histórico. Disponível: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/543\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/543_arquivo.pdf). Acessado: 13/06/2017.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. Disponível: <http://www.ceap.br/artigos/ART12082010105651.pdf>, Acessado: 6/06/2016.

SARLO, Beatriz. **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo**. Trad.: Joana A. D. Melo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. Trad.: Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Luzia B. de O. **Cecília Meireles: Imaginário, Poesia e Educação**. São Paulo: Terceira Margem, 2011.

SILVA, Christiane G.G. da. O Colégio Americano de Taubaté e o conflito entre católicos e protestantes. In: EUGENIO, Cesar A. e GONÇALVES, Mauro C. **História da educação no Vale do Paraíba Paulista: temas, objetos, fontes**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **A laicização do Ensino: um debate na imprensa de Taubaté-SP acerca do novo modelo republicano de educação (1891-1905)**. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp065364.pdf>. Acessado: 27/08/2017.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Trad.: Jefferson Luiz de Camargo, 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOTO, Maria C. M. **Indústria e transformações urbanas: Taubaté 1891/1942**. Revista de História - 135 (1996). 79-100. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18797/2086>. Acesso: 20/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e Conflito: Taubaté (1860-1935)**. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Rosa F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1810-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis-RJ: VOZES, 2005. 3vol.

SUNG, Jung Mo. Hugo Assmann: teologia com paixão e coragem. In: **Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano II, n. 16**. Disponível: <https://ciberteologia.com.br/assets/pdf/post/hugo-assmann-teologia-com-paixao-e-coragem.pdf>. Acessado: 20/10/2018.

TAFFAREL, Celi Z. **Teoria do conhecimento: o que são as categorias?** Disponível: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=400>. Acessado: 26/07/2017.

TEIXEIRA, Heloísa M. Úteis a si e à nação: a criança no processo de transição do sistema de trabalho - Brasil, segunda metade do século XIX. **Revista de História e Historiografia da Educação** - ISSN 2526-2378. Curitiba, Brasil, v. 1, n. especial, p. 141-169, julho de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i0.52210>.

*The Journal of the History of Childhood and Youth*, Volume 5, Number 3, Fall 2012. Published by The Johns Hopkins University Press DOI: [10.1353/hcy.2012.0047](https://doi.org/10.1353/hcy.2012.0047).

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOLEDO, Francisco de P. **História do município de Taubaté, 1877**. Reeditada, 1976. Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/hmt/index.html>. Acessado: 15/12/2017.

VARELA, Julia e ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar. Teoria e Educação**. São Paulo, n. 6, 1992. Disponível: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35060628/A\\_maquinaria\\_escolar.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1540214558&Signature=%2B5dSvIWXq0CD9aTMQCdXjZKYxz0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA\\_maquinaria\\_escolar.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35060628/A_maquinaria_escolar.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1540214558&Signature=%2B5dSvIWXq0CD9aTMQCdXjZKYxz0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_maquinaria_escolar.pdf). Acessado: 10/02/2012.

VAZ, Alexandre F.; MOMM, Caroline M. Memória, cidade e educação dos sentidos segundo Walter Benjamin. In: OLIVEIRA, Marcus A.T. de. **Sentidos e sensibilidades: sua educação na história.** Curitiba: UFPR, 2012.

VENÂNCIO, Renato P. (org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX.** São Paulo: Alameda / Editora PUC Minas, 2010.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 151-181.

VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria L.S. (orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação.** São Paulo: EDUSP, 2001.

VILELA, Heloísa. A imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates. In: GONDRA, José (org.). **Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República,** 2ed. rev. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2002.

VIÑAO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória e história.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: **Revista Brasileira de História.** vol.19, n.37, São Paulo, Setembro, 1999.

WARDE, Mirian J. e PANIZZOLO, Claudia. Imagens da Infância. In: **Revista Brasileira de Educação,** v. 14, n. 2 (35), p. 157-161, maio/ago. 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell.** Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura.** Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

XAVIER, Maria E.; RIBEIRO, Maria. L.; OLINDA, Maria N. **História da Educação.** São Paulo: FTD, 1994.

**Sites visitados:****Arquivo do Estado**

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas)

**Almanaque de Taubaté**

<http://almanaquetaubate.com.br/>

**Portal das Ciências Sociais Brasileiras – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**

<http://anpocs.com/index.php/bib-es-2/>

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

<https://memoria.ibge.gov.br/>

<https://cidades.ibge.gov.br/>

**Scientific Eletronic Library Online – Scielo**

<http://www.scielo.br/>

**Associação Nacional de História – ANPUH**

<https://anpuh.org.br/>

**Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE**

<http://sbhe.org.br/>

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF-RJ**

<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia>

**Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas**

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0100-1574&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-1574&lng=en&nrm=iso)

**Firenze University Press – Fup Journals**

<http://www.fupress.net/>

**Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional**

<http://anpur.org.br/xvienanpur/index.html>

**Revista de História e Historiografia da Educação**

<https://revistas.ufpr.br/rhhe>

**Johns Hopkins University Press – Journals History Childhood and Youth (JHCY)**

<https://www.press.jhu.edu/journals/journal-history-childhood-and-youth>

**Anais X Congresso Internacional de Teoria Crítica: Tecnologia, Violência, Memória**

[https://www.unimep.br/images/gdc\\_conteudo/image/files/anais\\_do\\_congresso\\_capa\(3\).pdf](https://www.unimep.br/images/gdc_conteudo/image/files/anais_do_congresso_capa(3).pdf).

**Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**

[http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=775](http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775)

**Patrimônio Espiritual**

<https://patrimonioespirtual.org/>

**Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – INEP**

[www.rbep.inep.gov.br/](http://www.rbep.inep.gov.br/)

**Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**

<http://www.portalintercom.org.br/>

**Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**

<http://www.abphe.org.br/>

**Revistas Universidade de São Paulo**

<http://www.revistas.usp.br/wp/>

**Portal São Francisco – Literatura**

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/>

**Câmara dos Deputados**

<http://www2.camara.leg.br/>

**Fundação Getúlio Vargas – CPDOC**

<https://cpdoc.fgv.br/>

**Assembleia Legislativa de São Paulo**

<https://www.al.sp.gov.br/>

***O Lince***

<http://www.jornalolince.com.br/>

**Biblioteca Nacional Digital – Fundação Biblioteca Nacional**

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

**Diocese de Taubaté**

<http://diocesedetaubate.org.br/>

**Irmandade de Misericórdia de Taubaté**

<http://irmandadetaubate.com.br/>

**Portal de Estatística do Estado de São Paulo – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)**

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/>

**Pastoral da Juventude – letra “Pai Nosso dos Mártires” (Cireneu Kuhn)**

<https://www.lettras.mus.br/pastoral-da-juventude/1798131/>.

**Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura**

<https://ciberteologia.com.br>

**História das Artes**

<https://www.historiadasartes.com>

**Jornais**

*O Lince (2012)*

*Monitor de Taubaté (1877)*

*Jornal de Taubaté (1899, 1902, 1908)*

*O Liberal Taubateense (1888)*

*O Noticiarista (1888, 1889)*

*O Popular (1895)*

*A Zagaia (1896)*

*A Cidade de Taubaté (1895)*

*Pátria Paulista (1890)*

*Diário de Taubaté (1896)*

## APÊNDICE TEMÁTICO DE REFERÊNCIAS TEÓRICAS

- **QUESTÃO EM FOCO: HISTÓRIA DA INFÂNCIA**

A *Cigarra*. 06-03-2014. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19140302.pdf>. Acessado: 23/05/2017.

A *Cigarra*. 25-05-1914. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19140505.pdf>. Acessado: 07/10/2016.

A *Cigarra*. 25/11/1914. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19141113.pdf>. Acessado: 10/10/2016.

A *Cigarra*. 31/12/1914. Disponível: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19141215.pdf>. Acessado: 11/06/2016.

ALVIM, Maria R.B. e VALLADARES, Licia do P. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. In: VALLADARES, Licia do P. (Coordenadora). **Relatório de Pesquisa “A Infância Pobre no Brasil: um a análise da Literatura, da Ação e das Estatísticas**. IUPERJ/FORD, Março, 1988. Rio de Janeiro, n. 26, pp. 3-37, 2.semestre de 1988. Disponível: <http://anpocs.com/index.php/bib-es-2/bib-26/399-infancia-e-sociedade-no-brasil-uma-analise-de-literatura/file>. Acessado: 12/12/2016.

ARANTES, Esther M. de M. Rostos de crianças no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BASTOS, Ana C. do C. L. e KUHLMANN Jr., Moysés. Órfãos tutelados nas malhas do judiciário (Bragança-SP, 1871-1900). In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p.41-68, jan./abr. 2009. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acessado: 09/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Autos de Tutoria e Contrato de Órfãos: trabalho infantil e violência contra menores desvalidos (1871-1900)**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

BONFIM, Paulo R. e KUHLMANN Jr., Moysés. **A infância no horizonte médico paulista (1918-1929): uma análise das propostas relacionadas à infância e sua educação no âmbito da**

higiene e da eugenia. Disponível: [http://sbhe.org.br/novo/congressos /cbhe7/pdf/08-%20impressos-%20intelectuais%20e%20historia%20da%20educacao/a%20infancia% 20no%20horizonte%20medico%20paulista%20\(1918-1929\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20impressos-%20intelectuais%20e%20historia%20da%20educacao/a%20infancia%20no%20horizonte%20medico%20paulista%20(1918-1929).pdf). Acessado: 20/01/2018.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de F. e KUHLMANN Jr, Moysés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

CAMBI, Franco. Frontiere in movimento della storia dell'infanzia, oggi. In: **Studi sulla formazione**, 1-2010, p. 23-38. Disponível: <http://www.fupress.net/index.php/sf/article/view/10045/9283>.

COOK, Daniel Thomas. Pricing the priceless child: a wonderful problematic. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**, Volume 5, Number 3, Fall 2012, Published by The Johns Hopkins University Press DOI: 10.1353/hcy.2012.0047. p. 468-473.

EUGENIO, Cesar A. **Vasculhando o baú de Walter Benjamin... a infância**. Anais X Congresso Internacional de Teoria Crítica: Tecnologia, Violência, Memória. Universidade Federal de São Carlos (10 a 14 de outubro de 2016). São Carlos – SP, 2016, p. 16. ISSN 1984-2392. Disponível: [https://www.unimep.br/images/gdc\\_conteudo/image/files/anais\\_do\\_congresso\\_capa\(3\).pdf](https://www.unimep.br/images/gdc_conteudo/image/files/anais_do_congresso_capa(3).pdf). Acessado: 15/06/2017.

FAZZ, Paula S. Viviana Zelizer: giving meaning to the history of childhood. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**, Volume 5, Number 3, Fall 2012, Published by The Johns Hopkins University Press DOI: 10.1353/hcy.2012.0047. p. 457-461.

FERNANDES, Rogério. As casas de asilo da infância desvalida e a educação feminina. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Porto: Campo das Letras, 2006.

FERREIRA, Antonio G. A infância no discurso dos intelectuais portugueses do Antigo Regime. In: FREITAS, Marcos Cezar de F. e KUHLMANN Jr, Moysés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Sérgio C. **A regeneração pelo trabalho: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927)**. Revista Histórica. Arquivo do Estado de São Paulo. Edição nº 33, outubro de 2008. Disponível: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao33/materia02/texto02.pdf>. Acessado: 11/10/2015.

FREITAS, Marcus C. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. e KUHLMANN JR., M. (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 3. Tradução: Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUTMAN, Marta; CONINCK-SMITH, Ning de. **Designing modern childhoods: history, space, and the material culture of children**. Rutgers University Press New Brunswick. New Jersey And London, 2008.

HEYWOOD, COLIN. **Uma História da Infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Trad.: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JORDANOVA, Ludmilla. New worlds for children in the eighteenth century: problems of historical interpretation. In: **History of the Human Sciences**. February, 1990, 3: 69-83.

KATZ, Michael B. The priceless child as history. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**, Volume 5, Number 3, Fall 2012, Published by The Johns Hopkins University Press DOI: 10.1353/hcy.2012.0047. p. 462-467.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Questões para a história da infância e da educação**. [rascunho], 2014.

\_\_\_\_\_. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III. Petrópolis-RJ: VOZES, 2005.

\_\_\_\_\_. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de F. e KUHLMANN Jr, Moysés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O Jardim-de-Infância e a Educação das Crianças Pobres. In: MONARCHA, Carlos (org). **Educação da Infância Brasileira (1875-1983)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.

\_\_\_\_\_. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: **Caderno de Pesquisa**. São Paulo (78): 17-26, agosto de 1991.

LANGMUIR, Erika. **Imagining Childhood**. Yale University Press; New Haven & London, 2006.

MARCÍLIO, Maria L. A roda de expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, M. C. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARGOTTO, Lílian Rose. Criança e Educação Moral: evolução e psicologia na imprensa pedagógica paulista. In: GONDRA, José (org.). **Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República**, 2ed. rev. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2002.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção à Infância no Brasil (1500-1922)**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1926. Disponível: [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/21\\_Moncorvo\\_Filho\\_Arthur\\_Historico\\_da\\_protecao\\_a\\_Infancia.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/21_Moncorvo_Filho_Arthur_Historico_da_protecao_a_Infancia.pdf). Acessado: 10/01/2017.

PAPALI, Maria A.C. R. Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 149-159, junho 2007. Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/2243>. Acessado: 10/06/2017.

\_\_\_\_\_. **Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

PRIORI, M. D. (org.) **História das crianças no Brasil**. 5ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RICHÈ, Pierre e ALEXANDRE-BIDON, Danièle. **L'enfance au Moyen Age**. Seuil / Bibliothèque nationale de France, 1994.

RIZZINI, Irma; GONDRA, José G. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, jul.-set. 2014.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2ª reimpressão, 2014.

SABINO, Fernando. **A vitória da Infância**. 2ed. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, Maria C. **Cândido Motta e a Institucionalização da Infância**. Acervo Histórico. Disponível: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/543\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/543_arquivo.pdf). Acessado: 13/06/2017.

\_\_\_\_\_. **História: Cândido Motta e a Institucionalização da Infância**. Disponível: <http://onda21.com.br/historia-candido-motta-e-a-institucionalizacao-da-infancia/>. Acessado: 02/02/2018.

SILVA, Luzia B. de O. **Cecília Meireles: Imaginário, Poesia e Educação**. São Paulo: Terceira Margem, 2011.

TEIXEIRA, Heloísa M. Úteis a si e à nação: a criança no processo de transição do sistema de trabalho - Brasil, segunda metade do século XIX. **Revista de História e Historiografia da Educação** - ISSN 2526-2378. Curitiba, Brasil, v. 1, n. especial, p. 141-169, julho de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i0.52210>.

*The Journal of the History of Childhood and Youth*, Volume 5, Number 3, Fall 2012. Published by The Johns Hopkins University Press DOI: [10.1353/hcy.2012.0047](https://doi.org/10.1353/hcy.2012.0047).

VENÂNCIO, Renato P. (org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda / Editora PUC Minas, 2010.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. vol.19, n.37, São Paulo, Setembro, 1999.

WARDE, Mirian J. e PANIZZOLO, Claudia. Imagens da Infância. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 2 (35), p. 157-161, maio/ago. 2014.

- **QUESTÃO EM FOCO: HISTÓRIA DA ESCOLA – EDUCAÇÃO INFANTIL**

ARAÚJO, Sonia M.D. de. **Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos no Brasil; a história do instituto Benjamin Constant**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1993.

BASTOS, Maria H. C. O Ensino Monitorial / Mútuo no Brasil (1827 –1854). In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol II. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad.: Álvaro Lorencine. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta. M.C de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CORREIA, António C. L. e GALLEGO, Rita de C. **Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)**. Lisboa: Educa (Cadernos Prestige), 2004.

DEMARTINI, Zeila de B.F. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira (1875-1983)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

EUGENIO, Cesar A. e Silva, Luzia B. de O. **Ausência e silêncio: formas de ser e estar no mundo**. In: 22. Encontro de Iniciação Científica: Casa Comum: a responsabilidade da ciência e tecnologia. 22. Encontro de Iniciação Científica, 15. Encontro de Pós-Graduação, 11. Encontro de Extensão Universitária, 9. Seminário de Estudos do Homem Contemporâneo; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Educação: história e sociedade**. Curitiba: Universidade Positivo, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da Educação: aspectos filosóficos e pedagógicos**. Curitiba: Universidade Positivo, 2015b.

FALEIROS, Vicente de P. Infância e processo político no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, Ana Lúcia G. **Educação pré-escolar e cultura: para uma abordagem da educação infantil**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP / São Paulo: Cortez, 1999.

FARIA FILHO, Luciano M. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória e história: possibilidades, leituras**. Campinas / São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. 3ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

FERNANDES, Rogério. e MENEZES, Maria C. “A cada um o seu lugar” ou as normas do ensino mútuo. In: FELGUEIRAS, M.L. e MENEZES, Maria C. (orgs.). **Questionar a sociedade, interrogar a história, (re) pensar a educação**. Porto: Afrontamento, 2004.

\_\_\_\_\_. Orientações Pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida (1834-1840). In: **Cadernos de Pesquisa**, n° 109, p. 89-114, março/2000.

FILIZZOLA, Ana Carolina B. A institucionalização das crianças filhas de operários nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, na década de 1930. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da USP. In: **V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**. Águas de Lindóia-SP, 2002 (CD-ROM).

GOUVÊA, Maria C. S. e JINZENJI, Mônica Y. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, jan/abr 2006.

HILSDORF, Maria L.S. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objetivo histórico. **Revista brasileira de História da Educação**. n. 1, p. 10, jan / jun. 2001 (2).

KUHLMANN Jr., Moysés. **Questões para a história da infância e da educação**. [rascunho], 2014.

\_\_\_\_\_. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III. Petrópolis-RJ: VOZES, 2005.

\_\_\_\_\_. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de F. e KUHLMANN Jr, Moysés (orgs.). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O Jardim-de-Infância e a Educação das Crianças Pobres. In: MONARCHA, Carlos (org). **Educação da Infância Brasileira (1875-1983)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.

\_\_\_\_\_. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: **Caderno de Pesquisa**. São Paulo (78): 17-26, agosto de 1991.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003160.pdf>. Acessado: 02/12/2017.

LOPES, Eliana M.T.; FARIA FILHO, Luciano M. (orgs.) **Pensadores sociais e a história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4ed. Brasília: MEC/Inep, 2002. Disponível: [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMA MkW1/document/id/486263](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMA MkW1/document/id/486263). Acessado: 22/10/2018.

MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. I. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 65(150): 407-25, mai/ago. 1984. In: GUIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: UNICAMP, 1999.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: E.P.U., 1974.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PERES, Eliane T. **Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)**. Pelotas/RS: Seiva Publicações, 2002.

PETRUCI, Maria das G.R.M. CEFAM - Uma proposta de formação e aperfeiçoamento de professores para o 1º grau. **Paidéia (Ribeirão Preto) no.6 Ribeirão Preto Feb. 1994**. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1994000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1994000100002). Acessado: 21/10/2018.

*Revista Escolar* – Diretoria Geral da Instrução Pública – Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas). Acessado: 3/01/2018.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Rosa F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1810-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis-RJ: VOZES, 2005. 3vol.

VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria L.S. (orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

VILELA, Heloísa. A imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates. In: GONDRA, José (org.). **Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República**, 2ed. rev. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2002.

VIÑAO, Antonio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória e história**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

XAVIER, Maria E.; RIBEIRO, Maria. L.; OLINDA, Maria N. **História da Educação**. São Paulo: FTD, 1994.

- **QUESTÃO EM FOCO: HISTÓRIA, FUNDAMENTOS, DEBATES**

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**, vol. 9. 4ed. Trad.: Armando da Silva Carvalho, Antônio Ramos Rosa. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2ed. Trad.: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). **Pensando na família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Coedição Espaço e Tempo / Editora da UFRRJ, 1987.

ASSMANN, Hugo e HINKELAMMERT, Franz J. **A idolatria do mercado: ensaio sobre Economia e Teologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria no Brasil (1870-1910)**. Campinas: UNICAMP / Centro de Memória – UNICAMP, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a Criança, o Brinquedo e a Educação**. 2ed. 3ª reimpressão. Trad.: Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2014.

\_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas I**. 3ª ed. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas II**. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador ensaio de Cristologia Crítica para o nosso tempo**. 20ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tempo de Transcendência: o ser humano como um projeto infinito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BONFIM, Paulo R. **Educar, Higienizar, Regenerar: uma história da eugenia no Brasil**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Reimpressão, 2006.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Elizabeth dos S. e SMOLKA, Ana L.B. Memória, imaginação e subjetividade: imagens do outro, imagens de si. **Horizontes**, Bragança Paulista, USF, v. 23, n. 1, jan./jun. 2005, p. 19-28.

\_\_\_\_\_. Esquecer para lembrar e ser. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória e história**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

BRITO, Thiago M. A. de. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, UFF-RJ, vol 10, nº 20 (2008). Disponível: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/268>. Acesso: 02 ago 2014.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad.: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, José M. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASSOLI, Marileide L. “Trata-se de uma rapariga de cor...”: honestidade, moral e o serviço doméstico feminino. Belo Horizonte, 1897-1920. **Revista de História e Historiografia da Educação** - ISSN 2526-2378. Curitiba, Brasil, v. I, n. especial, p. 170-192, julho de 2017. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/download/52211/32883>. Acessado: 13/12/2017.

CATELLI Jr., Roberto. **Brasil: do café à indústria.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

CIAMPA, Antonio da C. **A estória do Severino e a história da Severina.** 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Reimpressão 1995.

CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena.** São Paulo: Limiar, 2008.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: **História da Vida Privada**, vol. IV. Tradução: Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORRÊA, Maria E.P., MELLO, Mirela G., NEVES, Hélia M.V. **Arquitetura Escolar Paulista:** 1890-1920. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**, 3ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: CARDOSO, Fernando H. [et.all.]. **O Brasil Republicano:** estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, vol. II. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**, vol. I. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

*Enciclopédia Encarta.* Verbete Memória. Microsoft Corporation. Edição em português. CD-Rom. Peça nº X08-27428.

FÁVERO, Maria de L. de A. e BRITTO, Jader de M. (orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ / MEC-INEP-COMPED, 2002.

FEREZ, Olgária Chaim. Vida e Obra. Nietzsche. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

FONSECA, Marcus V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ed. São Paulo: Global, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne M. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime (org.). **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. 2ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 13-35.

GERMANO, Willington, José. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, Luiz A. O. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 6. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Mauric e-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Mauric e-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acessado: 20/10/2018.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. 2ed. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios**. Trad.: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, Octávio. Progresso econômico e o trabalhador livre. In: **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico: Reações e Transações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

IMBROISI, Margaret. **História da Arte**. Disponível: Disponível: <https://www.historiadasartes.com/prazer-em-conhecer/jean-baptiste-debret/>; Acessado: 13/06/2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**. comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. Trad.: Nélio Schneider. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2011.

MIDDLETON, David, BROWN, Steven D. A psicologia social da experiência – a relevância da memória, *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 17. n. 2 (50), maio/ago. 2006, p. 71-97.

\_\_\_\_\_. **The Social Psychology of Experience: studies in remembering an forgetting**. London: SAGE Publications, 2005.

MOGENDORFF, Janine R. A Escola de Frankfurt e seu legado. In: **Verso e Reverso**, XXVI (63):152-159, setembro-dezembro 2012. ISSN 1806-6925.

MOURA, Sérgio L. de; ALMEIDA, José M. G. de. A Igreja na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

NASCIMENTO, Milton M. **Opinião Pública e Revolução**. São Paulo: Nova Stella; Editora Universitária de São Paulo, 1989.

NIETZSCHE. F.W. **Escritos sobre Educação**. Trad.: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. p. 51-60.

\_\_\_\_\_. Crepúsculo dos Ídolos ou Como filosofar com o martelo: o Problema de Sócrates. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. p. 373-389.

\_\_\_\_\_. Da Pobreza do Riquíssimo. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996c. p. 459-462.

PAIVA, Odair da C. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XXI**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Ensino e Memória, 2013. Disponível: Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historias\\_da\\_\\_i\\_\\_migracao.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historias_da__i__migracao.pdf). Acessado: 06/10/2016.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 4. Tradução: Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PETRONE, Maria T. S. Imigração. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PINHEIRO, Paulo S. Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: PINHEIRO, Paulo S. [et.all.]. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Cleiton de; BETTY, Christine. **Hugo Assmann: da Teologia da Libertação à Educação para a Sensibilidade**. Disponível: <http://files.letras.lusitanas.webnode.com/200000130-a4b8ea5b2b/artigo-hugo-assmann.pdf>. Acessado: 13/12/2018.

QUEIROZ, Maria I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando H. [et.all.]. **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Trad.: Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**, 3vol. 10ed. São Paulo: Paulus, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RONCIÈRE, Charles de La. A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 2. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROUCHE, Miguel. Alta Idade Média Ocidental. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Vol. 1. Tradução: Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. Disponível: <http://www.ceap.br/artigos/ART12082010105651.pdf>, Acessado: 6/06/2016.

SARLO, Beatriz. **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo**. Trad.: Joana A. D. Melo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. Trad.: Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2002.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Trad.: Jefferson Luiz de Camargo, 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SUNG, Jung Mo. Hugo Assmann: teologia com paixão e coragem. In: **Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano II, n. 16**. Disponível: <https://ciberteologia.com.br/assets/pdf/post/hugo-assmann-teologia-com-paixao-e-coragem.pdf>. Acessado: 20/10/2018.

TAFFAREL, Celi Z. **Teoria do conhecimento: o que são as categorias?** Disponível: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=400>. Acessado: 26/07/2017.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VARELA, Julia e ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar. Teoria e Educação**. São Paulo, n. 6, 1992. Disponível: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35060628/A\\_maquinaria\\_escolar.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1540214558&Signature=%2B5dSvIWXq0CD9aTMQCdXjZKYxz0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA\\_maquinaria\\_escolar.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35060628/A_maquinaria_escolar.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1540214558&Signature=%2B5dSvIWXq0CD9aTMQCdXjZKYxz0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_maquinaria_escolar.pdf). Acessado: 10/02/2012.

VAZ, Alexandre F.; MOMM, Caroline M. Memória, cidade e educação dos sentidos segundo Walter Benjamin. In: OLIVEIRA, Marcus A.T. de. **Sentidos e sensibilidades: sua educação na história**. Curitiba: UFPR, 2012.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 151-181.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura**. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- **QUESTÃO EM FOCO: TAUBATÉ – VALE DO PARAÍBA PAULISTA**

*Almanaque Taubaté*. n.5. dez/2016. Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/index.php/2017/09/18/almanaque-taubate-edicoes-digitais/>. Acesso: 15/12/2017.

*Anuario estatístico do Brazil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927. Disponível: [https://memoria.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/associativismo/1908\\_12/assoc1908\\_12m\\_aeb\\_140.xls](https://memoria.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/associativismo/1908_12/assoc1908_12m_aeb_140.xls). Acessado: 12/03/2018.

CARLOS, Rosa M. de P. e RICCI, Fábio. **Centralidade, Segregação e Estruturação do Espaço Intraurbano: A transição da sociedade rural para urbana em Taubaté**. XVI ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte, 2015, p. 6. Disponível: [http://www.xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=225](http://www.xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=225). Acessado: 13/09/2017.

CASTILHO, Edson D.; REIS, Fábio J.G. dos (orgs.). **Vale do Paraíba: pessoas, instituições e movimentos**. Contribuições relevantes nos séculos XIX e XX. Campinas/SP: Alínea, 2008.

COSTA, Silvio L. **Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento**. Taubaté-SP. Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

EUGENIO, Cesar A. e GONÇALVES, Mauro C. (Orgs.). **Elites Regionais e Escola Pública Primária**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

\_\_\_\_\_. e GONÇALVES, Mauro C. **História da educação no Vale do Paraíba Paulista: temas, objetos, fontes**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Escola Pública em Aparecida: a modernidade por meio das letras (1893-1928)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. **Igreja e escola no processo de modernização de Aparecida (1893-1928)**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2009.

GONÇALVES, Mauro C. Das escolas mistas industriais ao grupo escolar: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo CTI Jornal (1937-1941). **Revista Brasileira de História da Educação - SBHE** - v. 8, n. 3 [18] (2008). ISSN: 2238-0094. <http://cadermevalsaviani.weebly.com/uploads/7/9/1/7/7917091/rbhe18.pdf>. Acesso: 10/12/2017.

\_\_\_\_\_. A imprensa católica em Taubaté, SP. In: SCHELBAUER, Anaete R. e ARAÚJO, José C. S. (orgs.). **História da Educação pela imprensa**. Campinas/SP: Alínea, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidade, cultura e educação, o projeto de modernização conservadora da Igreja Católica, em Taubaté, em meados do século XX**. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. e MARIOTTO, Lia C.P.A. (orgs.). **Fontes para uma história da educação em Taubaté e a criação do Grupo Escolar Dr. Lopes Chaves (1895-1902)**. Taubaté/SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

HOLLOWAY, Thomaz. H. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Trad.: Márcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

*Igreja de Santa Terezinha*. Disponível: <https://patrimonioespirtual.org/2017/04/09/santuاريو-de-santa-terezinha-taubate-sao-paulo/>. Acessado: 5/01/2018.

INDIANI, José. **Os italianos em Quiririm e minhas memórias**. 3ed. Bauro-SP: Canal 6, 2012.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Editora Globo, 2012.

LOBO, Renato F.; TOLEDO, Maria de F.M. **Representações Sociais da Caridade em Taubaté (1899)**. In: XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica; XII Encontro Latino Americano de Pós Graduação; VI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica Jr. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos/SP, 2011. Disponível: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2012/anais/arquivos/RE\\_1044\\_0835\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2012/anais/arquivos/RE_1044_0835_01.pdf). Acessado: 20/12/2017.

LORENZO, Ana L. Di. **Italianos em Taubaté: o Núcleo Colonial do Quiririm (1890-1920)**. Mestrado em História Econômica; FFLCH/USP, 2002.

MEIHY, José C.S.B. **Vale de Lágrimas: História da pobreza em Taubaté (1889-1945)**; São Paulo: Tese de Livre Docência; Departamento de História/FFLCH/USP; 1981.

MELLO Jr., Antônio. **Imprensa Taubateana: 150 anos de história**. Taubaté: Almanaque Urupês, 1983.

\_\_\_\_\_. **Hospital de Santa Izabel**, Taubaté, 1976.

OLIVEIRA, Eliane F. de; ASSIS, Francisco de. **O dia-a-dia da indústria taubateana nas fotografias do C.T.I. Jornal (1937-1946)**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/O%20dia-a-dia%20da%20industria%20taubateana%20nas%20fotografias%20do%20C.T.I.%20Jornal%20-1937-1946.pdf>. Acesso: 1/12/2017.

RICCI, Fábio. **Indústrias Têxteis na periferia – Origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba paulista**. Disponível: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_fabio\\_ricci\\_origens-e-desenvolvimento-da-industria-textil-no-vale-do-paraiba-paulista.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fabio_ricci_origens-e-desenvolvimento-da-industria-textil-no-vale-do-paraiba-paulista.pdf). Acesso: 22/11/2017.

ROSA, Matilde P. C.; RICCI, Fábio. Centralidade, segregação e estruturação do espaço intraurbano: a transição da sociedade rural para Urbana em Taubaté. In: **XVI ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências – Belo Horizonte**, 2015. Disponível: [http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=225](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=225). Acesso: 13/02/2018.

SILVA, Christiane G.G. da. O Colégio Americano de Taubaté e o conflito entre católicos e protestantes. In: EUGENIO, Cesar A. e GONÇALVES, Mauro C. **História da educação no Vale do Paraíba Paulista: temas, objetos, fontes**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **A laicização do Ensino: um debate na imprensa de Taubaté-SP acerca do novo modelo republicano de educação (1891-1905)**. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp065364.pdf>. Acessado: 27/08/2017.

SOTO, Maria C. M. **Indústria e transformações urbanas: Taubaté 1891/1942**. Revista de História - 135 (1996). 79-100. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18797/2086>. Acesso: 20/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e Conflito: Taubaté (1860-1935)**. São Paulo: Annablume, 2001.

TOLEDO, Francisco de P. **História do município de Taubaté**, 1877. Reeditada, 1976. Disponível: <http://almanaquetaubate.com.br/hmt/index.html>. Acessado: 15/12/2017.